

Bárbara Patrícia Leite Costa

2º Ciclo de Estudos em Arqueologia

**Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média
portuguesa (séculos XII-XIV)**
2014

Orientador: Professor Doutor Mário Barroca

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Aos meus pais,
Francisco Costa e Paula Oliveira.

Índice

Resumo.....	1
Abstract.....	2
Introdução.....	3
Capítulo 1: Os cercos medievais.....	6
1.1: O financiamento e planeamento de um cerco	11
1.2: Os recrutados e a coluna de marcha.....	14
1.3: O acampamento.....	21
1.4: A conclusão do cerco.....	24
Capítulo 2: Engenhos de aproximação.....	26
2.1: Escadas.....	27
2.2: Torres de assalto.....	31
Capítulo 3: Os engenhos de destruição.....	39
3.1: A balista.....	42
3.2: A catapulta, o onagro e o mangonal.....	46
3.3: O trabuco ou trabuquete.....	51
3.4: O aríete.....	54
Capítulo 4: Técnicas de destruição.....	59
Capítulo 5: Engenhos de proteção.....	67
Capítulo 6: Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)	
6.1: O assalto de Santarém, 1147.....	73
6.2: O cerco de Lisboa, 1147.....	76
6.3: Geraldo Sem Pavor: os assaltos furtivos e os cercos de Badajoz, 1162-1179.....	89
6.4 O cerco de Silves, 1189.....	94
6.5: Os cercos de Alenquer e de Montemor-o-Velho, 1212.....	99
6.6: O cerco de Alcácer do Sal, 1217.....	102
6.7: Os cercos das Guerras Fernandinas, 1369-1382.....	107
6.8: O cerco de Lisboa e Almada de 1384.....	118
6.9: O cerco de Alenquer, 1384.....	125

6.10: O cerco de Torres Vedras, 1384.....	126
6.11: O cerco de Guimarães, 1385.....	128
6.12: O cerco de Braga, 1385.....	130
6.13: Cerco de Chaves, 1386.....	133
6.14: Cerco de Melgaço, 1388.....	135
6.15: Cerco de Campo Maior, 1388.....	137
6.16: Cerco de Tui, 1389.....	139
6.17: Cerco de Tui, 1397.....	140
6.18: Cerco de Valência de Alcântara, 1400.....	142
Conclusão.....	144
Anexos.....	150
Bibliografia.....	244

Resumo

A presente tese centra-se no aparato militar das guerras de cerco decorridas nos séculos XII a XIV, focando-se, tal como o seu título indica, nas armas, nos engenhos e nas técnicas de cerco utilizadas no decurso dos mesmos.

Em primeiro lugar, e com brevidade, aborda-se a prática deste género de conflito militar, expondo-se aspetos desde os seus objetivos à sua organização. Em segundo lugar, expõe-se o tema central desta tese: os engenhos e técnicas de cerco, divididos em quatro capítulos distintos, consoante a sua função – engenhos de assalto, engenhos de destruição, engenhos de aproximação e técnicas de destruição – estabelecendo-se, sempre que possível, relações com a iconografia reunida no anexo final.

Para terminar, expõe-se uma panóplia de cercos medievais portugueses nos quais se verificou a utilização dos engenhos e/ou técnicas estudados ao longo da dissertação.

Palavras-chave: assaltos; cercos; engenhos de assalto; engenhos de destruição; engenhos de protecção; técnicas de destruição.

Abstract

The present essay has as its main topic the military arrangements in siege wars during the period of time between the XII and XIV centuries, having as its primary focus, the weaponry, the techniques and the devices used during these sieges.

First of all, it's explained the practice of these conflicts, referring their main aspects since the main reasons for them to occur to their most effective organizations. Secondly, it's addressed the main topic of this essay: devices and techniques used during siege wars, divided in four main chapters according to their purpose - assault devices, destruction devices, protection devices and destruction techniques - establishing, whenever possible, relations with the iconography present in the final annex.

Finally, it's listed and described a vast array of Portuguese medieval sieges in which was verified the use of the devices and techniques studied in the present essay.

Introdução

A guerra é uma das práticas mais marcantes das sociedades, atuais e do passado, sendo uma prática que acompanha a evolução da humanidade desde os seus primórdios, variando apenas no tempo, na causa e nos meios utilizados. A Idade Média, não fugindo à regra, foi profundamente marcada pela prática da guerra, podendo-se dizer que os vários reinos europeus, incluindo o nosso pequeno Portugal, foram palco de confrontos militares.

Afonso Henriques, que virá a ser primeiro rei de Portugal, abriu caminho para a construção de um novo reino, independente e com identidade própria, através da prática da guerra, a partir do Condado de Portucale, que recebeu por herança do seu pai, o Conde D. Henrique. A Reconquista portuguesa, que se prolongará até ao reinado de Afonso III, não foi mais do que a prática de uma luta armada contra um povo de cultura e religião diferente, os muçulmanos, que desde 711 d.C. ocupavam vastos territórios peninsulares.

Os motivos para este confronto entre cristãos e muçulmanos, que ocorre em toda a Península Ibérica, passam essencialmente pela necessidade cristã de recuperar o território ocupado pelos muçulmanos. Esta guerra de reconquista territorial vai ao encontro das necessidades da Santa Sé, equiparando-se às Cruzadas praticadas por homens oriundos de vários países europeus, como França e Inglaterra, na Terra Santa e cuja finalidade era reconquistar o mesmo território aos muçulmanos, repondo a soberania do Cristianismo¹. Podemos considerar que os conflitos bélicos vão também ao encontro de uma política expansionista, onde o controlo do espaço permitia a imposição de uma determinada política e jurisdição, tal como aproveitar os recursos existentes no território anexado.

Todavia, a guerra medieval portuguesa vai para lá da Reconquista e desta luta armada contra o poder muçulmano: a história da nossa Baixa Idade Média dá conta de alguns conflitos armados internos, entre membros do próprio reino, como por exemplo a guerra civil entre D. Sancho II e as irmãs D. Sancha e D. Teresa ou mesmo a guerra entre os apoiantes de D. Leonor de Teles, D. Juan I de Castela e do Mestre de Avis, futuro D. João I, após a morte de D. Fernando. Por outro lado, damos também conta da

¹ Pregadas pela primeira vez em 1095, pelo Papa Urbano II, em resposta ao pedido de auxílio do imperador bizantino Aléxio I, que pediu ao Ocidente ajuda para combater os turcos na Terra Santa (BENNET, HOPPER, 1996, pp. 85).

existência de conflitos que opõem os reinos cristãos peninsulares, como o caso das guerras fernandinas entre D. Fernando e D. Henrique II de Castela ou as guerras entre o Mestre de Avis e D. Juan I de Castela.

Durante a Idade Média, citando Miguel Gomes Martins, a guerra destinava-se essencialmente a: *“derrotar o inimigo; deixando-o politicamente desesperado e militarmente impotente; ou apenas ocupar castelos, cidades ou uma região”*. Neste panorama, e ao contrário do que se poderia supor, raramente ocorriam confrontos diretos, as batalhas campais, já que para enfrentar o inimigo diretamente era necessário um grande contingente e uma enorme confiança na sua capacidade militar. Os exércitos preferiam, antes, recorrer a cavalgadas, a fossados e a assaltos noturnos. E preferiam, igualmente, a guerra de cerco, uma prática que está longe de ser exclusiva da Idade Média, verificando-se que já na Antiguidade eram comuns – por exemplo e como veremos adiante, o Império Romano praticava-os com regularidade, sendo cruciais para a sua expansão territorial.

É sobre os cercos que esta tese se centrará, mais concretamente no aparato militar que eles acarretavam, desde os engenhos às técnicas de cerco, utilizados tanto por atacantes, aqueles que cercavam determinado lugar, como da parte dos defensores, aqueles que eram cercados pelas forças inimigas. Cronologicamente, centrar-se-á no período compreendido entre os séculos XII e XIV, podendo-se em alguns momentos extrapolar para os inícios do século XV, sempre que considerar que tal se justifica.

Em primeiro lugar, após uma abordagem ao cerco em si, trataremos das questões prévias à sua prática, expondo com brevidade todo o processo de organização do mesmo. Focar-se-á o planeamento e o financiamento dos cercos, o recrutamento das hostes participantes e a sua marcha até ao local a cercar, a organização do acampamento junto ao local a cercar e, por fim, a conclusão do cerco.

Em segundo lugar, abordaremos as “figuras” centrais desta tese: os engenhos e as técnicas de cerco. Estes serão tratados de forma individual, divididos em capítulos consoante a sua utilidade/finalidade: engenhos de aproximação (escadas e torres de cerco), engenhos de destruição (desde ónagros a trabucos), engenhos de proteção (mantas e vinhas) e, por fim, as técnicas de destruição (minas e trabalhos de sapa). Em anexo será exposta a iconografia relativa a estes engenhos para facilitar a compreensão e o estabelecimento de paralelismos entre as fontes documentais e a realidade ilustrativa.

Saliente-se, antes de mais, que apenas se focará engenhos neurobalísticos, cuja propulsão é feita mediante a força gerada pela tensão ou torção de cordas. Exclui-se os engenhos pirobalísticos, engenhos cuja força de propulsão é a pólvora, surgidos apenas no século XIV. Estes últimos serão referenciados apenas em situações pontuais, como é o caso dos cercos da segunda metade do referido século, época em que surgem, com frequência, ao lado dos engenhos neurobalísticos.

Para terminar, focaremos os cercos ocorridos em Portugal durante o período cronológico anteriormente referido, inserindo os engenhos e técnicas no seu contexto específico. Apresentar-se-á ainda a iconografia recolhida sobre os mesmos engenhos, expondo-se esta no anexo final.

Capítulo 1: Os cercos medievais

Durante a Idade Média, o domínio de um espaço alcançava-se, muitas vezes, pela via da guerra a qual, por vezes, podia assumir a forma de cercos². Evitava-se confrontos diretos com o opositor, nomeadamente as batalhas campais que, à primeira vista, nos poderiam parecer dominantes nos séculos em questão. É, todavia, uma generalização errada: a guerra medieval era essencialmente uma guerra esquiva e de desgaste, concretizada na prática de ataques indiretos (p.e. assaltos noturnos e fossados). Inicialmente, estes ataques indiretos visavam sobretudo o desgaste do inimigo e a obtenção de avultados saques, à época uma forma de ascender económica e socialmente, e de subvencionar os custos de guerra. Esses ataques consistiam sobretudo em ações rápidas de cavalaria (excluindo-se, portanto, os lentos peões) entrando-se em território inimigo. Resumiam-se a atacar o inimigo e a recuar, sem penetrar demasiado no seu território e sem o ocupar de forma perene. Assim que os objetivos gerais da guerra se alteraram, passando a visar a conquista territorial, a forma de a fazer adaptou-se a esta nova realidade, dando-se primazia aos cercos.

A prática da guerra de cerco impôs-se no panorama militar português dos séculos XII e XIII, num período em que as ações militares passaram a visar essencialmente a expansão territorial. Alguns dos cercos ocorridos durante este período de Reconquista tiveram, como veremos adiante, um papel decisivo na construção de Reino do Portugal, permitindo à monarquia portuguesa crescer e impor-se perante os restantes reinos peninsulares, a Europa da época e, sobretudo, perante a Santa Sé. Destacam-se, entre outros, o cerco de Lisboa (1147), o cerco de Silves (1189) e o cerco de Alcácer do Sal (1217), os três protagonizados pelos exércitos portugueses com o auxílio de cruzados que rumavam à Terra Santa. É importante salientar que os cercos não foram uma prática exclusiva dos exércitos cristãos. Também os exércitos muçulmanos submeteram vilas ou fortalezas a cercos, como nos revelam, por exemplo, os cercos almóadas de Torres Vedras (1190), de Silves (1190 e 1191) e de Tomar (1190), entre outros.

Por outro lado, a prática dos cercos está longe de ser exclusiva da Idade Média: durante a Antiguidade era igualmente uma das formas mais viáveis de fazer a guerra,

² Garcia Fitz, F. 2005: p. 221.

sobretudo aquela que tinha objetivos expansionistas. O Império Romano recorreu frequentemente a esta prática para agregar terras ao seu território. Cercaram, por exemplo, Jotapata em 67 d.C. e Jerusalém em 70 d.C.³. Recuando ainda mais na História, e analisando registos iconográficos (figuras 6, 7, 27, 28 e 69), verificamos que os cercos também foram praticados no decurso das guerras entre os povos semitas, desde os séculos mais recuados, como o VIII a.C..

A nível prático, os cercos consistiam no bloqueio de uma determinada praça, castelo ou localidade por um exército atacante. Podiam ser efetuados por terra e, em alguns casos, mais raros, por mar. Para obter o sucesso desejado – a conquista da respectiva praça –, era necessário que o cerco fosse o mais apertado possível, de forma a impedir que o inimigo fosse auxiliado pelo exterior e que saísse das muralhas para pelejar ou obter apoios necessários à sua resistência.

Do ponto de vista do atacante, os objetivos de um cerco prendiam-se com o controlo de castelos, vilas e cidades amuralhadas. Conseguir o seu domínio significava controlar todo o território envolvente e a possibilidade de obter recursos económicos essenciais para a manutenção da guerra e do reino. Todavia, o atacante apresentava-se quase sempre em desvantagem em relação ao defensor: se este possuísse mantimentos e água em abundância, para além de uma boa guarnição, poderia resistir durante meses aos ataques do seu inimigo, podendo mesmo obrigá-lo a levantar cerco por cansaço ou falta de meios necessários para vencer a supremacia das muralhas.

Os cercos eram praticados sobretudo na Primavera e no Verão, tendo em conta as facilidades de deslocação, de abastecimento alimentar e de pastos para as montadas. Com efeito, no Inverno os caminhos apresentavam-se demasiado lamacentos e as intempéries dificultavam a deslocação. Pelo contrário, na Primavera estavam mais secos e permitiam deslocações mais rápidas. E os pastos apresentavam-se com forragens novas que resolviam o problema da alimentação dos animais.

Os cercos eram um verdadeiro “*jogo de paciência, cada um dos lados tentando desgastar física e psicologicamente o outro*”⁴. A vantagem estava com os defensores que se mantinham atrás das suas muralhas e evitavam ao máximo qualquer envolvimento direto. Aos atacantes não interessava a ocorrência de conflitos campais, face à necessidade de um grande contingente e uma enorme confiança na sua

³ Meyer, J. 2012: p.1.

⁴ Barbosa, P. 2004: pp. 56-57.

superioridade, bélica ou numérica, em relação ao inimigo⁵. Assim, um cerco poderia durar apenas alguns dias, mas também podia estender-se por semanas ou meses, não se podendo prever antecipadamente os seus resultados. De qualquer forma, conjugava-se toda a energia possível no combate das muralhas e portas das cidades, procurando-se abrir uma brecha por onde fosse possível investir para o interior da vila e tomá-la pela força. Em alguns casos, no decurso do cerco podiam-se realizar alguns assaltos diretos às muralhas da fortaleza, ainda que tal tivesse resultados imprevisíveis e resultasse num elevado número de baixas.

O prolongamento de um cerco resultava num aumento exponencial do número de baixas, causadas pela fome e pela sede, pelas doenças e pelas confrontações armadas. Este panorama ocorria tanto na hoste atacante como no seio dos defensores. Raramente um cerco era bem-sucedido se o atacante não explorasse as fragilidades do inimigo que cansado, psicológica e fisicamente, pouco conseguia fazer para resistir aos avanços dos atacantes. Por outro lado, o seu prolongamento aumentava a possibilidade da aproximação de um exército de auxílio aos defensores.

Miguel Gomes Martins afirma que a preferência e frequência dos cercos deriva da *“consciência que os sitiados tinham da posição de vantagem em que se encontravam relativamente aos sitiadores, o que os levava, muitas vezes, a evitar o enfrentamento campal e a procurar, quase sempre, refugio no interior de uma praça-forte”*, considerando que a mesma prática não desagradava ao assediante, *“que encarava o cerco como uma forma de exercer, pelo menos em teoria, algum controlo sobre o curso dos acontecimentos, o que fazia com que esta forma de conduzir a guerra servisse na perfeição ambas as partes em confronto, circunstancia que terá contribuído decisivamente para a sua grande frequência”*⁶.

Um dos aspetos mais relevantes da prática deste género de guerra era a utilização de engenhos e de técnicas de cerco, pelas duas partes em conflito. Os sitiantes procuravam pressionar o inimigo a render-se ou conseguir ultrapassar as muralhas. Os sitiados procuravam levar os adversários a levantar cerco. Em qualquer dos casos eram, muitas vezes, utilizados não tanto pela sua eficácia militar mas pela pressão psicológica que representavam. Ainda assim, ao exército atacante de nada valia a utilização de engenhos de cerco se não tivesse efetivos numerosos e bem preparados logisticamente

⁵ Martins, M. G. 2011: pp. 34-35.

⁶ Martins, M. G. 2011: p. 35.

para cercar toda a vila e para aguardar pacientemente que os defensores se decidissem a render-se.

Os engenhos utilizados nos cercos medievais podem ser divididos em várias categorias, consoante o seu objetivo e missão:

- engenhos de proteção (p.e: vinhas ou gatas), que facilitavam a aproximação das muralhas, dando proteção aos atacantes face às pedras, flechas, fogo e outras armas e elementos utilizados a partir das muralhas pelos defensores;

- engenhos de assalto (p.e: escadas ou torres de assalto), que permitiam superar a altura das muralhas e entrar no adarve;

- e engenhos de destruição (p.e: trabuco ou mangonal) especializados na aplicação de força direta contra as muralhas a uma distância considerável, visando a sua destruição e derrube.

Paralelamente aos engenhos, podiam ainda recorrer a técnicas destrutivas, nomeadamente minas e trabalhos de sapa, cuja função era a abertura de brechas nas estruturas defensivas das fortalezas cercadas e, através das mesmas, penetrar no recinto interior das mesmas.

Cronologicamente, no que toca à Península Ibérica, e segundo as fontes documentais, o cerco de Sagunto, levantado pelos cartaginenses em 219 a.C., pode ser apontado como o primeiro cerco com recurso a engenhos e técnicas de cerco, nomeadamente uma torre de assalto, dotada de engenhos destrutivos, e trabalhos de sapa⁷. De qualquer forma, verifica-se que desde o tempo de César a artilharia de cerco, mais concretamente catapultas, tornou-se permanente no seio militar, não como engenhos ofensivos mas defensivos. No que toca à Idade Média portuguesa, o cerco de D. Fernando Magno a Lamego, em 1057, durante a Campanha das Beiras, é apontado como o primeiro cerco com recurso a torres de assalto e a engenhos não especificados⁸.

Paralelamente a estes engenhos e técnicas, os atacantes podiam ainda recorrer a estratégias ardilosas e a traições, consideradas de baixo carácter, de forma a penetrar na vila. Frequentemente recorriam ao suborno de habitantes ou de membros da guarnição local para que abrissem as portas da fortaleza cercada. Ou podiam recorrer à pressão psicológica, utilizando reféns como meio de pressionar os defensores a

⁷ Garcia Diez, F.; Sáez Abad, R. 2007: p. 449.

⁸ Historia Silense, 1959: p. 190.

renderem-se. No cerco de Lisboa de 1147, os cruzados colocaram várias cabeças de muçulmanos, capturados em Almada, na ponta das suas lanças e expuseram-nas aos lisboetas. Posteriormente, em 1383, Nuno Álvares Pereira ameaçou colocar os familiares da guarnição do castelo de Lisboa sob as mantas destinadas a combatê-lo⁹. Para além destes exemplos, podemos acrescentar alguma iconografia (figura 43 e 44) onde verificamos que deveria ser recorrente utilizar corpos e cabeças como projéteis para engenhos de destruição.

Por sua vez, para além de se defender atrás de uma muralha e torres, os defensores tinham possibilidade de preparar bem a sua defesa e de aguentar muito tempo sob cerco. Um dos aspetos essenciais era que reunisse atempadamente a maior quantidade de bens alimentares possível, de preferência alimentos que não se estragassem com o tempo (p.e: trigo, carnes salgadas...) e para tal deviam solicitar ajuda de toda a população da localidade e das regiões envolventes. Foi precisamente tendo em vista a possibilidade de sofrerem cercos, aquando a guerra com Castela no reinado de D. Fernando, que

*“trabalharom-sse todos nas villas e logares dos extremos de guardarem todas as suas cousas e colherem os mantimentos pera as cercas, por nom serem achados de seus emmiigos e com eles se sopurtarem em longo cerco sobr’elles; e tiravom as portas aas casas e lançavom os vinhos a longe, que de nẽhũua cousa se podessem prestar”*¹⁰.

A existência de uma boa guarnição era essencial para a defesa de uma fortificação, devendo esta manter toda a sua atenção concentrada no inimigo e especialmente nos pontos mais frágeis da sua estrutura defensiva, observando atentamente os atacantes podiam prevenir e prever ataques que exploravam precisamente as suas fragilidades. Por último, os defensores deviam preocupar-se com a reunião do armamento e munições em grande número, necessários ao combate dos atacantes e à destruição dos seus engenhos de cerco. Flávio Vegécio Renato expunha que

“os cidadãos de qualquer idade ou sexo podem escorraçar o inimigo a partir de janela e telhados, lançando pedras e outros objetos. Para evitar este tipo de resistência, os atacantes costumam abrir as portas da cidade para oferecerem

⁹ Lopes, F. 1983: p. 81.

¹⁰ Lopes, F. 2004: p. 423.

uma possibilidade de fuga. Quando se chega a esta situação, os habitantes dispõem apenas de um último recurso, quer o ataque se dê de dia, quer de noite, e que consiste em defender a muralha, as torres e os telhados, a partir de onde podem atacar e encurralar o invasor nas ruas e nas praças”¹¹.

Em suma, a guerra praticada na Península Ibérica entre o século XI e os finais do século de XIII era, muitas vezes, uma guerra de assédio, feita de cercos com recurso a grande variedade de engenhos e técnicas que se destinavam a conquistar ou defender fortificações.

Nos séculos XIV e XV, finda a Reconquista, a prática dos cercos manteve-se frequente, alterando-se apenas os objetivos dos mesmos. Na maioria dos casos, estes cercos mais tardios destinavam-se ao desgaste do inimigo e à recuperação de praças tomadas pelo mesmo ou que, por vários motivos, haviam tomado voz pelo opositor. É o caso dos cercos levantados por D. João I no âmbito da Crise Dinástica, contra as praças que tomaram voz por D. Juan I e por D. Beatriz.

1.1: O financiamento e planeamento de um cerco

A realização de um cerco pressupunha grandes gastos financeiros para o Tesouro Real que, de uma forma geral, não tinha capacidade para financiar grandes campanhas militares. Para tal, a Coroa via-se na necessidade de recorrer a vários meios para reunir a quantia que lhe permitisse pagar ao exército e arcar com os custos da própria campanha militar. Os gastos eram muitos: era necessário pagar os soldos e as quantias aos recrutados mas também adquirir armas, montadas, víveres e outras necessidades inerentes a uma campanha militar e ao exército recrutado. Para além dos gastos habituais com a campanha, havia ainda que investir na manutenção das defesas do reino, nomeadamente das fortificações, que constituíam um importante entrave para o avanço dos inimigos e que deviam encontrar-se em bom estado de conservação porque só assim seriam capaz de resistir à força de engenhos e táticas de guerra dos inimigos.

Uma das práticas comuns para obter financiamento para a guerra era o lançamento de impostos extraordinários sobre as populações, recaindo estes de forma pesada sobre o povo, já de si desfavorecido e empobrecido em comparação às restantes classes sociais. Os pedidos de financiamento, ou impostos, eram aprovados em corte e

¹¹ Vegécio, 2006: p. 137.

só depois lançados, sendo analisadas as possibilidades de cada indivíduo e estipulado o valor a pagar por si, excluindo-se dessa avaliação os cavalos e armas¹².

Para além dos impostos extraordinários, o rei podia aplicar o *monetagium*, medida criada por D. Afonso III, consistindo num tributo concedido em cortes ao monarca para que este não tivesse que alterar o valor da moeda. De qualquer forma, a desvalorização da moeda era um recurso bastante utilizado pelos monarcas portugueses, ainda que trouxesse consequências muito negativas para o reino, nomeadamente a subida dos preços e o aumento da circulação de moeda falsa. D. João I recorreu precisamente à desvalorização da moeda e à cunhagem de um novo numisma com menos prata, “*mudanças lhe fez fazer [face] as necessidades da guerra, que muitas vezes com elRei de Castela ouve; por aazo das quaaes se lhe rrecreciam grandes despesas que escusar nom podia*”¹³.

A Coroa podia ainda recorrer a empréstimos junto de identidades privadas (p.e., membros da alta nobreza, de comunidade judaica ou do clero). Paralelamente a estas formas de obter dinheiro para financiar a guerra, existia um imposto municipal temporário, as *sisas*, que se aplicavam a todas as transações comerciais (vendas, compras e trocas) e que os concelhos usavam quando careciam de dinheiro. D. Fernando reverteu estas *sisas* temporariamente para os cofres régios de maneira a conseguir custear a guerra com Castela, e D. João I tornou-as um imposto régio permanente.

Sob ordem régia, os concelhos podiam lançar também as *fintas* e *talhas*, impostos que se destinavam sobretudo à melhoria das estruturas defensivas locais, e não tanto ao financiamento da guerra em si. A coroa poderia ainda recorrer ao financiamento junto da Igreja. No século XIV e XV, o Papa autorizou que o dízimo fosse cobrado como contribuição para o esforço de guerra contra os infiéis muçulmanos.

De todas as operações militares a prática de um cerco seria a mais dispendiosa para o Reino, já que era impossível determinar quanto tempo duraria. Efetivamente, quanto mais tempo demorasse, maiores seriam os gastos. Certo é que os custos de guerra podiam, à época, ser vistos como um investimento já que, em caso de vitória, os saques previam-se avultados, podendo compensar as despesas.

Conseguido o financiamento para a realização das campanhas militares, iniciava-se o planeamento das mesmas. A guerra era planeada tanto o quanto era

¹² Monteiro, J. G. 1997: pp. 259-251.

¹³ Lopes, F. 1983: pp. 100-101.

possível, mediante os condicionalismos da época a vários níveis, desde a superioridade dos meios defensivos face aos ofensivos, os exércitos pouco eficazes e reduzidos em número, a falta de conhecimento sobre o inimigo e o seu território, entre outros. Segundo João Gouveia Monteiro, no caso da força do defensor ser superior à do atacante, era preferível que o último se resguardasse numa fortificação resistente e que, a partir daí, atacasse o inimigo tentando desgastá-lo ao máximo e evitando a todo custo os confrontos diretos, devendo subjugar-lo através da fome, doença e cansaço¹⁴.

Planeava-se, na maioria das vezes, a guerra para alturas da Primavera e Verão, tendo em conta a necessidade do contingente em obter água, pastos para as montadas e de se abastecer a nível alimentar. Eram igualmente estações do ano nas quais os caminhos se encontravam secos e mais fáceis de percorrer, quer a pé, quer a cavalo, permitindo ao contingente deslocar-se rapidamente.

Evitava-se a realização de operações de cerco no Inverno precisamente pelos motivos opostos, ainda que se possa apontar alguns cercos realizados no Outono-Inverno, como é o caso do cerco das forças de D. João I a Alenquer e a Torres Vedras em 1384 ou o cerco a Tui de 1389. Esta última estação era, não obstante, propícia para a prática de ataques furtivos, como os famosos assaltos noturnos de Geraldo Sem Pavor que adiante focaremos.

Antes de avançar contra determinada fortaleza, era necessário recolher o máximo de informações possíveis sobre o inimigo para planear a incursão com pormenor e tentar aproximá-la o máximo possível da realidade, pretendendo-se descobrir os pontos fracos do inimigo para os explorar. Para obter estas informações era frequente a utilização de espiões, que se infiltravam no seio do inimigo para dele recolher todo o tipo de dados que poderiam ser úteis aos atacantes – num cerco, por exemplo, era útil saber como era o interior do perímetro amuralhado para decidir qual o ponto mais frágil a atacar e por onde entrar, para além de que poderiam transmitir informações sobre a situação da fortificação a nível de provisões e de homens de armas. A prática de espionagem era perigosa e apenas paga mediante resultados, ou seja, os espiões passavam as mensagens para o exterior, mas eram pagos apenas se a operação em causa fosse um sucesso.

Outra forma de recolher informações sobre o inimigo era através do envio de batedores para fazer o reconhecimento do caminho a percorrer e recolher informações

¹⁴ Monteiro, J. G. 1997: pp. 302-303.

sobre a fortaleza inimiga e o território envolvente. O batedor devia ainda provocar o inimigo de modo a induzi-lo para emboscadas ou mesmo para uma batalha campal se tal fosse favorável ao atacante.

Independentemente de resultar num cerco ou numa batalha campal, a organização das campanhas militares devia ser realizada com o máximo sigilo, evitando-se colocar o inimigo de sobreaviso.

Para manutenção do exército a recrutar era necessário providenciar alimentação para a campanha, questão primordial no seu planeamento já que a fome levava a más atuações militares e ao descontentamento dos recrutados. Afonso X de Castela e Leão recomendava aos monarcas que, em caso de se pretender colocar cerco ao inimigo, comunicassem com antecedência às populações que se pretendia realizar determinada incursão militar para que os combatentes se pudessem abastecer de armas e comida necessária. Ou seja, os recrutados deviam abastecer-se a si próprios para não passarem necessidades durante a campanha¹⁵.

Ainda assim, os monarcas adquiriam uma certa quantidade de mantimentos, comprados a baixos preços ao povo e a mercadores, para depois venderem aos combatentes, sendo que o preço era abatido no soldo que recebiam. Outra prática comum era a requisição de bens alimentares a mercadores, a título de empréstimo, ou a providência de certo número de mercadores para acompanhar a hoste, vendendo estes os seus produtos diretamente aos recrutados¹⁶.

Por último, no decurso da marcha, a hoste podia recolher alimentos e forragens através do saque às populações por onde passava, algo muito comum quando a campanha se prolongava mais tempo do que era esperado. Certo é que o consumo alimentar era racionado ao máximo para que não se esgotassem antes do fim da campanha, tarefa que cabia ao adail.

1.2: Os recrutados e a coluna de marcha

O exército medieval era recrutado temporariamente e com fins específicos, mediante as obrigações de súbditos ou vassalos para com um determinado senhor, príncipe ou rei. Para além dos recrutados por vassalagem, havia ainda quem se

¹⁵ Monteiro, J. G. 1997: p. 378.

¹⁶ Monteiro, J. G. 1997: pp. 378-381

apresentasse por livre e espontânea vontade, a título pessoal, uma vez que a guerra sempre foi vista como uma forma de enriquecimento.

Um exército assim recrutado estava longe de ser um exército homogêneo e com treino adequado à prática militar. Contrastava, neste sentido, com os exércitos romanos bem organizados, treinados e devidamente equipados pelo próprio Império. Nos exércitos da Idade Média cada recrutado equipava-se consoante as suas possibilidades financeiras, não recebendo instrução militar regular nem estando sujeito a um comando permanente. Os recrutados não estavam, também, sujeitos uma estrutura administrativa que os enquadrasse social ou financeiramente quando a guerra acabasse. Cada um prosseguia as suas atividades profissionais anteriores, como se não tivesse havido interrupção alguma.

As hostes régias eram as únicas que conseguiam reunir um grande número de homens, graças ao contributo das milícias dos concelhos, das ordens militares e aos contingentes fornecidos pela nobreza. Ainda assim, tinham igualmente um carácter temporário, reunindo-se apenas quando necessário e para determinado fim. Por outro lado, regista-se, pelo menos desde 1111, a presença de um corpo de guarda régia, a *schola reges* ou *shola regalis*, convocado com maior regularidade que, destinado à proteção do monarca, apenas se tornou permanente com D. João II, em 1485¹⁷.

Uma parte da elite do exército era oriunda da nobreza e das mesnadas senhoriais, pagas através de terra e benefícios. Dentro desta nobreza, destacava-se a alta nobreza, bem equipada e bem protegida, que se apresentava a cada *chamamento* com um contingente relativamente numeroso, integrando os seus próprios vassallos ou homens contratados mediante o pagamento de um soldo. Interessava ao monarca que estes vassallos de boa linhagem se apresentassem prontamente ao seu chamamento, concedendo-lhes regalias que os mantivessem satisfeitos e incentivando o seu treino, através da organização de torneios e caçadas, para se manterem aptos para a prática da guerra.

A Baixa Nobreza, por sua vez, tinha mais dificuldade em se apresentar com o equipamento e os cavalos necessários para combate. Sem grandes posses, o rei concedia a estes nobres propriedades de onde podiam retirar os dividendos necessários para se equiparem e manter uma montada durante um período de tempo. O rei podia ainda conceder, através de empréstimo, armas e armaduras ao nobre. A lei da lutuosa

¹⁷ Moreno, H. B. 1991: p. 30.

esclarecia que, nestes casos, o equipamento devia ser devolvido à coroa quando o nobre morresse, para que o monarca entregasse a outro *miles*.

Para além de se apoiar na nobreza, a Coroa contava com as hostes reunidas por aqueles que tinham a tenência das Terras (forma de administração territorial que se prolongou até 1287). Eram estes os ricos-homens que, até às últimas décadas de Duzentos, tinham o dever de chamar a si uma quantidade elevada de homens de armas e impor-lhes o seu comando militar. No que toca às milícias concelhias, estas começaram a ter um papel fundamental desde o início dos séculos XIII, tanto a nível defensivo como ofensivo, contribuindo para a expansão territorial. Estas milícias mantiveram a sua importância mesmo após o fim da Reconquista, mantendo um papel fundamental na prática militar do Reino de Portugal.

A monarquia portuguesa, à semelhança de outras, apoiou-se também nas Ordens Militares, implantadas no reino desde o século XII. Representavam um apoio importantíssimo, permitindo à Coroa dispor de contingentes especializados. Em Portugal regista-se a presença da Ordem do Templo, da Ordem do Hospital, da Ordem de Avis e da Ordem de Santiago, com homens experientes e treinados na arte da guerra, sendo esta a sua principal atividade profissional. Ainda que com o fim da Reconquista tenham perdido alguma relevância, nunca deixaram de estar presentes no seio da guerra portuguesa, como veremos adiante.

Um apoio fundamental para a prática da guerra era o dos besteiros do conto, devido à sua capacidade ofensiva: o tiro de uma besta ultrapassava em muito a potência dos arcos, sendo que os seus virotões podiam alcançar 200 a 300m de distância e quando disparados de perto, a 75m, eram mortais¹⁸. Os besteiros, recrutados pelos concelhos do reino, provinham essencialmente de três categorias profissionais: inicialmente eram recrutados os sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, almocreves, tanoeiros e regatões; depois os mancebos da terra, que seriam besteiros apeados; por último, integravam, de livre e espontânea vontade, os lavradores¹⁹.

De forma geral, eram chamados para integrar as hostes todos aqueles que tinham idades compreendidas entre os 16 e os 60 anos e que não apresentavam condicionantes para a servirem no exército (p.e. doenças). A maioria dos recrutados não sabia manejar armas e combatia com aquilo que possuía, desde foices a outros instrumentos não

¹⁸ Barroca, M. 2003: pp. 140-142.

¹⁹ Moreno, H. B. 1991: p. 36.

militares. Não havia, ainda, uma padronização ao nível dos uniformes que os identificassem como pertencentes a determinado grupo.

Para ultrapassar esta falta de equipamento os concelhos e príncipes passaram a criar stocks de armamento, guardado em armazéns próprios com as devidas condições de conservação e proteção, destinando-se ao equipamento de homens que não tinham possibilidades de adquirir equipamento por conta própria²⁰. Dentro deste arsenal os necessitados podiam encontrar armas com as quais poderiam combater. Já os ricos-homens e nobres com condições financeiras propícias para tal compravam equipamento militar, procurando acompanhar as inovações e criando o seu próprio arsenal.

Salienta-se que o pagamento de determinado soldo ou a posse de determinados valores (monetários ou mesmo de bens) equivalia a uma obrigação de posse de certo armamento ou cavalos. As Ordenações Afonsinas indicam que, em Lisboa e na Estremadura, todos os que tivessem bens no valor de quarenta marcos de prata, avaliados segundo a ordem dos monarcas, tinham que ter cavalo e armas, entre as quais bacinete de babeira, cota e loudel²¹.

Durante este período cronológico, o contingente militar determinante era a cavalaria, implicando portanto a posse de uma montada - os cavaleiros-vilãos (não nobres e pertencentes aos concelhos), por exemplo, distinguiam-se pela posse de cavalo e armas, tendo capacidade financeira para os comprar e manter. Porém, a dificuldade de comprar uma montada e de a manter registava-se nas classes mais baixas da sociedade e, até mesmo, na baixa nobreza, o que levava os menos abastados a utilizar cavalos rasos (mais baratos) ou mesmo bestas muares de sela e freio²². Quem tivesse bens suficientes para possuir uma montada era obrigado a adquiri-la e mantê-la apta para o exercício militar – se os concelhos eram obrigados a apresentar-se com contingentes de cavaleiros-vilãos, os ricos-homens eram obrigados a apresentar-se com um certo número de lanças, o mesmo acontecendo às ordens militares. Todos estes grupos mencionados deviam ter prática de montar a cavalo, para os orientar durante uma operação militar, e deviam, também, estar treinados para manejar armas enquanto montados.

Todavia, salienta-se que, durante um cerco, a cavalaria era remetida para um plano secundário, estando-lhe reservada a realização de investidas rápidas contra os

²⁰ Moreno, H. B. 1991: p. 31; Monteiro, J.G. 1997: p. 203.

²¹ Ordenações Afonsinas, 1998: p. 474.

²² Moreno, H. B. 1991: p. 31.

territórios envolventes à vila ou fortaleza cercada ou, caso as portas fossem abertas ou derrubadas, alguma investida. No primeiro plano de um cerco encontrava-se a peonagem, cabendo a ela a realização de assaltos contra as muralhas e a própria utilização dos engenhos. Assim, durante um cerco, a cavalaria permanecia sempre apeada, utilizando-se apenas os cavalos para a realização das práticas referidas anteriormente.

Para além de homens para combate era necessário recrutar homens que apoiassem o exército noutras funções não militares. Referimo-nos a carpinteiros, pedreiros, ferreiros, carroceiros, herbanários e outros profissionais que permitiam fazer face às necessidades do exército, quer a nível militar como a outros níveis (p.e. saúde). Dentro destes, era extremamente importante a presença de mestres de engenhos e de homens que os soubessem utilizar corretamente e com eficácia.

Não obstante, para a prática de um cerco o número de homens reunidos devia ser muito elevado para evitar a possibilidade de supremacia dos defensores. Por mais reduzida que a guarnição local fosse, havia sempre a possibilidade de os cidadãos comuns pegarem em armas para defender as suas vidas e pertences, podendo assim ultrapassar a capacidade numérica do atacante. Interessava ainda aos atacantes que o seu número fosse elevado para bloquear totalmente a fortaleza, dividindo os homens por vários acampamentos.

Assim, o sucesso de um cerco estava sobretudo dependente do número de homens reunido: um exército pouco numeroso não seria eficaz contra uma fortaleza. Foi por não dispor de um grande exército que D. Afonso Henriques optou por um assalto noturno, e não por um cerco, para tomar Santarém. Por outro lado, seguindo a mesma linha de raciocínio militar, pediu auxílio aos cruzados para cercar Lisboa, o mesmo acontecendo com os seus sucessores na tomada de Silves e Alcácer do Sal. Estima-se, por exemplo, que D. Sancho I no cerco de Silves, em 1189, contou com 3.500 cruzados que se juntaram a um número indeterminado de portugueses. Já D. João I contou com *“oitocentas lanças e quinhentos archeiros e seis mil homens de pee”*, incluindo auxílios britânicos, nos cercos de Lobón e Cortijo²³. Outros números, fornecidos adiante, permitirão mostrar o quanto era importante para o exército atacante contar com um número elevado de homens, fator que se sobrepunha, em importância, aos engenhos de cerco.

²³ Lopes, F. 2004: p. 472.

No reinado de D. Fernando, face à degradação do sistema de recrutamento feudo-vassálico, provocado pela recusa da nobreza em combater e dos exércitos reunidos serem pouco aptos para a guerra, criou-se de um “*sistema de remunerações*”, que garantia a prestação de serviços militares através do pagamento de soldos e quantias²⁴. Ao vincular através de uma remuneração o recrutado ao seu senhor, a Coroa podia estimar um número aproximado de homens com os quais podia contar durante três meses e confiar que estes se apresentariam suficientemente equipados, com armamento que variava consoante o valor do soldo. Ainda assim, os três meses de vínculo tendiam a ser insuficientes para a prática de um cerco que, como vimos anteriormente, se podia prolongar por vários meses. Neste último caso, os recrutados podiam receber compensações, em bens ou em dinheiro, pelo prolongamento do período de guerra.

De qualquer forma, estes exércitos recrutados para a prática de cercos (ou outro tipo de ação militar) eram muito heterogêneos, não havendo uma coesão entre recrutados. Na maioria dos casos, estes não tinham qualquer preparação prévia que os tornasse aptos para a prática da guerra e para a participação em ataques conjuntos e coordenados.

O exército em marcha resultava numa longa coluna ou linha de marcha, que se deslocava de forma lenta, evitando-se a existência de várias colunas por razões de segurança e pelo estreitamento das vias de comunicação que impossibilitava a passagem de colunas lado-a-lado. Cabia ao adail escolher os caminhos mais seguros, protegendo a hoste dos caminhos perigosos e guiando-a por locais propícios à obtenção de água, lenha e pastos. Por outro lado, este devia saber quais os lugares mais adequados para a prática de emboscadas - tanto para as evitar como para as realizar.

João Gouveia Monteiro distingue dois tipos de marcha: a marcha itinerária e a marcha de aproximação²⁵. A primeira é uma marcha sem urgência, que se desloca lentamente com os peões à cabeça, seguidos pela cavalaria e trem de apoio. A segunda era uma marcha previamente organizada, pronta a entrar em formação de batalha em caso de aproximação do inimigo, com a cavalaria dividida pela vanguarda e retaguarda, de modo a desdobrar-se rapidamente em situação de perigo, e entre esta divisão encontravam-se os peões e o trem de apoio (este devia ser protegido nos flancos).

²⁴ Martins, M. G. 2011: pp. 18-20.

²⁵ Monteiro, J. G. 1997: pp. 335-336.

A retaguarda devia ser a mais protegida durante o avanço do exército, estando mais sujeita a ataques inimigos do que a vanguarda, sendo que quanto maior fosse o exército mais propício estava a sofrer emboscadas ou armadilhas. Face ao perigo era necessário que se batesse o caminho para evitar locais propícios a emboscadas como é o caso de lugares estreitos ou desfiladeiros. O sucesso da marcha estava dependente do itinerário escolhido pelo adail.

Quando o rei se deslocava com a hoste, a sua proteção era importantíssima. Aqueles que o acompanhavam não podiam afastar-se do seu pendão, salvo se assim fosse ordenado. A queda de um rei representava a queda de um reino, devendo-se proteger o rei acima de tudo, evitando que se expusesse na vanguarda ou a situações de perigo.

O próprio itinerário devia ser mantido em sigilo, para evitar que o inimigo programasse emboscadas e outro tipo de ataques que poriam em causa os futuros cercos ou qualquer tipo de confronto que se pretendesse realizar. Evitavam-se as marchas noturnas já que o perigo aumentava consideravelmente ao anoitecer e a hoste podia enganar-se no caminho. Atravessar rios exigia também cuidados redobrados, devendo-se seguir os conselhos de Vegécio para o fazer: aconselhava que, no caso de o rio ser largo, devia formar-se duas linhas de cavaleiros para que a infantaria passasse entre elas, a linha superior quebraria a força das águas e a inferior apanharia quem fosse arrastado; se o rio fosse largo e com águas profundas deveriam abrir canais para dividir o rio e facilitar a sua travessia; por último, em rios navegáveis podia-se atravessar de uma margem para a outra em barcas, transportadas previamente no trem de apoio, ou então podia-se construir com barris vazios e tábuas de madeira algumas jangadas, sendo que os cavaleiros nadariam de uma margem para a outra sem armamento, transportando as jangadas atrás de si²⁶.

De qualquer forma, um exército em marcha estender-se-ia por quilómetros, o que justificava a sua lentidão, sobretudo tendo em conta que deslocava ainda um trem de apoio. Este trem de apoio era constituído por um número variável de carroças, onde se transportava o armamento, as tendas e os apetrechos necessários para o cerco, nomeadamente madeira e ferramentas para a construção de engenhos e instrumentos de combate. Acrescente-se, no fim, as cabeças de gado necessárias à alimentação do contingente militar.

²⁶ Monteiro, J. G. 1997: pp. 342-244.

Ainda em relação aos engenhos de cerco, estes podiam ser transportados na carriagem, sobretudo aqueles que fossem pré-fabricados (p.e. escadas). Evitava-se deslocar engenhos de cerco devido à sua dimensão e peso elevado, preferindo-se construí-los nos arraiais e consoante as necessidades do exército.

Durante a marcha era necessário fazer algumas pausas para a hoste e os animais se alimentarem, tal como para recuperarem energias antes de prosseguir caminho. A pausa era um momento de insegurança, já que expunha o exército aos inimigos, devendo ser feita com o máximo cuidado possível, evitando-se locais inseguros ou propícios a emboscadas. Caso a paragem fosse para pernoitar deviam ter cuidados igualmente redobrados com o acampamento, seguindo os princípios base que adiante citaremos.

1.3: O acampamento

Um dos aspetos mais relevantes para o sucesso de um cerco era a escolha do local onde assentar o acampamento (figura 1 e 2). A escolha de um bom local para o assentar contribuía para o aumento da capacidade do atacante em fazer face à superioridade dos defensores que, estando protegidos atrás de uma muralha, permaneciam em vantagem. Esta era a primeira preocupação do exército ao chegar ao local a cercar.

O local devia ser criteriosamente seleccionado, observando-se atentamente o terreno antes de o escolher, o que tendia a ser feito ainda durante o planeamento das operações de cerco. Devia ser, de preferência, um local suficientemente afastado das muralhas para não ser um alvo fácil dos tiros realizados a partir do adarve inimigo, e que tivesse lenha, forragens e água em abundância para abastecer a hoste. Flávio Vegécio Renato aconselhava a *“tomar especial cautela com elevações ou proeminências no terreno circundante, pois tornam-se perigosas quando o inimigo se poderá delas”*²⁷.

D. Afonso V aconselhava, por sua vez, que o arraial devia ser assentado num lugar forte e defensável, estando a escolha do local a cargo do condestável, homem de

²⁷ Vegécio, 2006: p. 46.

extrema confiança do monarca²⁸. Ao marechal, por sua vez, cabia repartir a hoste pelo acampamento e assegurar a segurança do mesmo.

No caso de o exército ser numeroso, ou de a localidade ser pequena, devia-se escolher vários locais para assentar mais do que um acampamento, de forma a bloquear totalmente a praça. Todavia, caso o exército fosse reduzido em número ou o local de dimensões elevadas para ser totalmente cercado, o ideal era concentrar o acampamento num só local para que não ficasse demasiado exposto e frágil com a divisão do exército²⁹.

No cerco de Lisboa de 1147 os cristãos dividiram-se por três acampamentos distintos (figura 3), localizados longe das muralhas, tendo em conta quer a necessidade de isolar toda a cidade, quer o exército numeroso que acompanhava D. Afonso Henriques. A Crónica de Portugal de 1419 apenas refere dois dos três acampamentos: “*el-Rey dom Afonso tomou seu arrayal da parte donde ora he edifiqado o moisteyro de Sam Viçente de Fora, e os ingreses e as outras gemtes estranjeyras tomarom onde sam os Marteres*”³⁰. Outro exemplo é o cerco de Valência de Alcântara por D. João I, onde o seu exército se dividiu precisamente por dois acampamentos distintos, um “*alem do Tejo que vai per hũa parte do luguar, e outro daquém pera ser todo cercado*”³¹.

O acampamento devia situar-se ainda num local propício a surtidas contra o território envolvente quando necessário. Estas surtidas eram uma das atividades principais de um cerco, visando o desgaste do território e impedindo que as populações vizinhas tivessem capacidade para auxiliar o local cercado. Por outro lado, permitiam igualmente a recolha dos bens essenciais para a sobrevivência do exército, sobretudo se o cerco se prolongasse mais tempo do que o inicialmente era esperado.

Escolhido o local ou locais para implantar o acampamento, era tempo do exército se preocupar com o estabelecimento de um perímetro de segurança em seu redor para repelir o inimigo, caso este decidisse investir militarmente. Os cavaleiros estavam expressamente proibidos de desmontar dos seus cavalos até que toda a hoste estivesse no local e a defesa do acampamento estivesse assegurada. Pretendia-se com esta medida proteger a restante hoste contra possíveis ataques, efetuados num momento de confusão como era o da chegada ao local e da preparação do acampamento³².

²⁸ Ordenações Afonsinas, 1998: pp. 290-291.

²⁹ Ordenações Afonsinas, 1998: p. 297.

³⁰ Crónica de Portugal de 1419, 1998: p. 48.

³¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 403.

³² Monteiro, J. G. 1997: p. 372.

Antes de mais, era necessário regulamentar um sistema de vigilância noturno e diurno, para que o local permanecesse sob vigia durante 24h. A vigilância estava a cargo de vários grupos, com um determinado número de besteiros e homens de armas, que se revejavam entre si para a defesa do acampamento. Aqueles que integravam estes grupos deviam cumprir zelosamente a sua vela ou ronda, estando proibidos de abandonar os seus postos sob pena de morte, exceto quando recebessem ordens superiores para tal³³. Para além das vigias no acampamento, deviam ser instaladas escutas (atalaias) em zonas próximas e longínquas do acampamento para patrulhar o território envolvente e prevenir a aproximação de exércitos inimigos³⁴. Caso a praça cercada tivesse acesso ao rio ou ao mar, era necessário que existisse também uma patrulha naval, prevenindo-se a aproximação de frotas inimigas e ataques navais.

De forma a proteger fisicamente o acampamento, podia-se escavar um fosso e erguer paliçadas em seu redor, tendo especial atenção as zonas mais frágeis do local. Afonso X de Leão e Castela mandou abrir um fosso em torno do seu acampamento aquando o cerco de Algeciras, precisamente para evitar ataques surpresa dos defensores da praça³⁵. Em relação à entrada do acampamento, esta devia estar localizada na zona mais forte e bem protegida do mesmo.

A organização era essencial. Os acampamentos eram criteriosamente organizados, assemelhando-se por vezes a verdadeiras vilas, com lotes de tendas e arruamentos entre si. A carriagem e os engenhos deviam estar colocados igualmente na zona mais protegida do acampamento, suficientemente afastados do alcance do fogo ou pedras dos inimigos. Já os artífices concentravam-se numa só zona do acampamento e os animais para abate e as bestas de carga deviam ser colocados em locais onde o mau cheiro não incomodasse a hoste. Em relação às tendas, estas eram assinaladas com os pendões do respetivo senhor e alinhadas o mais possível para que entre elas houvesse espaço suficiente para circularem homens e cavalos.

Assim, o acampamento era erguido tendo em conta o número de homens que compunham a hoste e a carriagem que deslocavam. Não devia ser demasiado largo para não se dispersarem as forças, mas também não devia ser muito reduzido para que as tendas não ficassem demasiado aglomeradas e com pouco espaço de circulação. Eram medidas importantes para que, em caso de ataque, os sitiadores conseguissem defender-

³³ Ordenações Afonsinas, 1998: p. 303.

³⁴ Ordenações Afonsinas, 1998: p. 291; Monteiro, J. G. 1997: p. 374.

³⁵ Torremocha Silva, A. 1987-1988: pp. 241-242.

se rapidamente e não se gerasse confusão, podendo-se deslocar facilmente de um ponto para outro do acampamento.

1.4: A conclusão do cerco

O sucesso de um cerco poderia demorar semanas ou meses a ser alcançado, dependendo da capacidade ofensiva dos atacantes e da capacidade defensiva dos defensores, como vimos anteriormente. Por outro lado, alguns cercos podiam ser muito breves, sobretudo se visassem o desgaste da localidade e não a sua conquista. Podemos dar alguns exemplos: o cerco a Lisboa (1147) durou quatro meses, assim como o cerco a Alenquer e Montemor-o-Velho (1211), o cerco de Silves (1189) durou mês e meio, já o cerco castelhano a Elvas (1381) durou vinte e cinco dias e o cerco castelhano a Castro Marim (1337) durou apenas dois dias³⁶.

Na generalidade, os cercos terminavam perante a incapacidade do defensor em continuar a resistir ao bloqueio armado dos atacantes, reduzindo-se a sua capacidade militar e logística. O esgotamento dos bens alimentares e, sobretudo, da água pela parte dos defensores e a propagação de epidemias, associadas ao número crescente de baixas, eram fatores de grande peso para a decisão de preitejar ou mesmo para a entrega imediata da praça ou vila.

Por outro lado, a utilização contínua de engenhos de cerco minava a capacidade de resistência das estruturas defensivas e dos próprios defensores. As torres de assalto eram os engenhos mais temidos neste panorama e, como veremos adiante, tendiam a precipitar a rendição da cidade face ao perigo iminente de uma penetração da hoste atacante. O vislumbre de um futuro negro, com saques e massacres, pressionava psicologicamente os defensores que, perante a necessidade de assegurarem as suas vidas e bens, pediam tréguas e tentavam chegar a acordos vantajosos com os inimigos.

A forma mais comum de tomar posse de uma cidade era através da *preitesia*. Esta correspondia a período temporário de paz – normalmente entre os trinta a quarenta dias –, durante o qual os atacantes podiam entrar em contacto com os seus senhores ou apoiantes, fazendo-os saber que se encontravam prestes a render-se caso não comparecessem para os auxiliar. Neste caso, se não fossem auxiliados, como acontecia

³⁶ Brandão, Fr. A. 1972, 4ª parte: p. 76; Barroca, M. 2003: pp. 44, 49-51; Monteiro, J.G. 2003: p. 258; Martins, M. 2005: p. 69; Martins, M. 2011: pp. 78-145.

na maioria dos casos, ficavam obrigados a entregar a fortaleza aos atacantes findo o prazo estipulado. Por outro lado, o contacto com o senhor poderia ser apenas uma formalidade para que o alcaide pudesse entregar a fortaleza sem desonra³⁷.

Para que o acordo fosse seguro, os envolvidos trocavam alguns reféns como garantia de que não ocorreriam traições e que tudo correria conforme o acordo estabelecido. Ainda assim, a troca de reféns não garantia totalmente a boa-fé dos defensores, estando os atacantes sujeitos a traições ou ataques surpresas. No cerco de Guimarães (1385), por exemplo, apesar da troca de reféns, os defensores não respeitaram a promessa de não levar alimentos para o interior da vila durante os trinta dias de tréguas, valendo-lhes novos ataques e o fim da preitesia antes do tempo estabelecido³⁸.

As negociações não pressupunham uma rendição, podendo os acordos apresentados não serem aceites por ambas as partes, tendo-se em conta que cada contingente procurava favorecer-se o máximo possível. Era comum que os defensores apelassem para que os atacantes os deixassem manter as suas posses e as suas vidas, o que levava à redução dos saques e provocava descontentamento dentro da hoste assediante. Por outro lado, se os atacantes verificassem que estavam em superioridade e que poderiam tomar a praça cercada através das armas podiam recusar-se a aceitar a preitesia e o cerco prosseguia. Esta última situação ocorreu, por exemplo, no cerco de Ponte Lima por D. João I, que se recusou a aceitar a preitesia de Lopo Gomes de Lira por ter tomado até então quase toda a vila pela força das armas, faltando-lhe apenas tomar uma das suas torres e que pouca resistência lhe podia oferecer³⁹.

Se as negociações resultassem realmente numa rendição, procedia-se à mudança da guarnição, substituindo-se a existente por uma guarnição escolhida entre os atacantes, ainda que se pudesse verificar que nem sempre os acordos eram respeitados corretamente. Nem sempre as negociações permitiam a salvaguarda da vida e dos bens dos defensores, sendo frequente a prática de violência e de excessos durante a tomada da vila e a repartição do saque obtido. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante a entrada das forças cristãs em Lisboa, findo o cerco de 1147, como veremos adiante.

³⁷ Monteiro, J.G. 1997: p 572.

³⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 27-28.

³⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 38-39.

Capítulo 2 – Engenhos de aproximação

Os engenhos de aproximação, tal como a própria designação indica, serviam para permitir a aproximação dos sitiante às muralhas e/ou torres inimigas, mas a sua principal função era permitir que os soldados ultrapassassem a barreira física que uma muralha constituía, superando a sua altura, e alcançassem o adarve. Para serem eficazes, estes engenhos tinham de ter altura superior à das torres e muralhas sitiadas, de maneira a ficarem ao mesmo nível ou a um nível superior para se perpetrar o ataque.

Neste grupo de engenhos integramos apenas as escadas e as torres de assalto que, apesar de serem bastante diferentes do ponto de vista formal, tinham funções semelhantes. Ambos os engenhos deviam ultrapassar a altura das muralhas, de modo a permitir que os contingentes sitiante entrassem no adarve para tomar o lugar. Para tal era necessário recorrer a métodos que permitissem calcular a altura das estruturas, para que não se fizesse escadas ou torres de assalto demasiado curtas e, portanto, inúteis.

Flávio Vegécio Renato explica como calcular a altura das muralhas através de dois procedimentos: o primeiro consistia na utilização de um fio atado à ponta de uma seta que seria disparada na base da muralha e que, ao subir, permitia calcular a altura da mesma (figura 5); o segundo método consistia na medição das sombras das muralhas e das suas torres assim que o sol comesse a descer, comparando os valores obtidos com os verificados, no mesmo local e à mesma hora, com uma estaca de 10 pés de comprimento⁴⁰.

Destes dois engenhos, as torres de assalto tiveram uma maior preponderância, devido à sua capacidade de proteger os atacantes durante a aproximação e permitir, ao mesmo tempo, que estes passassem para o adarve das muralhas inimigas. De resto, podemos questionar se as escadas de assalto devem ser incluídas no grupo dos “engenhos de cerco”, já que a sua utilização neste panorama era muito reduzida, por serem frágeis e sobretudo por deixarem os seus utilizadores expostos ao tiro do inimigo, sendo, por isso, mais utilizadas em assaltos noturnos. As escadas adaptavam-se às necessidades inerentes dos assaltos surpresa, protagonizados durante a noite, por serem leves, simples de executar e fáceis de transportar. Para além dos exemplos portugueses, que adiante abordaremos, registemos a sua utilização, em 1172, no cerco almorávida de

⁴⁰ Vegécio 2006: p. 140.

Huete⁴¹. Ainda assim, e porque surgem, esporadicamente, ao lado das torres de cerco e de outros engenhos (figuras 46,54,57), optamos por as incluir neste capítulo.

Recorrendo novamente a Flávio Vegécio Renato, este autor clássico dá ainda conta da existência de outra forma de assaltar as muralhas: através de uma *viga oscilante* ou *toleno*⁴². Este toleno consistia numa trave de grandes dimensões, espetada no solo, com uma outra viga atravessada na sua ponta superior que suportaria um engenho de madeira onde seriam colocados alguns homens de armas – uma das pontas da viga atravessada desceria, através de cordas, permitindo que a outra ponta se elevasse e os homens fossem colocados ao nível do adarve, passando para ele. Infelizmente, esta foi a única referência encontrada em relação a este “engenho” podendo-se considerar, portanto, que terá sido pouco utilizado no panorama dos cercos, pelo menos no que toca aos cercos medievais.

2.1 – Escadas

O uso das escadas será anterior ao uso das torres de assalto, sendo à partida um dos objetos que desde cedo permitiu superar estruturas defensivas de grande altura e aceder aos adarves, não se afastando muito das escadas que hoje em dia ainda utilizamos. A sua antiguidade é, por exemplo, comprovada por painéis provenientes do Império Neo-Assírio (figuras 6 e 7), cuja cronologia vai desde o século X a.C. ao século VII a.C., onde são representadas em conjugação com torres de assalto.

Construídas (e reparadas quando necessário) nos próprios arraiais e no decorrer do cerco, à semelhança de outros engenhos, as escadas eram feitas de madeira (figuras 12 e 14) ou mesmo de corda (figuras 13 e 25). Eram leves e facilmente transportadas, ainda que a sua altura fosse elevada, tendo de superar a das muralhas como referimos anteriormente. Em todo o caso deviam ter robustez suficiente para permitir que, pelo menos, dois homens subissem ao mesmo tempo.

As escadas podiam possuir ganchos de ferro no topo superior (figura 14), que encaixariam no parapeito da muralha, permitindo aumentar a sua estabilidade e equilíbrio, para além de permitir que estivessem mais seguras do que com simplesmente homens a segurá-las na base. As extremidades inferiores deviam ser pontiagudas para que a escada fosse fixada no solo com maior facilidade (figuras 12 e 14).

⁴¹ Garcia Fitz, F. 2005: p. 228.

⁴² Vegécio 2006: p. 135.

Algumas escadas de assalto podiam ser dotadas de rodas, sobretudo quando eram utilizadas em cercos, facilitando a sua aproximação às muralhas. É o caso das duas escadas, com aproximadamente 32 m de altura⁴³, construídas para o cerco de Melgaço, em 1388, por ordem de D. João I. O cronista Fernão Lopes descreve-as:

*“... levava cada quatro rodas e os eixos de ferro bem grosos, e sobre ellas seis traves alltas como esteios, acompanhadas doutros paos pera se mamterem, naom todas de hũa altura, seguundo compriam. E em cada hũa duas polles de guimdar, que guimdavam doze cabres grosos de linho canave, e tres dobaduras detras pera guimdarem e dous grandes cabres estamtes como de naaos. E hia cada hũa escalla preguada de tavoas grossas sobre quatro paos compridos como pomtõeoes, em que avia de lomguo coremta e oito covados e amcho nove, e cincoemta degraos de meios pomtõeoes e caniços, e coiros de vaca verdes nos lugares omde compriam, pera hirem cada hum na bastida de sua parte”*⁴⁴.

Durante os cercos, estas escadas, encostadas às muralhas, eram utilizadas em coordenação com outros engenhos ou técnicas de cerco (figura 8, 16 e 57), como torres de assalto, para que os sitiadores tivessem dificuldades em combater várias frentes de ataque e passassem quase despercebidas no meio da confusão que no momento reinava. Assim, de certa forma e com alguma sorte, os seus utilizadores entravam na muralha quase de surpresa.

Escalar uma muralha com estas escadas era uma operação de alto-risco. As vantagens destes “engenhos” eram essencialmente a sua leveza e a facilidade de transporte. Mas, frágeis como eram, corriam o risco de se partirem e de colocar em perigo a vida dos homens que nelas subissem. Por outro lado, o facto de serem encostadas à muralha, colocava em perigo os escaladores, que ficavam completamente desprotegidos e ao alcance dos projecteis (p.e. pedras) lançados pelos sitiados a partir do adarve, sem qualquer hipótese de se defenderem ou protegerem. Qualquer que fosse o seu material – corda ou madeira – as escadas podiam ser incendiadas. As de corda podiam ainda ser cortadas. As de madeira, hirtas, podiam também ser empurradas pelos sitiados até caírem por terra, o que arrastaria consigo todos aqueles que nelas se encontrassem (figuras 11, 17, 18). E as de madeira, ao serem mal encostadas às muralhas, podiam cair ou mesmo partir com o peso excessivo dos sitiadores.

⁴³ A altura das escadas foi calculada sabendo que o côvado media 66 cm e, portanto, o meio côvado equivalia a 33cm (Barroca, M. 1992: p.53).

⁴⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 294.

No cerco de Silves, em 1189, umas das escadas caiu por não ter sido encostada corretamente à muralha: “... pusessem a escada e, pela gram trigança, como se se fazer taes feytos, nom a puseram e asentarom bem e, indo a escada chea de gemte, trabalhando cada hum por ser o primeyro, descomçertou-se o assentamento e cayo com eles e vyerom todos a terá”⁴⁵. Já no cerco de Campo Maior por D. João I, em 1388, uma das escadas partiu: “... e imdo certos homēes na escala (...) aconteceo que quebrou, e foram muitos feridos, e prouve a Deos que nam morrer nenhũ”⁴⁶.

Todavia, as quedas das escadas de assalto não eram, como vimos, o único perigo a que os seus utilizadores estavam sujeitos: os sitiados podiam impedir o avanço dos sitiadores no interior do recinto, através do fogo ou mesmo através de ataques armados, obrigando-os a recuar e a descer novamente pelas escadas. A Crónica de D. Fernando remete-nos para um acontecimento semelhante, ocorrido no cerco de Toledo por D. Henrique de Castela, irmão do monarca castelhano D. Pedro I:

“... os do arreall poserom logo escaadas aa torre, e sobirom acima bem quarenta homēes e poserom em ella conquo bandeiras; os da cidade, veendo aquesto, poserom fogo aa torre da parte de dentro, que era mais baixa, e os de cima, nom o podendo sofrer, ouverom todos de leoixar a torre e decerom-sse pelas escaadas”⁴⁷.

Por estes motivos eram utilizadas sobretudo nos assaltos noturnos (figuras 17 e 18), sendo neles imprescindíveis. Ao contrário dos cercos, os assaltos noturnos consistiam em ações furtivas, realizadas durante a noite com o maior secretismo possível para que o fator surpresa estivesse presente e com ele se pudesse eliminar o inimigo tomando posse da sua fortaleza. Eram protagonizados por um pequeno grupo de homens de armas, habituados a confrontos corpo-a-corpo, conhecedores do terreno, do inimigo e dos seus costumes, com pouco armamento e sobretudo com armamento ligeiro para se moverem rapidamente e em silêncio. O facto de atacarem durante a noite, encobertos pela escuridão e de, por vezes, tirarem partido de más condições climáticas (chuva, neve, neblina...), permitia que apanhassem o inimigo nas horas em que estava mais cansado, sobretudo na fase final dos turnos de ronda, quando a sua reação seria mais lenta.

⁴⁵ Crónica de Portugal de 1449: p. 93.

⁴⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 299.

⁴⁷ Lopes, F. 2004: p. 69.

O grupo aproximava-se o mais silenciosamente possível da muralha, aí encostava as escadas e subia-as. Depois, ao chegar ao adarve apanhariam as guarnições de surpresa, devendo eliminá-las antes que soasse o alarme. Se a missão tivesse sucesso tomariam a praça-forte, não dando oportunidade ao inimigo de se defender, ainda que normalmente estivessem em inferioridade numérica.

Segundo Miguel Gomes Martins, seria muito útil para os assaltantes saber dialogar na língua dos adversários para, no caso de serem detetados, puderem responder na sua língua, o que permitiria enganá-los se necessário e ganhar algum tempo⁴⁸. Além do mais, como já foi referido, os assaltantes deviam ter um profundo conhecimento sobre a estrutura a tomar, para além das rotinas e hábitos dos seus locais de modo a que pudessem aproveitar todas as suas falhas e distrações, o que implicava uma observação e estudo prévio do inimigo e também da sua defesa. Flávio Vegécio Renato dizia que

*«... é da maior importância observar bem os costumes do inimigo e ficar a conhece-los (...) nessa condição podem surgir oportunidades de os surpreender, uma vez que se ficam a saber as horas em que costumam descansar do trabalho ou estão menos vigilantes»*⁴⁹.

Mas, tal como nos cercos, a utilização das escadas em assaltos não estava isenta de riscos: para além de puderem quebrar, podiam também ser mal colocadas e cair por terra, provocando o fim de qualquer esperança de penetrar na fortaleza, pois o inimigo detetaria a sua presença e daria o alerta, impedindo que continuasse o plano.

Por exemplo, na tomada por assalto de Santarém, em 1147, um grupo de portugueses⁵⁰ utilizou duas escadas, mas uma delas acabou por resvalar da muralha e caiu por cima de uma das casas existentes no arrabalde, com grande estrondo. Apesar disso, os homens prosseguiram e apressadamente voltaram a encostar a escada à muralha, continuando o plano:

“... não fe podendo fegurar a efcada, pofto q fuftentada com a ponta de hũa lança, veio refaluando pella pared, & caio fobre hũa cafa, fazendo grande efrondo. Tomou então com muita preffa o bõ Caualeiro (Mem Ramirez) fobre feus hõbros hũ mancebo alto, chamado Moigeme, para que ataffe feguramente a

⁴⁸ Martins, M.G. 2011: p. 65.

⁴⁹ Vegécio 2006: p. 138.

⁵⁰ Miguel Gomes Martins (2006: p.14) aponta que 120 homens (10 grupos de 12 indivíduos cada) sobem as muralhas de Santarém, já Fr. António Brandão (1972, pp. 164) diz que “*não eraõ mais que vinte & finco*”.

efcada nas ameas do muro, & como o tiueffe feito fubio o que leuaua a bandeira Real, e logo Mem Ramirez, & outros”⁵¹.

Os que conseguiram alcançar o adarve desceram para o interior do recinto e abriram uma das portas da cidade, por onde entrou o restante grupo de militares, liderados por Afonso Henriques.

A divisão das forças em dois ou mais grupos, como no referido assalto a Santarém, surge em resposta à necessidade de tomar locais mais fortes e difíceis de conquistar. Nestes casos, um primeiro grupo (que podia até estar dividido em vários subgrupos) subiria às muralhas através das escadas com a missão de abrir as portas do lugar, enquanto o segundo grupo aguardava pela abertura das portas num local protegido, preparado para, mal as portas fossem abertas, se juntarem aos que já estavam dentro da praça, redobrando forças, o que permitiria que a tomada fosse mais rápida e eficaz.

Para concluir, estes assaltos eram uma alternativa à prática dos cercos, sobretudo quando não havia meios humanos e logísticos suficientes para cercar a fortaleza ou lugar, visto que não necessitavam de grande financiamento nem de um grande contingente, sem os quais era impossível cercar e tomar um lugar.

2.2 – Torres de Assalto

À semelhança do que se verifica em relação às escadas, as torres de assalto⁵² já estão presentes no século IX a.C., encontrando-se representadas em relevos de iconografia militar de origem oriental (figuras 27 e 28). Nos séculos seguintes continuaram em voga, utilizando-se em conflitos bélicos protagonizados pelos diversos impérios que se seguiram, como foi o caso do Império Macedónico ou Romano. O seu uso prolongou-se até à Idade Média, durante a qual foram utilizadas de forma sistemática, sendo um dos engenhos de maior importância na resolução dos cercos deste período.

Em Portugal, o uso de torres de assalto regista-se pela primeira vez, durante a Idade Média, no cerco de Lamego de 1057. Na *Historia Silence* regista-se que foram utilizadas “*turribus et diuersorum generum machinis*”, ou seja, torres de assalto e

⁵¹ Brandão, Fr. A. 1972: p. 164.

⁵² O termo mais comum será *torre de assalto* mas este engenho pode surgir também como designadas como *torre de assédio*, *torres de cerco* ou *bastida*, sendo que destas a última pouco utilizada. João Gouveia Monteiro (2000: p. 208) refere ainda que podem surgir como “*castelos móveis*”.

outros engenhos de cerco não especificados⁵³. Saliente-se que esta é também a primeira referência à utilização de engenhos de cerco em Portugal na Idade Média.

Massivamente utilizadas nos cercos medievais, as torres de cerco permitiam a aproximação dos sitiadores às muralhas inimigas ao mesmo tempo que os protegia dos ataques executados pelos sitiados, nomeadamente do contínuo lançamento de pedras, fogo e outros materiais a partir das muralhas e torres das suas fortalezas. Podemos considerar, portanto, que este engenho de aproximação era ao mesmo tempo um engenho de proteção mas também de destruição já que possuía, na maioria das vezes, um aríete incorporado.

As torres de assalto eram constituídas de madeira (figuras 29 a 33), com altura sempre superior à das muralhas, para que o patamar superior ficasse acima da linha do adarve – jamais poderiam ser de altura inferior pois seriam inúteis e não permitiriam que os sitiadores acessem aos adarves inimigos, colocando, pelo contrário, os seus utilizadores em situação de perigo. A largura, por sua vez, devia ser proporcional à sua altura, para que o engenho tivesse estabilidade suficiente para se manter na vertical e aguentasse todo o peso que lhe era imposto. No decorrer do cerco de Alcácer do Sal, em 1217, foram construídas duas torres de cerco descritas como “*turres castris magis altis*”, traduzindo-se como “*duas torres mais altas do que a do castelo*”⁵⁴. Este é apenas um dos exemplos de como as torres de cerco eram construídas com altura superior à das muralhas a tomar.

Segundo Flávio Vegécio Renato, as torres de assalto, cuja aproximação colocava o inimigo em grande perigo, eram “... *grandes máquinas muito parecidas com um edifício e feitas com vigas e tábuas. Estão muito bem protegidas com um revestimento de couros ou peles, para que um tão grande investimento não possa ser incendiado*”⁵⁵.

Internamente, as torres de assalto dividiam-se em três patamares distintos, ainda que se possa considerar que, em alguns casos, o número de patamares fosse superior, dependendo das necessidades do momento. Os vários pisos ou patamares eram interligados entre si por escadas de madeira.

O piso térreo destinava-se à incorporação do aríete, suspenso por cordas ou correntes, que era utilizado contra as muralhas a fim de abrir uma brecha e provocar desmoronamentos, por onde os sitiadores poderiam entrar. Para que ele pudesse operar,

⁵³ *Historia Silense*, 1959: p. 190.

⁵⁴ Gosuño, S. 1976: pp. 136 e 267.

⁵⁵ Vegécio 2006: p. 132.

a face da retaguarda da torre deveria ser aberta para permitir o movimento de vaivém do aríete e a entrada dos contingentes para o interior da torre.

O segundo piso destinava-se ao transporte de soldados, possuindo uma ponte levadiça, feita de duas vigas de madeira revestidas de vime, que descia, através de cordas e correntes, assim que a torre encostasse à muralha, passando imediatamente os seus ocupantes para o adarve.

Por último, o terceiro piso, que ficava acima da linha do adarve, levava um contingente de arqueiros e besteiros, cuja missão era dar cobertura aos companheiros que transitavam da torre de assalto para o adarve, permitindo-lhes uma maior mobilidade e segurança ao eliminarem os inimigos a partir daquele ponto superior. Alguns autores, como Francisco Garcia Fitz e Renaud Beffeyte, consideram que este último piso podia ainda ser dotado de trabucos ou trabuquetes, com os quais atirariam sobre os inimigos⁵⁶.

A torre de assalto possuía, na sua generalidade, quatro rodas que permitiam a deslocação da estrutura em direção à muralha⁵⁷. Porém, mesmo com estas rodas, a sua deslocação era uma tarefa extremamente árdua tendo em conta as dimensões das torres e o seu elevado peso. Em consequência, o tempo gasto a percorrer o caminho desde o arraial até às muralhas era elevado, requerendo que vários homens e animais as empurrassem e puxassem (através de cordas) até à base da muralha.

O *De Expugnatione Ulixbionensi*, que relata a conquista de Lisboa aos mouros, em 1147, redigido pelo presbítero Raúl, fornece-nos elementos fundamentais para a compreensão das torres de assalto. Através desta obra chega-nos a informação de que, no decorrer do cerco, foram construídas e utilizadas duas torres de assalto: a primeira com 95 pés de altura (c. 28,5 m) e a segunda com 83 pés de altura (c. 24,9 m). A primeira torre de assalto foi destruída pelos sitiados: “... *prestes a chegar junto da muralha enterrou-se na areia e ai ficou, tendo sido irremediavelmente fustigada por três balistas inimigas durante dias e noites sucessivas; ai foi incendiada pelos inimigos ao fim de quatro dias*”. A segunda torre de assalto, por sua vez, conseguiu atingir as muralhas, tendo sido previamente “... *envolvida a toda a volta com vimes e couro de boi para evitar que fosse atingida pelo fogo ou pela violência das pedras*”⁵⁸.

⁵⁶ Garcia Fitz, F. 2005: p. 231; Beffeyte, R. 2008: p. 20.

⁵⁷ Alguma iconografia dá-nos a informação de que o número de rodas poderia ser superior ao apresentado, Com efeito, o número de rodas deveria estar relacionado com o peso e a dimensão da torre, com as condições do terreno, a distância a percorrer e as próprias necessidades dos sitiadores.

⁵⁸ Nascimento, A. 2001: pp. 107-109 e 115.

Estas duas torres de assalto mencionadas no cerco de Lisboa servem de exemplo, a nível das suas dimensões, elevadas como vimos, e a nível dos resultados finais: a primeira foi destruída pelo fogo ainda que tenha sido protegida durante vários dias pelos sitiadores, enquanto a segunda conseguiu ultrapassar todos os obstáculos impostos pelos sitiados e alcançou as muralhas, levando à rendição da cidade.

Perante a dimensão elevada das torres, como vimos com o exemplo anterior, podemos desde já entender que a quantidade de madeira necessária para a sua construção era elevadíssima⁵⁹. Ao assentar o arraial, os sitiadores deviam ter em conta a necessidade de madeira, devendo estabelecer, portanto, acampamento em locais onde esta matéria-prima fosse abundante. Todavia, se não existisse madeira no local e proximidades ou não houvesse madeira em quantidades suficientes para construir as torres e os restantes engenhos utilizados durante o cerco, os sitiadores deviam tomar as providências necessárias para se abastecerem de madeira. Uma das maneiras de ultrapassar esta dificuldade era fazer deslocar na carriagem grandes quantidades de madeira, mas tal seria penoso de transportar e diminuiria ainda mais a velocidade de deslocação da carriagem. Os sitiadores podiam ainda deslocar consigo engenhos (incluindo torres) pré-fabricados e montá-los no local. De qualquer forma, se ambas opções não fossem viáveis poderiam ainda recorrer ao desmantelamento de estruturas existentes nas redondezas ou de navios das frotas de bloqueio naval para a obtenção de madeira destinada à construção de engenhos. Na *Monumenta Henricina* transcreve-se uma bula papal onde se refere precisamente o desmantelamento de “*octo naues cum apparatu earum conferrentur ad machinas*” durante o cerco de Alcácer do Sal, em 1217, face à inexistência de madeira suficiente na região⁶⁰.

Tendo em conta que fogo era o maior inimigo das torres de assalto, estas eram revestidas exteriormente por couros e peles cruas, ou por vegetação constantemente humedecida, para que o fogo não se propagasse. Assim, para além de madeira, era ainda necessário uma grande quantidade destes materiais, que serviriam não só para as proteger do fogo, mas também para amortecer o impacto das pedras e de outros materiais que os defensores lançavam contra as torres durante a sua aproximação e que podiam inutilizá-las ou destruí-las por completo. Por fim, era necessária uma razoável

⁵⁹ A madeira foi, durante a Idade Média, a principal matéria-prima. Era utilizada em praticamente todas as construções, sejam elas de carácter militar ou habitacional, sendo ainda o principal combustível de então.

⁶⁰ *Monumenta Henricina*, 1960: vol. I, p. 54.

quantidade de ferro para dele obter pregos que se destinariam à fixação das traves que compunham a estrutura.

Em relação à sua construção, era necessária uma elevada quantidade de mão-de-obra, composta por carpinteiros e mestres de engenhos que deviam saber, com precisão e eficácia, como as projetar e construir. Seriam construídas na vertical com auxílio de andaimes rudimentares que permitiam aos seus construtores atingir altitudes consideráveis.

A base da torre era de formato retangular utilizando-se nela as madeiras mais resistentes e grossas para que suportassem todo o peso da estrutura. A partir das quatro esquinas da base erguiam-se quatro vigas de madeira, igualmente grossas e resistentes, que eram revestidas por tábuas de madeira. Tendo em conta que as suas paredes deviam ser resistentes e fortes, tal como estâveis, Francisco Garcia Fitz considera que podiam ser fortalecidas com sistema de escoramento, compondo-se este pelo cruzamento interno de tábuas, pregadas às traves do revestimento da torre⁶¹. Terminada a construção, a torre era coberta por peles ou couros, já anteriormente referidos, e estaria pronta para ser colocada em movimento.

Devido ao seu peso e dimensão, a deslocação de uma torre de assalto era uma tarefa árdua e perigosa. Mas para além do peso e dimensão, outros fatores podiam ser verdadeiros entraves à sua deslocação, como é o caso do terreno, sobretudo se a fortaleza assediada fosse rodeada por um fosso em toda a sua extensão. Nestes casos o fosso tinha que ser preenchido com todo o tipo de materiais disponíveis, desde pedras a ramos de árvores, para permitir o avanço das torres e de outros engenhos. A dificuldade de deslocá-las era, deve-se salientar, o principal motivo para que fossem construídas nas proximidades da fortaleza a cercar. Todavia, o preenchimento do fosso era uma tarefa perigosa e demorada porque os sitiados, face ao perigo que a torre representava, procuravam evitar ao máximo que essa tarefa fosse concluída com êxito. Noutros casos optava-se pela construção de rampas artificiais para facilitar a sua deslocação e superar os obstáculos do caminho.

Outro obstáculo ao sucesso destes engenhos eram os próprios sitiados que, como vimos, procuravam evitar que as torres atingissem as muralhas, conjugando forças

⁶¹ Garcia Fitz, F. 2005: p. 230.

para as atacar e destruir diretamente⁶² ou mesmo lançando-lhes projecteis incendiários⁶³ e pedras. Assim, se o conseguissem fazer, permaneceriam em segurança. Salienta-se que os sitiadores sabiam que a aproximação destes engenhos podia significar a conquista da fortificação. Tendo em conta que eram de madeira, e que facilmente podiam ser destruídas, mesmo quando revestidas por peles e vegetação, requeriam que os sitiadores as defendessem o máximo possível, conjugando a sua defesa com outros engenhos de forma a evitar que os sitiados conseguissem provocar danos ou mesmo a sua destruição. Deviam ser protegidas durante o dia e a noite, o mesmo acontecendo durante a sua deslocação em direção às muralhas.

Os sitiados podiam ainda dificultar o sucesso deste engenho aumentando a altura do pano da muralha ou também através da construção de barreiras de madeira nos adarves, que tornariam as torres de assalto inúteis ao ficarem mais baixas do que a linha da muralha. Doutra forma, podiam manter as torres longe da muralha com auxílio de vigas revestidas de ferro, que colocariam em direção às torres de assalto, impedindo-as de prosseguir até à base das muralhas. Adiante veremos que a realização de minas por parte dos sitiados em direção às torres de assalto poderia ainda ser um entrave à sua aproximação.

Para evitar o aumento dos panos de muralha e surpreender os inimigos, os sitiadores podiam recorrer a um estratagema: construía torres de assalto aparentemente de altura inferior à das muralhas e, no seu interior, transportariam uma torre mais pequena que elevariam quando chegassem às muralhas através de cordas e correntes⁶⁴. Este estratagema não terá sido utilizado nos cercos medievais portugueses, pelo menos as fontes documentais não o referem.

Se a torre conseguisse ultrapassar todos os obstáculos que surgiam desde o arraial às muralhas, então os sitiadores estariam a um passo de alcançar a vitória. Ao chegar à muralha baixariam rapidamente a ponte levadiça, passando os ocupantes do segundo piso o mais rápido possível para o adarve (figura 31). A passagem da torre de assalto para o adarve era auxiliada pelos ocupantes do piso superior que, como vimos, tinham como missão eliminar os sitiados que permaneciam no adarve, facilitando a passagem dos companheiros através da ponte levadiça. O aríete era acionado contra a

⁶² Os sitiados podiam avançar sobre o arraial e aí atacar as torres, era uma manobra de risco mas se tivesse sucesso poderia significar que o cerco se prolongaria e que poderiam resistir durante mais algum tempo com a esperança de que os sitiadores acabassem por levantar cerco.

⁶³ Considera-se projecteis incendiários como setas e dardos, cujas pontas levavam farrapos embebidos em substâncias como enxofre ou betume, aos quais se ateava fogo.

⁶⁴ Vegécio 2006: pp. 133-134.

muralha até ao momento em que a ponte descia sobre o adarve e, quando os homens de armas começam a transitar para o adarve, deixa de ser necessário.

No momento em que a torre conseguisse alcançar a muralha os sitiados veriam, por sua vez, desfazer-se a esperança de resistir, pois as forças atacantes estariam a poucos passos de conseguir dominar a fortaleza. Na maioria dos casos, ao ver que as torres se aproximavam, os sitiados preferiam render-se para evitar que os sitiadores entrassem na cidade pela força das armas, semeando ainda mais morte e desgraça para os que, atrás das muralhas permaneciam. Por isso, as torres de assalto eram um dos engenhos do arsenal medieval mais temido. Recorda-se que foi precisamente a aproximação bem-sucedida de uma torre de assalto que levou à rendição de Lisboa em 1147.

A eficácia das torres de assalto justifica a sua presença no arsenal português pelo menos até aos finais do século XIV. A sua presença foi registada por Fernão Lopes no cerco de Chaves, de 1386, e no Cerco de Melgaço, de 1388.

Na Crónica de D. João I, Fernão Lopes descreve as torres de assalto construídas e utilizadas em Chaves:

*“Mandou ellRey fazer hũa bastida açerqua da ponte pera defemder aquela agoa (do Tâmega) e combater a villa, a quoall tinha três sobrados e sohiaõ khe chamar amtiguamente castelos de madeira. E a bastida estava forrada de caniços e quarqueja hũa or guoarda das pedras, como he costume, e homẽis darmas e besteiros em ella, que husavão de tal defensão que os da vila não podião tomar aguo do rio”*⁶⁵.

A esta torre de assalto os sitiados *“poseraõ lhe foguo e ardeo toda”*. O monarca mandou construir uma segunda torre de assalto, que permaneceu incólume aos ataques inimigos e provocava medo aos sitiados:

“... ordenou de fazer outra bastida, mais perto do arraiiall, açerqua de hũa das portas da villa omde estaa hũa boa torre, não taõ chegada dellas que lhe dela podesẽ fazer nojo. E a bastida era taõ forte e assy forrada de traves e caniços e coiros crus, que peroo huũ emgenho que demtro tinhaõ lhe tirase hũa noute trimta pedras e as vimte e sete desẽ em ella, nenhuã lhe pode fazer nojo. Desta bastida, que era mais allta que o muro, não çessavaõ bestas e pedradas

⁶⁵ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 164-165.

aaqueles que amdar querião por elle, de guisa que nenhũ ousava damdar por elle, nem em elle estar, com reção do dapno que da bastida reçebiaõ”.

No cerco de Melgaço foi utilizada uma torre de assalto em conjugação com duas escadas de assalto, já anteriormente descritas. Fernão Lopes regista, de forma pormenorizada, a torre de assalto utilizada neste cerco:

“... fizeram as rodas do carro pera a bastida (...) e em ella avia tres sobrados pera hirem homẽs darmas e besteiros, juntos ou apartados, como visem que compria. O quall sobrado hia madeirado de pomtões bem grosos, estraados de bastos caniços, pera amdarem per cima, e avia derredor cemto e trimmta e seis pomtoees; e a parte detrás ficava aberta, em que hiam escadas dalçapoam per que aviam de subir. E per esta guisa o seguundo sobrado, que avia derredor cemto e vinte e quootro pontoos; e o terceiro cemto e trimta escadas dalçapão de hũ ao outro. E em cima deste sobrado outro pequeno, cõ cemto e vimtoito meos pomtões derrador, em que hiam tres mil pedras de mão que mandarã apanhar as reguateiras. E no segumdo sobrado quinze trebolhas grandes, cheas de vinagre perra deitar ao foguo se lho lamçasem. E esta bastida levava diamte seis grandes caniços fforrados da carqueja, e XXIII coiros de bois verdes, preguados sobre ella por guoarda do ffoguo e dos trões.”⁶⁶.

A descrição desta torre de assalto de Melgaço permite saber que, para além de homens de armas e besteiros, as torres podiam transportar pedras para lançar sobre o inimigo e ainda líquidos (vinagre) para combater o fogo se necessário.

Comparando as descrições das torres de assalto de Flávio Vegécio Renato com as de Fernão Lopes verifica-se que pouco diferem entre si. Assim, podemos concluir que este engenho manteve-se praticamente inalterado na forma e função desde a Antiguidade até aos finais do século XIV d.C..

Ao considerar o período cronológico em estudo (séculos XII a XIV) verifica-se que, pelo menos até aos finais do século XIV, as torres de assalto estiveram em destaque no panorama militar português e com uso regular, sobretudo nos cercos de maior envergadura. Posteriormente, como aconteceu com outros engenhos, começaram a cair em desuso, fruto do aparecimento de técnicas e engenhos de cerco mais eficazes e da alteração dos próprios meios de combate.

⁶⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 294.

Capítulo 3 – Os engenhos de destruição

Dos engenhos de cerco utilizados na Idade Média, e nos períodos que a antecedem, destacam-se os engenhos de destruição que, tal como a designação indica, se destinavam à destruição das estruturas defensivas inimigas. O papel destes engenhos de destruição nos cercos está bem definido: permitiam atacar direta ou indiretamente as estruturas defensivas do inimigo, debilitando-as até elas ruírem. A queda de um pano de muralha criava uma passagem pela qual os atacantes podiam penetrar no interior do recinto assediado. Mas, por outro lado, os engenhos de destruição tinham também uma forte componente psicológica: provocavam um medo intenso nos defensores e aumentavam o seu desespero, sobretudo quando os sitiadores lançavam para o interior do recinto cadáveres de homens pertencentes ao contingente dos defensores. Esta última prática era bem comum e encontra-se representada a nível iconográfico. A conjugação destes fatores – a capacidade de destruir e a pressão psicológica – podia levar à rendição de uma praça-forte antes de existir um assalto às muralhas.

Os engenhos de destruição compõem aquilo a que muitos autores chamam “*artilharia*”. Os testemunhos mais antigos da sua existência remontam ao século IV a.C., momento em que se começam a desenhar e a projetar engenhos destinados a lançar pedras ou outros materiais, incluindo corpos inimigos e projéteis incendiários, contra as estruturas defensivas de uma vila ou cidade.

O aparecimento destes engenhos destrutivos está relacionado com o limitado alcance dos arcos e, em consequência, com a perda da sua eficácia⁶⁷. Outro fator que contribuiu certamente para o aparecimento e desenvolvimento destes engenhos foi a crescente evolução do armamento defensivo de carácter individual e, sobretudo, o desenvolvimento que a arquitetura defensiva conheceu.

Segundo Aitor Kortazar, a evolução destes engenhos de destruição partiu do aparecimento de dois engenhos distintos⁶⁸. O primeiro foi a besta, documentada desde 399 a.C., destinada ao lançamento de projéteis leves, nomeadamente virotões. Mais tarde, as bestas evoluíram para as balistas, engenhos semelhantes, mas de maior dimensão e capazes de atacar estruturas defensivas. O segundo tipo de engenho, aparecido em 350 a.C., na Macedónia, foi a catapulta. Foi a partir destas que evoluíram os restantes engenhos destinados ao lançamento de projéteis pétreos.

⁶⁷ Kortazar, A. 2011: p. 58

⁶⁸ Kortazar, A. 2011: pp. 58-59

Os engenhos que surgem posteriormente às datas referidas podem ser divididos em categorias distintas: engenhos de torção de cordas (onagro e balista) e engenhos de contrapeso ou tração (mangonal, trabuco e bifa). Para além destes engenhos, integra neste grupo o aríete, o único que, como veremos adiante, permitia o ataque direto às portas e muralhas.

A maior problemática deste grupo de engenhos é a terminologia bastante generalista utilizada pelas fontes e que, em consequência, dificulta o estabelecimento de diferenças entre os engenhos. Com efeito, a terminologia das fontes tende a ser imprecisa e lacunar, utilizando termos como “*engenhos*” ou “*lançadores de pedras*”, demasiado generalistas, o que impede que os historiadores saibam, com total confiança, quais os engenhos utilizados em determinado cerco. Todavia, e felizmente para a história militar, em algumas situações a breve descrição da função do engenho permite desvendar qual o tipo de arma a que as fontes se referem.

Por exemplo, a *Crónica de Portugal de 1419* regista que, na tomada de Silves de 1189, ambos os lados em confronto utilizaram engenhos mas não refere quais: “... *combatya el-rey a çidade com engenhos e com gente o mais que podia, mais os mouros tinham demtro outros engenhos...*”⁶⁹. A mesma fonte refere ainda a utilização de “*muytos ingenhos*” no cerco mouro a Alcácer do Sal, do qual resultou a perda da praça, mas, mais uma vez, sem entrar em detalhes⁷⁰.

Através da *Monarquia Lusitana* temos conhecimento de que no cerco que D. Afonso II levantou a Montemor-o-Velho, em 1212, foram utilizados engenhos de destruição, mas também não sabemos a que tipologia correspondiam. A única informação que dispomos é de que os danos provocados foram avultados, a julgar pela quantia que o monarca foi obrigado pela Santa Sé a pagar às suas irmãs e que inclui os gastos nos preparativos da mesma guerra: “*recompensa dos danos que lhe fizera nas guerras paffadas, e gastos defneceffarios a que os obrigara*”⁷¹.

Fernão Lopes também refere, nas suas Crónicas, muitos engenhos através de designações genéricas. Na Crónica de D. Fernando relata que, no cerco de Guimarães, levantado por D. Henrique de Leão e Castela, foram utilizados engenhos por parte dos atacantes e sitiadores: o monarca castelhano terá mandado armar engenhos, que “*muitas pedras d’engenhos que he tiravom pedras, enquanto os defensores armarom outros*

⁶⁹ *Cronica de Portugal de 1419*: p. 92.

⁷⁰ *Cronica de Portugal de 1419*: p. 101.

⁷¹ Brandão, Fr. A. 1972, pp. 74

*engenhos e tiraron aos de fora”*⁷². O mesmo monarca castelhano, durante o cerco de Lisboa, em 1373, *“hordenou de mandar poer quatro engenhos que tirassem dentro a pedra perdida”*, não sendo especificado quais⁷³.

O mesmo cronista relata que no cerco castelhano a Almada, em 1384, foram utilizadas *“outras artelharias de combate”*, não se sabendo quais, juntamente com mantas e um mangonal⁷⁴.

Estes são apenas alguns exemplos das referências imprecisas a engenhos. Mas existem muitos outros exemplos, que poderiam ser igualmente apresentados.

Por outro lado, os termos alteram-se com a passagem do tempo e alguns acabam por se generalizar. Por exemplo, quando pensamos em cercos medievais e no lançamento de pedras surge-nos logo a imagem da catapulta quando, na verdade, existiram vários engenhos e a catapulta foi apenas um deles. Porém o termo generalizou-se e passou a significar, sobretudo para os menos eruditos, todo o aparato destrutivo utilizado nos cercos.

Francisco Garcia Fitz afirma que, na tradição histórica, as várias denominações dos engenhos estão relacionadas com os distintos mecanismos de propulsão (torção ou tensão de cordas, tração animal, tração humana ou contrapeso) e com as dimensões dos engenhos e dos projecteis utilizados⁷⁵. Independentemente das designações, sabemos que, quanto maior e mais resistente fosse o engenho, maior seria a sua capacidade de destruição, características que influenciavam ainda o peso dos projecteis e o seu alcance.

Seja qual for o termo utilizado, podemos afirmar, com toda a certeza, que a utilização destes engenhos significava uma hipótese, por mais pequena que fosse, de entrar numa praça-forte através da destruição das suas portas ou do derrube de panos de muralha. Este é o fator principal pelo qual verificamos que, na maioria dos cercos, foram utilizados engenhos de destruição.

A importância destes engenhos de destruição era tal que Afonso X de Leão e Castela afirmava que qualquer chefe militar devia equipar o seu exército com *“engeños que tiran pue das por contrapeso como de otros que las tiram por cuerdate mano: otrosi ballestas muchas”*, para cercar vilas ou cidades⁷⁶.

⁷² Lopes, F. 2004: p. 112.

⁷³ Lopes, F. 2004: p. 275.

⁷⁴ Lopes, F. 1983: p. 325

⁷⁵ Garcia Fitz, F. 2005: p. 226.

⁷⁶ Las Siete Partidas (parte 2), 1807: p. 250.

As *Ordenações Afonsinas* indicam também a presença de artilharia nos arraiais de cerco: Afonso V de Portugal afirmava que, no decorrer de um cerco, se devia fortalecer o arraial “*com gentes d’armas, e artelharia*”⁷⁷.

Ao longo dos séculos, a utilização dos engenhos de destruição multiplicou-se, compondo estes a essência da guerra do cerco, ainda que a sua utilização não fosse tão eficaz quanto seria de esperar. No que toca aos engenhos de destruição, estes foram sofrendo algumas alterações com o decorrer dos séculos, mas foram sobretudo alterações ao nível de tamanho. Mas, infelizmente para os atacantes, a alteração do tamanho de um engenho podia trazer mais problemas do que soluções se não fosse bem construído. Com efeito, o aumento do tamanho dos engenhos tornava-os também mais frágeis e, em consequência, mais propícios a funcionarem mal e a ficarem inoperacionais ao fim de poucas utilizações.

Todavia, a evolução dos engenhos neurobalísticos ficou aquém do necessário, não acompanhando a evolução da arquitetura militar defensiva. Salienta-se que as fortificações, sobretudo a partir do século XIII, eram desenhadas a pensar no alojamento de artilharia e como resistir a elas quando utilizadas pelos inimigos. Desta forma, os engenhos tornam-se incapazes de atingir os objetivos para os quais eram construídos, não conseguindo fazer frente às estruturas defensivas cada vez mais resistentes e eficazes a nível passivo e ativo.

À semelhança das estruturas defensivas, também os barcos de guerra, destinados aos bloqueios navais, eram preparados para alojar engenhos de destruição e o mesmo acontecia às torres de assalto.

3.1: A Balista

Os engenhos de torção de cordas funcionavam, como o próprio nome o indica, mediante a torção de cordas, feitas de tendões ou fibras de origem animal, montadas num bastidor que integrava a estrutura dos engenhos. Esta torção de cordas era responsável pela tensão exercida sobre o engenho.

A primeira referência conhecida ocorre em 399 a.C., no reinado de Filipe II da Macedónia, e a sua capacidade resumia-se ao lançamento de setas. Posteriormente,

⁷⁷ Ordenações Afonsinas, 1998: p. 297.

durante o reinado de Alexandre Magno (356-323 a.C.), estas estruturas desenvolveram-se e tornaram-se capazes de lançar pedras de grandes dimensões⁷⁸.

A *catapulta*, considerado o primeiro engenho neurobalístico, foi aperfeiçoada depois de inúmeras tentativas de atingir as proporções corretas, quer a nível estrutural, quer a nível dos próprios projéteis. Os ensaios começaram no primeiro quartel do século III a.C., mas apenas conseguem atingir resultados no primeiro quartel do século I, já durante o Império Romano. Com a evolução adquire a capacidade de lançar pedras, algo que lhe dará um lugar primordial entre os engenhos de cerco, sobretudo no Império Romano.

Félix García Díez e Rubén Sáez Abad registam que na Hispânia, entre 219 a.C. e 45 a.C., foram utilizadas, com toda a certeza, balistas em três cercos distintos: Sagunto (219 a.C.), Nova Cartago (209 a.C.) e Numância (134 a.C.)⁷⁹. Este número de utilização aumenta se tivermos em conta as referências a engenhos sem descrição ou terminologia exata: neste caso, segundo os mesmos autores, o número de cercos onde se recorreu a balistas sobe para doze.

Originalmente, o termo *catapulta* referia-se a engenhos de lançar setas e não a engenhos de lançar pedras – o termo atual para este engenho é *balista* ou *besta de terreiro*, um engenho de lançamento de setas ou virotões. Já o nome original dos engenhos de lançamento de pedra era *balista* – termo que se alterou e passou a designar o engenho de lançar pedras como *catapulta*⁸⁰. Devido a esta problemática trataremos estes engenhos tendo em conta as designações e considerações que foram adotadas no século I ou II d.C. e que perduraram até à atualidade: *catapulta* como engenho de lançamento de pedras e a *balista* como engenho de lançamento de setas.

A balista (figuras 35 e 36) era muito semelhante à besta individual, ressaltando-se as necessárias diferenças de dimensão e de potência de tiro. A sua capacidade de perfuração era elevada, o que justifica que fossem utilizadas por atacantes e defensores no panorama dos cercos. Durante o processo peninsular da Reconquista, encontrava-se presente no arsenal de muçulmanos e cristãos.

Para Francisco Garcia Fitz, o problema deste engenho é a dificuldade de identificar quando é que o termo “*ballista*” se refere a uma besta pessoal (de pequenas

⁷⁸ Kortazar, A. 2011: pp. 58-59 e García Díez, F.; Sáez Abad, R. 2007, pp. 445.

⁷⁹ García Díez, F.; Sáez Abad, R. 2007, pp. 451.

⁸⁰ García Díez, F.; Sáez Abad, R. 2007, pp. 446.

dimensões) ou a uma balista de grande dimensão, devido à falta de especificação das fontes ⁸¹.

A utilização desde engenho era essencial, sobretudo na defesa de uma fortaleza: podiam ser montadas nos adarves ou torres de uma estrutura, escolhendo-se pontos estratégicos que lhes conferissem um melhor ângulo de tiro. Significa também que podiam ser colocadas junto dos pontos mais frágeis das estruturas defensivas, como é o caso das portas, reforçando a sua defesa. Por outro lado, a balista permitia a realização de um tiro mais fiável que os restantes engenhos de destruição, permitindo uma mira mais direta sobre o inimigo ⁸².

Funcionando mediante a conjugação do sistema de torção de cordas verticais e de tensão dos braços, a balista era composta por um estrutura, em forma de “T”, com dois braços independentes e ligados entre si através de cordas feitas a partir de tendões ou fibras de origem animal (p.e.: tendões de bois ou crinas de cavalo).

Transversalmente, o engenho era composto por um quadro com dois braços independentes e interligados por cordas associadas a um sistema de roldanas (uma roldana para cada braço do engenho). Na longitudinal, duas traves permitiam a projeção do virotão: uma trave mais larga e com uma ranhura ao centro permitia o encaixe de uma outra trave, mais estreita e pequena onde se colocaria o projétil a disparar. A esta trave mais estreita uniam-se os braços através das cordas, associadas a um sistema de engrenagem.

A balista podia ser colocada sob uma estrutura semelhante a um carro, que permitiria deslocá-la com facilidade de um local para outro: as rodas encontravam-se colocadas na parte frontal do engenho, suportando a trave à qual os braços se ligavam. O braço longitudinal encontrava-se sem apoio e, por este motivo, o engenho podia ser movido para cima ou para baixo. Noutros casos, o sistema de suporte era fixo, semelhante a um cavalete de madeira. Recuando para o período romano, a balista era conhecida como “*carrobalista*” por assentar numa carriagem puxada por dois cavalos e utilizada por dois soldados ⁸³.

Para acionar a balista era necessário puxar as cordas através do sistema de engrenagem. Ao puxar as cordas os braços ficavam sujeitos a uma tensão extrema, recolhendo-se para o interior. Para lançar o projétil contra um alvo libertavam os braços

⁸¹ Garcia Fitz, F. 2005: p. 238.

⁸² Barroca, M. 2003: p. 145.

⁸³ King, D. 1982: p. 458.

em tensão que, ao voltarem à posição normal, faziam com que a trave mais pequena se deslocasse sob a trave maior. Esta distensão dos braços e a deslocação da trave menor provocava a propulsão do projétil, lançando-o na direção desejada.

Os projéteis eram de grande dimensão. Antonio Torremocha Silva cita uma pequena passagem da Crónica de Afonso XI de Leão e Castela, que demonstra precisamente esta realidade: “... *saetas muy grandes et gruesas; así que ovo y saetas que eran tan grandes, que un ome avia mucho que facer eb al alzar de terra...*”⁸⁴. Flávio Vegécio Renato, por sua vez, considerava que:

*“... quando é fabricada segundo as regras da arte e manejada por homens treinados que conhecem o seu alcance, esta máquina consegue perfurar tudo o que se lhe opõe ...”*⁸⁵.

Um projétil de balista, seta ou virotão, com 1m de comprimento e 100g de peso, podia alcançar a distância de 300 m e atingir com precisão o alvo escolhido⁸⁶. Por outro lado, o projétil podia ser uma pedra, sendo o funcionamento do engenho idêntico. No que toca ao alcance, este estava diretamente associado ao tamanho do engenho: quanto maior fosse a estrutura da balista, maior era a sua capacidade de tiro e a distância percorrida pelo projétil aumentava consideravelmente.

Um dos motivos de sucesso deste engenho foi a sua capacidade de lançar, com precisão, projéteis incendiários contra os defensores ou atacantes. Estes projéteis incendiários tinham um papel fundamental na guerra do cerco ao permitir a destruição dos engenhos inimigos⁸⁷. Recorde-se que todos os engenhos de cerco eram feitos essencialmente de madeira, facilmente incendiável mesmo quando cobertos com peles e couros crus, como acontecia com as torres de cerco.

Focando-nos no panorama português verifica-se que as fontes documentais medievais pouco se referem à utilização das balistas no decurso dos grandes cercos: encontram-se referenciadas no relato da conquista de Lisboa aos mouros, em 1147, redigido pelo presbítero Raúl, e na documentação relativa à conquista de Silves, em 1189. No primeiro caso as balistas surgem denominadas por *fundis balearicis*. De qualquer forma, a falta de referências documentais sobre a balista não significa que não tenham sido amplamente utilizadas.

⁸⁴ Torremocha Silva, A. 1987-1988; p. 248.

⁸⁵ Vegécio, 2006: p. 135.

⁸⁶ Beffeyte, R. 2008: p. 19-20.

⁸⁷ Barroca, M. 2003: p. 145.

No cerco de Lisboa, em 1147, a balista surge como um engenho destinado ao lançamento de pedras:

*“São levantadas pelos nossos duas balistas: uma, colocada junto à margem do rio era acionada pelos marinheiros, a outra situada junto à Porta de Ferro estava às ordens dos cavaleiros e dos seus acompanhantes. Estavam todos eles organizados (...), de forma a que no espaço de dez horas tinham sido disparadas cinco mil pedras...”*⁸⁸.

A *Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium A.S. 1189*, que relata o cerco e a primeira conquista de Silves, em 1189, confirma a utilização de balistas por parte dos atacantes no cerco de Silves:

*“Dei igitur Genitricis virtute et non nostra, Sarraceni IIII^{or} firmíssimas turre et propugnacula deseruerunt, deiceintes balistas et spatas perplures”*⁸⁹.

Aquando da segunda (e definitiva) conquista de Silves sabemos que foi utilizada muita “bestaria” por parte dos atacantes cristãos, podendo-se deduzir que entre elas se incluíam certamente algumas balistas. A *Crónica dos Cinco Reis* indica que D. Sancho II mandou destruir a muralha de Silves e que “começaraõ a combater com engenhos e com muita beestaria”⁹⁰.

3.2: A catapulta, o ónagro e o mangonal

A catapulta é considerada o primeiro engenho de destruição destinado ao lançamento de projéteis pétreos, desenvolvendo-se a partir da balista que, como vimos anteriormente, foi o primeiro engenho neurobalístico a surgir no panorama da guerra de cerco. A primeira referência hispânica a este engenho deve-se ao cerco de Sagunto, em 219 a.C., pelo exército cartaginês – segundo Feliz García Díez e Rubén Sáez Abad cerco foi utilizada uma torre de assalto com artilharia, certamente catapultas⁹¹.

A sua capacidade de danificar as portas ou muralhas de uma fortaleza assediada concedeu-lhe um lugar primordial entre os engenhos de destruição até à Idade Média, ainda que tenha sofrido alterações e que a partir dela se tenham criado outros engenhos, cada vez mais adaptados às novas realidades da arquitetura defensiva medieval.

⁸⁸ Nascimento, A. 2001: p.115.

⁸⁹ *Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium A.S. 1189*, 1939: p. 625.

⁹⁰ Cit.: Cadafaz, M.C. 1999: p. 101.

⁹¹ García Díez, F.; Sáez Abad, R. 2007, p. 249.

Flávio Vegécio Renato descreve este engenho como sendo um engenho que “*serve para lançar pesos muito grandes, dependendo do tamanho das pedras e da força das suas cordas. Em suma, quanto maior for, maior serão as pedras que conseguirá atirar, como se fosse um raio*” Semelhante aos posteriores mangonais e trabucos, a catapulta consistia numa estrutura de madeira, em forma de T, com um braço maior do que o outro, suportado por um cavalete de madeira. Na extremidade do braço mais longo era colocada uma funda, destinada a receber o projétil.

O lançamento do projétil era realizado através da força gerada pela torção de cordas ou tendões, que permitiam o lançamento de uma pedra ou outro projétil com uma força considerável. No lançamento, a força imensa gerada pela torção das cordas ou tendões levava a que o alcance do projétil fosse bastante aceitável: segundo Peter Burton, um projétil, semelhante a uma seta, podia alcançar os 300 m e uma pedra redonda, de dimensão reduzida, podia alcançar os 180 a 300 m de distância ⁹². Entretanto, o peso de um projétil de uma catapulta de tamanho normal rondaria apenas os 13 a 18 kg, enquanto nas catapultas de maiores dimensões o peso do projétil não ultrapassava os 27 kg ⁹³. Flávio Vegécio Renato comprovava a eficácia da balista e da catapulta, considerando que, até à data da sua obra, “*não existem máquinas de arremesso mais potentes do que estas duas*”⁹⁴.

A catapulta, sobre a qual pouca informação existe, acaba por ser substituída por volta do século II-III d.C., devido à escassez de artífices que as soubessem construir e implementar a artilharia de torção ⁹⁵. Por este motivo, acaba por ser substituída por um engenho semelhante, designado por *onager* ou *ónagro*.

Este substituto contava com duas vantagens importantíssimas para os exércitos do Baixo-Império Romano: eram fáceis de construir e o custo de construção era baixo. Apesar das vantagens apresentadas, o *ónagro*, comparado com a catapulta, tinha uma capacidade de tiro reduzida. Mas mesmo assim, tornou-se o principal engenho neurobalístico dos exércitos romanos, sendo utilizado tanto por atacantes como por defensores.

Consistia numa armação associada a um braço de madeira através de cordas torcidas, feitas de tendão ou fibras de origem animal (p.e. crinas de cavalos). O braço de madeira possuía, na extremidade, uma cavidade em forma de colher onde era colocado

⁹² Purton, P. 2006: p. 80.

⁹³ Chevedden, P.; Eigenbrod, L.; Foley, V.; Soedel, W. 1995: p. 2.

⁹⁴ Vegécio, 2006: p. 136.

⁹⁵ Purton, P. 2006: p. 83.

o projétil. No centro do engenho encontrava-se uma trave de madeira, transversal, destinada a travar o avanço do braço principal.

Para disparar, o braço principal era “armado”, baixando-se até ao chão com a ajuda de cordas, de engrenagens ou através da força humana. Colocava-se então o projétil na cavidade e o braço era libertado. A tensão provocada nas cordas era aliviada e o braço principal deslocava-se até à barra transversal, onde o movimento era estancado, provocando o disparo do projétil.

No entanto, o engenho tinha bastantes problemas a nível de uso. O choque do braço principal na trave de madeira levava a que todo o engenho estremece-se, por mais pesado que fosse, podendo levar à desintegração do mesmo. Por outro lado, o engenho devia ser suficientemente robusto para aguentar a tensão das cordas, caso contrário podia sofrer danos e tornava-se necessário repará-lo para poder continuar a ser utilizado. Era também um engenho perigoso, sobretudo quando mal utilizado, podendo levar à morte dos seus utilizadores.

À semelhança da catapulta, o ónagro foi desaparecendo progressivamente, acompanhando o declínio do Império Romano do Ocidente e a crescente escassez de militares com conhecimentos técnicos para os construir e utilizar.

No Ocidente, os últimos relatos históricos que identificam de forma específica este engenho datam o século VI. Durante os reinos bárbaros do Ocidente não há vestígios ou evidências que estes engenhos, de origem romana ou mesmo anteriores ao Império Romano, tenham sido utilizados. Já no Oriente, sabe-se que o ónagro terá sido utilizado pelo menos até 600 d.C., mais concretamente em Bizâncio: a última referência surge nas escrituras de *Procopius*, contemporâneo do Imperador Justiniano (527-565 d.C.)⁹⁶.

O ónagro foi substituído pelo *mangonal*, com uma eficácia superior aos engenhos apresentados até então. Para alguns autores a artilharia de torção não sobreviveu ao colapso do Império Romano, em declínio entre os séculos IV-V, considerando-se que o mangonal foi fruto de uma reprodução baseada na documentação histórica e na iconografia existente.

Erradamente, este engenho tende a surgir com a designação de *catapulta*. Se considerarmos que o mangonal é realmente uma catapulta, bem mais evoluída do que esta e o ónagro, podemos afirmar que já era conhecido pelos Sírios e pelos Romanos.

⁹⁶ Purton, P. 2006: p. 83.

Todavia, para Ada Bruhn de Hoffmeyer o mangonal terá chegado à Europa proveniente do Oriente, mais concretamente da zona de Bizâncio, Irão e Iémen, devido à terminologia de *mangana*, *mangona*, *manganilla* e *manganig*, entre outros, de origem grega e árabe⁹⁷.

Peter Purton refere que a primeira referência na Europa Ocidental para o uso do mangonal é de Abbo, que relata o ataque viking a Paris em 885 d.C.. O uso da designação “*mangana*” deixa poucas dúvidas de que se referia a um engenho de lançamento de pedras⁹⁸. De qualquer forma, o mangonal apenas ganha evidência no decurso da Idade Média, tornando-se um dos engenhos de cerco mais utilizado e mais temido.

A nível estrutural, o mangonal era semelhante ao ónagro (figuras 37 e 67), funcionando mediante a torção e tensão de cordas: consistia numa estrutura de madeira à qual se ligava, através de cordas de tendões ou fibras animais, um braço de madeira móvel. A meio do engenho existia também uma trave de madeira, com a mesma função da existente no ónagro: travar o avanço do braço principal do engenho.

Quando desejavam utilizar o engenho desciam o braço, que permanecia na vertical nos momentos de pausa, através de um sistema de alavancas e rodas dentadas, prendendo-o à base da estrutura. Colocavam o projétil na funda ou na cavidade em forma de colher e soltavam novamente o braço do engenho. Ao libertar as cordas da tensão o braço subia e o projétil era lançado no ar numa trajetória parabólica.

Segundo Mário Barroca, um projétil utilizado no mangonal, designado por pelouro, podia pesar até 300 kg e alcançar cerca de 800 metros de distância⁹⁹. Se compararmos a distância percorrida pelo projétil quando lançado por um ónagro e por um mangonal, verificamos que a potência do mangonal era superior. Esta superioridade deve-se às melhorias registadas na construção do engenho, que se vai tornando maior, mais robusto e resistente e, em consequência, capaz de lançar projéteis com maior dimensão.

Tendo em conta a descrição realizada até então, podemos concluir que a nível físico o ónagro e o mangonal era iguais, sendo que o ultimo registava apenas uma melhoria significativa ao nível de tiro, proporcionado pelas alterações anteriormente referidas.

⁹⁷ Hoffmeyer, A. 1988: p. 75.

⁹⁸ Purton, P. 2006: p. 85

⁹⁹ Barroca, M. 2003: p. 145.

Em Portugal, encontramos o mangonal presente nos cercos de Lisboa, em 1147, 1373 e 1384. No cerco de Almada, levantado pelas forças castelhanas em 1373, encontramos também a referência a um mangonal. Entretanto, na etapa final da Idade Média, deixamos de encontrar referências a este engenho.

No que toca à conquista de Lisboa, em 1147, variam as interpretações sobre o tipo de engenhos utilizados e designados pela expressão “ *fundis balearicis*”. Anteriormente identificámos este engenho como sendo uma balista, seguindo as interpretações de Aires Augusto do Nascimento e Mário Barroca. Mas, mais recentemente, Miguel Gomes Martins, através do relato da conquista de Lisboa por Duodequino, identificou o engenho como sendo um mangonal¹⁰⁰. É um dos casos onde se verificam interpretações distintas, um dos problemas com que se debate o estudo dos engenhos de cerco.

Voltando a um exemplo já anteriormente focado, sabemos que, no cerco de Lisboa, em 1373, foram utilizados quatro engenhos para o lançamento de pedras. Para Miguel Gomes Martins trata-se de mangonais, engenhos que na altura ainda estavam em destaque¹⁰¹.

Quanto ao cerco de Lisboa de 1384 sabemos, através da Crónica de D. João I, que D. Juan I de Castela se fazia acompanhar por engenhos de cerco, incluindo um mangonal. Todavia, não o utiliza o mangonal contra a capital do reino, mas sim contra as muralhas da vila de Almada, em conjugação com outros engenhos:

“ ... e foi cōbatido com gentes darmas e de pee, e troões, e beestaria, e fundas de manguella, e mantas, e outras artelharias de combate ... ”¹⁰².

Apesar das raras referências ao mangonal na deduzimos que, face à sua eficácia destrutiva, podem ter sido frequentemente utilizados nos cercos portugueses da Idade Média. É necessário relembrar que muitos dos engenhos destinados ao lançamento de pedras foram mencionados nas fontes históricas de forma imprecisa, o que pode justificar a falta de referências a este engenho no contexto nacional.

Para além do mangonal, existia ainda as algarradas, sobre as quais não existem dados concretos que permitam uma descrição exata. Segundo Francisco Garcia Fitz seriam engenhos para lançamento de pedras mediante contrapeso ou tração humana,

¹⁰⁰ Martins, M. 2011: p.92.

¹⁰¹ Martins, M. 2006: p.74.

¹⁰² Lopes, F. 1983: p. 325

porém com sistema de acionamento incerto¹⁰³. Para João Gouveia Monteiro, a algarrada era uma variante do mangonal, sendo a única diferença o tamanho¹⁰⁴.

3.3: O trabuco ou trabuquete

Durante a Idade Média, encontramos um engenho de destruição designado por *trabuco*. Paralelamente a este, encontramos ainda o *trabuquete*. A única diferença entre estes dois engenhos reside no tamanho, sendo o trabuquete mais pequeno do que o trabuco.

Ao contrário do ónagro e do mangonal, que funcionavam pelo sistema de tensão e torção de cordas, o trabuco e o trabuquete funcionavam mediante a tração humana (figura 40) ou pelo sistema de contrapeso (figura 42). Também ao contrário dos engenhos anteriormente referidos, o trabuco não surgiu por influência romana.

O trabuco encontra-se documentado desde 300 a.C. no continente asiático, mais concretamente na China, mas chegou à bacia mediterrânica apenas por volta do século VII d.C., graças à expansão muçulmana¹⁰⁵. A sua passagem para o panorama militar da Europa Ocidental deveu-se, por sua vez, às Cruzadas na Terra Santa e ao contacto estabelecido pelos exércitos ocidentais com os muçulmanos. Mas, apesar de ter surgido na China, o seu desenvolvimento ficou a dever-se precisamente aos muçulmanos e aos bizantinos, tendo chegado à Europa já bastante evoluído.

No que toca à sua introdução na Península Ibérica, mais concretamente no Reino de Castela, Antonio Torremocha Silva considera que ocorreu já no século XIII, através das influências genovesas ou aragonesas¹⁰⁶. Salienta, o mesmo autor que durante a Idade Média os genoveses eram os grandes especialistas na construção de trabucos e trabuquetes.

Todavia, a análise das fontes portuguesas permite verificar que o trabuco já estava presente no arsenal de guerra português no século XII. Com efeito, a primeira referência conhecida encontra-se no cerco de Lisboa, em 1147, no qual os cruzados construíram um trabuco de tração humana para combaterem as muralhas

¹⁰³ Garcia Fitz, F. 2005: p. 240.

¹⁰⁴ Barroca, M.; Monteiro, J. 2000: p. 215.

¹⁰⁵ Barroca, M. 2003: p. 146 ; Chevedden, P. 2000: p. 71 ; Hill, D. 1973: p. 99.

¹⁰⁶ Torremocha Silva, A. 1987-1988: pp. 246-247.

muçulmanas¹⁰⁷. Para Carroll Gillmor, é precisamente no cerco de Lisboa de 1147 que se utiliza pela primeira vez um trabuco na Europa Ocidental ¹⁰⁸.

A tração dos trabuquetes, nos seus primórdios, passava essencialmente pelo acionamento de cordas através de uma equipa humana (figuras 39 a 41, 46 a 50, 58 a 61), cuja força permitia lançar o projétil colocado numa funda. Desta forma, o engenho em si era bem mais simples do que o mangonal e dos seus antecessores mas também mais eficaz, menos propício a danos colaterais para os seus utilizadores e com resultados melhorados. Por outro lado, esta simplicidade de estrutura permitia que fossem construídos nos próprios arraiais de cerco, algo difícil no caso dos engenhos anteriormente referidos.

Entretanto, as evoluções registadas por volta do século XIII levaram a que o engenho passasse a ser dotado de um sistema de contrapeso: consistia na utilização de pedras ou outros materiais, como areia ou terra, para gerar a força necessária para lançar um projétil através da elevação do braço do engenho. Foram estes que se destacaram durante a Idade Média, prolongando-se o seu uso pelo menos até ao século XVI.

Egídio Collona (Gilles de Roma), arcebispo de Burges, na obra *De Regimine Principum*, dividiu os trabucos de contrapeso em três categorias distintas: trabucos de contrapeso fixo, trabucos de contrapeso móvel e trabucos conjugando os dois tipos de propulsão. O mesmo autor atribuiu nomes específicos para cada um dos trabucos – respetivamente *trabutium*, *biffa* e *tripantium*¹⁰⁹. As duas últimas designações de Egídio Collona não são referidas na literatura medieval, sendo que o *tripantium* também não é representado iconograficamente.

Todavia, apesar do funcionamento dos trabucos de tração ou contrapeso ser distinto, o mesmo não acontecia com o engenho em si. Independentemente do sistema de funcionamento a estrutura do engenho mantinha-se praticamente inalterada.

O trabuco consistia numa estrutura de madeira, em forma de “T” ou “V” invertido, articulada com um grande braço de madeira. Este braço de madeira dividia-se, através do suporte do engenho, em duas partes: a parte mais longa do braço destinava-se à funda ou cavidade em forma de colher onde se colocava o projétil; o

¹⁰⁷ Anteriormente verificamos que a designação “*fundis balearicis*” foi interpretada de maneiras distintas por vários autores: balista ou mangonal. Entretanto também pode ser interpretado como sendo um trabuco.

¹⁰⁸ Gillmor, C. 1981: p. 2.

¹⁰⁹ Cit.: King, D. J. 1982: p. 463.

braço mais curto adaptava-se, por sua vez, ao sistema de lançamento optado pelos construtores.

No caso do trabuco funcionar mediante a força humana, aplicavam ao braço mais curto um conjunto de cordas através das quais o braço maior seria erguido. Se o sistema fosse o de contrapeso, então o braço mais curto recebia caixas ou grandes baldes de madeira, destinados a receber pedras, areia ou outros materiais que serviam de contrapeso.

Em qualquer dos casos, o braço mais longo (e menos pesado) tinha que ser baixado, através de cordas e até ao nível do chão, para receber o projétil. Enquanto recebia carga, o braço curto tinha que permanecer erguido, algo difícil se o sistema fosse de contrapeso e, neste caso, o braço mais curto era suportado por barras de ferro ou traves de madeira.

Num trabuco de tração humana, era necessário que o número de homens que nele trabalhasse fosse maior e se dividisse em dois grupos (figuras 45 e 47): um grupo colocava o projétil na funda ou cavidade, enquanto o outro grupo puxava o braço mais curto para baixo, através das cordas, permitindo ao braço oposto subir e projetar a pedra. O cruzado Osberno considera que os trabucos de tração humana utilizados em Lisboa, em 1147, seriam utilizados “*por diversas equipas compostas por 100 homens que se revezavam periodicamente de modo a que o bombardeamento fosse constante*”¹¹⁰. O número indicado parece inflacionado: apesar da dificuldade que a projeção do projétil podia representar não parece plausível que fosse necessário um número tão elevado de homens para acionarem um trabuco de tração. Certamente que este número de homens dependia do tamanho do próprio engenho e do projétil utilizado.

Se o trabuco fosse de contrapeso, o número de soldados necessários para o manusear era menor, não havendo necessidade de existir um grupo de homens para servir de contrapeso. Para projetar a pedra apenas necessitavam de retirar a trave que sustinha o braço curto no ar. O peso exercido pela caixa ou balde pressionava o braço menor a descer e, em consequência, o braço maior e mais leve subia dando-se a projeção da pedra colocada na funda ou cavidade do mesmo (figura 38). Caso o contrapeso fosse móvel poderia ser ajustado ao longo do braço, o que permitia controlar o ângulo do tiro.

¹¹⁰ Cit. por Martins, M. 2011: p. 90.

Para além de necessitar de um número bem menor de soldados, o trabuco de contrapeso mostrava-se mais eficaz, motivo pelo qual, pelo menos no panorama português, se começa a afirmar no início do século XIII.

Renaud Beffeyte refere algumas experiências realizadas com reconstituições de trabucos, que permitem corroborar a capacidade destes engenhos: um trabuco, com uma trave de 11,40 m e um contrapeso de 4,6 toneladas, podia projetar pesos de 56 kg até 212 m de distância; outra reconstituição terá projetado uma pedra com 125 kg a uma distância de 170 m¹¹¹. Os dados apresentados não invalidam que os trabucos não tivessem a capacidade de lançar projéteis com o dobro ou mesmo o triplo do peso. Todavia, os engenhos deviam-se adaptar também aos pesos dos projéteis para que a estrutura conseguisse aguentar o seu peso, permanecendo estável, e mantivesse a mesma eficácia de tiro.

Em 1217, durante o cerco cristão a Alcácer do Sal, foram utilizados trabucos contra as muralhas muçulmanas, possivelmente trabucos de contrapeso¹¹². A estes Soeiro Gosuino chama “*tormentos*” considerando que, para além de servirem para destruir muralhas, atemorizavam os defensores da fortaleza:

*“Fazemos um tormento, rolamos pedras de muros,
Mas as pancadas pouco ou nada movem as muralhas (...).
Erguemos em seguida dois muros; estes tormentos, bem como as torres,
Inspiram medo aos inimigos.
O inimigo pede conversações; hesita, teme (...)”*¹¹³.

Em comparação ao mangonal, o trabuco ou trabuquete tinha uma eficácia de tiro maior, aumentando a probabilidade de atingir o alvo pretendido. Por outro lado, o engenho era mais leve e fácil de transportar, o que permitia que fosse deslocado de um local para o outro, de acordo com as necessidades dos atacantes.

Caso os atacantes desejassem atingir um ponto-alvo localizado a uma altura considerável, o engenho necessitava apenas de ser deslocado para um ponto do terreno mais afastado das muralhas inimigas para que o projétil, que devia ser também mais pesado, atingisse a altitude desejada. Se porventura pretendessem atingir um ponto mais baixo na muralha, apenas tinham que aproximar o engenho da muralha, para que a

¹¹¹ Beffeyte, R. 2008: pp.12-17.

¹¹² Martins, M. 2011: p. 90.

¹¹³ Gosuino, S. 1976: pp. 135-136.

distância percorrida pelo projétil fosse menor e, em consequência, atingisse o ponto mais baixo da muralha.

Os trabucos e trabuquetes encontram-se documentados em vários cercos ocorridos ao longo da Idade Média portuguesa, o que mostra a sua importância estratégica. Para além dos cercos já referidos, nomeadamente Lisboa e Alcácer do Sal, encontramos trabucos presentes no cerco de Silves, de 1189, e no cerco de Lisboa, de 1373, entre outros.

No cerco de Lisboa em 1373, os defensores recorreram, segundo Fernão Lopes, a um engenho com uma funda, o que se tem interpretado como sendo um trabuco. Este engenho não serviu só para defender as muralhas da cidade, mas também para castigar traidores:

*“... tomarom e poserom-no na funda d’hũu engenho que estava armado ante a porta da See; e quando desfechou, lançou-o em cima d’essa igreja antre duas torres dos sinos que hi há, e quando cahio, acharom-no vivo; tomarom-no outra vez e poserom-no na funda do engenho e deitou-ho contra o mar”*¹¹⁴.

Da parte dos atacantes foram utilizados, como referido anteriormente, “*quatro engenhos que tirassem dentro a pedra perdida*”¹¹⁵. Todavia, também como se verificou anteriormente, as interpretações variam de acordo com os autores, entendendo uns que se reportam a mangonais, outros a trabucos. Independentemente dos atacantes castelhanos terem utilizado trabucos ou mangonais, os danos provocados às muralhas defensivas de Lisboa foram bastante consideráveis. Prova-o a ordem de construção de uma nova muralha, por parte de D. Fernando de Portugal, que “*nēhũum rrei lhe podesse empecer salvo com grande mulltidom de gente e fortes artificios de guerra*”¹¹⁶.

Durante o cerco a Tui, em agosto de 1388, D. João I mandou erguer engenhos destinados ao lançamento de pedras, que têm sido interpretados também como sendo trabucos:

*“... fêez armar engenhos que lhe tirassem, e mamdou poer hũ no rio, em cima de muita pedra que mandou lamçar por fundamento. E de todas as partes faziam gramde destroiçaom na cidade, salvo a Ssee a que nã tiravam (...)”*¹¹⁷.

¹¹⁴ Lopes, F. 2004: p. 266.

¹¹⁵ Lopes, F. 2004: p. 275.

¹¹⁶ Lopes, F. 2004: p. 307.

¹¹⁷ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 304.

Mais tarde, depois da paz estabelecida entre Portugal e Castela, D. João I voltou a cercar Tui, recorrendo novamente a engenhos. Mais uma vez interpreta-se os engenhos como sendo trabucos:

*“ El rey pos seus emgenhos a redor della, qu tiravam de cada parte, e por o muito dapnno que fazia foy preitejado desta guisa: que os emgenhos nam tirassem de noite, nem os de demtro nam lamcasem nenhũas seetas com erva. (...) E tamben os emgenhos faziam gram dapnno na cidade e matavam algũas pessoas”*¹¹⁸.

Também no cerco de Alcântara foram utilizados os mesmos engenhos por parte dos portugueses: *“mãdou elRey armar seus engenhos e tirar a villa”*¹¹⁹.

O número de cercos onde os trabucos foram utilização pode parecer reduzido, mas devemos ter em conta as referências genéricas a engenhos de lançamento de pedras, mencionados em relatos de outros cercos portugueses, que não permitem a identificação segura do tipo de arma.

A importância do trabuco entrou em decadência apenas a partir do momento em que os engenhos pirobalísticos se aperfeiçoaram e se tornaram capazes de obter resultados bem mais eficazes do que os obtidos pelos engenhos neurobalísticos. Estes engenhos pirobalísticos, funcionando mediante a utilização de pólvora, surgiram no panorama europeu a partir de 1324 e foram utilizados, em contexto bélico, a partir da Guerra dos Cem Anos¹²⁰. Mas, até atingirem alguma fiabilidade e eficácia, os engenhos pirobalísticos continuaram a conviver com os engenhos neurobalísticos.

Assim, a presença dos trabucos no cenário de guerra europeu prolongou-se até aos finais do Séc. XIV, começando a sua importância a esmorecer ao longo da centúria seguinte.

3.4: O aríete

Dos engenhos de destruição apenas um se destinava ao combate direto das muralhas e das portas da fortaleza cercada: o aríete. A sua utilização pressupunha uma maior aproximação ao inimigo e o aumento dos perigos face à maior exposição dos atacantes à resposta protagonizada a partir dos adarves. Desta forma, o uso do aríete

¹¹⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 369.

¹¹⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 403.

¹²⁰ Beffeyte, R. 2008: p. 8.

tinha de ser conjugado com engenhos de proteção (p.e. gatas ou tartarugas) ou torres de assalto, que conferiam aos seus utilizadores uma segurança mínima durante a aproximação às muralhas. Outra particularidade dos aríetes é o facto de serem exclusivos dos atacantes: jamais, à semelhança das torres de assalto, foram utilizados por parte dos defensores, ao contrário do que acontecia com os restantes engenhos de destruição. Tal exclusividade deve-se ao facto dos defensores não terem a necessidade de combater estruturas arquitetónicas de carácter defensivo.

Sem uma cronologia precisa, podemos considerar que já existiam desde, pelo menos, a Idade do Bronze, mais concretamente do século IX a.C., graças à iconografia encontrada no Palácio Noroeste de Nimrud, localizado no atual Iraque. Na iconografia encontrada (figura 69) verificamos que os aríetes eram precisamente conjugados com torres de assalto. O seu uso prolongou-se até aos finais da Idade Média e, graças a Flávio Vegécio Renato e à representação de um aríete na Coluna de Trajano (figura 70), podemos afirmar, com toda a certeza, que foram utilizados também durante o Império Romano.

Estruturalmente, o aríete consistia numa viga de madeira, bastante grossa e de comprimento considerável. A sua extremidade principal – a que era utilizada contra os muros ou portas de uma fortaleza – era revestida a ferro e, em alguns casos, a mesma ponta possuía a forma de cabeça de carneiro (figura 68 e 72), o que lhe confere precisamente a designação de *carneiro*¹²¹. Para Flávio Vegécio Renato, o termo “carneiro” deve-se ao facto a dois fatores:

*“... ou porque a sua frente é tão dura que destrói as muralhas ou porque retrocede para mais ímpeto, como um carneiro”*¹²².

O aríete era suspenso nos engenhos de proteção (figura 84) ou nas torres de assalto (figuras 27 e 28) através de cordas resistentes ou correntes de ferro, que permitiam uma melhor utilização e uma maior propulsão: quando se aproximavam das portas ou muralhas a combater os sitiadores impulsionavam-no num movimento de vaivém, para a frente e para trás, repetidas vezes até começarem a abrir pequenas brechas. Quando verificavam que o aríete começava a ter efeito, acrescentavam à extremidade um gancho de ferro e, ao recuar, o aríete arrancava as pedras dos muros e aumentava o tamanho das mesmas brechas. O processo era repetido as vezes que fossem

¹²¹ Em latim traduz-se por Áries.

¹²² Vegécio, 2006: p. 130.

necessárias até que a brecha fosse suficiente grande para que os sitiadores entrassem no recinto ou até que a porta da fortaleza fosse derrubada.

João Gouveia Monteiro indica que, ao contrário do que era habitual, os aríetes podiam também ser utilizados isoladamente, isto é, sem qualquer proteção adicional¹²³. Nestes casos, eram revestidos de peles ou couros crus para evitar que se incendiassem e a viga possuía várias pegadas através das quais os sitiadores seguravam o engenho e o movimentavam (figura 71).

Francisco Garcia Fitz constata que a referência a aríetes não é frequente na documentação histórica medieval relativa às fronteiras castelhano-leonesas e do al-Andaluz. Com efeito, ele é referido unicamente no cerco almorávida a Toledo, em 1009, em conjugação com uma vinha, e no cerco castelhano a Alcaraz, em 1213¹²⁴.

No panorama português, constatamos a mesma escassez de referências, apenas se encontrando duas menções a aríetes. No “*De Expugnatione Lyxbonensis*” refere-se que os cruzados estavam a cercar Lisboa, em 1147, há quinze dias quando começaram a construir e a utilizar engenhos, entre os quais um aríete:

“... de um lado e de outro a fabricar máquinas de guerra: os colonienses e flamengos montam um suíno, um aríete e uma torre móvel (...) Terminadas finalmente as máquinas e levadas até junto das muralhas, só a custo conseguiram puxar atrás o aríete pois tudo o mais foi queimado de modo bastante afrontoso”¹²⁵.

Segundo Miguel Gomes Martins, no cerco de Alcácer do Sal também foram utilizados aríetes em conjugação com mantas¹²⁶. Todavia, no *carmen* de Soeiro Gosuínio não se refere nenhum aríete.

Face à raridade de referências a este engenho – apenas duas utilizações registadas no panorama português – podemos concluir que a sua utilização esteve longe de ser frequente durante a Idade Média, quer em Portugal, quer nos reinos vizinhos.

A sua rara utilização pode ser justificada pelo perigo extremo a que os sitiadores estavam sujeitos durante a aproximação às muralhas e às portas e pela escassa confiança colocada na sua eficácia e resultados. Afinal, que poderiam fazer os aríetes contra muralhas resistentes e fortes? Ou contra portas que, ao serem pontos mais frágeis da fortaleza, estavam muito bem protegidas e reforçadas? Muito pouco.

¹²³ Barroca, M.; Monteiro, J. 2000: p. 209.

¹²⁴ Garcia Fitz, F. 2005: p. 233.

¹²⁵ Nascimento, A. 2001: p. 107.

¹²⁶ Gomes, M. 2011: p. 134.

Capítulo 4 - Técnicas de destruição

Paralelamente aos engenhos destinados ao assalto e à destruição de muralhas e torres, os exércitos medievais recorriam a diversas técnicas de destruição que, apesar das diferenças que encerram entre si, pretendiam atingir finalidades semelhantes. Estas técnicas destinavam-se à abertura de brechas nas estruturas defensivas inimigas e ao derrube de panos de muralha ou de torres. Através da rutura das muralhas ou de torres os sitiadores poderiam penetrar no interior do recinto fortificado e tomá-lo pela força das armas.

Integram este grupo as minas, os trabalhos de sapa e as contraminas. As duas primeiras técnicas eram utilizadas pelos sitiadores e a terceira técnica era utilizada pelos sitiados para dar resposta às minas, procurando evitar o sucesso destas. Todavia, ao contrário dos engenhos de destruição, as minas e trabalhos de sapa representavam um perigo maior para os sitiantes, mediante uma maior aproximação às muralhas, sobretudo a última técnica referida. Geralmente, estas técnicas eram conjugadas com engenhos de proteção, que protegiam os sitiadores durante a aproximação às muralhas e durante a realização das ditas técnicas de destruição.

O recurso a estas técnicas de destruição, demoradas e difíceis de levar a cabo, remonta à Antiguidade, sabendo-se que já eram utilizadas pelos exércitos romanos. Em Portugal, durante a Idade Média, tiveram uma ampla difusão, sobretudo nos séculos XII e XIII, encontrando-se referências ao seu recurso nos cercos de maior envergadura. No século seguinte continuaram a marcar presença nos cercos portugueses, ainda que com menor frequência.

A escolha da técnica de destruição a utilizar dependia dos objetivos dos sitiadores e dos condicionalismos do local a atacar. Antes de se iniciar qualquer um destes trabalhos era necessário escolher um ponto-alvo no qual as técnicas se focariam. A escolha deste requeria uma análise detalhada do sistema defensivo inimigo, procurando-se determinar os pontos mais fracos que pudessem ser explorados e nos quais se pudesse tirar partido do recurso às minas e aos trabalhos de sapa.

As técnicas de destruição mais utilizadas nos cercos medievais eram as minas, às quais Flávio Vegécio Renato chamava *coelheiras*¹²⁷. As minas consistiam na escavação de túneis subterrâneos, escorados com madeira seca para não desabarem, escavados a

¹²⁷ Vegécio, 2006: p. 137.

partir de uma distância considerada segura e dirigindo-se para as fundações das fortalezas nas zonas previamente escolhidas.

Os túneis culminavam num salão ou larga galeria – nalguns casos, excepcionais, mesmo em várias galerias –, criado sob as fundações da muralha ou da torre. À semelhança dos túneis, o salão era escorado com madeira seca e preenchido com lenha e outros materiais inflamáveis. Finalmente, a técnica estava pronta a ser colocada em prática: colocando-se em segurança, os sitiadores criavam um rastilho e ateavam-lhe o fogo, que se propagava até à madeira. O incêndio consumia o travejamento que escorava o salão e provocava a derrocada dos sedimentos superiores, levando a que abrisse uma brecha na estrutura defensiva ou mesmo que a muralha ou a torre ruísse. A abertura de uma brecha na muralha ou a queda de uma torre permitia aos sitiadores a oportunidade de penetrarem no interior da fortaleza e de a tomarem pela força das armas.

No *De Expugnatione Lyxbonensis* encontramos o relato da escavação de uma mina com sucesso:

*“... Os colonienses e os flamengos recomeçaram a escavar um novo fosso subterrâneo frente à muralha da parte mais alta do castelo a fim de a deitarem abaixo (...). Minada, pois, a muralha e atalhufada com lenha para arder, nessa mesma noite, ao cantar do galo, um pano das muralhas de cerca de trinta côvados (c. 19,8 m) ruiu por completo”*¹²⁸.

Anteriormente já haviam tentado escavar várias minas, mas sem resultados favoráveis:

*“... os colonienses por cinco vezes tentam abrir túneis subterrâneos para fazer cair a muralha, mas outras tantas vezes fracassão”*¹²⁹.

A finalidade desta técnica não era apenas fazer ruir uma torre ou um pano de muralha: a mina poderia terminar no interior das linhas inimigas, dentro das muralhas da fortaleza assediada, permitindo que os sitiadores entrassem no recinto e surpreendessem os inimigos durante a noite. Durante o cerco de Torres Vedras¹³⁰, levantado pelo Mestre de Avis, foi escavada uma mina que terminou precisamente no interior da fortaleza: uma «grande cava a fora outras que lhe fez; a quall avia dhir ao

¹²⁸ Nascimento, A. 2001: p. 115.

¹²⁹ Nascimento, A. 2001: p. 109.

¹³⁰ Ignora-se a data precisa do início do cerco a Torres Vedras: sabe-se apenas que a 10 de dezembro de 1384 já estava em decurso e que termina nos finais de janeiro ou inícios de fevereiro de 1385 (Rodrigues, A. 2000: p. 2).

*adro da igreja que chamam Santa Maria, que he dentro no logar, antre a villa e o castello»*¹³¹.

Fosse qual fosse a sua finalidade, a escavação de minas era um processo demorado e perigoso. A escavação demorava vários dias ou mesmo semanas a ser concluída e, mesmo assim, podia não atingir os resultados esperados. Por exemplo, durante o cerco de Lisboa de 1147, os colonienses e flamengos demoraram quase um mês a escavar uma das suas minas:

*“... era uma construção de merecer elogios, com cinco entradas, com um pouco menos de 40 côvados de largura na frente (c. 26,40 m), e concluíram-na em menos de um mês”*¹³².

Antes de mais, era necessário que todo o processo de escavação dos túneis fosse o mais sigiloso possível para não levantar suspeitas aos inimigos: prudentemente, o túnel era iniciado longe das muralhas, sob proteção de tendas, de estruturas arquitetónicas (p.e. casas) ou mesmo sob proteção de engenhos específicos para essa função (p.e. *mantas* e *gatas*). O sigilo era um fator determinante para o sucesso das minas.

Frequentemente, os túneis eram escavados durante o dia e as terras eram deixadas no interior das estruturas que ocultavam a sua entrada. Posteriormente, ao encoberto da noite, os sitiadores retiravam-nas e levavam-nas para longe do alcance da visão dos sitiados. A título de exemplo citemos a mina realizada no cerco de Torres Vedras, pelo Mestre de Avis, que foi escavada a partir do interior de uma tenda, longe da muralha e com o máximo de sigilo possível. Na própria hoste do Mestre muitos não tinham conhecimento da sua escavação, evitando-se que possíveis espiões dessem a conhecer a sua realização aos sitiados. Ainda assim, apesar do secretismo que envolveu a escavação da mina, o alcaide de Torres Vedras foi informado da escavação da mina e de outros planos que o Mestre de Avis elaborava:

*“... todo seu cuidar e sospeita fora vão, se nom foram algũas pessoas, que amdavom com o Meestre, que pouco amavom seu serviço, que per sinaaes e outras emcubertas maneiras, lhe faziam saber todo, quamtoo Meestre obrava contra eles”*¹³³.

¹³¹ Lopes, F. 1983: p 362.

¹³² Nascimento, A. 2001: p. 115.

¹³³ Lopes, F. 1983: p 362.

No caso de suspeitarem que estas escavações estavam a ser realizadas, os sitiados podiam combatê-las através de contraminas: a sua realização consistia igualmente na escavação de túneis subterrâneos, mas na direção da mina escavada pelos sitiadores. Desta forma, os sitiados podiam intercetar os inimigos antes de eles alcançarem a perpendicular das estruturas militares e, subterraneamente, envolver-se em conflitos armados ou provocar a derrocada de terras. A derrocada de terras destruía todo o trabalho elaborado até então pelos sitiadores e provocaria feridos e mortos no seu seio.

Através da *Crónica de Portugal de 1419*, verificamos que os sitiados podiam ainda colocar fogo nos túneis subterrâneos para afastar os sitiados, obrigando-os a retroceder, como é referido em relação ao cerco de Alcácer do Sal, em 1217¹³⁴. O *carmen* de Soeiro Gosuíno confirma precisamente a realização de minas e contraminas no mesmo cerco, tal como os confrontos desenrolados no subsolo:

*“Cavamos debaixo da terra para que os muros ruam. Cavamos às ocultas e o inimigo cava ao contrário e esforça-se para que o nosso trabalho seja inútil. Combate-se dentro da própria escavação com ferro, fumo e fogo”*¹³⁵.

A *Crónica de Portugal de 1419* refere ainda que durante o cerco de Silves, em 1189, os muçulmanos obstruíram o local onde uma mina, feita pelos cruzados flamengos, havia de culminar. Desta forma, impediram que os cruzados entrassem na cidade através da mina:

*“... avendo já dias que estavom em aquel trabalho, entenderom os mouros de dentro o que eles faziom e atalharom-lhe aquele lugar onde eles aviom de sair e taparom aquela cova.”*¹³⁶.

Assim, podemos concluir que a escavação de minas podia não ser bem-sucedida à primeira tentativa e que, nesse caso, o processo tendia a ser repetido as vezes possíveis e necessárias até atingir os objetivos previstos. Saliente-se que, independentemente do número de tentativas realizadas, as minas poderiam nunca atingir a sua finalidade. Em todos os cercos até agora referenciados foram realizadas várias minas, mas, na maioria dos casos, sem sucesso. Por exemplo, só no cerco de Lisboa, em 1147, foram escavadas pelo menos sete minas.

Flávio Vegécio Renato aponta ainda outra finalidade para as contraminas: os sitiados podiam escavar um túnel entre a muralha e o local onde as torres de assalto dos

¹³⁴ *Crónica de Portugal de 1419*: p. 111.

¹³⁵ Gosuíno, S. 1976: p. 136.

¹³⁶ *Crónica de Portugal de 1419*: p.92.

sitiadores estancariam para baixar a ponte levadiça. Quando a torre se encontrava em movimento o terreno cedia, face ao seu peso, e a máquina ficaria enterrada e imobilizada ¹³⁷. Contudo, no panorama português não há referência à escavação de minas com esta finalidade.

Os dois trabalhos – de mina e de contramina –, podiam provocar derrocadas de terras ao mínimo erro. E, se os cálculos de distância e de direção fossem mal executados, podiam mesmo culminar num local distinto do que havia sido previamente definido. Um simples erro podia levar a que todo o trabalho até então realizado fosse em vão. No cerco de Almada por D. Juan I de Castela, em junho de 1384, a mina escavada pelos castelhanos atingiu o fosso da barbacã e não a muralha da vila, como era pretendido. Os sitiados acabaram por detetar o erro dos castelhanos e encurralaram-nos ¹³⁸:

*“... mandou elRei que lhe fizessem hũa cava per sso terra, a qual começaram de longe do arravallde, que hia direita a huũa alta torre que esta sobre a porta do castello pera a poer em comtos e fogo a derribar, segundo se costuma; e os de dentro souberom dello parte. E omde os Catellaãos cuidarõ que hiam alto per terra, forom sair com a boca da cava aa alcárcova da barbacã, que os de dentro já tinham cavada muito mais alta do que damte era; e ali pelejarom huũs com outros...”*¹³⁹.

Os trabalhos de sapa (figuras 73 a 82), por sua vez, eram realizados à superfície e, por isso, sujeitos a constantes ataques que colocavam em risco o sucesso do empreendimento e as vidas dos sapadores. Consistiam no britar das muralhas ou torres, a partir de um ponto à superfície, com a finalidade de abrir uma brecha na estrutura ou mesmo levar à sua derrocada. De outra forma, podiam passar pela simples retirada de um ou vários silhares das primeiras fiadas de pedras da muralha ou torre o que, à semelhança das minas, provocava a destabilização da estrutura defensiva e o seu desmoronamento.

Durante a Crise de 1383-1385, a cidade de Lisboa tomou o partido de D. João, Mestre de Avis, mas o castelo da cidade e o seu alcaide, Martim Afonso Valente, permaneceram aliados a D. Leonor Teles. O Mestre de Avis, segundo o cronista Fernão Lopes, “*mãdou fazer hũu arteficio de madeira que chamam gata; que, como huũa baixa*

¹³⁷ Vegécio, 2006: p. 134.

¹³⁸ Martins, M. 2006: p. 70.

¹³⁹ Lopes, F. 1983: pp. 266-267.

*cava que estomce o castello tiinha fosse cheia, podesse hir per çima juntar com elle, e de soo ella podesse hir picar o muro e emtrar demtro»*¹⁴⁰. Com estes trabalhos pretendia abrir precisamente uma brecha no muro do castelo e entrar nele.

Anos antes, ainda durante o reinado de D. Fernando, o Mestre de Avis cercou o castelo de Cortijo, em território castelhano, e recorreu também à realização de trabalhos de sapa: *“e como chegarom ao logar começarom de o combater mui rrijamento, poendo o fogo aas portas e picando o muro per outra parte”*¹⁴¹.

Estes trabalhos eram feitos sob proteção de engenhos indicados para tal (figura 79), como as referidas gatas, que permitiam aos sapadores permanecerem minimamente protegidos dos projéteis pétreos e incendiários, das setas e dos virotões lançados pelos sitiados a partir dos adarves. Por outro lado, estes engenhos eram facilmente incendiáveis e os sapadores, caso escapassem incólumes ao seu incêndio ou ao impacto dos projéteis, eram obrigados a recuar rapidamente para o arraial por questões de segurança e a dar por terminado todo o trabalho realizado até então.

No cerco de Silves, em 1189, os sitiadores aproximaram-se das muralhas, com proteção de uma manta, para proceder à realização de trabalhos de sapa: *“ e fizeram mais huma manta de trâues muj bem encourada per çima pa soportar as setas e pedras que lancassem de muro sobre aquelles que se querião chegar a elle pa o derribar”*¹⁴². Todavia, a manta ardeu ao aproximar-se das muralhas e foi impossível proceder à realização dos trabalhos planeados.

O facto de os pontos-alvo seleccionados serem zonas mais frágeis da muralha não equivalia à penetração fácil dos sitiadores no interior dos recintos fortificados, muito pelo contrário. Se os sitiadores conseguiam descobrir quais os pontos fracos da muralha inimiga era evidente que os sitiados também os conheciam. Em consequência, as zonas mais frágeis do aparelho defensivo eram bem mais defendidas e protegidas do que as restantes zonas. Os sitiados estavam preparados para as defender e para bloquear qualquer avanço dos sitiadores se suspeitassem que seria alvo de ataques, quer por minas quer por trabalhos de sapa.

Posto isto, o derrube de uma muralha ou a abertura de uma brecha na mesma não implicava que os sitiadores conseguissem penetrar na fortaleza, podendo ser imediatamente travados pelos sitiados ou por barreiras defensivas suplementares à

¹⁴⁰ Lopes, F. 1983: p. 81.

¹⁴¹ Lopes, F. 2004: p. 521.

¹⁴² Matos, C. 1999: p. 101.

muralha (caso de barricadas ou paliçadas). O problema podia ser colmatado com a realização, em simultâneo, de várias minas ou trabalhos de sapa focando diversos pontos da estrutura defensiva inimiga. Esta solução levava a que os sitiados se espalhassem e não se fixassem em grande número num só local. Ao dividirem-se por vários pontos do recinto, os sitiados ficavam mais vulneráveis a ataques e com menor capacidade de os bloquear e resistir.

Por outro lado, estes trabalhos resultavam em grandes massas de entulho que podiam ser um entrave à penetração dos sitiadores no interior do recinto cercado, impedindo-os de prosseguir no terreno. No cerco de Lisboa de 1147, ainda que uma das minas tenha levado à queda de um pano da muralha não foi possível entrar na cidade: o entulho e o próprio terreno impediram a passagem dos cruzados para o interior da cidade. Os sitiados reuniram-se rapidamente no local a fim de bloquearem também o acesso à cidade e os cruzados, por sua vez, *"foram rechaçados da entrada por todos os modos durante dias"*¹⁴³.

No caso dos trabalhos de sapa a constante pressão do inimigo, com o lançamento de setas, virotões, pedras e outros materiais, era um entrave à sua realização, podendo impedir a sua finalização. Como vimos, bastava que as proteções dos sapadores fossem destruídas ou danificadas para que todo o trabalho realizado fosse inconclusivo.

Conclui-se que, durante a Idade Média, as técnicas de destruição mais utilizadas foram, sem dúvida, as minas. Através das fontes documentais portuguesas verifica-se que as minas estiveram presentes em quase todos os cercos de grande envergadura, enquanto trabalhos de sapa raramente são referidos.

Ainda que tendessem a ser repetidamente escavadas, as minas tinham maior possibilidade de serem bem-sucedidas e de permitir aos sitiadores atingir os seus propósitos. A sua preferência estava ainda associada à possibilidade dos sitiadores apanharem o inimigo de surpresa caso não detetassem a sua escavação. O fator surpresa era importantíssimo para conquistar uma praça-forte: gerava confusão e retardava as reações armadas dos sitiados e, em consequência, permitia aos sitiadores eliminá-los rapidamente e tirar o maior partido possível da situação. O mesmo se verificava em relação aos assaltos furtivos como vimos anteriormente.

¹⁴³ Nascimento, A. 2000: p. 117.

Por outro lado, as minas, ainda que escavadas subterraneamente, eram técnicas bem mais seguras do que os trabalhos de sapa. Estes últimos expunham demasiado os sapadores e tendiam a ser um insucesso apesar dos esforços feitos para que o resultado fosse favorável. Apesar dos riscos que ambas as técnicas apresentavam os resultados possíveis eram suficientes para justificar os esforços feitos pelos sitiadores em levá-las a cabo: se conseguissem abrir uma brecha na muralha poderiam tomar a cidade e dar por concluído o cerco.

Capítulo 5 – Engenhos de proteção

Os engenhos de proteção tinham como principal função proteger os sitiadores durante a realização de ataques às fortalezas cercadas. Como vimos anteriormente, os trabalhos de sapa, estavam sempre associados a estas estruturas, permitindo que os sapadores se aproximassem das muralhas e as britassem com alguma segurança, mas surgiam também associados a aríetes e às minas. O seu uso, individual ou coletivo, reduzia os riscos de vida dos sitiadores, protegendo-os das pedras, do fogo, das setas e de outros materiais que os seus inimigos lançavam constantemente para impedir que se aproximassem demasiado e levassem a cabo os seus ataques.

Os engenhos de proteção surgem com várias designações, variando conforme os autores e as datas das obras onde são referenciadas. Estas inúmeras designações tendem a dificultar a compreensão dos engenhos e o estabelecimento de diferenças entre si: um só engenho pode ser designado de diversas maneiras e pode levar a conclusões equivocadas. Exemplificando: um engenho pode ser designado por *manta* e através da sua descrição podemos chegar à conclusão que é uma tartaruga – assim, o termo utilizado era incorreto e apenas através das descrições das estruturas se consegue obter a designação correta, mas nem sempre é possível, sobretudo quando os engenhos são demasiado parecidos a nível estrutural e as descrições demasiado vagas.

Durante a Idade Média verifica-se que os engenhos de proteção mais comuns eram as *gatas* e as *mantas*, mas estes podem surgir com outras designações consoante os autores e a cronologia das referências. Flávio Vegécio Renato, a principal fonte documental para estes engenhos, indica-nos a existência de outros engenhos de proteção: *vinhas*, *tartarugas*, *cortinas* e *mexilhões*¹⁴⁴. Outros autores indicam também a existência de *suínos* e *ouriços*. Os referidos engenhos serão tratados individualmente de forma a facilitar a compreensão das suas estruturas e as semelhanças, físicas e funcionais, existentes entre si.

À semelhança dos restantes engenhos também os engenhos de proteção eram construídos no decurso dos cercos e em função das necessidades dos sitiadores. A nível de materiais de construção era necessário que houvesse grandes quantidades de madeira para a construção das estruturas, ferro para obter os pregos destinados à fixação das

¹⁴⁴ Vegécio 2006: pp. 131-132.

tábuas de madeira e também couros, peles cruas e ramos de vegetação para cobrir e proteger os engenhos, à semelhança do que acontecia com as torres de assalto.

Os engenhos de proteção mais antigos são as *vinhas*, em latim *uineas*, provenientes dos arsenais do Império Romano (figuras 83 a 85). Consistiam em estruturas de madeira semelhantes a um telhado, leves e móveis, revestidas exteriormente por diversos materiais, como peles cruas, couro, vegetação, terra ou argamassa, para evitar que o fogo as consumisse e, ao mesmo tempo, amortecer o impacto dos materiais que os sitiantes lhes lançavam. João Gouveia Monteiro considera que a dimensão das vinhas rondaria os 2,40m por 4,80m, com cerca de 2m de altura¹⁴⁵. Assim, perante estas dimensões, considera-se que este engenho se destinava à proteção de pequenos grupos de sitiadores e não a uma proteção de tipo individual.

A designação de *uineas* prolonga-se até, pelo menos, ao século XII, surgindo referenciada na *Chronica Adefonsi Imperatoris*¹⁴⁶, onde Afonso VII de Leão e Castela indica que eram utilizadas pelos exércitos castelhano-leoneses e pelos exércitos almorávidas. Esta referência comprova, mais uma vez, que o recurso a engenhos de cerco não era exclusivo dos exércitos cristãos.

Para além das *uineas*, Flávio Vegécio Renato indica a existência de um engenho chamado *mexilhão*, em latim *musculi*. Os mexilhões consistiam em estruturas de madeira com dimensões reduzidas, utilizados sobretudo quando havia necessidade de remover as paliçadas defensivas do inimigo ou de preencher um fosso para permitir a aproximação às muralhas. Segundo o mesmo autor surgiam também com frequência na frente das torres de cerco, preparando o terreno para o seu avanço. Durante a Idade Média verifica-se que termo mexilhão ou *musculi* desapareceu, mas o mesmo não acontece com o engenho em si: adota a designação de *gatas*¹⁴⁷.

As *gatas* são consideradas como as sucessoras das *vinhas*. Possuíam uma estrutura semelhante à das *vinhas*, levando a que se considere que são um único engenho, mas com designações diferentes e cronologias de uso diferentes (figura 86). Consistiam em estruturas de telhado duplo feito de tábuas de madeira e lateralmente reforçadas com vimes e ramos de vegetação para aumentar a resistência ao impacto de pedras e outros projecteis. À semelhança das *vinhas* e de outros engenhos de cerco, as

¹⁴⁵ Monteiro, J. 1997: p. 527.

¹⁴⁶ Cita-se: Garcia Fitz, F. 2003: p. 226.

¹⁴⁷ Monteiro, J. 1997; p. 529.

gatas eram revestidas de couros, peles e outro tipo de materiais que lhes permitia permanecerem incólumes a impactos e ao fogo.

Para João Gouveia Monteiro as gatas não contaram com grande adesão durante a Idade Média. A afirmação baseia-se na pouca credibilidade que os exércitos tinham em relação à sua eficiência, sobretudo porque não acreditavam na capacidade das ações militares desenvolvidas por pequenos grupos de homens como seria o caso das ações levadas a cabo sob proteção destes engenhos¹⁴⁸. Apesar desta consideração é de salientar que tal não significa que não fossem utilizadas nos cercos medievais. Com efeito, sabemos que foram utilizadas no cerco de Lisboa de 1147 e no cerco de Silves de 1189, entre outros¹⁴⁹.

A utilização das vinhas e gatas estava, na maioria das vezes, associada aos aríetes (figuras 83 e 85): estes eram suspensos no interior das estruturas através de cordas ou correntes, permitindo que os seus utilizadores estivessem protegidos durante o ataque às portas e às muralhas das fortalezas. De qualquer forma, quando não possuíam aríete destinavam-se à proteção dos sitiadores durante a realização de trabalhos de sapa ou durante a escavação de minas. Com aríete incorporado encontramos também as *tartarugas* (figura 87) que tinham, como o nome indica, uma estrutura semelhante à carapaça de uma tartaruga, formada por vigas e tábuas de madeira revestidas por peles e outros materiais.

No que toca aos *ouriços* e *suínos* entende-se que se trata de engenhos semelhantes aos anteriormente descritos em forma e função. Segundo o *De Expugnatione Lyxbonensis*, durante o cerco de Lisboa, em 1147, foi construído precisamente um suíno e um aríete: “os colonienses e flamengos montam um suíno, um aríete”¹⁵⁰. À semelhança do que acontecia nas gatas, o aríete estaria incorporado no suíno mas, ao que tudo indica, o último foi destruído pelos sitiados: “terminadas finalmente as maquinas e levadas até junto das muralhas, só a custo conseguiram puxar atrás o aríete pois tudo o mais foi queimado de modo bastante afrontoso”¹⁵¹.

De forma geral, podemos considerar que, na realidade, as vinhas, as gatas, as tartarugas, os ouriços e os suínos são o mesmo tipo de engenho, mas com denominações variadas e que se vão alterando com a passagem do tempo. É de salientar que estes

¹⁴⁸ Barroca, M.; Monteiro, J. 2000: p. 212.

¹⁴⁹ Matos, M.C. 1999: p. 32; Nascimento, A. 2001: p. 107.

¹⁵⁰ Nascimento, A. 2001: p. 107.

¹⁵¹ Nascimento, A. 2001: pp. 107-109.

engenhos tendiam a possuir rodas para facilitar a aproximação às muralhas e a realização das tarefas que os sitiadores pretendiam levar a cabo.

As *mantas*, por sua vez, são em tudo semelhantes às gatas, mas de menor dimensão e, geralmente, utilizadas para proteção individual, isto é, tendiam a ser utilizadas apenas um homem de armas. O seu uso estava associado sobretudo à realização de trabalhos de sapa e, à semelhança dos engenhos anteriormente referidos, podiam possuir rodas para facilitar a sua deslocação e a própria realização dos trabalhos de sapa (figuras 79 e 88).

No decurso do cerco de Lisboa, em 1147, paralelamente ao suíno, foi ordenado “*a todos os dos navios que fizessem mantas de guerra e abrigos entrançados com varas*”¹⁵². Também durante o cerco de Silves, em 1189, foi ordenada a construção do mesmo tipo de engenho, para proteger os sitiados durante a aproximação às muralhas e durante a realização de trabalhos de sapa:

“... e fizeraõ mais huma manta de trâues muj bem encourada per çima pa soportar as setas e pedras que lancassem de muro sobre aquelles que se querião chegar a elle pa o derribar, e ella feita e conçertada ajuntaraõna acerca da torre que estaua dr^{to}. do poço e quando os Mouros viraõ que eles punhaõ tam junto cõ o muro acorreraõ alj muj depressa e lançaraõ de çima mujta lenha e palha cõ lume e foi acesa e ardeo toda a manta”¹⁵³.

Alexandre Herculano interpreta este engenho como sendo um ouriço, uma “*especie de vaivem de grossas vigas cubertas com lemes de sobreceleste que vinham nas galés, e forrada por cima com terra, cimento e lan bastida*”¹⁵⁴.

Posteriormente, no cerco de Alcácer do Sal, em 1217, foram construídas duas mantas de guerra, destinadas a proteger os sitiadores durante o combate da muralha:

“... fizeram os christãos duas fortes mantas pera ajuntar com hu muro e o desfazer, e chegarom-nas a ele e commeçarom de o combater. Os mouros, quando esto virom, lançavom pedras tamtas e traves e fogo sobre elas que por força os fizeram arredar fora, lomje do muro”¹⁵⁵.

Quase dois séculos mais tarde encontram-se ainda presentes nos cercos ocorridos em território português. Segundo Fernão Lopes, o cerco castelhano de Almada, em 1384, foram utilizadas “*mamtas*”, juntamente com outros engenhos de

¹⁵² Nascimento, A. 2001: p. 117.

¹⁵³ Matos, M.C. 1999: p. 101.

¹⁵⁴ Herculano, A. 1864: pp. 37-38.

¹⁵⁵ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 111.

cercos, de modo a que os sitiadores estivessem protegidos contra os tiros de besta e contra as pedras que os almadenses lançavam a partir das suas muralhas¹⁵⁶.

Através deste panorama podemos concluir que a única distinção entre mantas e gatas era a sua dimensão e o número de homens que cada uma podia abrigar. A sua cronologia, nos cercos portugueses da Idade Média, também é ligeiramente distinta: as gatas surgem sobretudo mencionadas nos cercos dos séculos XII e XIII, enquanto as mantas continuam a ser utilizadas, pelo menos, até ao século XV.

Por último, as *cortinas* são descritas como engenhos de estrutura em forma de abóboda, também ela coberta pelos mesmos materiais que cobriam os restantes engenhos de proteção. Possuíam três rodas, uma no meio e outra nas duas extremidades do engenho, para facilitar a sua deslocação até às muralhas, assemelhando-se a um carro. As cortinas eram utilizadas em conjugação com escadas de assalto: enquanto os assaltantes subiam para os adarves através das escadas, outros homens de armas aproximavam-se das muralhas e, sob proteção das cortinas, lançavam ataques contra os sitiados e cobriam os companheiros que procuravam alcançar os adarves. Esta função das cortinas prova como as escadas de assalto podiam ser utilizadas nos cercos quando associadas a outros engenhos bélicos. Este engenho de proteção não é referenciado nas fontes documentais portuguesas da Idade Média, podendo significar que não foi utilizado ou que pode ter adotado uma das designações anteriormente identificadas.

Ainda que estes engenhos fossem um suporte de vida para os seus utilizadores, protegendo-os dos ataques inimigos, não eram totalmente eficazes por dois motivos distintos: em primeiro lugar, o facto de serem de madeira tornava-os muito frágeis, podendo facilmente quebrar ou arder, como verificamos diversas vezes, o que trazia graves danos para os seus utilizadores e colocaria um fim às suas missões; em segundo lugar, os seus utilizadores tinham que trabalhar de forma coordenada para conseguirem transportar o engenho rapidamente e sem provocar confusão entre si, caso contrário demoravam demasiado tempo a percorrer o caminho e eram um alvo fácil de abater pelos inimigos.

Todavia, por mais frágeis que fossem eram também importantíssimos no panorama dos cercos, enquadrando-se a sua utilização desde o século XII até ao século XV. Tal importância é comprovada por Afonso X de Leão e Castela que aconselhava as vilas de fronteira a ter gatas e mantas para que as pudessem utilizar nos cercos às

¹⁵⁶ Lopes, F. 1983: p. 267.

fortalezas mais próximas¹⁵⁷. Ao seguirem o conselho de Afonso X, as vilas evitavam a necessidade de construir estes engenhos nos arraiais como era habitual, considerando-se que a proximidade entre os lugares permitia que fossem transportadas até aos locais a cercar sem demora e facilmente.

¹⁵⁷ Francisco Garcia Fitz (2003, p. 228) utiliza a denominação “*sarzos*” considerando-se aqui como sendo mantas devido à sua descrição como engenhos de proteção individual.

Capítulo 6: Armas, engenhos e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)

6.1: O assalto de Santarém, 1147

Em 1093, Santarém foi entregue pelo rei de Badajoz a Afonso VI de Leão e Castela em regime de protetorado, tal como Lisboa e Sintra. Porém, em 1111, voltaram à posse dos Almorávidas que, depois da vitória na batalha de Zalaca, em 1086, se tinham convertido em senhores de Al-Andaluz¹⁵⁸. Quase meio século depois, Afonso Henriques propôs-se conquistar Lisboa mas, para enveredar em tal campanha, necessitava primeiro de tomar as praças muçulmanas envolventes, de forma a isolar Lisboa e impedir que recebesse auxílio exterior.

Entre as praças que Afonso Henriques necessitava de tomar estava Santarém, uma fortaleza difícil de conquistar, não só pela sua localização, de difícil acesso, e pela solidez das suas muralhas, como também pelo facto de ser densamente povoada¹⁵⁹. Mesmo depois de contínuos assaltos cristãos, a empresa continuava a ser difícil. No entanto, o domínio deste ponto estratégico era importantíssimo para por termo aos sucessivos assaltos protagonizados pelos seus habitantes nos territórios a sul de Coimbra¹⁶⁰.

Afonso Henriques compreendeu que não conseguiria conquistar Santarém por meio de uma operação de cerco e que a alternativa mais viável era tomá-la através de uma operação de assalto, noturno e furtivo, para a qual necessitaria de menos recursos militares:

*“Vendo elRey a grandeza, e dificuldade desta empeza, e como para ganhar por cerco esta praça era tẽpo perdido, fe deliberou deſpois de varias traças e confelhos de a acometer de noite, e etrar com affalto repentino”*¹⁶¹.

Antes de proceder ao avanço para Santarém, o monarca enviou Mem Ramires, um moçárabe da sua confiança, até à vila com a missão de investigar a fortaleza e identificar o local mais adequado para entrar, de modo a estruturar um plano pormenorizado do ataque. Na posse desses dados, elaborou o plano, reuniu o seu

¹⁵⁸ Martins, M. 2011: p. 67.

¹⁵⁹ Herculano, A. 1980: p. 479

¹⁶⁰ Brandão, Fr. A. 1972: p. 161.

¹⁶¹ Brandão, Fr. A. 1972: p. 162.

exército e partiu de Coimbra em direção a Santarém no mês de março de 1147. Segundo a *Monarquia Lusitana*, o monarca reuniu

“...duzentos, e cincoenta Caualeiros todos de valor conhecido, e exercitados na guerra, em que entrauão muitos Tēplarios, e se partiu de Coimbra em hũa segunda feira de Março”¹⁶².

Na mesma noite da partida, que Miguel Gomes Martins indica ter sido a 12 do mês referido, a hoste pernitoitou em Alfafar. No dia seguinte continuou a viagem e parou novamente para recobrar energias, desta vez na aldeia de Dornelas ou de Cornudelos. Durante esta paragem o monarca enviou três dos seus homens até à vila de Santarém comunicando o fim das tréguas entre cristãos e muçulmanos e anunciando que seriam atacados em breve¹⁶³.

Na noite de 15 de março chegou finalmente a Santarém, percorrendo o caminho o mais sigilosamente possível, e deu início à tomada da vila. A sua hoste foi dividida em 10 grupos, compostos por 12 indivíduos cada, que subiram através de *escadas* para o adarve da muralha. O restante contingente permaneceu escondido e oculto pela noite, comandado pelo próprio monarca.

Ao chegarem perto da muralha, desmontaram dos cavalos e avançaram em silêncio atrás de Mem Ramires, que conhecia bem o caminho depois de ter observado detalhadamente a vila e os seus arredores a pedido do monarca. De forma a surpreenderem os muçulmanos, o contingente destinado a subir às muralhas aguardou que as sentinelas dos adarves adormecessem. Prestes a iniciar a escalada, os portugueses ouviram ruído, proveniente do interior da vila, e foram obrigados a esperar que os muçulmanos serenassem para continuar a sua missão. Findo algum tempo

“... se levantou Mem Ramires cõ seus cõpanheiros, e por onde chamão Alcuia tratou de arrimar ao muro a primeira escada. Aqui succedeo outro caso, que podia ser perigoso, porq̃ não podendo segurar a escada, posto q sustentada com a ponta de hũa lança, veio resaluando pella parede, & caio sobre hũa casa, fazendo grande estrondo. Tomou então com muita pressa o bõ Caualeiro (Mem Ramirez) sobre seus hõbros hũ mancebo alto, chamado Moigeme, para que atasse seguramente a escada nas ameas do muro, & como o tiuesse feito subio o que leuaua a bandeira Real, e logo Mem Ramirez, & outros”¹⁶⁴.

¹⁶² Brandão, Fr. A. 1972: p. 162.

¹⁶³ Brandão, Fr. A. 1972: p. 162; Martins, M. 2011: p. 69.

¹⁶⁴ Brandão, Fr. A. 1972: p. 164.

O sangue frio de Mem Ramires permitiu a continuação do plano que, no momento da queda da escada, poderia ter terminado num desastre, caso os muçulmanos se dessem conta do ocorrido e para ali se tivessem dirigido para combater os cristãos. Felizmente para os cristãos portugueses as sentinelas apenas despertaram quando já se encontravam três cristãos no adarve e, depois de um momento de confusão, fizeram soar o alarme, indicando que o inimigo cristão estava a atacar a vila. Antes dos muçulmanos despertarem já os portugueses haviam conseguido hastear o pendão real de Afonso Henriques nas ameias da muralha.

Mem Ramires, por sua vez, reclama a ajuda do Rei. O monarca, de forma a responder rapidamente ao apelo, divide as suas forças em dois grupos distintos:

*“Hũa dellas tomou para si, e a mandou caminhar para a parte direita, a qual se dizia Alphã. A outra entregou a Gonçalo Gonçalves, dando-lhe ordẽ õ fizesse acometimẽto pella parte esquerda, e occupasse a entrada da rua que se dizia Serecigo, para que os inimigos se não apoderassem da porta de Athamarma, e lhe impedissẽ a entrada com dano dos que já fubiraõ pellas escadas”*¹⁶⁵.

Alguns dos que haviam subido ao adarve, através das escadas de assalto, dedicaram-se ao combate da guarnição de Santarém que, surpreendida, não teve capacidade para impedir os avanços dos cristãos. O restante contingente, incluindo Mem Ramires,

*“... foraõ correndo à porta da Cidade, e com pedras, e outros instrumẽtos fizeraõ por quebrar a fechadura, e o acabaraõ de fazer com hum martello de ferro, que da parte de fora lhe lançaraõ os nossos, e deste modo pode entrar el Rey com mais gente pella mesma porta”*¹⁶⁶.

O fator surpresa foi fundamental para a tomada desta vila: sem qualquer capacidade de reagir contra o avanço cristão, os muçulmanos entregaram a vila rapidamente e alguns fugiram apressadamente para Lisboa, que meses mais tarde seria também submetida a um longo cerco. José Mattoso coloca a hipótese dos cristãos terem contado com apoio de alguns habitantes da vila, devido à rapidez com que tomaram Santarém e os limitados meios que utilizaram¹⁶⁷.

De qualquer forma, o plano concretizou-se com sucesso e Afonso Henriques permaneceu em Santarém durante dois a três meses de forma a consolidar o poder

¹⁶⁵ Brandão, Fr. A. 1972: p. 164.

¹⁶⁶ Brandão, Fr. A. 1972: p. 164.

¹⁶⁷ Mattoso, J. 2012: p. 172.

cristão na vila e nos seus arredores. Antes de regressar a Coimbra para preparar a tomada de Lisboa, terá deixado uma guarnição cristã em Santarém e terá escolhido um alcaide da sua confiança.

Cerca de 37 anos depois, em 1184, Santarém voltou a estar sob ataque, desta vez por parte dos Almóadas, que pretendiam recuperar o território que outrora lhes pertencera. O emir de Marrocos, Abu Yacub Yusuf I, dirigiu pessoalmente o cerco de Santarém, iniciado a 27 de junho de 1184. A defesa da cidade ficou, por sua vez, a cargo do príncipe D. Sancho, futuro Sancho I de Portugal, auxiliado por uma hoste galega, comandada pelo arcebispo de Santiago de Compostela, pela hoste de D. Fernando II de Castela e por forças reunidas pelo Bispo do Porto, D. Fernando Martins¹⁶⁸.

Sobre este cerco pouco se sabe. Apenas que o emir terá utilizado dez máquinas de guerra, que mandara construir em setembro de 1183, em Marráquexe¹⁶⁹. A tipologia destes engenhos permanece, no entanto, desconhecida.

Sem capacidade de combater as forças cristãs e com a aproximação de um exército cristão, Abu Yacub Yusuf I acabou por levantar cerco. Na retirada o próprio emir foi ferido, acabando por sucumbir. Santarém permaneceu nas mãos dos portugueses e inviabilizou-se um ataque almóada a Lisboa.

6.2: O cerco de Lisboa, 1147.

Conquistada a vila de Santarém, D. Afonso Henriques entendeu que podia avançar finalmente na direção de outras localidades, de maior dimensão e mais difíceis de conquistar. Interessava-lhe sobretudo a cidade de Lisboa, sobre a qual já realizara dois ataques, em 1140 e 1142, sem obter o sucesso esperado. Tendo Lisboa nas suas mãos conseguiria colocar a fronteira na margem norte do Tejo e, mais importante, conseguiria proteger o território da Estremadura, a Sul de Coimbra, dos ataques muçulmanos realizados a partir desta cidade. Por outro lado, segundo Alexandre Herculano, poderia ainda tirar proveito dos recursos económicos de Lisboa e do estuário do Tejo, úteis para a manutenção financeira do Reino de Portugal¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Mattoso, J. 1993: pp. 92-93; Barroca, M. 2003: p. 49.

¹⁶⁹ Coelho, A.B. 1972: vol. 3, p. 291; Barroca, M. 2003: p. 49.

¹⁷⁰ Herculano, A. 1980, Tomo 1: p. 485.

No entanto, em 1147 D. Afonso Henriques não tinha um exército suficientemente numeroso e capaz para tal empreendimento ou, pelo menos, para conseguir uma vitória sobre os muçulmanos. Reconhecendo esta incapacidade, escreveu uma carta a São Bernardo de Claraval apelando à ajuda dos cruzados para a sua missão de Reconquista ibérica, comparando-a às Cruzadas que S. Bernardo e o Papa Eugénio II pregavam¹⁷¹.

A 23 de maio de 1147 partiu do porto de Dartmouth, com destino à Terra Santa, uma frota de 164 navios cruzados. Segundo o presbítero Raúl, o contingente era composto por normandos, ingleses, escoceses, flamengos, alemães e por cruzados oriundos de outros pontos da Europa¹⁷². Costa Brochado indica-nos um número mais elevado de navios e faz uma estimativa para o número de cruzados que seguia na frota: cerca de 190 a 200 navios, com um contingente de 12 ou 13 mil homens¹⁷³.

A 16 de junho, quase um mês depois de partir de Dartmouth, esta frota chegou ao Porto e à sua espera encontrava-se o bispo D. Pedro Pitões. D. Afonso Henriques deixara ao prelado uma carta para ser transmitida aos cruzados, onde pedia a sua colaboração na tomada de Lisboa. O presbítero Raul, autor do relato *De Expugnatione Lyxbonensi*, transcreveu o discurso do monarca, lido aos cruzados pelo referido bispo do Porto:

*“Afonso, rei de Portugal a Pedro, Bispo do Porto, saudações. Se, por ventura, os navios francos chegarem até junto de vós, recebei-os com solicitude, com benignidade e mansidão, e, segundo o acordo que estabelecerdes para ficarem comigo, dai-lhes como garantes desse acordo a vossa própria pessoa e todos aqueles que quiserem convosco e assim vinde ter comigo juntamente com eles a par de Lisboa. Adeus!”*¹⁷⁴.

Ficou no ar a questão se deviam auxiliar o Rei português em Lisboa ou continuar a viagem para a Terra Santa, uma decisão que os cruzados adiaram para o dia seguinte. Assim, no dia 17 de junho, Pedro Pitões rezou uma missa aos Cruzados pela manhã e, durante o sermão, voltou a apelar aos Cruzados que auxiliassem D. Afonso Henriques na luta contra os infiéis para que a Cristandade voltasse a ocupar o território que outrora lhe pertencera. O bispo relatou a destruição de aldeias e vilas pelos Mouros e como

¹⁷¹ Nascimento, A. 2001: pp. 26-27; Barroca, M. 2003: p. 44; Martins, M. 2011: p. 81; Brochado, C. 1952: p. 29.

¹⁷² Nascimento, A. 2001: pp. 55-57; Barbosa, P. G. 2004: p. 27.

¹⁷³ Brochado, C. 1952: 45.

¹⁷⁴ Nascimento, A. 2001: pp. 63-67.

estes destruíam a Igreja Cristã, apelando para a realização de uma “*guerra justa com o zelo da justiça (...) que se faz por declaração para reaver o que é nosso ou com o fim de expulsar inimigos*”¹⁷⁵. Equiparou ainda a Reconquista à própria Cruzada, integrando-a na mesma missão e prometeu-lhes uma recompensa monetária, com valor a estipular num futuro próximo.

Terminadas as deliberações, os cruzados acederam a contribuir militarmente para a conquista de Lisboa. Permaneceram no Porto durante cerca de dez dias, partindo para Lisboa a 26 ou 27 de junho, juntamente com o bispo D. Pedro Pitões e com o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, a fim de se juntarem à hoste reunida por D. Afonso Henriques. O monarca já havia partido de Coimbra em direção a Lisboa, a 6 de junho, acompanhado pela sua hoste. Segundo a *Monarquia Lusitana*, “*gastouse nestas preparações todo mes de Abril e parte de Mayo*”¹⁷⁶.

Assim, para alguns autores, como Mário Barroca e Alan Forey, a partida da hoste portuguesa para Lisboa revela que o monarca português tinha conhecimento antecipado da chegada dos Cruzados¹⁷⁷. Parece ser a hipótese mais acertada, sobretudo se tivermos em conta que Afonso Henriques, como guerreiro experiente que era, sabia que com o seu contingente pouco numeroso não tinha capacidade de colocar sob cerco Lisboa e muito menos para conquistá-la.

A *Crónica de Portugal de 1419* mostra uma imagem completamente diferente da situação até aqui descrita¹⁷⁸. Segundo esta fonte o monarca estaria em Sintra quando foi informado da aproximação de uma frota armada de origem desconhecida, enviando até ao porto de Cascais mensageiros em busca de informações. Os mensageiros trouxeram-lhe então boas notícias: os recém-chegados eram cristãos e vinham até à Península combater os mouros. O rei terá pedido que o auxiliassem na tomada de Lisboa, considerando que Deus os enviara até ali para o ajudarem naquela sua missão.

Também a *Monarquia Lusitana*, de Fr. António Brandão, descreve os acontecimentos iniciais de forma semelhante à *Crónica de Portugal de 1419*. Segundo este autor, D. Afonso Henriques e os seus homens estavam em Sintra quando:

“... do monte alto virão passar caçadores grande frota de naos de longa da terra. Foi dito a elRey. Mandou ver que caminho leuavão. Trouxeraõ-lhe recado que se amarraraõ no porto grande na entrada do rio de Lisboa. Veio logo em

¹⁷⁵ Nascimento, A. 2001: pp. 69.

¹⁷⁶ Brandão, Fr. A. 1972: p. 167.

¹⁷⁷ Barroca, M. 2003: p. ... Forey, A. 2004: p. 1.

¹⁷⁸ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: pp. 47-48.

pessoa, e achou que erão Ingreses que hião pelejar pella Fè de Christo contra os Mouros, se concertou com elles, que tomassem Lisboa, q seria de ambos, por so se não atreuer, por ser muito populada, e forte de guisa, q se não podia tomar se não por muita gente, por ser abon[a]dos de agoas & mantimentos”¹⁷⁹.

São, obviamente, imagens adulteradas da realidade e que não podem ser levadas à letra, sobretudo tendo em conta que divergem do relato do presbítero Raúl e que não são obras contemporâneas aos acontecimentos ocorridos neste cerco de Lisboa.

Seja como for, com o auxílio dos cruzados Afonso Henriques passou a contar com um contingente de 3.000 homens portugueses e 10.000 a 13.000 cruzados, número que lhe permitiu colocar Lisboa sob um apertado cerco, sobretudo por contar com as embarcações destes para bloquear o Tejo. Os cruzados dividiram-se em três grupos, de acordo com as famílias linguísticas, com comandantes distintos: os alemães e teutónicos (oriundos do Sacro Império) eram comandados por Arnaldo de Aerschot; os flamengos e bolonheses eram comandados por Cristiano de Gistelles; e os ingleses e normandos, divididos em quatro subgrupos, eram comandados por Hervey de Glanville, Simão de Dover, Saério de Archelles e André de Londres¹⁸⁰.

Contrapunha-se uma cidade bem fortificada, com muralhas em bom estado, que desciam até à margem do Tejo, e com um urbanismo de tipo muçulmano, labiríntico, com edifícios muito aglomerados e ruas sinuosas, que constituíam obstáculo para a tomada da cidade. A cidade era muito povoada: viviam ali cerca de 60 000 famílias. Mas contava apenas com cerca de 15 000 homens de armas, incluindo homens experientes na utilização dos engenhos e técnicas de cerco (p.e. sapadores experientes)¹⁸¹. Apesar do número de soldados ser semelhantes ao dos cristãos, os defensores de Lisboa mostravam-se confiantes, sabendo que os efetivos podiam aumentar caso os habitantes resolvessem unir esforços para defenderem a sua cidade.

A armada dos cruzados chegou finalmente ao Tejo no dia 28 de junho de 1147, reunindo-se com outras cinco embarcações cruzadas que, devido às más condições climáticas, se haviam perdido das restantes depois da partida do porto de Dartmouth e haviam decidido seguir viagem, acabando por entrar no estuário do Tejo. As escaramuças entre cristãos e muçulmanos começaram imediatamente: alguns cruzados anglo-normandos abandonaram os seus barcos, permanecendo as restantes forças a bordo, e

¹⁷⁹ Brandão, Fr. A. 1972: p. 170.

¹⁸⁰ Mattoso, J. 1993: p.75 ; Nascimento, A. 2001: p.83; Barbosa, P.G. 2004: p.27.

¹⁸¹ Nascimento, A. 2001: pp. 83-84.

envolveram-se numa luta armada com um pequeno grupo de muçulmanos que havia saído da cidade ao seu encontro. Certamente haviam avistado a aproximação da frota e preparavam-se para a combater assim que os cristãos pisassem terra firme. Para Pedro Gomes Barbosa este pequeno grupo de muçulmanos não seria composto por membros da guarnição lisboeta mas sim por habitantes do arrabalde, que aproveitaram o facto de os cristãos descerem dos navios em pequeno número para atacar¹⁸².

As tropas anglo-normandas conseguiram fazer recuar os lisboetas e ocuparam o arrabalde, ainda que Saério de Archelles temesse que a saída dos muçulmanos fosse uma artimanha para atrair os cruzados para uma cilada e quisesse que o seu exército recuasse. Este comandante e Hervey de Glanville mandaram erguer as suas tendas no arrabalde, a poucos metros da zona oeste das muralhas, com um contingente de 40 homens que permaneceram armados e equipados durante toda a noite para prevenir possíveis ataques. Encontraram ainda no arrabalde um armazenamento de cereais em grande quantidade e também outros alimentos como milho e legumes, que lhes seria útil em caso de cerco prolongado.

A 29 de junho tiveram lugar as conversações entre os cruzados e Afonso Henriques, que não se revelaram fáceis devido a divergências em relação às recompensas a obter em caso de sucesso. Afonso Henriques argumentava que não tinha capacidade para lhes pagar grandes quantias de dinheiro pelo auxílio prestado, já que gastara demasiado durante a guerra decorrida até então e que, por este motivo, a sua recompensa seria menor do que os cruzados esperavam. Nem todos os cruzados se mostravam incomodados pela recompensa: grande parte dos flamengos aceitou os valores estipulados. Todavia os cruzados oriundos de Northampton, Southampton, Bristol e Hastings, liderados por Guilherme Vitulo e o seu irmão Randulfo, que haviam participado na tentativa falhada de tomar Lisboa em 1142 e consideravam que D. Afonso Henriques não era um homem de palavra, recusaram as propostas do monarca¹⁸³.

Face às discussões e na impossibilidade de chegar a um consenso, Hervey de Glanville, um dos comandantes dos cruzados de anglo-normandos, interveio a favor da permanência dos cruzados em Lisboa e no auxílio a Afonso Henriques. Graças ao seu

¹⁸² Barbosa, P.G. 2004: pp. 42-43.

¹⁸³ Martins, M. 2011: p. 85.

discurso, os cruzados acederam a permanecer em Lisboa, ainda que alguns tenham decidido seguir viagem para a Terra Santa¹⁸⁴.

Estabeleceram-se então as recompensas a obter caso a cidade fosse tomada, terminando as negociações entre Afonso Henriques e os cruzados no dia 30 de junho¹⁸⁵. Os francos ficavam com o direito ao domínio e bens dos inimigos sem intervenção dos portugueses. Os muçulmanos que fossem feitos reféns tinham o direito de resgatar-se, pagando um valor estipulado pelos cristãos, e deviam ser entregues ao rei. Se a cidade fosse tomada, devia ser mantida para escrutínio e saque, e só depois era entregue ao rei. No que respeitava às terras, estas seriam repartidas sob orientação régia, mantidas segundo os costumes e liberdade dos francos, tendo o rei apenas direito de convocação. A todos os participantes e aos seus descendentes seria ainda atribuída a isenção do pagamento sobre mercadorias, o chamado *pedágio*. Por último, o rei prometia não se retirar do cerco exceto em caso de doença grave ou do seu território ser invadido por exércitos inimigos.

Concluídas as negociações entre os cristãos, iniciaram-se as tentativas de negociar com os muçulmanos, apelando à sua rendição antes de se dar início a qualquer confronto armado. A tarefa foi atribuída ao arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e ao bispo do Porto, D. Pedro Pitões.

D. João Peculiar apelou para que os muçulmanos abandonassem a cidade antes do derramamento de sangue, considerando que a cidade não lhes pertencia e que se haviam tomado posse dela indevidamente, retirando-a aos cristãos. Pediu ainda que entregassem a guarnição do castelo e que em troca podiam continuar na cidade, pois os cristãos não os queriam expulsar da terra que há muito tempo habitavam. Ofereceu-lhes a paz como alternativa ao derrame de sangue.

Todavia, como já esperavam, os muçulmanos rejeitaram todas as propostas apresentadas. Aos clérigos portugueses respondeu um ancião muçulmano: considerava que o único desejo dos cristãos era tomar a cidade devido à sua ambição desmesurada, não lhes bastando aquilo que já possuíam. O mesmo declara que não iam entregar a cidade em paz e que os cristãos só teriam a cidade através da força das espadas. D. Pedro Pitões concluiu as negociações afirmando que os cristãos iriam tentar tomar Lisboa até o conseguirem, por mais vezes que fracassassem.

¹⁸⁴ Nascimento, A. 2001: pp. 83-90.

¹⁸⁵ Nascimento, A. 2001: pp. 83-90; Martins, M. 2011: pp. 85-86.

Após as conversações, os contingentes cruzados desembarcaram finalmente e ocuparam vários pontos em redor da cidade: os ingleses e normandos ocuparam a costa oriental do monte Fragoso, controlando a Porta de Alfofa, a Porta do Ferro e a Porta do Tejo; os alemães, flamengos, bretões, bolonheses e escoceses ocuparam o local onde mais tarde se construiu o Mosteiro de S. Vicente de Fora; o contingente português, com o monarca, permaneceu no topo do monte de São Gens. Os locais escolhidos permitiam controlar os acessos à cidade e impedir a possibilidade de auxílio exterior¹⁸⁶.

Ainda que as escaramuças tivessem começado logo com o desembarque de alguns cruzados, no dia 28, o cerco em si iniciou-se apenas no dia 1 de julho. Foi neste dia que se deu, pela primeira vez, a utilização de engenhos de destruição pelos muçulmanos, nomeadamente uma *balista*, usada para afastar os atacantes das linhas de muralha. Sobre este engenho, o presbítero Raul relatou que:

*“A pouco e pouco os nossos foram crescendo e o ataque tornou-se mais violento. Muitos, entretanto, caíam por causa das setas e dos tiros das balistas, pois, o arremesso de pedras travava a possibilidade de maior avanço”*¹⁸⁷.

Ao longo de duas semanas os confrontos foram-se desenrolando sem se verificar uma resolução para o cerco. Os muçulmanos atacavam os contingentes cristãos de forma continuada e com muita facilidade graças às *“três portas, duas laterais e uma frente ao mar era-lhes fácil sair e voltar”* da cidade, enquanto os cristãos pouco conseguiam fazer para obrigar os defensores a renderem-se¹⁸⁸.

Em meados e fins de julho, estando já ali há cerca de 15 dias, os cruzados dedicaram-se à construção de engenhos. Segundo o presbítero Raul construíram-se duas torres móveis (uma delas com 28 metros de altura), um suíno e um aríete:

*“começamos de um lado e de outro a fabricar máquinas de guerra: os colonienses e flamengos montam um suíno, um aríete e uma torre móvel; os nossos uma torre móvel de 95 pés de altura”*¹⁸⁹.

O primeiro assalto às muralhas, mais concretamente ao pano de muralha da zona oriental, ocorreu no dia 3 de agosto. Da parte dos colonienses e flamengos foram utilizados cinco engenhos de lançamento de pedras, designados por *“fundis balearicis”*, com o intuito de abrir uma brecha na muralha, pela qual pudessem passar e tomar a cidade. A interpretação da designação *“fundis balearicis”* é problemática e varia

¹⁸⁶ Martins, M. 2011; p. 87; Barbosa, P.G. 2004: pp. 64-65.

¹⁸⁷ Nascimento, A. 2001: p. 101.

¹⁸⁸ Nascimento, A. 2001: pp. 103-107.

¹⁸⁹ Nascimento, A. 2001: p. 107.

consoante os autores: para Aires Nascimento, tradutor da obra *De Expugnacione Lyxbonensi*, correspondem a *balistas*, enquanto Miguel Gomes Martins identifica-as como *mangonais*, tendo em conta o relato do cruzado Duodequino e não o do presbítero Raul¹⁹⁰. De forma generalista, Alexandre Herculano interpretou estas balistas como correspondendo a “*catapultas com que arrojavam pedras para aluir os muros e torres*”¹⁹¹.

A construção das torres de assalto foi concluída e foram prontamente deslocadas até às muralhas. Infelizmente para os cristãos, uma das torres foi destruída pelos projéteis incendiários lançados pelos defensores de Lisboa e a restante torre de assalto sofreu o mesmo destino depois de ter estado quatro dias presa na areia. Os cristãos conseguiram salvar apenas um aríete, que se encontrava incorporado numa das torres de assalto destruídas. Sobre as balistas e as torres de assalto, o presbítero Raul relata o seguinte:

*“Entretanto, os colonienses e os flamengos tentam abalar as muralhas e as torres dos inimigos com cinco balistas. Terminadas finalmente as máquinas e levadas até junto das muralhas, só a custo conseguiram puxar atrás o aríete pois tudo o mais foi queimado de modo bastante afrontoso. Quanto à torre, quando estava prestes a chegar junto da muralha enterrou-se na areia e aí ficou, tendo sido irremediavelmente fustigada por três balistas inimigas durante dias e noites sucessivas; aí foi incendiada pelos inimigos ao fim de quatro dias, não sem que os nossos tentassem defende-la com grande esforço e perdas, mas tudo em vão”*¹⁹².

Da parte dos colonienses procedeu-se à tentativa de escavar uma mina em direção às muralhas da cidade. Porém os lisboetas, alertados para esse facto, procederam à realização de uma contramina, destruindo todo o trabalho realizado pelos cristãos. Até ao momento, já se havia tentado por cinco vezes atingir as muralhas com minas, sem sucesso.

Prevendo um cerco prolongado e sabendo que não conseguiriam resistir às forças cristãs, os muçulmanos procuraram enviar pedidos de auxílio às localidades vizinhas. No final do mês de agosto foram enviados dez muçulmanos, de forma encoberta, para fora da cidade, devendo seguir em direção a Palmela, navegando em

¹⁹⁰ Nascimento, A. 2001: pp. 107-109; Martins, M. 2011: p. 92.

¹⁹¹ Herculano, A. 1980: p. 504.

¹⁹² Nascimento, A. 2001: pp. 107-109.

pequenas embarcações. Todavia, foram detetados pelos cristãos e, em consequência, perseguidos até se afogarem nas águas do Tejo. Recolhendo os seus pertences, os cristãos encontraram algumas cartas destinadas a Abu-Mohammed, rei muçulmano de Évora, e a familiares dos lisboetas a quem pediam auxílio para a defesa da cidade e mantimentos para aguentarem os longos dias que se avizinhavam. Encontraram ainda uma carta de Abu-Mohammed para Lisboa, onde expressava que prestara tréguas com Afonso Henriques e que não iria quebrar os seus juramentos, portanto não podia avançar contra o exército cristão¹⁹³.

Desta forma, enquanto o ânimo dos cristãos se reforçava, os muçulmanos iam perdendo a confiança na sua capacidade de resistir, sobretudo quando a fome começava a propagar-se e nenhuma localidade vizinha se prestava a socorrê-los. Muitos foram os que optaram por se entregar nas mãos cristãs na esperança de se salvarem da fome e da morte. Estes muçulmanos rendidos transmitiam informações sobre a situação interna da cidade, um fator extremamente útil para o planeamento de ataques contra a mesma.

Almada deverá ter sido uma das poucas localidades que procurou combater os cristãos que cercavam Lisboa: enquanto alguns cruzados pescavam junto à margem do Tejo, junto a Almada, alguns almadenses atacaram-nos, fazendo mortos e prisioneiros. Em vingança os cruzados organizaram um contingente para atacar e saquear Almada, composto por 200 cavaleiros e 500 peões. Os colonienses e flamengos acabaram por se retirar deste contingente, que se viu reduzido a 30 cavaleiros e 100 peões comandados por Saério de Archelles.

Mesmo com poucos homens o ataque foi realizado e com sucesso: fizeram cerca de 500 baixas entre os muçulmanos e cerca de 200 prisioneiros. De forma a pressionar psicologicamente Lisboa, deslocaram consigo 80 cabeças dos mortos e colocaram-nas em lanças, à vista dos lisboetas¹⁹⁴. Os muçulmanos acabaram por pedir que lhes devolvessem os restos mortais dos seus compatriotas e os cristãos acederam.

Os cristãos foram aumentando a intensidade dos seus ataques, consoante aumentava o desespero dos muçulmanos, já debilitados depois de semanas de cerco, com confirma o presbítero Raul mediante a realização de novas minas:

“Os nossos se empenham mais no trabalho e se lançam a escavar um fosse subterrâneo entre a Torre e a Porta de Ferro, com o fim de deitarem abaixo a muralha. Porque estava demasiado inacessível os inimigos, ao ser descoberta

¹⁹³ Herculano, A. 1980: pp. 505-506; Barbosa, P.G. 2004: p. 67.

¹⁹⁴ Barbosa, P.G. 2004: p. 68; Martins, M. 2011: p. 94.

*depois de iniciado o cerco à cidade foi extremamente danosa para os nossos, tendo-se gastado muitos dias a defende-la sem êxito”*¹⁹⁵

Paralelamente a esta mina destruída, os normandos recorreram à construção de duas balistas, cada uma utilizada por dois grupos de cem homens que se revezavam entre si. Ainda que Aires Nascimento interprete novamente estes engenhos de destruição como sendo balistas, Miguel Gomes Martins considera que se trata de dois trabucos de tração humana. Segundo Carroll Gillmor terão sido os primeiros trabucos a ser utilizados em toda a Europa, como vimos anteriormente¹⁹⁶.

Estes engenhos, considerados aqui como trabucos, foram posicionados de forma estratégica: um trabuco foi colocado em frente à Porta de Ferro para tentar destruí-la; outro junto à margem do Tejo para atacar a zona compreendida entre a Porta do Ferro e a Torre da Escrivania, já que, para Pedro Gomes Barbosa, *“do lado da Porta do Mar a tarefa seria difícil não só pela areia, que dificultava a colocação em posição da funda mas igualmente pela subida da maré”*¹⁹⁷.

Sobre o posicionamento destes engenhos, o presbítero Raul escreveu o seguinte:

*“Uma, colocada junto à margem do rio era acionada pelos marinheiros, a outra situada junto à Porta de Ferro estava às ordens dos cavaleiros e dos seus acompanhantes. Estavam todos eles organizados (...) de forma a que no espaço de dez horas tinham sido disparadas cinco mil pedras”*¹⁹⁸

Em meados de setembro, os alemães e os flamengos voltaram a escavar uma mina, com cinco entradas e 25m de largura. Esta mina, escavada durante aproximadamente um mês, não foi detetada pelos muçulmanos e acabou por levar à ruína de 20 a 60m de muralha, junto à Porta do Sol, no dia 16 de outubro:

*“Os colonienses e os flamengos começaram a escavar um novo fosso subterrâneo frente à muralhada parte mais alta do castelo a fim de a deitarem abaixo; era uma construção de merecer elogios, com cinco entradas, com um pouco menos de 40 côvados de largura na frente, e concluíram-na em menos de um mês. Minada, pois, a muralha e atalhufada com lenha para arder, nessa mesma noite, ao cantar do galo, um pano das muralhas de cerca de trinta côvados ruiu por completo”*¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Nascimento, A. 2001: pp. 113-115.

¹⁹⁶ Gillmor, C. 1981: p. 2; Nascimento, A. 2001: p. 115; Martins, M. 2011: p. 95.

¹⁹⁷ Barbosa, P.G. 2004: p. 74.

¹⁹⁸ Nascimento, A. 2001: p. 115.

¹⁹⁹ Nascimento, A. 2001: p. 115.

Todavia, e ao contrário do que esperavam, devido à topografia do local e aos escombros da muralha os cristãos não conseguiram entrar na cidade. Os muçulmanos reagiram rapidamente à queda da muralha, erguendo ali barricadas, e defenderam-se ferozmente, pelo que os cristãos foram “*rechaçados da entrada por todos os modos durante dias*”²⁰⁰. Para Alexandre Herculano as ruínas da muralha não seriam impedimento para a entrada dos cruzados, mas sim a existência de “*esquadrões sarracenos em ordem de batalha*”²⁰¹.

Verificando que os flamengos e alemães não conseguiam entrar na cidade, os cruzados anglo-normandos tentaram também atacar aquela zona fragilizada. Foram obrigados a recuar pelo conde Arnaldo de Aerschot, que considerava que aquela mina fora obra dos seus homens e que os restantes cruzados, de outras nacionalidades, não tinham direito a tentar entrar na cidade através daquela brecha²⁰².

Os anglo-normandos construíram uma nova torre de assalto, com 25 m de altura, entre o dia 8 de setembro e meados do mês de outubro, tendo demorado cerca de um mês a ser concluída. A sua configuração permitia que os arqueiros e besteiros, no piso superior, batessem o adarve e as torres adossadas à muralha. De forma a aumentar a resistência da torre de assalto foi

*“envolvida a toda a volta com vimes e couro de boi para evitar que fosse atingida pelo fogo ou pela violência das pedras. Foi além disso intimado a todos os dos navios que fizessem mantas de guerra e abrigos entrançados com varas”*²⁰³.

A 19 de outubro iniciou-se o deslocamento da torre de assalto na direção da zona oriental da muralha, mas acabou por ficar colocada a sul. Os muçulmanos atacaram-na, mas não conseguiram destruí-la. Nessa noite mesma noite, de 19 para 20 de outubro, a torre de assalto encontrava-se já posicionada em frente à muralha e foi devidamente protegida por um contingente de 200 cavaleiros e alguns besteiros e arqueiros, de modo a repelir ataques dos defensores.

A torre de assalto foi novamente deslocada para junto da torre da Cerca Moura, a sudoeste da cidade, mas os muçulmanos aperceberam-se da deslocação e apressaram-se a defender essa mesma zona. Não sabiam era que se tratava de uma manobra estratégica e, de forma imprevisível, a torre de assalto foi deslocada para junto da Porta de Ferro.

²⁰⁰ Nascimento, A. 2001: p. 117.

²⁰¹ Herculano, A. 1989: p. 511.

²⁰² Herculano, A. 1989: p. 511; Barbosa, P.G. 2004: p. 74.

²⁰³ Nascimento, A. 2001: p. 117.

Na manhã do dia 20 de outubro a subida da maré isolou a torre de assalto e os muçulmanos procuraram tirar partido da situação para a destruir, “*acarretado materiais de lenha com pez, estopa e azeite com substâncias incendiárias de toda a espécie*”²⁰⁴. Bem defendida pelos cristãos, a torre de assalto resistiu a todos os ataques dos lisboetas.

Na manhã do dia 21 de outubro, a torre de assalto

“*com a subida da maré fica novamente isolada. Novamente surgem os mouros ao nosso encontro, uns, vindos pela porta, abatam-se sobre os nossos (...), outros, a partir das muralhas, atiram sobre os nossos uma chuvada de pedras, pois ali tinham acarretado as balistas. Além disso sobre as nossas máquinas, que apenas ficam a uma distância de oito pés das muralhas, lançam baldes repletos de materiais inflamados*”²⁰⁵.

Mais uma vez a torre de assalto resistiu aos ataques muçulmanos e os cristãos voltaram a deslocá-la e, a poucos metros da muralha, a ponte levadiça desceu sobre o adarve. De forma a evitar uma derrota ainda mais pesada e um derramamento maior de sangue, os muçulmanos pediram tréguas momentos antes dos atacantes se transporem para o adarve: “*Ao verem, porém, a ponte já içada uns dois côvados e nós já prestes a entrar (...) depõem as armas, baixam os braços e suplicam tréguas, ao menos até ao dia seguinte*”²⁰⁶.

Assim terminou o cerco de Lisboa de 1147, ao fim de três meses e vinte dias. Entre os cristãos iniciou-se uma discussão acesa sobre como proceder à entrada na cidade e à repartição do espólio da mesma. Finalmente conseguiram chegar a um consenso, estabelecendo-se os seguintes pontos: os cristãos entrariam pacificamente na cidade, de forma ordeira para que a vida dos lisboetas fosse poupada e estes apenas tinham direito a ficar com os mantimentos necessários para a sua sobrevivência; entrariam apenas 140 homens anglo-normandos e 160 alemães e flamengos para inspecionar a cidade e depois se instalarem no castelo; em relação aos bens dos lisboetas ficou estabelecido que deviam levar tudo aquilo que possuíam para o castelo, entregando-os aos cristãos²⁰⁷.

A divisão do espólio foi controversa e cerca de 400 cruzados revoltaram-se contra Hervey de Glanville por ter entregue cinco reféns a Afonso Henriques, o que consideravam ser-lhes desfavorável e acusavam-no de querer aproveitar da situação

²⁰⁴ Nascimento, A. 2001: p. 127.

²⁰⁵ Nascimento, A. 2001: p. 129.

²⁰⁶ Nascimento, A. 2001: p. 117.

²⁰⁷ Martins, M. 2011: p. 98; Mattoso, J. 2012: p. 178.

para obter um saque maior do que lhe era devido²⁰⁸. Da parte dos flamengos foram cometidos muitos excessos, a começar pela entrada de um número de homens superior ao previamente estabelecido e, em consequência, a prática de violência extrema e de assassinatos. O conde Aarschot e Cristiano de Gistelles conseguiram impor-se e obrigaram-nos os restantes cruzados a cumprir os parâmetros estabelecidos na trégua entre os cristãos e os muçulmanos.

Finalmente, a 25 de outubro de 1147, Afonso Henriques entrou na cidade, fazendo-se acompanhar pelos líderes dos cruzados e pelas principais figuras do clero português, nomeadamente D. Pedro Pitões e D. João Peculiar. Durante os dias seguintes os habitantes de Lisboa foram abandonando a cidade, deixando os seus bens à mercê dos cristãos. Para além de grandes quantidades de trigo, cevada e azeite, encontrou-se um elevado número de doentes e de mortos a tratar e a enterrar. Para concluir a ocupação da cidade, o bispo moçárabe foi deposto e foi eleito um novo prelado. A opção recaiu sobre o cruzado inglês Gilberto de Hastings. E a mesquita muçulmana foi sagrada e transformada em Sé cristã²⁰⁹.

Na sequência da queda de Lisboa na mão dos cristãos, algumas localidades vizinhas foram abandonadas, como é o caso de Palmela, e outras optam por se entregar a Afonso Henriques, evitando possíveis ataques e derramamento de sangue, como é o caso de Sintra e Vila Franca, entre outras. Dominada toda a linha do Tejo, com a tomada de Santarém e de Lisboa, abrandou-se o processo da Reconquista, vindo a ser retomada quase 10 anos depois²¹⁰.

Nos relatos do cerco e conquista de Lisboa encontramos referência a balistas, trabucos ou trabuquetes, mangonais, três torres de assalto (uma das quais com aríete incorporado), suínos, gatas e à realização de trabalhos de sapa e de minagem. Sem eles os cristãos jamais teriam tido sucesso e Lisboa teria permanecido nas mãos dos muçulmanos. Ainda assim, um dos fatores que pesou na resolução deste conflito foi a fome que crescia de forma incontrolável, juntamente com o número de cadáveres sem sepultamento que se espalhavam pela cidade, sobretudo a partir do primeiro mês de cerco, e que eram foco de doenças contagiosas. Por outro lado, a falta de auxílio quebrou a confiança dos muçulmanos, que sabiam que mais cedo ou mais tarde haviam de se render aos cristãos.

²⁰⁸ Herculano, A. 1989: p. 518; Nascimento, A. 2001: pp. 133-137; Martins, M. 2011: pp. 98-99; Mattoso, J. 2012: p. 178.

²⁰⁹ Nascimento, A. 2001: pp. 138-143

²¹⁰ Barroca, M. 2003: p. 45; Martins, M. 2011: p. 98;

6.3: Geraldo Sem Pavor: os assaltos furtivos e os cercos de Badajoz, 1162-1179

Entre 1162 e 1173, a Reconquista portuguesa optou sobretudo pelos assaltos noturnos, e não pelos cercos, o que se explica pelo facto de eles requererem menos meios logísticos. Uma das figuras centrais deste período foi Geraldo Geraldês, o Sem-Pavor, cuja presença no seio militar português apenas se evidenciou a partir de 1162, surgindo neste ano como membro do contingente que assaltou e tomou Beja. Até então teria integrado os exércitos muçulmanos, sendo atraído para o lado cristão possivelmente pelos saques.

Independentemente do seu percurso até 1162, a sua carreira no seio do exército português foi extraordinária, devendo-se a ela a tomada de inúmeras localidades, entre as quais: Trujillo, Évora e Cáceres em 1165; Serpa, Montanchéz e Juromenha em 1166; os castelos de Santa Cruz, Monfragide, Moura, Monsaraz entre 1167 e 1168; e depois Alconchel e Lobón.

A sua estratégia não variou ao longo dos anos: mantinha preferência pela prática de assaltos furtivos, atuando segundo os preceitos anteriormente referidos, e agia de forma independente, motivo pelo qual ficou com a posse de vários castelos que tomou, ainda que contasse com o apoio de Afonso Henriques em determinadas ocasiões²¹¹. Para José Pires Gonçalves, a autonomia de Geraldo Sem Pavor podia ser apenas uma fachada, com a qual ocultava os serviços realizados no interesse de Afonso Henriques e do Reino de Portugal²¹².

A sua única preocupação seria transportar *“escadas de madeira de grande comprimento, de modo que subisse acima das muralhas da cidade que procurava surpreender”*²¹³. Para o sucesso destes empreendimentos contava com alguns fatores importantes: falava árabe, o que lhe permitia enganar as guarnições locais se necessário; conhecia as técnicas e estratégias militares dos exércitos e das guarnições muçulmanos; e sabia, sobretudo, transpor as barreiras defensivas das localidades que pretendia tomar, recorrendo sempre a escadas de madeira, ou corda, previamente construídas e fáceis de transportar.

Os seus assaltos noturnos terão decorrido com bastante sucesso, como refletem as várias conquistas que realizou até 1168. Neste ano deu-se a primeira tentativa para

²¹¹ Mattoso, J. 1993: p. 77.

²¹² Gonçalves, J.P. 1981: p.10.

²¹³ Coelho, A.B. 1972: vol. 3, p. 277.

tomar Badajoz, a praça mais importante na defesa do al-Andaluz e a uma importante base militar almóada a partir da qual se realizavam inúmeras operações contra os territórios cristãos. Para esta missão, contou com o apoio do monarca português, D. Afonso Henriques, a quem interessava proteger o flanco leste da fronteira e avançar a reconquista para o sul peninsular.

Foi na perspectiva da tomada de Badajoz que Geraldo Sem Pavor ocupou as localidades de Alconchel e Lobón, ao redor das quais protagonizou uma série de pilhagens e destruições. Pretendia, assim, proteger a sua retaguarda e reduzir a capacidade de resposta muçulmana a possíveis pedidos de auxílio de Badajoz. Como base das suas operações escolheu o castelo de Juromenha, nas proximidades de Badajoz²¹⁴.

Entre novembro e dezembro de 1168, Geraldo Sem Pavor avançou finalmente até Badajoz, possivelmente com o apoio das milícias de Évora, colocando a praça sob cerco. Os defensores mostraram-se desde logo dispostos a aguentar um cerco prolongado, pelo que os atacantes apenas conseguiram penetrar no interior da muralha no dia 3 de maio de 1169. Perante a entrada dos cristãos no interior das muralhas, a guarnição muçulmana refugiou-se na alcáçova, onde dispunha de água em abundância, mantimentos e armas para resistir à pressão cristã²¹⁵.

Sabendo que não tinha capacidade para tomar Badajoz sozinho, Geraldo Sem Pavor pediu auxílio a D. Afonso Henriques, que rapidamente reuniu a sua hoste e marchou na sua direção. Da parte muçulmana foram igualmente pedidos reforços, nomeadamente ao califa Abu Yaqub Yusuf que, à semelhança do monarca português, reuniu o seu exército e veio estacioná-lo junto a Sevilha, aproveitando para pregar a Guerra Santa (*Jihad*)²¹⁶. Também Fernando II de Leão avançou com o seu exército para Badajoz a fim de auxiliar os almóadas com quem tinha um pacto de defesa mútua, realizado logo após a fixação de Geraldo Sem Pavor no Castelo da Juromenha. Ao monarca leonês interessava sobretudo travar o avanço territorial do Reino Português e impedi-lo de agregar territórios que o Reino de Leão considerava do seu direito porque, caso os portugueses tomassem Badajoz, não poderia avançar com a sua própria expansão para sul²¹⁷.

²¹⁴ Gonçalves, J. P. 1981: p. 7.

²¹⁵ Mattoso, J. 2012: p. 220; Martins, M. 2013: p. 40.

²¹⁶ Mattoso, M. 1993: p. 78; Barroca, M. 2003: p. 46.

²¹⁷ Mattoso, J. 1993: p. 78; Martins, M. 2013: p. 41.

A chegada da hoste de Afonso Henriques permitiu aumentar a pressão sobre a alcáçova, mas sem obter os resultados desejados. Por outro lado, a aproximação do exército de Abu Yaquub Yusuf e de Fernando II de Leão aumentou também a resistência dos muçulmanos, elevando a sua confiança. O exército leonês foi o primeiro a chegar a Badajoz, em inícios de junho de 1169, e instalou-se perto da cidade.

As forças portuguesas investiram contra as portas da alcáçova, numa tentativa de as derrubar e de penetrar no interior da cidade. Num momento de distração os portugueses não deram fé da saída de um contingente muçulmano do interior da alcáçova, aproveitando-se de uma passagem oculta. Por outro lado, o exército leonês introduziu-se no interior almedina graças à abertura de uma porta por parte dos almóadas²¹⁸.

Desta forma, os portugueses foram encurralados entre os dois exércitos inimigos e, em pânico e desorientados, procuraram fugir a toda a pressa. Durante esta fuga, Afonso Henriques, que se encontrava com a sua hoste, embateu com a perna direita no ferrolho de uma das portas da cidade e acabou por tombar do seu cavalo, sendo rapidamente recolhido pelos seus homens²¹⁹.

As desgraças de Badajoz não acabaram aqui: perto do Caia, Afonso Henriques foi capturado pelas forças leonesas e feito refém durante seis meses. Em troca da liberdade foi obrigado a devolver territórios conquistados na Galiza, nomeadamente Tuy, e todos aqueles que se situavam a leste do Guadiana²²⁰. Ainda que libertado, o monarca sofreu danos físicos irremediáveis e não pode voltar a montar, acabando-se a sua capacidade militar. Também Geraldo Sem Pavor foi feito refém e libertado mediante a devolução dos castelos de Montánchez, Santa Cruz, Trujillo e Monfrague²²¹. Para José Mattoso, Geraldo Sem Pavor deverá ter ficado apenas na posse de Juromenha, entregando Montanchez e Trujillo aos leoneses e Cáceres e Serpa aos almóadas²²².

Ainda que este cerco tenha ficado conhecido como “*o desastre de Badajoz*” não foi a última tentativa de tomar esta praça. As forças portuguesas voltaram a pressionar Badajoz meses depois. Nessa altura, Geraldo Sem Pavor avançou contra a cidade e foi travado pela guarnição local. O seu pequeno contingente pôs-se em fuga, sendo

²¹⁸ Coelho, A.B. 1972: vol. 3, p. 281.

²¹⁹ Coelho, A.B. 1972: vol. 3, p. 282.

²²⁰ Mattoso, J. 2012: p. 221; Martins, M. 2013: p. 42.

²²¹ Martins, M. 2013: p. 42.

²²² Mattoso, J. 1993: p. 78;

perseguido pelos almóadas. Porém, essa fuga era na verdade uma armadilha para atrair os muçulmanos até a uns desfiladeiros, onde foram emboscados e derrotados.

Aproveitando o facto de Badajoz passar por uma má fase agrícola e por epidemias, Geraldo Sem Pavor realizou uma série de operações de desgaste, destruindo as zonas agrícolas e diminuindo os mantimentos da cidade. Sabendo da carência de alimentos e de outros bens, Sevilha preparou o envio de bens necessários à sobrevivência de Badajoz, militarmente bem protegido. Ao tomar conhecimento da ocorrência, a 15 de maio de 1170, Geraldo Sem Pavor tomou providências para evitar que chegasse ao seu destino, destacando um contingente para o atacar o transporte e a sua escolta. Sabia que para chegar a Badajoz era obrigado a passar no fundo de um vale, entre duas vertentes de uma serra, local ideal para realização de uma emboscada. Assim,

“... Giraldo, com as suas gentes, formada de moçárabes e moradores de Santarém, saiu-lhes ao encontro e, depois de um combate que durou grande parte do dia, desbaratou os muçulmanos, matou ou cativou muitos deles e tomou a carga que traziam”²²³.

Em setembro de 1170 iniciou-se o segundo cerco a Badajoz, envolvendo os exércitos reunidos por Geraldo Sem Pavor e pela coroa portuguesa. A hoste real, na impossibilidade de Afonso Henriques participar pessoalmente no cerco, ficou sob comando do Infante D. Sancho, o seu herdeiro e futuro rei de Portugal.

A cidade de Badajoz estava, por esta altura, bastante debilitada, sofrendo ainda com os danos provocados pelo cerco de 1169. Por outro lado, as razias realizadas às localidades envolventes aumentaram ainda mais a sua fragilidade e a população era vítima de fome e de doenças. Todavia, à semelhança de 1169, esperavam o auxílio do exército almóada comandado pelo irmão do califa, Abu Hafs Umar, e do exército de Fernando II de Leão. Perante a aproximação destes exércitos inimigos, os portugueses optaram por levantar cerco, já no mês de outubro ou novembro, sem qualquer enfrentamento.

Depois de levantar cerco a Badajoz, Geraldo Sem Pavor foi-se refugiar no castelo da Juromenha. Contudo, não escapou incólume às forças de El Cid que *“foi com as suas tropas para o castelo de Juromenha que cercou e tomou, obrigando Giraldo, infiel e maldito a fugir dele”²²⁴*. À semelhança de Juromenha também Lobón foi atacada

²²³ Coelho, A.B. 1972: vol. 3, pp. 283-284.

²²⁴ Coelho, A.B. 1972: vol. 3, p. 286.

e tomada²²⁵. Em consequência destas perdas, Geraldo desistiu de tomar Badajoz e voltou a sua atenção para a cidade de Beja.

Dois anos depois, em agosto de 1172, protagonizou um assalto noturno a Beja, conseguindo tomar esta cidade em poucas horas. A rapidez da tomada deverá estar relacionada com a reduzida defesa da cidade, cujas muralhas estavam ainda em fase de reconstrução, depois dos portugueses a terem destruído e abandonado a cidade em 1163.

Geraldo Sem Pavor pretendia ficar na posse da cidade de Beja, mas D. Sancho ordenou que a cidade fosse abandonada e destruída, tal como fora feito dez anos antes. Este foi um dos motivos que levou ao afastamento de Geraldo Gerales de Afonso Henriques e do panorama militar português. A relação entre o caudilho e o monarca terminou definitivamente em 1173, depois de Afonso Henriques ter assinado um tratado de tréguas com os Almóadas, valido por cinco anos.

Desiludido com a atitude do monarca, Geraldo Sem Pavor abandonou todas as suas propriedades e, juntamente com 350 dos seus homens, partiu para Sevilha onde ofereceu os seus serviços ao califa. Assim, nos finais de 1173 ou inícios de 1174, já Geraldo servia os almóadas, que não terão hesitado em aceitar os seus serviços face à sua reputação.

Enviado pelo califa para Marrocos, terá ainda tentado uma reconciliação com o monarca português, propondo-lhe secretamente que atacasse com uma frota aquela cidade²²⁶. Não se sabe ao certo, no entanto, se terá sido assim ou se terá sido o monarca a reaproximar-se do seu antigo caudilho. Certo é que a comunicação entre ambos terá sido descoberta e Geraldo Sem Pavor foi condenado à morte sob acusação de traição pelo próprio califa.

Centrando-nos no aspeto militar dos cercos de 1169 e 1179 verifica-se que não existem dados que permitam saber se foram ou não utilizados engenhos no seu decurso. Ainda assim, a falta de referências a engenhos de cerco não significa que não possam ter sido utilizados e omitidos pelas fontes coevas. No que toca aos assaltos furtivos é evidente que as escadas de assalto estiveram sempre presentes, sendo o meio fundamental para ultrapassar a altura das muralhas e para alcançar o sucesso desejado.

²²⁵ Lopes, D. 1941: pp. 97-98.

²²⁶ Gonçalves, J. P. 1981: p. 20.

6.4: O cerco de Silves, 1189

D. Sancho I sucede a D. Henrique em 1185, ficando nas suas mãos a necessidade de continuar a expandir o território. A primeira grande empresa do seu reinado foi a reconquista da cidade de Silves. Para tal, tomou antes a localidade vizinha de Alvor. Segundo a *Crónica de Portugal de 1419*, o monarca terá atacado também o Castelo de Serpa e “o teve cercado ata o inverno, e que parece que o não tomou, e não conta nêhũa cousa que lhe sobre o cerco delo avyese nem outro nêhum aquecimento de guerra que el-rey fizesse em ese ano”²²⁷.

Tomada a localidade de Alvor e o seu castelo, pode finalmente avançar sobre Silves contando, à semelhança do seu pai no cerco de Lisboa de 1147, com o apoio de exércitos cruzados que se deslocavam para a Terra Santa, no âmbito da Terceira Cruzada, organizada por Ricardo Coração de Leão (Inglaterra) e por Filipe Augusto (França). Antes destes monarcas, já haviam partido para Jerusalém os contingentes do imperador germânico Frederico Barba Roxa e de Henrique II, antecessor de Ricardo Coração de Leão. Todavia, estes últimos não terão tido qualquer papel no empreendimento realizado por D. Sancho I²²⁸.

Em maio de 1189 chegou a Lisboa a frota de Cruzados que tinha partido da foz do rio Escalda, a noroeste de Antuérpia. Quando esta armada, composta por 8 navios, chegou a Portugal já o castelo de Alvor, localizado a sudeste de Silves, havia sido tomado com o auxílio de outros cruzados, com 55 embarcações²²⁹. Destas apenas permaneceram em Portugal 24 embarcações, tendo as restantes prosseguido a sua viagem para Jerusalém. Ao todo, D. Sancho pode, portanto, contar com 36 embarcações, considerando-se que 32 eram cruzadas e as restantes de origem portuguesa. A conquista de Silves encerrava diversos interesses estratégicos: permitiria acabar com os ataques navais muçulmanos contra Lisboa e Alcácer do Sal; asseguraria as vias de comércio internacional que passavam por Lisboa; e permitiria o comércio com os barcos italianos que circulavam entre os portos do Mediterrâneo²³⁰. Recorde-se que Alcácer do Sal ainda estava na posse dos cristãos no ano de 1189.

²²⁷ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 89.

²²⁸ Matos, M.C. 1999: pp. 15-21.

²²⁹ Barroca, M. 2003: p. 50.

²³⁰ Mattoso, J. 1993: p. 94.

As hostes partiram de Lisboa a 14 de julho de 1189, dirigindo-se para Silves por via terrestre e marítima. D. Sancho chegou a Silves no dia 29 de junho de 1189, tendo feito o percurso de Lisboa a Silves por terra²³¹.

Quando os navios cristãos chegaram a Silves, a 17 ou 18 do dito mês, os muçulmanos perceberam que teriam pela frente longas semanas de cerco. Assim, desde o início do cerco, instalaram nas suas muralhas alguns engenhos de destruição, nomeadamente trabucos ou trabuquetes, com o objetivo de manter os atacantes afastados e de destruir os engenhos que iriam utilizar contra as suas muralhas.

Nos dias 21 e 22 de julho, mesmo antes da chegada do monarca, deram-se os primeiros assaltos cristãos às ameias da cidade. O contingente cristão era numeroso: estima-se a presença de 3.500 cruzados e um número indeterminado de portugueses, efetivos que foram aumentando com a chegada de reforços. No dia 6 de agosto, os cristãos utilizaram uma máquina de guerra identificada pelo autor anónimo do relato da tomada de Silves como correspondendo a um ouriço: *“No domingo, dia de D. Felicíssimo e Agapito, nós os teutónios logo de madrugada assentamos uma máquina, a que chamamos ouriço, contra o muro da Coiraça, entre duas torres, com intento de abrir uma brecha”*²³².

A *Crónica dos Cinco Reis* interpreta a máquina de guerra como sendo uma manta. Independentemente de ser uma manta ou ouriço, este engenho, destinado à proteção dos atacantes durante a aproximação às muralhas e durante a realização de *trabalhos de sapa*, foi incendiado e destruído pelas forças defensoras de Silves. Em consequência, o plano de abrir uma brecha na muralha, através de trabalho de sapa, teve de ser adiado. Da parte de D. Sancho foi ordenado o combate de Silves

*“com bastidas e com muytos besteyros e archeyros (...) mais não se puderom chegar muytos aos muros porque os de dentro se defendiom tam fortemente e com tanta multidão de pedras que parecyom que nom erom lançadas de mãos de homens, mais que chovyom do çeu, em guisa que todo o chai era cuberto delas”*²³³.

As duas facções beligerantes utilizaram engenhos de destruição mas as descrições não permitem a identificação exata do tipo de máquina. Dada a cronologia do evento, tanto podem ter recorrido a mangonais como a trabucos, sendo que estes últimos, como

²³¹ Barroca, M. 2003: p. 50 ; *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 89.

²³² Matos, M.C. 1999: pp. 32.

²³³ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 92.

referimos anteriormente, já estavam inseridos no arsenal português desde o cerco de Lisboa de 1147. A *Crónica dos Cinco Reis* e a *Crónica de Portugal de 1419* confirmam, de forma semelhante, a presença de engenhos destrutivos em ambos exércitos. A última obra relata que

*“combatya el-rey a çidade com engenhos e com gemte o mais que podia, mais os mouros tinhom demtro outros engenhos coregidos per tal guisa que, pera onde quer que os christãos desvairavom os seus pera lhe tirar, loguo os de dentro tiravom aaquel, em tanto que muitas vezes lha desbaratavom, que não podiam tirar com eles”*²³⁴.

Enquanto se combatia à superfície, os cristãos começaram a escavar uma mina mas, ao descobrirem as suas intenções, os defensores de Silves procedem à abertura de uma contramina e destruíram todo o trabalho dos cristãos. Sem se renderem às circunstâncias, estes abriram uma nova mina, desta vez iniciada mais longe da muralha para evitar que os muçulmanos dessem fé da sua realização:

*“... os framengos (...) comecaraõ de fazer couas de so a terra pa derrubarem os muros e auendo já dias que estauaõ em aquelle trabalho entenderaõ os Mouros de dentro o que eles faziaõ e atalharaõlhe em aquelle lugar onde eles auiaõ de sair e taparaõ aquella cova entaõ elles com despeito tornaraõ a cauar per outro lugar mais altamente e per grande espaço de terra e punhaõ tauas com esteos pa soster o peso de çima”*²³⁵.

Quando os esteios do túnel se incendiaram, o fogo ter-se-á espalhado e atingido a estrutura defensiva de Silves, começando a danificá-la. De forma obviamente exagerada, a *Crónica dos Cinco Reis* afirma que *“foi o fogo tam grande a çerca da torre que abrio toda per muitos lugares”*²³⁶. D. Sancho terá aproveitado esta ocorrência para atacar aquele ponto defensivo, recorrendo a engenhos de lançamento de pedras, acabando por conseguir que a torre ruísse por completo:

*“mandou-lhe tirar com enjenhos e, das muytas pedradas que em ela derom, foy muyto asinha tornada em poo e, tam que el-rey vio a tore deribada, afincou-se mais por tomar a çidade e com toda sua força a fez combater, prometendo que farya muytas merces se se aficassem pera a tomar”*²³⁷.

²³⁴ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 92.

²³⁵ Matos, M.C. 1999: pp. 100.

²³⁶ Matos, M.C. 1999: pp. 101.

²³⁷ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 93.

Os cristãos continuaram a realizar trabalhos de mina e a utilizar engenhos de destruição contra a muralha, na esperança de conseguir abrir uma brecha que lhes permitisse entrar na cidade. Entretanto, um pano da muralha começou a mostrar sinais de instabilidade, pelo que se conjugou esforços para a derrubar: à superfície combateu-se a muralha com os ditos engenhos de destruição, enquanto subterraneamente escavou-se uma mina na sua direção e ateou-se fogo às suas fundações. Finalmente um pano da muralha foi destruído, à semelhança da torre que terá ruído anteriormente. Contra esta mina não houve qualquer tentativa de destruição por parte dos defensores, o que leva a crer que não se tenham apercebido da sua execução.

Devido à conjugação destes ataques com a fome que se ia instalando entre os defensores, a vila acabou por se render no dia 1 ou 3 de setembro, depois de estar sujeita a quase sete semanas de cerco.

A rendição de Silves gerou discussões entre D. Sancho e os Cruzados, que acabaram por acordar que se deixasse partir os muçulmanos apenas com as roupas que vestiam e que o resto seria partilhado entre o monarca e os cruzados. Todavia, os cruzados não cumpriram a promessa e acabaram por saquear a cidade de forma violenta, atacando os seus moradores. Desgostoso com a conduta dos cruzados, D. Sancho decidiu que não deixaria Silves nas suas mãos como havia pretendido inicialmente, ainda que tenha escolhido neste grupo o Bispo de Silves. O monarca optou também por não lhes entregar qualquer saque, como tinha ficado estabelecido no início e no fim do cerco. Por outro lado, os cruzados consideraram que o monarca não mostrava agradecido pela sua ajuda e partiram rumo a Jerusalém no dia 21 de setembro de 1189.

Já na posse dos cristãos, Silves foi alvo de novos cercos, desta vez por parte dos muçulmanos que, à semelhança do que acontecera em Santarém, desejavam reaver a cidade. A tomada de Silves foi um rude golpe para os almóadas que, nesse mesmo ano, iniciam a preparação de uma campanha militar, comandada pelo califa Abu Yacub Yusuf II. Entre 1190 e 1191 dedicaram-se a devastar os reinos cristãos, dividindo o contingente em três hostes distintas: uma foi cercar Silves, outra dirigiu-se para Évora e a última, liderada pelo próprio califa, dedicou-se à zona do vale do Tejo²³⁸. A primeira hoste, comandada pelo governador de Sevilha, Sayyid Yacub ben Abi Hafs, cercou Silves nos meses de junho e julho de 1190, sem conseguir tomar a cidade. Évora, com o cerco liderado por Sayyid Abu Zakariya ben Abi Hafs, conseguiu também permanecer

²³⁸ Barroca, M. 2003: pp. 50-51.

incólume e não foi tomada²³⁹. Yacub Yusuf, por sua vez, rumou até Torres Novas, tomando-a ao fim de dez dias de cerco graças à rendição da população, que não conseguiu evitar o saque e a destruição da vila. Tomada a vila de Torres Novas, o califa seguiu para Tomar, onde cercou o castelo dos Templários entre o dia 5 de junho e o dia 11 de junho mas, ao contrário do que acontecera em Torres Novas, os templários resistiram e o califa viu-se obrigado a levantar o cerco. Termina assim a campanha de 1190.

Em 1191, o mesmo califa voltou a atacar os territórios cristãos da Península Ibérica, desta vez bem mais preparado para as adversidades que pudessem surgir no decurso da campanha. A 10 de junho tomou Alcácer do Sal que até então estava nas mãos cristãs. As localidades das redondezas também se renderam ao califa, como é o caso de Palmela, Coina e Almada. Sobre o cerco de Alcácer do Sal sabemos apenas, através da *Crónica de Portugal de 1419*, que os muçulmanos terão combatido a vila “*com enjenhos muy fortemente, em guisa que o tomou loguo no mes de junho*”²⁴⁰.

Todavia, o califa não se esqueceu das derrotas de Silves – quer a de setembro de 1189, quando perdeu a praça para os cristãos, quer a do cerco de 1190, levantado sem sucesso. Iniciou um novo cerco a Silves no dia 28 de maio de 1191 e ali permaneceu até tomar a cidade, no dia 20 ou 21 de junho do mesmo ano²⁴¹. À semelhança da conquista almóada de Alcácer do Sal, apenas sabemos que Silves foi combatida com “*muytos ingenhos e começou (Abu Yacub Yusuf II) de a combater de dia e de noyte*”²⁴².

O saldo final destas campanhas almóadas foi pesado para os cristãos, com o recuo da fronteira para o Vale do Tejo. Face a esta nova configuração da fronteira, o monarca português procurou reforçar a defesa de Santarém e de Lisboa, de forma a garantir que, no caso de uma nova campanha almóada, resistissem e permanecessem nas mãos dos cristãos.

Os finais do séc. XII ficaram marcados pela instabilidade política e social nos reinos cristãos. D. Sancho I envolveu-se em questões com o vizinho reino de Leão e, internamente, com alguns membros do Clero e da Nobreza²⁴³. A situação do reino português não melhorou com a mudança de monarca, em 1211. Afonso II, como

²³⁹ Mattoso, J. 1993: p. 95

²⁴⁰ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 101.

²⁴¹ Barroca, M. 2003: p. 51.

²⁴² *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 101.

²⁴³ Mattoso, J. 1993: p. 93.

veremos adiante, manteve uma prolongada contenda com as suas irmãs, a propósito da herança do pai, que assumiu contornos de guerra civil.

A partir de 1212, em consequência da vitória na batalha de Navas de Tolosa, a fronteira cristã voltou a avançar para Sul²⁴⁴. Aos poucos também a luta dos almóadas contra os cristãos foi perdendo vigor, sobretudo devido declaração de independência dos últimos reinos taifas e à consequente fragmentação política.

6.5: Cerco de Alenquer e de Montemor-o-Velho, 1212

Nos últimos anos do reinado de D. Sancho I o reino atravessou muitas dificuldades políticas, sociais e económicas. A morte do monarca, no mês de março de 1211, aos 57 anos de idade, não trouxe melhorias significativas, abrindo portas a um período conturbado.

Afonso II não iniciou o seu reinado de forma pacífica, entrando em conflito com as suas irmãs e irmãos. O testamento de Sancho I, assinado em Coimbra no mês de outubro de 1210, deixou claro os pontos prévios para a sua sucessão, pretendendo manter a paz e tranquilidade entre os seus filhos e filhas: entregava o trono a D. Afonso e distribuía alguns bens e localidades aos restantes filhos. O testamento colocou o novo monarca, D. Afonso II, contra seus irmãos, Pedro Sanches e Fernando Sanches, que optaram por abandonar o reino voluntariamente. Mas o principal problema que o testamento régio apresentava para D. Afonso II era a entrega de alguns castelos às suas irmãs. Com efeito, o testamento de D. Sancho I determinava que D. Teresa herdasse o castelo de Montemor-o-Velho e a vila de Esgueira, enquanto D. Sancha ficava na posse do castelo e da vila Alenquer. A D. Mafalda ficaram reservados os mosteiros femininos de Bouças e Arouca²⁴⁵. Para além destas doações, D. Sancho I estipulou também a entrega de uma quantidade de dinheiro a cada uma das filhas, acontecendo o mesmo em relação aos segundos filhos. As previsíveis dificuldades de execução do testamento levaram as infantas a pedir à Santa Sé a confirmação do testamento real de D. Sancho I.

Afonso II exigiu, desde logo, que as irmãs o reconhecessem como Rei de Portugal e que lhe pagassem os seus direitos reais, tal como exigiu que os alcaides das terras atribuídas às irmãs lhe fizessem vassalagem e fossem por si colocados. Às irmãs pareceu que *“intento del Rey se estendia a mais & que trataua de as esbulhar da posse*

²⁴⁴ Mattoso, J. 1993: p. 97.

²⁴⁵ Moreno, B. 1995: p. 44; Barroca, M. 2003: p. 56.

das terras que seu pay lhes deixara”²⁴⁶. Ao apelo das Infantas, a Santa Sé respondeu que as terras em questão deviam ser colocadas em terçarias, sendo que as rendas das mesmas eram-lhes entregues e elas, por sua vez, deviam pagar os direitos reais do irmão e jurarem-lhe obediência enquanto rei.

Sem uma resolução à vista, mesmo com a interferência frequente da Santa Sé, Afonso II exigiu que as irmãs devolvessem as terras atribuídas pelo pai ao Reino, considerando que “*nem seu pay Dom Sancho podia alienar aquellas villas da Coroa Real, contra a preheminencia do Reyno que os Summos Pontifices tinham cõcedido*”²⁴⁷.

As ameaças de D. Afonso II levaram ao recolhimento das irmãs nas suas fortalezas. D. Teresa refugiou-se em Montemor-o-Velho e pediu apoio militar a Afonso IX de Leão, com quem outrora fora casada e de quem tinha um filho. D. Sancha, por sua vez, recolheu-se em Alenquer. As duas fizeram-se acompanhar pelos respetivos exércitos e apoiantes, sendo estes “*seus vassalos (...), caualeiros Portugueses que andauão em desgraça del Rey, alem de outros caualeiros, e soldados que elRey de Leão lhe mandara*”²⁴⁸. D. Mafalda foi a única irmã que ficou à margem da contenda já que apenas lhe cabiam mosteiros e não castelos.

Depois de reunir o seu exército, Afonso II partiu na direção de Montemor-o-Velho e Alenquer. Inicialmente, limitou-se a ameaçar as irmãs, não comparecendo em Montemor-o-Velho com os apetrechos necessários para atacar a vila. Fr. António Brandão considerou que o monarca chegou a Montemor-o-Velho “*não bem de paz, nem em modo de guerra: porque não trazia prevenção bastãte pera combater a villa, ou cercala, nem vinha tão desarmado, que lhe pudessem fazer aggrauo os que estavam dentro*”²⁴⁹.

D. Sancha e D. Teresa continuaram a recusar-se a entregar as terras ao irmão e, na esperança de que Afonso IX de Leão as socorresse com o seu exército, mostraram-se dispostas a resistir aos seus ataques. Em Montemor-o-Velho, o monarca português foi vaiado pelos soldados de D. Teresa, que mostravam as bandeiras de Leão entendendo-se que respondiam a Afonso IX de Leão e não a Afonso II de Portugal.

Afonso II abandonou Montemor-o-Velho e retirou-se para Coimbra, onde aumentou a sua capacidade militar tendo em vista o combate das fortalezas das irmãs. Preparado então para atacar, “*tomou por força de armas a villa de Aueiras, e pos cerco*

²⁴⁶ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 73.

²⁴⁷ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 73.

²⁴⁸ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 73.

²⁴⁹ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 76.

em Alenquer, e Montemôr o velho”²⁵⁰. Em Aveiras dividiu o seu exército em duas hostes distintas, enviando uma para Alenquer e outra para Montemor-o-Velho, comandando pessoalmente a hoste destinada a este último local. Pretendia, ao dividir a sua hoste, submeter ambas as vilas a cercos simultâneos. Em relação a datas concretas para o início dos cercos apenas sabemos que o cerco de Montemor-o-Velho foi iniciado em Novembro de 1211.

O monarca “*perseuerou quatro meses no cerco da duas villas, em que oiie vários sucessos*”²⁵¹. Durante este período o Reino de Portugal viu-se invadido pelas forças do Reino de Leão, lideradas pelo próprio Afonso IX de Leão, que atacou o Alto Minho e Trás-os-Montes²⁵². Da parte de Afonso II foi mostrada uma crueldade crescente, tendo mandado destruir toda a zona envolvente a Alenquer e Montemor-o-Velho: destruíram-se searas, vinhas, árvores de fruto, tomou-se gado e fizeram-se reféns, para além de um número elevado mortos e feridos. O monarca confiscou ainda as rendas do Mosteiro de Lorvão, que estavam destinadas a D. Teresa, e destruiu algumas propriedades anexadas ao mesmo. Pelejou-se “*de parte a parte cõ tanta obstinação e crueldade, como se a guerra fora de muito merecimento e vtilidade pera a Republica Christãa, e bem do Reyno*”²⁵³.

Da parte do monarca português sabemos que foram utilizados engenhos de destruição, nomeadamente engenhos destinados ao lançamento de projéteis incendiários. Não se sabe em concreto o tipo de engenhos utilizados, mas tudo leva a crer, sobretudo pela cronologia dos cercos, que se tratavam de trabucos (ou a sua versão mais reduzida, trabuquetes) e/ou mangonais.

Os gastos de ambas as partes envolvidas no confronto devem ter sido avultados. D. Teresa queixou-se à Santa Sé que dispensara cerca de 5000 cruzados com o pagamento aos soldados e noutras despesas propiciadas pelo conflito e afirmava ainda que as perdas de gado eram inestimáveis, assim como as de produtos da terra e dos barcos que vinham por mar. D. Sancha mencionou os gastos que teve nas duas fases do conflito, na primeira fase gastou 14.626 maravedis de ouro e na segunda fase o valor gasto terá sido de 15.600 maravedis de ouro²⁵⁴. Ambas pediram à Santa Sé que obrigasse o irmão a restituir-lhes os valores gastos na guerra e o valor necessário para a

²⁵⁰ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 73.

²⁵¹ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 73.

²⁵² Barroca, M. 2003: p. 56.

²⁵³ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 76.

²⁵⁴ Brandão, Fr. A. 1972, 4º parte: p. 76.

reparação de todos os estragos sofridos. A necessidade de reparações nas estruturas defensivas e noutros pontos das vilas espelha a utilização dos engenhos de cerco que provocaram danos avultados nas estruturas.

Também da parte do monarca os gastos foram elevados, sobretudo no que respeita ao pagamento dos soldados das suas hostes. As despesas tornaram-se ainda mais avultadas a partir do momento em que Afonso IX entrou em Portugal, tomando algumas vilas e castelos do Alto Minho e de Trás-os-Montes. As perdas do monarca a nível de território e castelos foram igualmente avultadas, saldando-se a perda de “*onze castellos, e villas cercadas, as quais elRey de Leão tomara por culpa das infantas*”²⁵⁵.

Toda esta contenda valeu ainda a Afonso II um interdito e uma excomunhão, que duraram cerca de ano e meio, decorrente entre os finais de 1212 e os inícios de 1214. Inocêncio III levantou esta excomunhão e interdição sob a obrigação do monarca pagar determinado valor às irmãs, pelos gastos e danos provocados por uma guerra considerada pouco louvável. Mas como o monarca não fez qualquer pagamento, voltou a ser excomungado. O conflito continuou por resolver até à sua morte, não sendo aqui lugar para referir todas as atribulações porque atravessou. Registemos, apenas, que a paz entre Portugal e Leão só chegou a 11 de Novembro de 1212, e que o conflito com as infantas só se resolveu com D. Sancho II, seu filho e herdeiro, em 1223²⁵⁶.

6.6: O cerco de Alcácer do Sal, 1217

Depois da conquista de Lisboa, em 1147, os domínios cristãos expandiram-se até à margem sul do Tejo, abarcando diversas povoações, quer na Península de Setúbal quer mesmo a sul. Uma dessas localidades era Alcácer do Sal, tomada pelos cristãos nos meados do século XII e novamente perdida para os muçulmanos, comandados por Abu Yaqub Yusuf, em 1191. Soeiro Gosuínio, no seu *carmen*, considerava que Alcácer do Sal tinha “*(...) um castelo que é de todos os castelos o mais ameaçador dos Cristãos*”²⁵⁷.

Foi no contexto da Quinta Cruzada que o Reino de Portugal vislumbrou a possibilidade de tomar novamente Alcácer do Sal. Aproveitando-se da aproximação de uma frota cruzada, cento e cinco embarcações segundo a *Crónica de Portugal de 1419*,

²⁵⁵ Brandão, Fr. A. 1972, 4ª parte: p. 77.

²⁵⁶ Barroca, M. 2003: pp. 58-59.

²⁵⁷ Gosuínio, S. 1976: p. 134.

iniciou-se a preparação de uma campanha militar contra a referida praça²⁵⁸. O contingente cruzado era composto por homens provenientes de cidades alemãs e frísias, das margens do rio Reno, comandados pelos condes de Withe e da Holanda²⁵⁹.

Ainda que Afonso II possa ter estado envolvido na preparação da mesma, entre finais de abril e inícios de maio, devido às suas limitações físicas não participou diretamente no cerco erguido a Alcácer do Sal. Coube a D. Soeiro Viegas, Bispo de Lisboa, o comando das forças portuguesas, recrutadas em Lisboa e na Estremadura²⁶⁰. À chegada da frota cruzada a Lisboa, em julho de 1217, D. Soeiro Viegas pediu-lhes auxílio na tomada de Alcácer, equiparando, uma vez mais, a missão dos portugueses à missão das Cruzadas na Terra Santa. José Mattoso aponta que apenas cem embarcações acederam a ajudar os portugueses, tendo as restantes cinco prosseguido viagem²⁶¹. Miguel Gomes Martins considera, por sua vez, que os cruzados chegaram em duzentas embarcações, das quais ficaram em Portugal entre oitenta a cem, com um contingente de 6.000 a 7.000 cruzados²⁶².

O número de homens reunido para a tomada de Alcácer do Sal é incerto: a *Crónica de Portugal de 1419* estima a presença de 20.000 homens de armas, enquanto o *carmen* de Soeiro Gosuínio, principal fonte documental sobre o acontecimento, estima a presença de muitos “*soldados de infantaria, fortes e armados, mas temos apenas trezentos cavalos*”²⁶³. A estimativa da *Crónica de 1419* parece exagerada. Portugal era ainda um reino pouco povoado pelo que, mesmo com o auxílio dos cruzados, não conseguiria reunir um exército tão numeroso. Por outro lado, o número estimado por Soeiro Gosuínio parece demasiado baixo se considerarmos que com trezentos cavaleiros a realização de um cerco não seria recomendável.

Nos finais de julho a frota cruzada, juntamente com a frota portuguesa, chegou a Alcácer do Sal. Cinco dias depois, no dia 3 de agosto, o contingente apeado junta-se finalmente aos cruzados e aos restantes portugueses, que haviam seguido caminho através do mar. Soeiro Gosuínio descreveu a povoação como um local forte e quase inexpugnável:

“*O local está cercado de uma paliçada, os fossos são profundos, de muro duplo e com inúmeras torres. Esta cidade, fortificada por diversas armas e homens,*

²⁵⁸ Crónica de Portugal de 1419, 1998: pp.106-107

²⁵⁹ Mattoso, J. 1993: p.118.

²⁶⁰ Barroca, M. 2003: p. 58.

²⁶¹ Mattoso, J. 1993: p. 119.

²⁶² Martins, M. 2011: p.132.

²⁶³ Gosuínio, S. 1976: p. 135.

torna corajosos os que amam as suas bandeiras. Entretanto, depois que ali chegamos, não puderam sair dos muros mais seguramente”²⁶⁴.

Após desembarcarem, os cruzados rapidamente tomaram conta das ruas, perante a incapacidade militar dos muçulmanos que as ocupavam. O arrabalde foi tomado e instalou-se apenas um acampamento, localizado a norte da cidade, protegido com um fosso e um perímetro defensivo que lhe conferisse alguma segurança:

*“Então tomamos as ruas. O inimigo acode. Acode em cavalos para salvar a rua, mas atravessado pelas lanças Não logra em salvar-se, fugindo. (...) armamos tendas junto do Castelo, defendidas com armas e homens. A armada está em segurança”*²⁶⁵.

Alcácer era uma zona pouco florestada e as escassas árvores que existiam, oliveiras e figueiras, eram de pequeno porte o que dificultava a obtenção de madeira para a construção dos engenhos. Desta forma, os cruzados desmantelam *“octo naues cum apparatu earum conferrentur ad machinas”*²⁶⁶. A pouca madeira que existia foi cortada e usada sobretudo para o preenchimento dos fossos que envolviam a cidade. Todavia, esta foi incendiada pelos muçulmanos: *“À medida que nos aproximamos dos muros, a oliveira e a figueira caem para que os fossos repletos nos dêem passagem. O fosso está cheio de lenha: Vulcano parece estar conjurado contra nós: Tudo é consumido pelo fogo”*²⁶⁷.

Seguiu-se a construção dos primeiros engenhos de cerco, nomeadamente trabucos ou trabuquetes, destinados ao lançamento de pedras contra as muralhas. Soeiro Gosuíno refere-se estes engenhos como *“tormento (...) mas as pancadas pouco ou nada movem as muralhas”*²⁶⁸. Também a *Crónica de Portugal de 1419* indica a utilização deste tipo de engenhos, considerando que *“fizerom os christãos hum enjenho pera destroyr o muro, mais ele era forte, em guisa que não lhe empecyom as pedras nem nêhũa cousa”*²⁶⁹.

Os cristãos iniciaram a escavação de uma mina em direção aos alicerces da muralha de Alcácer, detetada pelos muçulmanos que procederam à escavação de uma contramina. Subterraneamente, os cristãos e muçulmanos envolveram-se em escaramuças:

²⁶⁴ Gosuíno, S. 1976: p. 134.

²⁶⁵ Gosuíno, S. 1976: p. 134.

²⁶⁶ *Monumenta Henricina*, 1960: vol. I, p. 54.

²⁶⁷ Gosuíno, S. 1976: p. 135.

²⁶⁸ Gosuíno, S. 1976: p. 135.

²⁶⁹ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: p. 108.

*“... cavamos debaixo de terra para que os muros ruam. Cavamos às ocultas e o inimigo cava ao contrário. E esforça-se para que o nosso trabalho seja inútil. Combate-se dentro da própria escavação, com ferro, fumo e fogo”*²⁷⁰

Os cristãos insistiram e criaram uma nova mina, tendo esta atingido os objetivos desejados, no dia 24 de agosto. Uma das torres adossadas à muralha ruiu mas não permitiu a passagem dos cristãos para o interior da cidade, pelo que acaba por lhes ser inútil.

Entretanto, chegou a Alcácer um contingente muçulmano, proveniente de Córdoba, Sevilha e Badajoz, destinado a auxiliar a povoação, composto, segundo Soeiro Gosuíno, por *“quarenta mil infantes e quinze mil cavaleiros”*²⁷¹. Chegaram ali no mês de setembro e assentaram arraial a uma légua da cidade, em Sítimos. Também da parte dos cristãos surgiram *“de improviso, por dom divino, quinhentos cavaleiros e cavalos”*, composto por membros das ordens militares, cavaleiros portugueses e mesmo leoneses²⁷². No dia 11 de setembro travou-se uma batalha campal entre os exércitos recém-chegados, saindo os portugueses vitoriosos. O cerco prosseguiu, com as hostes cristãs de ânimo redobrado.

Nas duas primeiras semanas de setembro foram concluídas duas torres de assalto *“mais altas que as do castelo”*, construídas nas proximidades do castelo²⁷³. Construíram-se ainda *“duas fortes mantas pera ajuntar com hu muro e o desfazer”*²⁷⁴. Para deslocar as torres de assalto e as gatas foi necessário continuar o processo de entulhamento do fosso, trabalho difícil tendo em conta que os muçulmanos ateavam fogo à lenha e à madeira utilizadas para tal, como vimos anteriormente. Mesmo com a proteção das mantas não foi possível aos cristãos aproximarem-se das muralhas, pois eram constantemente repelidos pelos muçulmanos que lhes lançava, a partir do adarve, *“pedras tamtas e traves e foguo”*²⁷⁵.

Colocadas em ação as duas torres de assalto, juntamente com os trabucos, os muçulmanos hesitaram e renderam-se: *“...estes tormentos, bem como as torres, inspiram medo aos inimigos. O inimigo pede conversações; hesita, teme. Por isso, Alcácer entrega-se e todas as portas se abrem aos nossos”*²⁷⁶.

²⁷⁰ Gosuíno, S. 1976: p. 136.

²⁷¹ Gosuíno, S. 1976: p. 135.

²⁷² Gosuíno, S. 1976: p. 135; Mattoso, J. 1993: p. 118.

²⁷³ Gosuíno, S. 1976: p. 136.

²⁷⁴ Crónica de Portugal de 1419, 1998: p. 111.

²⁷⁵ Crónica de Portugal de 1419, 1998: p. 111.

²⁷⁶ Gosuíno, S. 1976: p. 136.

Sem dúvida que a pressão dos engenhos, sobretudo as torres de assalto, foi vital para a rendição da cidade, à semelhança do que ocorrera em Lisboa no cerco de 1147. Outros aspetos consequentes de um longo cerco, como a fome, as doenças e um elevado número de baixas e de feridos, também certamente pesaram na decisão dos muçulmanos. De qualquer forma, no dia 18 de outubro de 1217 terminava o cerco a Alcácer do Sal, que durou dois meses e meio.

Durante as habituais negociações, os muçulmanos procuraram a misericórdia dos cristãos, pedindo que os deixassem abandonar a cidade livremente e com todos os seus pertences. Os cristãos negaram-lhes tal pedido, exceto o parâmetro que estipulava que podiam sair da cidade livremente. Tudo o que lhes pertencia ficou ao abandono na cidade para ser pilhado pelos cruzados, como D. Soeiro Viegas lhes havia prometido antes do início do cerco.

A pilhagem em Alcácer foi pacífica, mas o mesmo não aconteceu nas terras vizinhas: a resistência destas valeu-lhes uma onda de violência e mesmo de assassinatos. A cidade foi entregue a uma guarnição cristã, composta na sua maioria por membros da Ordem de Santiago e recebeu um novo alcaide. Depois, tanto o contingente dos cruzados como o dos portugueses foram desmobilizados. Os cruzados pediram ao papa Honório III autorização para permanecerem no reino, mas este não anuiu e partiram para a Terra Santa nos finais do mês de março de 1218²⁷⁷.

O reinado de D. Sancho II, que se prolongou entre 1223 e 1248, foi muito rico do ponto de vista militar, mas não se registam cercos a praças muçulmanas. Encerra-se praticamente neste reinado a Reconquista portuguesa, faltando apenas conquistar Faro.

Coube a Afonso III a conquista de Faro, em março de 1249, e do restante Sotavento Algarvio, nomeadamente das praças de Loulé e Aljezur, o castelo de Porches e Albufeira. Silves foi igualmente conquistada e voltava às mãos dos cristãos. Ao tomar a região do Algarve, Afonso III abriu as portas a uma prolongada contenda com Castela, já que Afonso X considerava esta região como do seu direito²⁷⁸.

A *Crónica de Portugal de 1419* indica que Afonso III, ainda como Conde de Bologne, cercou Celorico da Beira e Coimbra²⁷⁹. As duas localidades tinham voz por Sancho II, ainda que este já estivesse exilado, e resistiram afincadamente, afirmando

²⁷⁷ Mattoso, J. 1993: p. 118; Martins, M. 2011: p. 143.

²⁷⁸ Ventura, L. 2006: p. 138.

²⁷⁹ *Crónica de Portugal de 1419*, 1998: pp. 136-137.

que só as entregariam quando Sancho II autorizasse ou falecesse. Poucas são as informações sobre estes cercos e para ambos os casos não há referências sobre a utilização de engenhos.

Quando D. Dinis chegou ao trono, em 1279, o processo da Reconquista estava concluído. O monarca envolveu-se em conflitos navais contra os muçulmanos em África e Granada²⁸⁰. Internamente, o seu reinado ficou marcado por diversas guerras civis: em três momentos contra seu irmão, D. Afonso; no final do reinado, entre 1319-1324, contra o seu próprio filho, futuro Afonso IV, apoiado pelas classes populares. No entanto, a ausência de referências ao uso de engenhos levam-nos a não abordá-las neste trabalho.

6.7: Os cercos das Guerras Fernandinas, 1369-1382

No reinado de Afonso IV voltaram a realizar-se alguns cercos, no contexto do conflito entre Portugal e Castela, entre 1336 e 1338. De qualquer forma, entre o 1217 e 1336, apenas se registaram os cercos de Celorico da Beira e de Coimbra, sobre os quais pouco sabemos. No decorrer do conflito de 1336-1338 saldaram-se catorze cercos que não focaremos aqui pela inexistência de engenhos: em 1336 deram-se os cercos a Lerma, Entieza, Lepe e Badajoz; em 1337 os cercos de Elvas, Arronches, Assumar, Veiros, Vila Viçosa e Olivença e, em 1338, os cercos a Salvatierra del Mino, Tavira e dois cercos a Castro-Marim. Entre estes cercos apenas se verifica o recurso a técnicas de destruição, nomeadamente à escavação de minas, no segundo cerco castelhano a Castro Marim.

Durante o reinado seguinte, entre 1357 e 1367, verifica-se a inexistência de operações de cerco graças à boa relação de D. Pedro I com Castela pelo que, segundo José Mattoso, este reinado “*foi o único do século XIV em que Portugal não conheceu guerras*”²⁸¹. O mesmo não se verificou com durante o reinado de D. Fernando, herdeiro e sucessor de D. Pedro I.

Durante o reinado de D. Fernando, entre 1367 e 1383, Portugal conheceu três guerras contra o reino de Castela, provocadas pelas pretensões do monarca português ao trono de Castela. Estas aspirações surgiram em 1369, com a morte de D. Pedro I de Castela às mãos do meio-irmão Henrique de Trastâmara, que se assumiu como herdeiro

²⁸⁰ Moreno, B. 1995: p. 68.

²⁸¹ Mattoso, J. 1993: p. 490.

do trono castelhano, adotando o título de Henrique II. Primo de D. Pedro de Castela, D. Fernando sentiu-se no direito legítimo de lhe suceder no trono de Castela, considerando que D. Henrique de Trastâmara era um usurpador, para além de bastardo.

Durante o conflito entre D. Pedro I de Castela e D. Henrique registou-se a ocorrência de alguns cercos em território vizinho, nomeadamente os cercos simultâneos de Toledo e de Córdoba, que foram focados por Fernão Lopes na Crónica de D. Fernando. Salienta-se que D. Henrique opunha-se ao reinado de D. Pedro I de Castela, considerando-se no direito de ocupar o seu trono, motivo pelo qual se deu início a este conflito.

Toledo, cercada pelas forças de D. Henrique, resistiu fervorosamente às forças inimigas, ainda que existissem alguns focos de apoio a D. Henrique. Incapazes de entrar na cidade através de auxílios internos, os atacantes trataram então de entrar na cidade através de um assalto às torres da muralha:

*“poserom logo escadas aa torre, e sobirom acima bem quarenta homens e poseram em ella cinco bandeiras; os da cidade, veendo aquesto, poserom fogo aa torre da parte de dentro, que era mais baixa, e os de cima, nom o podendo sofrer, ouveram todos de leixar a torre e decerom-sse pelas escadas”*²⁸².

Ao fim de dez meses e meio de cerco, escasseavam os mantimentos e o número homens capazes de continuar a defender Toledo. Da parte de D. Pedro de Castela foi recrutada uma hoste para auxiliar a cidade, incluindo nesta os apoios do monarca de Granada. Antes partir para a cidade, deixou todo o seu tesouro régio e a sua família na vila de Carmona, igualmente abastecida de víveres e protegida por alguns homens da sua confiança.

Quando D. Henrique tomou conhecimento da deslocação da hoste do monarca, solicitou apoio a Córdoba, que prontamente lhe enviou um contingente de 1500 homens. Em Toledo, D. Henrique deixou 600 homens de armas, peões e besteiros, partindo para a vila de Orgas, a cinco léguas da cidade, para se reunir com a hoste auxiliar. A esta juntou-se ainda Bertrand du Guesclin, vindo de França, com as suas gentes e outros estrangeiros que apoiavam D. Henrique na sua pretensão ao trono castelhano²⁸³. Fernão Lopes indica que na totalidade seriam *“ataa seiscentas lanças*;

²⁸² Lopes, F. 2004: pp. 69-70.

²⁸³ Lopes, F. 2004: p. 70.

assi q esse juntarom alli per todos com estes e com outras gentes ataa três mil outros homões de pee”²⁸⁴.

De Orgas, D. Henrique partiu na direção da hoste de D. Pedro de Castela, preparado para a batalha. Este último apenas tomou conhecimento do avanço do meio-irmão quando estava perto da localidade de Montell, preparando-se igualmente para a batalha que se adivinhava. A vanguarda de D. Henrique, liderada por Bertrand du Guesclin, escolheu um local estrategicamente favorável para a batalha, um local por onde a hoste de D. Pedro não poderia passar, enquanto a força do futuro monarca castelhano avançou ao encontro do meio-irmão²⁸⁵. Saldou-se numa derrota pesada para D. Pedro de Castela e, posteriormente, o seu assassinato por D. Henrique.

Assim que D. Henrique tomou posse do trono, D. Fernando avançou com uma frota de oito galés para a Galiza, contando aí com apoio de Leão, Zamora, Salamanca, Cáceres e Andaluzia e de alguns dos membros mais ambiciosos da nobreza portuguesa²⁸⁶. Juntamente com o Conde D. Fernando Castro, Vasco Fernandes Coutinho, entre outros, colocou cerco à vila de Monterrey, depois de ter tomado Corunha.

Sobre este cerco Fernão Lopes não se alongou muito e, em consequência, pouco se sabe sobre o seu desenrolar. Apenas que “*pôs o conde (D. Fernando Castro) arreal sobre Monterrei, combatendo-o com engenhos e bastidas*”²⁸⁷. Ainda que a vila tenha oferecido resistência, acabou por ser tomada face à pressão dos engenhos neurobalísticos, provavelmente trabucos ou trabuquetes, e da torre de assalto (bastida) que foi construída. Para além deste cerco, registou-se um bloqueio naval a Sevilha, com trinta galés, nos finais de maio ou inícios de junho, que se prolongou durante quase um ano.

A ousadia de D. Fernando valeu-lhe a entrada das forças de D. Henrique no reino de Portugal no ano seguinte, quando o monarca português já tinha regressado a Lisboa. Em agosto de 1369, D. Henrique atravessou o Minho e colocou cerco à cidade de Braga, cuja alcaidaria estava confiada a Lopo Gomes de Lira e que Fernão Lopes descreveu como sendo um “*logar grande e mal cercado, sem aver hi mais d’hũa torre em logar ainda que nom prestava, era bem aazado pera sse tomar*”²⁸⁸.

²⁸⁴ Lopes, F. 2004: p. 71.

²⁸⁵ Lopes, F. 2004: pp. 73-75.

²⁸⁶ Mattoso, J. 1993: p. 491; Monteiro, J. 2003: p. 251.

²⁸⁷ Lopes, F. 2004: p. 106.

²⁸⁸ Lopes, F. 2004: p. 109.

Ao chegar a Braga, D. Henrique “*começou de a combater e pero o muro fosse baixo e os de dentro mui mal armado, nom a podia el-rrei tomar*”²⁸⁹. Ao fim de uns dias sem a conseguir tomar, mandou pôr-lhe “*hũa bastida, e a combatheo-a de guisa que morrerom dos de dentro quareenta e oito homēs, per mingoa de nom seerem armados*”, continuando sem alcançar o sucesso desejado²⁹⁰. Para combater a muralha precária de Braga, os atacantes podem ter recorrido a engenhos de destruição, mas apenas podemos afirmar, com toda a confiança e certeza, que foi utilizada uma torre de assalto.

Sem capacidade de resistir durante mais tempo, Braga preitejou e fez saber a D. Fernando que precisava de auxílio. Todavia, D. Fernando não socorreu a cidade no prazo estipulado e esta foi tomada pelas forças castelhanas de D. Henrique. Ao fim de seis dias na cidade, por falta de meios para a manter, D. Henrique mandou colocar-lhe fogo e destruiu-a. Partiu de Braga em direção a Guimarães, praça que colocou igualmente sob cerco no primeiro dia do mês de setembro.

Quando D. Henrique chegou a Guimarães achou a povoação bem mais defendida do que Braga e “*cercou a villa toda d’arredor com a muita gente que tragia*”²⁹¹. Assentou o seu arraial longe da vila e, aproveitando-se deste facto, os defensores da vila saíam frequentemente da cidade para escaramuçar com os castelhanos. Assim, D. Henrique acabou por deslocar o seu arraial para um local mais próximo da vila e aí fez “*armar engenhos, e começou de combater a villa, e os de dentro trabalhavom de a defender, de guisa que os de fora nom aproveitavom nada em seu combate*”²⁹².

D. Henrique declarou que não levantaria cerco até que a vila fosse tomada, dando pouco espaço de manobra e descanso aos vimaranenses. Durante três semanas, os castelhanos atacaram a vila com “*muitas pedras d’engenhos que he tiravom pedras*”, certamente recorrendo a trabucos e trabuquetes²⁹³. Porém, não eram só os castelhanos a combater com estes engenhos, também “*os de dentro armarom outros engenhos e tiraron aos de fora, e britarom-nos e matarom algũus homēes*”²⁹⁴.

D. Henrique tentou ainda tomar a vila com um estratagema elaborado com Diogo Gonçalves de Castro, pai de Lopo Dias de Azevedo. O pai devia entrar na vila

²⁸⁹ Lopes, F. 2004: p. 109.

²⁹⁰ Lopes, F. 2004: p. 109.

²⁹¹ Lopes, F. 2004: p. 111.

²⁹² Lopes, F. 2004: p. 111.

²⁹³ Lopes, F. 2004: p. 111.

²⁹⁴ Lopes, F. 2004: p. 112.

como se fosse um defensor com intenções de ajudar a velar pela segurança da vila e, já no seu interior, devia colocar fogo em quatro zonas distintas da vila para distrair os defensores e então abriria as portas da vila para a entrada dos castelhanos. Todavia, acabou por ser descoberto e obrigado a confessar os seus planos.

Os vimaranenses redobram o seu esforço para defender a cidade, animados com a notícia de que D. Fernando reunia um exército para os auxiliar. Face a esta possibilidade e à notícia da destruição de Algeciras, D. Henrique levantou cerco a Guimarães e regressou a Castela. Permaneceu, até finais de 1369, relativamente sereno às constantes cavalgadas portuguesas contra a fronteira. A sua passividade terminou no início de 1370, deslocando a sua hoste para Ciudad Rodrigo e submetendo-a a um cerco apertado. Esta era uma das praças que apoiava o monarca português na sua pretensão ao trono de Castela.

Colocando o seu arraial afastado das muralhas, *“fez-lhe atirar com engenhos e combatê-lla de voontade (...) com engenhos e trões e força de beestaria”*²⁹⁵. A guarnição da cidade, comandada pelo fronteiro Gomes Lourenço de Avelar, defendia-se vigorosamente e resistia aos avanços castelhanos.

Perante a inutilidade dos engenhos de cerco, entre os quais engenhos neurobalísticos (trabucos ou trabuquetes), D. Henrique *“hordenou de lhe fazer hũa cava; e começaram de a fazer junto com ho mosteiro de Sam Payo, que está arredado do logar”*²⁹⁶. Gomes Lourenço de Avelar teve conhecimento da realização da escavação da mina e mandou derrubar as casas que estavam na zona onde supunha que iria terminar e *“fez encher cubas de terra e pedra, e grande bastida de madeira com peitoriis de portas das casas em ella, percebendo-sse do damno que lhe rrecrecer podia”*²⁹⁷. Infelizmente para os defensores, as suposições de Gomes Lourenço estavam incorretas. As forças de D. Henrique II terminaram a mina e

“poderom gram parte do muro em contos; e devisado o dia do combate, derom fogo aa cava, e começaram a combater o logar per quatro partes, por nom entemderem os de dentro per honde levavom a cava, creendo per nêhũa guisa os d cidade podessem sofrer a força d’aquel combate (...) arderom os contos que tiinham o muro e cahirom d’elle bem dezoito braças todo em torrões grandes hũus sobre outros (...). Os que combatiam trabalharom logo por sobir

²⁹⁵ Lopes, F. 2004: pp. 129.

²⁹⁶ Lopes, F. 2004: p. 129.

²⁹⁷ Lopes, F. 2004: pp. 129-130.

per cima do muro que caera; e poendo-o em obra, virom os de dentro afortellezados d'aquella parte derribada, de guisa que matavom d'elles e feriam muitos; e maravilhando-see da sua força e aviso a afastarom-see afora”²⁹⁸.

Assim, ainda que parte da muralha tenha sido destruída graças à escavação da mina, D. Henrique não conseguiu tomar a cidade. Os mantimentos do exército castelhano começavam a escassear e D. Henrique não tinha meios para prolongar o cerco, decidindo levantá-lo ao fim de dois meses e meio.

Em 1371 registou-se o cerco de D. Henrique à vila de Carmona (Andaluzia), cuja voz mantinha-se por D. Fernando de Portugal e à qual já realizara várias surtidas sem sucesso. Carmona estava bem abastecida de víveres graças ao falecido D. Pedro I de Castela que, estando ali os seus familiares mais próximos e o tesouro régio, havia feito muitos esforços para assegurar a sua capacidade defensiva e a sua resistência contra um possível cerco. Por outro lado D. Henrique II não tinha capacidade suficiente para cercar totalmente a praça pelo que optou por cercá-la parcialmente. Desde logo

“mandou fazer hũa bastida, e de noite escallarom hũa vez a villa e soborom acima quareenta homẽes armados que pero aquello forom escolheiros; e os da villa, que esto sentirom, acudirom alli rrijamente e pellejarom com elles de guisa que a algũus d'eeles conveo per força saltarem contra fora muyto sem seu grado; e os outros que aviam cobrada hũa torre, nom podendo mais fazer, foram el ella tomados per força; e chego hi dom Martim Lopes e feze-os matar todos que nom ficou nẽhũu”²⁹⁹.

Conclui-se que neste cerco predominou a utilização de engenhos de assalto, registando-se a utilização de uma torre de assalto (balista) e de escadas de assalto com o intuito sobrepôr a altura das muralhas e torres. Carmona resistiu ferverosamente, mas viu-se obrigada a preitejar quando os mantimentos começaram a escassear e não chegaram os auxílios esperados de Portugal, de Granada ou mesmo de Inglaterra.

Na preitesia estabeleceu-se que a vila e todo o tesouro ali reunido por D. Pedro seriam entregues a D. Henrique II, enquanto D. Martim Lopes seria colocado em segurança noutro reino ou integraria a hoste de D. Henrique se fosse o seu desejo. A vila foi entregue ao monarca usurpador, que enviou D. Martim Lopes e o chanceler de D. Pedro, Mateus Fernandes de Cáceres, para Sevilha.

²⁹⁸ Lopes, F. 2004: p. 130.

²⁹⁹ Lopes, F. 2004: p. 154

Fernão Lopes estabelece ainda que, antes do cerco de Carmona, a rainha D. Joana, esposa de D. Henrique, impôs cerco a Zamora e cobrou-a por preitesia. Todavia, o cronista não entrou em pormenores sobre o dito cerco, sabendo-se pouquíssimo sobre o seu decorrer.

Em março de 1371, D. Fernando assinou o Tratado de paz de Alcoutim, com D. Henrique, ciente de que não tinha possibilidade de assumir o trono de Castela, mesmo recorrendo à força armada. Ainda que o tenha assinado e se tenha comprometido a respeitar os parâmetros acordados, D. Fernando desrespeitou o ponto que estabelecia o seu casamento com D. Leonor de Castela para casar com D. Leonor de Teles, logo em maio do mesmo ano. Procurou, ainda, afirmar a sua aliança com Inglaterra contra o D. Henrique II, assinando o Tratado de Tagilde.

Assim, o ano de 1372 assinala o segundo conflito entre Portugal e Castela. D. Henrique, sob pretexto de que as cláusulas do Tratado de Alcoutim tinham sido desrespeitadas, voltou a entrar com o seu exército em Portugal, nos finais do mesmo ano. A sua intenção era atacar a cidade de Lisboa. Durante o percurso até à capital, tomou várias praças portuguesas, como Almeida, Linhares, Celorico da Beira, Pinhel e Viseu.

Estando em Viseu, foi informado que a Santa Sé enviara D. Guido de Bolonha, cardeal e legado papal, para Castela a fim de discutir a paz entre Portugal e Castela³⁰⁰. O cardeal entendeu desde logo que o monarca castelhano não desejava alcançar a paz com Portugal e que permanecia indiferente à possibilidade de tréguas.

D. Fernando pouco tempo teve para preparar a defesa da capital. Decidiu avançar na direção da hoste castelhana e esperá-la em Santarém, chamando para si todos os seus vassalos da zona do Guadiana e Estremadura, para além das milícias de Lisboa e de outros lugares. D. Henrique, estando em Torres Novas, foi informado da preparação da hoste portuguesa em Santarém e para lá se dirigiu, disposto a entrar numa batalha campal que, graças à hesitação de D. Fernando, não chegou a ocorrer³⁰¹.

Sem a realização da batalha campal e ciente que D. Fernando não iria realmente enveredar por um confronto direto, a hoste de D. Henrique marchou para Lisboa, onde chegou no dia 23 de fevereiro de 1373³⁰². Ninguém esperava que D. Henrique chegasse a Lisboa, especialmente pelo caminho que escolhera ao sair de Coimbra. Assim, pelos

³⁰⁰ Lopes, F. 2004: p. 249.

³⁰¹ Lopes, F. 2004: p. 249.

³⁰² Lopes, F. 2004: p. 260.

locais onde “*estavom as gentes deseguradas por esta rrazom que nẽhũus se percebiam de sse guardar nem poer o seu em salvo*”, não oferecendo resistência alguma à passagem castelhana³⁰³.

Lisboa alarmou-se com a aproximação de D. Henrique porque, ainda que fosse muito povoada e rica, tinha uma fraca capacidade defensiva:

*“era toda devassa e sem nẽhũum muro (...) nom tinha outra guarda nem defensson salvo a cerca velha, que he des a porta do Ferro até a porta d’Alfama e des o chafariz d’el-rrei até a porta de Martim Moniz”*³⁰⁴.

As opiniões lisboetas sobre como resistir ao ataque castelhano variavam: uns desejavam sair ao seu encontro para pelejar e outros diziam que o melhor era “*que pallancassem todallas rruas que sahiom ao rressio da cidade e que per alli a defendessem que nom entrassem os catellaãos em ella, e que todollos frades e clérigos que na cidade avia tomassem armas e ajudassem a defender*”³⁰⁵. A última opinião prevaleceu: acabaram por reunir uma guarnição para a sua defesa, na qual se integraram clérigos e frades armados com as armas que encontravam armazenadas no arsenal régio de Lisboa, e outros procuraram barricar a cidade para dificultar a movimentação castelhana.

Antes da chegada da hoste castelhana, D. Fernando mandou a sua hoste para Lisboa e que se derrubasse “*todas as casas que stavom juntas com o muro, por sse nom colherem os castellaãos dentro em ellas*”³⁰⁶. O rei procurou ainda embargar a chegada da frota castelhana a Lisboa utilizando a sua própria frota mas sem sucesso.

Enquanto os lisboetas se ocupavam de preparar a defesa da cidade, D. Henrique chegou com toda a sua hoste ao cimo do monte de St. António e, descendo por Valverde, estacionou a sua hoste junto ao Mosteiro de S. Francisco, assentando aí o seu arraial. A escolha do local para o acampamento foi estratégica: ficava apenas a um quarto de légua de Lisboa e todos os caminhos davam diretamente para a cidade. Os frades do Mosteiro, desagradados com a ocupação castelhana, pegaram em armas e voltaram-se contra os invasores ainda que não tivessem qualquer possibilidade contra o poderio castelhano. D. Henrique acabou por colocá-los em barcas e deixou-os partir a são e salvo.

³⁰³ Lopes, F. 2004: p. 257.

³⁰⁴ Lopes, F. 2004: p. 258.

³⁰⁵ Lopes, F. 2004: p. 258.

³⁰⁶ Lopes, F. 2004: p. 261.

Assim que os castelhanos chegaram em toda a sua força a S. Francisco, os defensores lisboetas, capitaneados pelo alcaide Álvares Peres de Castro, não ousaram sair para pelear, como desejavam, cientes da sua inferioridade militar. Cessaram então todas as atividades, mesmo as que se relacionavam com a preparação da defesa da cidade, e procuraram refúgio dentro das muralhas, transportando tudo aquilo que podiam.

Dentro da cidade de Lisboa, alguns lisboetas eram considerados suspeitos de apoiar D. Henrique e de o terem incitado a colocar-lhe cerco. Desconfiava-se sobretudo de alguns cidadãos em cuja posse estavam as chaves da cidades, pelo que foram presos e submetidos a torturas para se verificar se realmente pretendiam auxiliar o monarca castelhano. Um dos suspeitos foi condenado à morte, numa execução que envolveu o uso de um trabuco ou mangonal:

*“... tomarom e poserom-no na funda d’hũu engenho que estava armado ante a porta da See; e quando desfechou, lançou-o em cima d’essa egreja antre duas torres dos sinos que hi há, e quando cahio, acharom-no vivo; tomarom-no outra vez e poserom-no na funda do engenho e deitou-ho contra o mar”*³⁰⁷.

Prevenindo possíveis ataques colocou-se “ *grande guarda e rregimento, velando a cidade de noite e de dia, teendo cautela e aviso grande em todos seus feitos e defenſso*”³⁰⁸. Frequentemente os lisboetas e os castelhanos envolviam-se em escaramuças, sobretudo quando estes últimos se aproximavam das muralhas, mas sem se registar resultados evidentes.

D. Henrique estava descontente com a falta de resultados, sobretudo porque sabia que tinha meios superiores aos da cidade e que normalmente lhe permitiriam tomá-la. Mas mesmo assim não o conseguia fazer. Acabou por recriminar Diogo Lopes Pacheco, que o incentivara a cercar Lisboa, pela falta de resultados. Todavia, Diogo Lopes Pacheco explicou ao monarca que os mantimentos da cidade começavam a escassear e que, mais cedo ou mais tarde, os lisboetas teriam de se render com fome, salientando ainda que tomando Lisboa cobraria igualmente o restante reino. Conseguiu convencer o D. Henrique a prosseguir o cerco e este decidiu redobrar os seus esforços para combater a cidade, colocando os seus engenhos em ação contra as muralhas da cidade:

³⁰⁷ Lopes, F. 2004: p. 266.

³⁰⁸ Lopes, F. 2004: p. 266.

*“... determinou de assessegar no cerco; e hordenou de mandar poer quatro engenhos que tirassem dentro a pedra perdida: e porque as gentes eram muitas dentro, que matariam tantas d’elas que com esto e com a mingua dos mantimentos que era per força de a tomar cedo”*³⁰⁹.

Sem capacidade para descercar Lisboa, D. Fernando acabou por render-se no dia 19 de março. O enviado da Santa Sé, o cardeal Guido de Bolonha, intercedeu junto dos dois monarcas para estabelecer a paz. D. Fernando e os seus descendentes tinham que auxiliar Castela e França contra o Reino de Inglaterra e durante três anos tinham que armar duas galés para ajudar Castela, ficando as despesas por conta do reino castelhano³¹⁰. Estabeleceu-se ainda que vinte e oito pessoas, nomeadas por Henrique II, deviam se exiladas em trinta dias, entre outros parâmetros.

Terminava assim a segunda guerra fernandina, decorrida entre 1372-1373. D. Fernando, prevenindo novos ataques de Castela, mandou construir uma forte muralha em torno de Lisboa, para que *“nēhũum rrei lhe podesse empecer salvo com grande multtidadom de gente e fortes artifícios de guerra”*.

Ainda em 1373, D. Fernando iniciou os preparativos para uma terceira guerra, estabelecendo novas alianças com Inglaterra. Esta fase apenas se viria a iniciar em maio de 1381, depois de quase 8 anos de relativa concórdia entre os dois reinos, já no reinado de D. Juan I, sucessor de Henrique II (falecido em 1379).

O novo monarca castelhano, ciente dos preparativos que D. Fernando realizava para uma nova guerra, ordenou a entrada do seu exército em Portugal através do Tejo, coordenando as ofensivas o Mestre de Santiago e o Mestre de Alcântara. Já no verão de 1381, investiu contra Trás-os-Montes e depois contra Beira, tendo cercado e tomado Almeida. Também o Alentejo foi novamente invadido, sob comando dos referidos Mestres, cercando-se a praça de Elvas a 13 de julho, durante vinte e cinco dias. No dia 17 de julho, desenrolou-se uma batalha naval entre as frotas de Portugal e de Castela, em Saltes, saindo os portugueses derrotados.

Ainda em julho, mais concretamente no dia 18, chegou a Lisboa uma frota composta por mercenários provenientes de Inglaterra, capitaneada por Edmundo de Cambridge, para auxiliar os portugueses contra Castela. Os navios maiores estavam armados de trons e outros artifícios para sua defesa, complementada em terra com outros trons e engenhos, e a sua hoste era dotada de homens competentes na arte da

³⁰⁹ Lopes, F. 2004: p. 275.

³¹⁰ Lopes, F. 2004: pp. 284-285.

guerra³¹¹. Face a este auxílio, os castelhanos começaram a recuar novamente para as suas fronteiras, nos finais de 1381, preparando-as para possíveis ataques, mas não sem antes investir contra Lisboa. Todavia, os ingleses permaneceram na capital, apenas auxiliando D. Fernando a partir de dezembro³¹².

Em Évora, D. Fernando mandou construir a artilharia necessária para a guerra, entre os quais “*engenhos e carros e bombardas e outros percebimentos de guerra*”³¹³.

O ano de 1381 terminou quase que pacificamente para ambos os lados envolvidos. Não obstante, a Primavera de 1382 revelou-se dura a nível militar, retomando-se os confrontos em ambos os reinos. Portugal enveredou numa série de ataques violentos contra algumas localidades castelhanas, praticados sobretudo pela hoste de D. João, Mestre de Avis e meio-irmão de D. Fernando, e pela hoste proveniente de Inglaterra, ao todo “*oitocentas lanças e quinhentos archeiros e seis mil homens de pee*”³¹⁴. Esta aliança luso-britânica submeteu a cerco a praça de Lobón e Cortijo, tomando-as.

Logo no início do cerco a Lobón, um dos filhos bastardos de Duarte III de Inglaterra foi vítima de “*hũa gram pedrada, em guisa que cahiu logo em terra e todos cuidaram que era morto, e ell alçou-sse e cobrou sua força e nom com menos esforço (...)...tornou outra vez a combater*”³¹⁵. Face à frágil defesa da praça, os atacantes colocaram fogo às suas portas e entraram nela pela força das armas, tomando-a e destruindo-a.

Seguiram dali para o castelo de Cortijo, defendido por uma guarnição de “*duzentos homens de pee e trinta scudeiros*”³¹⁶. À chegada a este castelo, a aliança luso-britânica começou “*de o combater mui rrijamento, poendo o fogo aas portas e picando o muro per outra parte*”³¹⁷. Salienta-se aqui a realização de trabalhos de sapa.

Os defensores, face à superioridade dos atacantes, pediram tréguas em troca da entrega do castelo. Todavia, os ingleses não consentiram e os combates continuaram até conseguirem colocar fogo às portas e a muralha fraquejar. Tomaram Cortijo de forma violentíssima e, à semelhança do que acontecera em Lobón, deixaram o castelo e a povoação em ruínas.

³¹¹ Lopes, F. 2004: pp. 469-470.

³¹² Mattoso, J. 1993: p. 494

³¹³ Lopes, F. 2004: p. 472.

³¹⁴ Lopes, F. 2004: p. 472.

³¹⁵ Lopes, F. 2004: p. 520.

³¹⁶ Lopes, F. 2004: p. 520.

³¹⁷ Lopes, F. 2004: p. 521.

Por outro lado, D. Juan investiu também contra a Lisboa e os seus arredores, destruindo tudo o que podia. Em julho de 1382, procurou-se resolver todo o conflito com um enfrentamento campal junto ao Caia mas, depois de duas semanas aí estacionados, os dois exércitos acabaram por não se enfrentar.

Fernão Lopes afirmou não saber qual dos monarcas pediu tréguas e o estabelecimento da paz entre os Reinos. De qualquer forma, parece bastante plausível que o primeiro passo para a paz tenha sido dado por D. Fernando, à altura doente, com um exercito inferior ao de Castela e indisposto a continuar com uma guerra que durava à treze anos.

Assinado a 10 de agosto, o tratado revelou-se mais pesado para Castela do que para Portugal. Estabeleceu-se que a Infanta D. Beatriz de Portugal casaria com D. Fernando, segundo filho de D. Juan I, desfazendo-se o seu casamento com D. Duarte, filho do Conde de Cambridge³¹⁸. D. Juan foi obrigado a devolver Almeida e Miranda do Douro, tal como todas as galés que tomara na batalha naval de Saltes, incluindo todas as suas armas e apetrechos³¹⁹. Também se comprometeu a libertar todos os prisioneiros portugueses, entre os quais D. João Afonso Telo, irmão da rainha portuguesa, sem receber qualquer resgate.

6.8: O Cerco de Lisboa e Almada de 1384

Os tumultos foram-se espalhando pelo reino. Em Lisboa a população amotinou-se defesa do Mestre e D. Leonor fugiu para Alenquer. D. João assumia o título de “*Regedor e Defensor do Reino*”³²⁰. Ainda que a cidade apoiasse o Mestre de Avis, subsistiam alguns focos de resistência, nomeadamente no castelo da cidade, de que era Alcaide Martim Afonso Valente.

Face à recusa do alcaide de o entregar ao Mestre, o castelo foi colocado sob cerco, comandado por Nuno Alvares Pereira. Ordenou-se a construção de um “*artificio de madeira que chamam gata; que, como huña baixa cava que entomce o castello tiinha fosse cheia podesse hir per çima juntar com elle e de so ella podesse picar o muro e emtrar demtro*”³²¹.

³¹⁸ D. Beatriz, perante a morte da esposa de D. Juan I, acabou por se unir matrimonialmente ao monarca castelhano, desfazendo-se o seu noivado com o filho do mesmo.

³¹⁹ Lopes, F. 2004: p. 536.

³²⁰ Mattoso, J. 1993: p. 495; Monteiro, M. 2003: p. 261; Martins, M. 2006: pp. 12-13.

³²¹ Lopes, F. 1983: p. 81.

Todavia, para chegar à muralha era necessário preencher o fosso e tal demoraria muito tempo. Decidiram recorrer a um stratagem para pressionar o alcaide a entregar o castelo:

*“juravam a Deos que poeriam em cima da gata Costamça Affomssso, madre dAffonssEanes Nogueira e irmã da molher de Marti Affomssso, alcaide do castello, e isso meesmo as molheres e filhos de quamtos demtro eram, e que entom lamçassem de cima fogo e pedras em quaaes delles quisessem”*³²².

Martim Afonso aceitou entregar o castelo ao Mestre caso D. Leonor não o auxiliasse em quarenta horas, comunicando-lhe que a situação. A regente, sem capacidade para o socorrer, autorizou a 30 de dezembro de 1383³²³. Perante o desenrolar dos acontecimentos em Portugal, Juan I de Castela entrou no reino com 180 lanças, estacionando-as em Santarém no dia 12 de janeiro.

O Mestre de Avis esperava que em breve o monarca castelhano se dirigisse para Lisboa, iniciando então a preparação da cidade para resistir a um cerco prolongado. Antes de mais, reuniu fundos para a manutenção da guerra (tendo em conta que os cofres estavam vazios) e começou a recrutar contingentes em vários pontos do reino (inclusive fora do reino), tomando medidas que incentivassem a adesão dos homens à causa³²⁴. Tendo em conta que o cerco poderia prolongar-se durante meses, o Mestre tratou, ainda, de reunir a maior quantidade de alimentos para abastecer a cidade, sobretudo aqueles que podiam ser armazenados, como cereais, carne salgada e outros.

Nos inícios de fevereiro, D. Juan destacou um pequeno contingente para avançar até Lisboa, comandado por Pero Fernandes de Velasco, Pero Rodriguez Sarmento e pelo Mestre da Ordem de Santiago. Chegaram a Lisboa no dia 8 de fevereiro de 1384, instalando-se no Lumiar.

O Mestre de Avis procurou atrair os castelhanos para uma emboscada, no dia 24 de fevereiro, enviando alguns portugueses até Alvalade³²⁵. Os castelhanos saíram em perseguição dos portugueses, que recuaram de novo para Lisboa. Já perto das muralhas, o Mestre saiu para o exterior com Nuno Álvares Pereira e trezentas lanças, homens a pé e besteiros. Os castelhanos perceberam que estavam a ser atraídos para uma emboscada e voltaram para o Lumiar, evitando o confronto direto.

³²² Lopes, F. 1983: p. 81.

³²³ Lopes, F. 1983: pp.82-83.

³²⁴ Martins, M. 2006: pp. 21-22.

³²⁵ Lopes, F. 1983: pp. 143-144; Martins, M. 2006: pp. 83-84.

Segundo Fernão Lopes, D. Juan I abandonou Santarém no dia 10 de março (quatro meses depois de entrar em Portugal), acompanhado por uma poderosa hoste à qual se havia juntado 1000 cavaleiros enviados pelo Marquês de Vilhena, pelo arcebispo de Toledo e por Pero Gonzalez de Mendonça, regentes de Castela na ausência de D. Juan³²⁶. Miguel Gomes Martins aponta a saída de Santarém para os finais de abril³²⁷. D. Juan decidiu avançar lentamente para Lisboa, sem aguardar pela chegada da sua frota, que trazia os engenhos de cerco e os reforços necessários para bloquear eficazmente Lisboa. Aguardou no Lumiar que a sua frota chegasse para iniciar realmente o cerco à capital portuguesa³²⁸.

Oficialmente o cerco iniciou-se a 26 de maio de 1384, estando prestes a chegar frota castelhana ao Tejo. D. Juan I permitiu que um pequeno contingente se deslocasse até Lisboa, permanecendo no Monte de S. Gens, para provocar os seus defensores. Os lisboetas decidiram avançar sobre os castelhanos, saindo pela porta de St. Agostinho com 200 lanças de cavalaria e um número indeterminado de peões. Os castelhanos acabaram por sofrer um número elevado de baixas e retiraram-se³²⁹.

A 28 de maio alguns cavaleiros aproximaram-se de Lisboa e anunciaram a chegada de D. Juan. Foram obrigados a retirar-se sob ameaça dos besteiros dispararem os seus virotões. O monarca trazia consigo com um contingente de

*“çinquo mil lamças, afora gemtes que ficavom em Santarem, e per todollos outros logares que por ell estavom; e mais mill genetes (...) e muitos boõs besteiros qie eram bem seis mill, segundo allguõs escprevem; e de gemte de pee mui muita, sem comto, afora a que veo na frota, e doutras assaz que lhe viinham cada dia per terra”*³³⁰.

Pouco tempo depois, a vanguarda castelhana chegou ao cimo do Monte de S. Gens, descendo na direção de Santos, onde pretendiam estabelecer o seu acampamento³³¹. Na expectativa de dissuadir qualquer ataque castelhano, o Mestre de Avis mandou sair alguns peões e besteiros da cidade, colocando-os em frente à muralha, junto à Porta de Santa Catarina. D. Juan interpretou a atitude como um desafio e ordenou, inesperadamente, que o seu contingente atacasse Lisboa. O Mestre ordenou, por sua vez, o fecho de todas as portas da cidade e deixou no exterior o contingente de

³²⁶ Lopes, F. 1983: pp. 163-164.

³²⁷ Martins, M. 2006: pp. 83-84

³²⁸ Monteiro, J. 2003: p. 264.

³²⁹ Lopes, F. 1983: pp. 215-216.

³³⁰ Lopes, F. 1983: p. 219.

³³¹ Martins, M. 2006: p. 47.

besteiros e peões, obrigando-os a lutarem pela vida. Saldaram-se mortos e reféns, mas o cenário poderia ter sido bem mais drástico senão fossem os besteiros e as pedras arremessadas do adarve e das torres da muralha de Lisboa. De uma das torres de Lisboa disparavam-se projéteis com um *trom*, dificultando o avanço dos castelhanos que, aos poucos, foram ficando cansados e, sem esperança de entrar na barbacã da cidade, optaram por se retirar.

A 29 de maio a restante frota castelhana chegou ao Tejo – no total quarenta naus. No dia seguinte, 30 de maio, a hoste de D. Juan I desceu do Monte S. Gens em direção ao Tejo e instalou-se junto ao Mosteiro de Santos, a algumas centenas de metros da cidade³³². O seu contingente instalou-se, por sua vez, pela região de Alcântara e Campolide. Aparentemente abdicaram de uma posição vantajosa já que a partir do monte podiam controlar os movimentos da cidade, mas a mudança permitia-lhes manter contacto com os seus navios – ao todo 61 naus, 16 galés, 1 galeota e várias carracas³³³.

Em comparação ao contingente castelhano a guarnição de Lisboa era diminuta, contando apenas com 2000 homens de armas, entre os quais besteiros e arqueiros. D. João incentivou a população a defender a cidade, incluindo as mulheres, às quais atribuiu a tarefa de transportarem para o adarve as pedras destinadas a lançar sobre os atacantes. Para a defesa da principal linha de resistência, a Cerca Fernandina, o Mestre de Avis contava com os mais experientes na arte da guerra, nomeadamente as lanças da nobreza e as ordens militares, atribuindo a alguns destes homens os cargos de comando. Cada comandante tinha consigo um certo número de homens e eram responsáveis pela defesa de determinados pontos da muralha, torres ou portas.

No decurso do cerco, os castelhanos não terão feito nenhuma tentativa de assalto às muralhas, pelo menos segundo as fontes coevas. Todavia, é de estranhar que tal não tenha ocorrido porque sabe-se que D. Juan equipara a sua hoste com escadas de madeira e ferro, mantas e mangonais, para além de trons e bombardas. Ainda assim, limitavam-se a provocar os lisboetas e a pilhar os arredores.

Os lisboetas terão limitado maior parte das suas ações à defesa da cidade, repelindo os castelhanos também com o uso de engenhos pirobalísticos, colocados nas torres: “*em muitas dellas estavom trões bem acompanhados de pedras*”³³⁴. Não há referências à utilização de engenhos neurobalísticos da sua parte.

³³² Monteiro, J. 2003: p. 265.

³³³ Martins, M. 2006: p. 52.

³³⁴ Lopes, F. 1983: p. 223.

Para isolar Lisboa, D. Juan propôs-se a tomar Almada, que se mantinha fiel ao Mestre de Avis. Sem conseguir tomar a praça pacificamente, através de negociações, decidiu cerca-la e tomá-la pelas forças das armas. Pretenderia ainda capturar Diogo Lopes Pacheco, que chegara a Almada por essa altura.

Enviou para Almada um contingente de “*quatroçentos de cavallo e muitos beesteiros e peões*” que chega à praça a 11 de junho de 1384³³⁵. Este chegou ao encoberto da noite, dividido em dois contingentes, sendo um deles detetado pelos almadenses. Os defensores realizaram uma surtida e, apesar de serem menos numerosos, conseguiram infligir inúmeras baixas no contingente castelhano. Porém foram surpreendidos pelo segundo grupo castelhano e, deixando para trás feridos e mortos, colocaram-se em fuga.

No entanto, ao contrário do que D. Juan I esperava, Almada manteve-se firme e mostrou-se disposta a aguentar um cerco prolongado, ainda que o seu número de homens fosse bastante reduzido. Infelizmente, ainda que tivessem muitos mantimentos, os almadenses sabiam que podiam não resistir durante muito tempo ao bloqueio por falta de água, que começava a escassear na cisterna da alcáçova³³⁶. Se o inimigo tentasse atacar diretamente a muralha, era repelido pelos engenhos pirobalísticos, nomeadamente trons, instalados no adarve da sua muralha.

Depois de dois meses a cercar Almada sem resultados satisfatórios, o próprio D. Juan I deslocou-se até à vila para coordenar os seus ataques a 21 ou 22 de julho. Decidiu tomar medidas drásticas para combater a vila: mandou abrir uma mina em direção à muralha mas esta atingiu o fosso da barbacã, como vimos anteriormente. Ao saírem da mina, os castelhanos foram imediatamente repelidos e recuaram novamente para o arraial. Mandou então que se combatesse mais afincadamente a vila, recorrendo a engenhos neurobalísticos e pirobalísticos. No grupo dos engenhos neurobalísticos destacou-se a presença de “*fundas de manguella (mangonal) e mantas*”, sendo as mantas destinadas a proteger os atacantes durante os trabalhos de sapa³³⁷. O mangonal era utilizado em conjugação com trons e uma bombardarda, estes últimos inúteis: os atiradores dos trons não conseguiram atingir a muralha e a bombardarda ficou inutilizada ao segundo disparo.

³³⁵ Lopes, F. 1983: p. 229; Martins, M. 2006: p. 68.

³³⁶ Lopes, F. 1983: p. 224.

³³⁷ Lopes, F. 1983: p. 224.

A 23 de julho D. Juan voltou para Lisboa, deixando o comando do cerco de Almada a Pedro Rodriguez de Sarmiento e a Juan Rodriguez de Castañeda. Almada continuou a resistir até que a sede se tornou insuportável. Durante dias tentaram chamar a atenção de Lisboa com sinais de fogo, tendo o Mestre acabado por enviar uma patrulha de barco até Almada, para obter notícias, que acabou por ser capturada pelos castelhanos. Enviou então, perto do dia 20 de julho, um informador que regressou com más notícias: Almada pedia autorização para se render aos castelhanos e o Mestre, sem capacidade para a socorrer, concede-a.

A rendição foi igualmente difícil: o monarca castelhano recusou-se a receber os representantes de Almada e apenas o fez com intercessão de D. Beatriz pelos almadenses. D. Juan I tomou posse da vila a 1 de agosto, depois de dois meses de cerco, e Lisboa ficou completamente isolada, sem esperança de auxílio da outra margem do Tejo³³⁸.

Enquanto os castelhanos cercavam Almada, o cerco de Lisboa prosseguiu normalmente. A 18 de julho deu-se uma batalha naval envolvendo a frota portuguesa, recém-chegada do Porto, e a frota castelhana. Todavia, graças à maré cheia e aos ventos favoráveis, maioria das embarcações portuguesas escaparam incólumes aos ataques castelhanos, perdendo-se apenas três galés. O objetivo português foi alcançado: conseguiu-se reunir a frota portuense com a frota lisboeta, reforçando-se a defesa da cidade.

A 27 de junho os castelhanos voltaram a atacar Lisboa, por terra e por mar: a sua frota rumou para a Ribeira e um contingente de 500 a 600 lanças, comandado pelo conde de Mayorgas, dirigiu-se por terra para a Porta de Santa Catarina. Os lisboetas acudiram para a defesa da dita porta e deixaram a Ribeira desguarnecida, não sabendo que o ataque terrestre se destinava a distraí-los para que a frota castelhana ataca-se livremente a frota portuguesa.

Assim que a pequena guarnição da frota portuguesa percebeu que a movimentação da frota inimiga não era apenas uma patrulha normal, soou o alarme. Para a Ribeira ocorreram os lisboetas, dispostos a defender a sua frota, incluindo o Mestre de Avis. Decorreram horas de luta no Tejo e em terra, na qual os castelhanos saíram derrotados. Não esperavam pela descida da maré e, antes de sofrerem mais baixas, retrocederam.

³³⁸ Lopes, F. 1983: pp. 270-272.

Depois de muitos insucessos, D. Juan I planeou um assalto a Lisboa, desta vez a realizar de forma furtiva. Para tal, subornou D. Pedro de Castro para lhe facilitar a entrada na cidade através da porta pela qual era responsável. O plano foi relatado ao Mestre de Avis, por Lourenço Cunha e Rui Freire, a quem D. Pedro de Castro pedira ajuda para a sua execução:

*“aos quimze dias daquell mês dagosto, na noite da Asumpçom da Beemta Virgem, avia de dar entrada aas gentes delRei; os quaaes aviam de sobir per escaadas postas nos muros quaaes compria, e que os ferros era ellas foram feitos em Alamquer”*³³⁹.

Aqueles que subiriam pelas escadas deviam abrir as portas de St. André e de St. Agostinho, permitindo a entrada do restante contingente castelhano. O Mestre deixou o plano desenrolar-se até ao último momento: mandou colocar besteiros atrás da muralha e quando os castelhanos avançaram com as escadas foram recebidos por uma chuva de virotões e pedras³⁴⁰. D. Pedro foi preso e os seus cúmplices expulsos da cidade.

Aos poucos, com o cerco a prolongar-se, os castelhanos começaram a desesperar: desde junho eram assolados pela peste, que começava a fazer vítimas em elevado número, e os mantimentos esgotavam-se, trazendo para o arraial o espectro da fome.

A hoste castelhana pedia para voltar a Castela, antes que sofressem ainda mais com o prolongamento de um cerco sem resultados à vista. Não obstante, D. Juan recusava-se a levantar cerco porque sabia que Lisboa também passava necessidades e que havia de se render em breve. Pediu ao Mestre de Avis que negociasse, no dia 10 de agosto, dispondo-se a atribuir-lhe o cargo de governador de Portugal até que nascesse um herdeiro de Castela e recompensas monetárias. O Mestre recusou e deram-se novas negociações a 30 de agosto, mais uma vez sem sucesso.

Sem alternativa, D. Juan acabou por levantar cerco a 4 de setembro de 1384, contribuindo para a decisão o adoecimento de D. Beatriz. Desmancharam as tendas, recolheram as armas e as munições, e tudo o que lhes havia de ser útil no regresso. Tudo o que ficou para trás, o que não era útil ou fácil de transportar, foi incendiado. Quanto à frota naval esta apenas zarpou para Castela nos finais outubro.

³³⁹ Lopes, F. 1983: p. 274.

³⁴⁰ Lopes, F. 1983: p. 274.

Lisboa estava livre, ao fim de quase sete meses sob bloqueio terrestre e naval. Ao Mestre de Avis ficava a tarefa de cobrar as restantes praças do reino que tinham voz por Castela e ou mesmo por D. Leonor.

6.9: O Cerco de Alenquer, 1384

Terminado o cerco de Lisboa e tendo a hoste castelhana regressado para o seu território, Almada entregou-se ao Mestre de Avis. Enquanto este permanecia em Almada, chegou-lhe um comunicado dos habitantes de Alenquer que prontamente se disponibilizavam a auxiliá-lo na tomada da sua vila, salientando que tinham voz por Portugal ao contrário do seu alcaide.

Nos inícios de Novembro, ou ainda em finais de outubro, partiu para Alenquer com os seus homens, avançando por mar e por terra. Devido às más condições climáticas as embarcações demoraram uma noite a percorrer o caminho desde a região de Lisboa até à localidade de Piquete, a uma légua de Alenquer. Desembarcaram já de manhã, dirigindo-se a pé para a vila que pretendiam tomar. A hoste parou no Mosteiro de S. Francisco, enviando dali uma mensagem a Vasco Peres, alcaide de Alenquer, na qual se expunha as razões pelas quais devia entregar a cidade ao Mestre. Como esperava o Mestre, o alcaide recusou-se a fazê-lo. Sem esperar mais

*“mandou o Meestre e Lixboa por trãos e por dous emgenhos, e foromlhe levados em barcas, ata aquell logar hu desembarcara, e dalli em bois ataa o logar. E como chegarom ao arravallde, omde os bois nom poderom mais hir, tomarom os homões cordas pera os levarem per ellas onde aviam de seer armados”*³⁴¹.

Dada a cronologia apresentada, os “*dous emgenhos*” referidos seriam certamente engenhos neurobalísticos, possivelmente trabucos, conjugados com engenhos pirobalísticos (trons). De qualquer forma, Fernão Lopes não repetiria a referência ao mesmo tipo de engenhos: se já refere um engenho pirobalístico pela sua designação exata, não tinha necessidade de voltar a repetir a informação com termos genéricos.

Paralelamente a estes engenhos, o Mestre mandou “*começar hũa cava, per poer emcomtos a torre que esta aa porta de Samta Maria da Varzea, hu chamom a porta do Carvalho*”, ao encoberto de uma casa situada no arrabalde³⁴². Enquanto isto, alguns defensores saíram da cidade e acabaram por recolher novamente ao serem abordados

³⁴¹ Lopes, F. 1983: p. 356.

³⁴² Lopes, F. 1983: p. 357.

pelos atacantes. Também Aires Gonçalves, um dos homens do Mestre, avançou pela porta da barreira e chegou junto à entrada principal da vila, acabando por ser repellido com uma chuva de pedras.

Os homens do Mestre tentaram destruir a Porta de Soure, colocando-lhe fogo, mas as setas e as pedras lançadas do adarve obrigaram-nos a recuar novamente para o arraial. De qualquer forma, mesmo que a porta ardesse seria impossível tomar a vila, já que estavam em número inferior aos defensores de Alenquer.

Os defensores entendiam que os atacantes estavam dispostos a permanecer sobre Alenquer o tempo necessário até a tomar. Todavia, não tinham água para aguentar um cerco prolongado pelo que, depois de seis semanas de assédio, pretejeram. Estavam a 10 de dezembro de 1384 quando Vasco Peres acordou com o Mestre que expulsaria da vila os castelhanos e que tomaria voz por Portugal³⁴³. Estipulou ainda que se D. Leonor voltasse ao Reino, para auxiliar o Mestre na sua defesa, a vila devia-lhe ser devolvida. Terminava assim um cerco de seis semanas.

6.10: O cerco de Torres Vedras, 1384

Em simultâneo com o cerco de Alenquer decorria, desde os finais de outubro, o cerco de Torres Vedras, sob comando de João Fernandes Pacheco³⁴⁴. O Mestre de Avis reuniu a sua hoste à de João Fernandes Pacheco apenas no dia 19 de dezembro e, para aumentar a pressão do cerco, *“fez pera la levar emgenhos e troões pera lhe tirarem com eles”*³⁴⁵.

Sabendo que o alcaide da vila, João Duque, não entregaria a vila, o Mestre de Avis mandou abrir uma *“hua grande cava”*, que devia terminar no interior da vila, no adro da igreja de Santa Maria,

*“larga e espaçosa, de guisa que tres homens darmas podiam hir apar folgadamente per ella; e foi começada em hũa temda muito arredada do logar o mar emcubertamente que sse fazer pode”*³⁴⁶.

Como vimos anteriormente, no capítulo correspondente às técnicas de destruição, esta mina não foi bem-sucedida. Os defensores descobriram a sua escavação

³⁴³ Lopes, F. 1983: p. 360.

³⁴⁴ Monteiro, J. 2003: p. 266.

³⁴⁵ Lopes, F. 1983: p. 361.

³⁴⁶ Lopes, F. 1983: p. 362.

e o local onde os inimigos haviam de sair, avisados por algum traidor integrado na hoste do Mestre, e

*“com portas e tavorado, embargavõlhe a ssahida: os de demtro poseromlhe fogo; e elles lamçarom muita aguapollo apagar (...); e depois de muito trabalho damballas pares, seemdo feridos dhuïs e dos ouros, çessarom daperdiar mais sobrello”*³⁴⁷.

Mandou o Mestre que se escavasse outra mina, desta vez a culminar sob as fundações da muralha *“e trabalhando sobrello per dias, poserom huï lamço delle em comtos; e huï dia hordenou seus ombatos pera poer fogo aa cava. E quando lhe foi posto, veo o muro e as torres todo a terra”*³⁴⁸. Todavia, os defensores apressaram-se a bloquear a entrada dos atacantes, contando com a ajuda imprevista dos escombros da muralha e das torres. Os homens do Mestre estavam assim impossibilitados, mais uma vez, de entrar no interior do recinto.

Enquanto isto, os engenhos eram disparados contra a muralha e as torres da vila sem os resultados pretendidos. Insatisfeito, o Mestre ameaçou o encarregado dos engenhos *“que sse nom tirasse ao pee do muro como lhe elles mamadavom, que o mamdaria lamçar na fumda do emgenho dētro do castello”*³⁴⁹. O facto de Fernão Lopes indicar que o engenho tinha uma funda permite identificá-lo como sendo um trabuco ou trabuquete, ainda em voga em 1384. Se estes engenhos foram transportados pela hoste do monarca português para Torres Vedras, podemos deduzir que também estiveram presentes durante o cerco de Alenquer.

A demora do cerco foi esgotando os bens de primeira necessidade dos defensores, quer os alimentos, quer a água disponível. Em consequência, o alcaide da vila acabou por pedir negociações com os atacantes mas, na falta de um consenso entre as partes envolvidas, o Mestre de Avis decidiu levantar cerco em meados de fevereiro de 1385.

Em abril de 1385 decorreram as cortes de Coimbra, nas quais se tomou uma decisão vital para o reino: a 6 de abril o Mestre de Avis foi aclamado rei de Portugal. Para se afirmar no trono precisava de continuar a combater todas as fortalezas que se mantinham fieis a D. Beatriz e D. Juan I, ou, em último caso, D. Leonor Teles. A fim de reunir e preparar o seu exército abandonou Coimbra, a 21 de abril, dirigindo-se para o

³⁴⁷ Lopes, F. 1983: p. 371.

³⁴⁸ Lopes, F. 1983: p. 371.

³⁴⁹ Lopes, F. 1983: p. 371.

Porto, onde chegou quatro dias depois³⁵⁰. A preparação para a nova campanha prolongou-se até ao dia 5 de maio, data em que partiu para Guimarães.

6.11: O cerco de Guimarães, 1385

A hoste de D. João I, até aqui referido como Mestre de Avis, chegou a Guimarães no dia 8 de maio, disposto a cercar a vila até a tomar³⁵¹. Esta praça, que mantinha voz por Castela, tinha como alcaide Aires Gomes da Silva e era bem defendida por duas cercas, por um castelo e por uma guarnição de escudeiros galegos e castelhanos, para além de outros homens recrutados na respetiva comarca³⁵². O monarca português fazia-se acompanhar por “*trezentos de cavalo e muy poucos homeẽs de pee*”³⁵³.

A entrada na primeira muralha foi facilitada por dois habitantes de Guimarães, de nome Afonso Lourenço de Carvalho e Paio Rodrigues, que abriram as portas para a entrada do contingente régio. D. João I mandou escolher “*cavalos mais pouco rimchadores*”, para que os defensores não dessem fé da sua presença enquanto percorriam o caminho até à primeira cerca³⁵⁴. A segunda cerca revelou-se difícil de tomar, estando bem defendida pelos homens do alcaide.

Desta forma, “*ordenou el Rey de combater a çerqua velha, e fez vir do Porto emgenhos e armas e gemtes e mesteiraeẽis e todalas outras cousas que pera combater mester fazião*”³⁵⁵. No arraial mandou ainda “*fazer hũa bastida sobre huũas casas que heraõ hy çerqua pera lhe tirarẽ daly as bestas*”³⁵⁶. Esta *bastida* não era uma torre de assalto: era apenas uma estrutura de madeira, suportada pelas casas existentes junto à muralha, que permitia aos besteiros varrerem o adarve como fariam se estivessem no último piso de uma torre de assalto.

Paralelamente à referida bastida mandou fazer “*escadas de maõ, feitas de madeira, pera poer no muro e (...) huũa grande escala*”³⁵⁷. Uma das escadas de assalto, “*com rodas, feita de três paos*”, foi deslocada para junto do muro, subindo os atacantes

³⁵⁰ Moreno, H. B. 1985: p.45.

³⁵¹ Moreno, H. B. 1985: p.48.

³⁵² Moreno, H. B. 1985: p. 52; Monteiro, J. 2003: p. 268.

³⁵³ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 23-24.

³⁵⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 22.

³⁵⁵ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 26.

³⁵⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 26.

³⁵⁷ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 26.

par a par, enquanto os defensores lhes lançavam pedras a partir do adarve³⁵⁸. O primeiro homem que chegou às ameias levou com uma pedra na cabeça que deu com *“ele e cõ todolos outros em terra e quebrou a escada”* e, em consequência, o monarca decidiu mandar *“arredar affora seus artefícios de combater, pera amandar coreger as escadas, e lhe dar outro combate”*³⁵⁹.

Recorreram ainda ao incêndio das portas, mas os defensores *“começando darder apaguavaõ no cõ agoa de grandes cubas que demtro tinhaõ cheas”*³⁶⁰. Fernão Lopes refere também a utilização de *“gramdes e fortes bestas”* pelos atacantes, interpretadas aqui como correspondendo a balistas que, como vimos anteriormente, eram precisamente de grande dimensão e robustas³⁶¹. De qualquer forma, balistas ou bestas, eram disparadas continuamente para o adarve, a partir do chão e do patamar construído sobre as casas (a dita bastida).

Sem esperar um novo assalto às muralhas, Aires Gomes da Silva preitejou: caso D. Juan I de Castela não socorre-se a vila nos trinta dias seguintes, entregá-la-ia aos portugueses e todos aqueles que estivessem consigo deviam permanecer ilesos. Neste período de tréguas os defensores da vila não podiam atacar os seus sitiadores, nem levar para o interior da segunda cerca alimentos e outros bens de primeira necessidade. Para garantir o cumprimento do acordo foi entregue a D. João I um refém, Gonçalo Peres Coelho.

Fernão Lopes relatou ainda uma outra versão dos acontecimentos, que considerava incorreta:

*“passados oito dias depois do prazo sairão do castelo a fazer nojo aos do arraial, e que el Rey com queixume desto mandou dar as trôbetas, e lhe deu huã grande combate, em que poseraõ foguo as portas e emtrarom demtro cõ eles na çerqua (...) e que emtaõ pretejou Ayrez Guomez”*³⁶².

De qualquer forma, chegou ao conhecimento dos portugueses que os defensores levavam cabras e outros animais para dentro da cerca. Sem o consentimento de D. João I, que repousava naquele momento, os combates à cerca foram retomados, colocando-se *“foguo nas portas e escadas no muro, e os de demtro como estavom despercebidos, naõ*

³⁵⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 26.

³⁵⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 26.

³⁶⁰ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 26.

³⁶¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 27.

³⁶² Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 27-28.

se poderaõ tam a presa coreger que primeiro naõ fosẽ emtrados e queimadas as portas da vila”³⁶³.

Insatisfeito com a atitude dos seus homens, D. João ordenou que apagassem todos os fogos que, segundo João Gouveia Monteiro, haviam-se propagado a uma das torres da cerca, onde estavam refugiados os defensores da vila. Ainda que tenha pedido desculpas pelo sucedido ao alcaide da vila, recusou-se a mandar retirar os seus homens da segunda cerca como lhe pedia Aires Gomes da Silva. Os confrontos recomeçaram novamente, mandando o rei “*combater outra vez cõ seus artifições e tiramento de ãgeho e eles* (os defensores) *defemdiaõse mui rigamente*”³⁶⁴.

Gonçalo Marinho, mensageiro enviado a Castela, regressou a Guimarães com más notícias para os defensores: D. Juan I não viria em auxílio da vila. E, assim, esta foi finalmente entregue a D. João I.

A data concreta da entrega de Guimarães a D. João é ainda discutida pelos historiadores. Humberto Baquero Moreno considera que, como a 19 de maio o monarca estava em Ponte Lima, a entrega de Guimarães teria ocorrido em meados desse mês³⁶⁵. João Gouveia Monteiro, por seu turno, considera que a cidade foi tomada antes do dia 8 de junho, seguindo a indicação de Fernão Lopes de que a entrega ocorreu no início de junho³⁶⁶. E sugere que o monarca tenha estado em Ponte Lima entre os dias 19 e 21 de maio, regressando depois a Guimarães para dar continuidade ao seu cerco³⁶⁷. Esta última interpretação parece a mais indicada.

6.12: O cerco de Braga, 1385

Paralelamente ao cerco de Guimarães, comandado por D. João I, outra força militar cercava Braga, defendida pelo alcaide Vasco Lourenço, irmão de Lopo Gomes que, numa data próxima, havia perdido Neiva para as forças do monarca português³⁶⁸. Neste caso, o comando das forças portuguesas estava confiado a Nuno Álvares Pereira, que havia sido enviado para Braga por D. João I, depois de ter recebido um recado da população local que afirmava que tinha voz por ele e que a entregariam de livre vontade.

³⁶³ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 28.

³⁶⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 28.

³⁶⁵ Moreno, H. B. 1985: p. 53.

³⁶⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 30; Monteiro, 2003: p. 268.

³⁶⁷ Monteiro, 2003: p. 268.

³⁶⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 31

Quando o Condestável ali chegou já a população se tinha revoltado contra o castelo e “*começaraõ lhe loguo de tirar quatro emgenhos que hi estavaõ*”³⁶⁹. Não é possível identificar claramente de que tipo de engenhos se tratava. A forma pouco pormenorizada com que Fernão Lopes se refere a eles não permite sequer saber se eram engenhos neurobalísticos ou pirobalísticos. De qualquer forma, o cronista indica que os engenhos foram encontrados no arsenal de Braga, não tendo sido transportados na carriagem dos atacantes, como aconteceu no cerco de Alenquer e de Guimarães, ou construídos no momento como habitual.

Os engenhos “*lhe tiraraõ continuadamente per espaço de duas noutes e huũ dia, de guisa que eraõ demtro no castelo algũs mortos e feridos*”³⁷⁰. Sem capacidade de resistir a um cerco apertado, Vasco Lourenço entregou o castelo ao Condestável, pedindo apenas que ele e os seus partissem a salvo³⁷¹. A praça terá sido tomada antes do dia 19 de maio.

Findo o cerco a Braga, D. João I ordenou ao Condestável que seguisse para Ponte de Lima, onde deviam conjugar esforços para a tomar e onde contava com o apoio de alguns locais, entre os quais Estevão Rodrigues e o seu irmão, Lourenço Rodrigues. A vila de Ponte de Lima mantinha ainda voz por D. Juan I de Castela, tendo como fronteiro Lopo Gomes de Lira.

Graças a Estevão Rodrigues, uma das portas de Ponte de Lima foi aberta, o que permitiu a entrada do contingente português. Assim que transpuseram a porta da vila iniciaram-se as escaramuças pelas ruas, ferozmente defendidas pela guarnição local. A

Tendo tomado as ruas da cidade, D. João I “*ordenou loguo de combater as torres, que heraõ muy fortes e fornecidas darmas e de gemtes*”³⁷². Tentou ainda resolver a questão pacificamente, solicitando a Lopo Gomes de Lira que lhe entregasse a vila em troca de muitas mercês e da confirmação dos seus bens, explicando-lhe que não tinha como resistir aos seus homens. O fronteiro rejeitou a proposta do monarca, que deu seguimento ao combate.

Através de Fernão Lopes não sabemos se foram utilizados engenhos de cerco em Ponte Lima. A única forma de combate especificada foi o incêndio às portas da torre ocupada por Lopo Gomes de Lira, algo habitual neste panorama.

³⁶⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 31.

³⁷⁰ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 31

³⁷¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 32.

³⁷² Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 38.

O Condestável “*combatia da parte de ffora, e outros pelos lamços dos muros de huũ cabo e do outro e per força darmas e de foguo e per preitesia se deraõ todas e fforaõ tomadas logo*”³⁷³. A única torre que ficou sem combater foi aquela onde Lopo Gomes se encontrava refugiado, com “*homēis darmas e piõjs e besteiros trimta e seis pesoas*”³⁷⁴. Com todas as torres tomadas, D. João I ordenou que se coloca-se fogo à porta da última torre, pelo que Lopo Gomes preitejou. D. João recusou-se a aceitar a preitesia, já que tinha toda a vila e só faltava tomar aquela torre, que pouco conseguiria fazer contra as suas forças. Ordenou a continuação do combate e que colocassem definitivamente fogo às portas da torre. Assim que começaram a arder, incluindo o primeiro sobrado da torre, Lopo Gomes rendeu-se definitivamente.

Apesar da tomada das praças até aqui referidas, o ano de 1385 não foi totalmente favorável aos portugueses. Em inícios de junho, D. Juan I voltou a entrar em Portugal através do Alentejo, acompanhado por uma poderosa hoste. Meses antes, ainda em abril, colocou a sua frota a bloquear Lisboa e, em maio, enviou um exército de 300 lanças, 200 ginetes e um número elevado de peões para combater a comarca Beira. Saldou-se a perda de várias praças que, de uma forma ou de outra, apoiavam D. João I.

Elvas foi cercada pelas forças castelhanas durante algumas semanas, sem sucesso, permanecendo nas mãos do monarca português. Os castelhanos sofreram ainda derrotas pesadas no campo de balha: perderam a batalha de Trancoso (29 de maio de 1385), a batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385) e a batalha de Valverde (14 de outubro de 1385). Assim, na segunda metade do ano de 1385, Portugal conseguiu reverter a situação, em consequência das derrotas castelhanas, investindo novamente na tomada das suas praças e ocupando imediatamente algumas delas, entre as quais Santarém, Alenquer e Marvão.

Os exércitos castelhanos estavam então desmoralizados e fragilizados com as derrotas, situação que foi proveitosa para os portugueses, sobretudo após a batalha de Aljubarrota. Antes de outubro de 1385, D. João encontrava-se na cidade do Porto a organizar uma verdadeira ofensiva militar contra Castela: “*hordenou el Rey de se hir Tras os Montes, que he terra de Portugal, por cobrar algũs lugares que aimda naquela comarqua contra ele revelavaõ e deshy emtrar por Castela*”³⁷⁵.

³⁷³ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 38.

³⁷⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 38-39.

³⁷⁵ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 162.

6.13: Cerco de Chaves, 1385

A 14 ou 15 de outubro de 1385, D. João partiu com a sua hoste em direção a Chaves, “*e porque era começo de inverno receavaõ as gētes aquela partida*”³⁷⁶. O Rei chamara a si os seus vassalos e as mesnadas da região de Entre Douro e Minho, indicando que quem tivesse recebido soldo e não comparece-se perderia todas as suas honras, privilégios e bens³⁷⁷. Contudo, dava a possibilidade de não comparecerem em troca do pagamento de 100 dobras, destinadas ao recrutamento de outros homens.

A 18 de Novembro pousou em Vila Real, onde chamou para junto de si mais vassalos, entre os quais Martim Vasques Cunha e Gonçalo Vasques Coutinho. Esteve em Vila Real até às vésperas de Natal, partindo para Chaves no dia 19 de dezembro, com as “*suas gemtes e muitos carros cõ ēgenhos e mantimentos e cõ outras cousas a guerra pertemcentes*”³⁷⁸. Na noite de Natal chegou às proximidades de Chaves, estabelecendo o seu arraial na aldeia de S. Pedro de Agostém, a uma légua da vila, a partir do qual atacaria a vila.

A guarnição de Chaves, sob comando do alcaide-mor Martim Gonçalves de Ataíde, era composta por “*oitemta lanças de boõs escudeiros, e besteiros e homēis de pee rezoadamente*”, à qual se juntou o contingente de Vasco Gomes de Seixas, proveniente de Orense, composto por “*trimta lamças e homēis pee e comsyguo boõs besteiros*”³⁷⁹. Tinha ainda “*hũ troõ pequeni e hũa cabrita, e das outras armas que a tal defemsaõ pertemçem em iguoall avomdamento*”³⁸⁰. A nível de mantimentos a vila estaria bem abastecida e tinha água abundância graças ao acesso fácil ao rio Tâmega.

Como habitualmente, D. João propôs ao alcaide-mor que entregasse pacificamente a vila, o que este recusou. Apesar da chegada do contingente português à vila ainda em dezembro e de se terem verificado algumas escaramuças, o cerco apenas se iniciou depois das conversações, no início de janeiro de 1386. Assim

“*mandou armar os ēgenhos e tirar a vila e ao caselo, e britaraõ graõ parte de duas tores que estavaõ açerqua do rio de Tamaga, que vai pelo pee da villa. E mandou ellRey fazer hũa bastida açerqua da ponte pera defemder aquela agoa e*

³⁷⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 162-163.

³⁷⁷ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 162; Martins, M. 2001: p. 118.

³⁷⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 163.

³⁷⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 163.

³⁸⁰ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 164.

combater a villa, a quoaal tinha tres sobrados (...) e estava forrada de caniços e quarqueja por guoarda das pedras, como he custume”³⁸¹.

Temos portanto menção a engenhos de cerco neurobalísticos, certamente trabucos ou trabuquetes, a trabalhos de sapa destinados a fazer ruir duas torres das muralha e a uma torre de assalto de três pisos, coberta de materiais diversos para amortecer o impacto de pedras. Sobre esta torre de assalto, destinada a bloquear o acesso à água do rio pelos defensores, Fernão Lopes acrescentou que era protegida por grupos que se revessavam entre si mas, aproveitando a distração da guarda de Vasco Pires de Sampaio, “*sariã do luguar forças de gemtes, e (...) poseraõ lhe o foguo e ardeo toda*”, desbloqueando o acesso ao rio³⁸².

Destruída a primeira torre de assalto, o monarca ordenou a construção de uma nova torre, já descrita no capítulo referente às torres de assalto, reforçada com traves e canas revestidas a couro cru para evitar o mesmo fim da primeira torre de assalto. Para prevenir ataques e evitar a sua destruição foi construída e mantida longe da muralha, tendo-lhe sido incorporada um engenho de destruição, possivelmente um trabuco, dada a referência ao lançamento de pedras através do seu piso superior.

Quanto aos engenhos, estes “*tiravão ameude, de dia e de noute, e derribavaõ no castello e na vila muitas casas e matavaõ gemtes e faziaõ muito danno*”³⁸³. Da parte dos defensores eram disparados projéteis “*cõ aquele troõ e emgenho que tinhaõ, mas não era cousa que aos do arraial fizese nojo que semtisem muitas vezes em que avia feridos de hũa parte e doutra*”³⁸⁴. Quanto ao engenho, ainda que não especificado, devia tratar-se de um engenho neurobalístico, possivelmente um trabuco ou trabuquete.

Todavia, ainda que o exército português ostentasse uma superioridade de meios e de homens, o cerco não mostrava os resultados esperados: Chaves não se rendia e a cada dia que passava maior era a possibilidade de chegada de um exército inimigo, enviado por D. Juan I para auxiliar os defensores da vila. Para se prevenir contra a possível chegada de reforços castelhanos, D. João chamou até si as milícias concelhias de Coimbra, Santarém e Lisboa no mês de fevereiro. Pediu também o apoio da hoste do Condestável que prontamente rumou até Chaves com “*oitemta lamças*”, deixando grande parte do seu contingente a combater Bragança³⁸⁵.

³⁸¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 164.

³⁸² Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 164-165.

³⁸³ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 165.

³⁸⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 166.

³⁸⁵ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 168-169.

Lisboa prontamente iniciou os preparativos para auxiliar o monarca, acordando no envio de “*duzentas e dez lanças bẽ coregidas, as duzentas da cidade e as dez da villa de Symtra que estomçe hera seu termo, e duzentos e cinquenta besteiros e duzentos homens de pee*”, juntamente com outros homens úteis para o bom funcionamento do cerco (nomeadamente dois ferreiros)³⁸⁶. Miguel Gomes Martins, considera que, a juntar aos de Sintra, haveria também contingentes oriundos de Torres Vedras, Alenquer, Colares, Ericeira, Mafra e Vila Verde, entre outros³⁸⁷.

Enquanto isto, “*os emgenhos não quedavaõ de tirar de noite e de dia, fazendo muito dapno no luguar. E da bastida isso mesmo per fumdo já começavaõ de derribar a barbaacaã e queriaõ picar o muro*”³⁸⁸. O monarca mandou ainda construir “*hũa escala per taõ forte maneira quoall na Espanha amte desto nunca fora vista, de que se todos os espamtavaõ, pera poer ao muro da vila*”³⁸⁹.

Todo o aparato militar acabou por surtir efeito nos defensores: Martim Gonçalves, vendo que a hoste de D. João I, mais cedo ou mais tarde, conseguiria entrar na cidade, pretejou. Sabia que não conseguia aguentar o ímpeto português pelo que, acordou com D. João que se o monarca castelhano não viesse auxiliá-lo, no prazo de 40 dias, lhe entregaria a vila e o castelo, dando-lhe o seu filho como garantia da sua palavra³⁹⁰. O rei de Castela, D. Juan I, mandou entregar a vila ao monarca português, não tendo intenções de a socorrer, dando fim a um cerco que já durava há quatro meses.

Tomada a praça-forte de Chaves, seguiu-se um cerco a Cória, sem se registar a presença de engenhos de cerco. A campanha de 1386 terminou com a desmobilização da hoste em Penamacor, mas não terminou o conflito com Castela, que se prolongou em 1387 e 1388. O objetivo mantinha-se: tomar as praças portuguesas que tinham voz pelos monarcas castelhanos.

6.14: Cerco de Melgaço, 1388

Nos inícios de 1388, ainda em janeiro, D. João I partiu para Melgaço com “*hũas mill e quinhentas lamças e muita gemte de pee*”, assentando arraial longe da vila³⁹¹. A vila era “*cerquada sē arrabalde, de bom muro e forte castello*” e defendida por uma

³⁸⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 167-168.

³⁸⁷ Martins, M. 2001: p. 127.

³⁸⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 169.

³⁸⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 169.

³⁹⁰ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 169-170.

³⁹¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 292-293.

guarnição de “*atee trezentos homēs darmas e outros muitos pioens escudados*”, comandada por Álvaro Perez de Sottomayor e Diego Preto Eximeno³⁹².

Assim que a hoste real chegou à vila, os seus defensores começaram logo a “*tirar aos trões e a escaramuçar com os de fora; e nam se feez dapno de hũa parte a outra, nem com os trões que lamçarom*”³⁹³. Durante os dias seguintes continuaram a disparar os seus trons e a escaramuçar com os portugueses, resultando alguns feridos e mortos. Ao fim de nove dias de cerco, já teriam “*lamcadas sesemta pedras de trões, que nam ffizeram porem dapno*”³⁹⁴.

D. João I mandou então “*aramar hum emgenho acima da pomte da vila*”, disparado nos dias seguintes de forma sucessiva contra a vila cercada. Tratava-se de um engenho pirobalístico – um trom –, que provocava danos consideráveis na vila.

Paralelamente ao trom, na hoste do monarca “*não quedavam de derribar madeira e acarretalla, que el Rei mamdava trazer pera fazer duas escalas e hũa bastida para mover juntamente e pousar sobre o muro (...) e mandou mais fazer duas escalas*”³⁹⁵. Estes engenhos já foram referidos no capítulo relativo aos engenhos de assalto, não havendo necessidade de repetir a informação fornecida por Fernão Lopes. Acrescenta-se apenas que a construção dos engenhos e a preparação do terreno para o seu avanço demorou quinze dias, durante os quais as duas partes não cessaram os seus ataques.

Fernão Lopes indica que os atacantes utilizavam ainda “*pedras demgenho*” contra os defensores. O mesmo cronista relatou que “*cada dia tiravam os trões e o emgenho hũs aos outros, e o emgenho fazia muito mal na vila, e os trões nam empeciam nada*”³⁹⁶. Tendo em conta a capacidade destrutiva do “*emgenho*” considera-se que se tratava de um engenho neurobalístico, nomeadamente um trabuco ou um trabuquete.

O aparato militar era tal que o monarca mandou chamar a sua esposa, Filipa de Lencastre, para que esta assistisse àquele que esperava ser o combate final do cerco. Então, no dia 3 de março, mandou

“*el Rei que aballase a bastida com os seus coregimētos contra a villa, como tinham ordenado, e moveo com fforça de gemte, pero ffoy bem dezoito braças; deshi moveo hũa ala, depois a outra, e estiveram anbas defromte do muro*

³⁹² Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 293.

³⁹³ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 293.

³⁹³ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 293.

³⁹⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 293.

³⁹⁵ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 294.

³⁹⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 295.

arredada hũa da outra. E tiraram lhe sete trãos que lhe nã lhe ffizeram dapño. E depois moverã outra vez e ffoi bem rijamente; e chegou se tanto a villa que punham hũ pee no muro demtro e outro na escalla. Sobio muitas companha e o Prioll primeiro que todos, e mandou el Reu que tirassem a fora. Emtam se feez prestes pera mamdar combater e mamdou dez homēs darmas que sobisem no mais alto sobraado, homde hyam as pedras da mao. E moveo todo juntamente, as escallas pera pousar e a bastida em que hiam os homēes darmas e besteros. E da bastida saiam homēs com grossos paos que acostavã ao muro, e poseram muitos delles e fycavam de fumdo emparados”³⁹⁷.

Os defensores tentavam a todo o custo impedir o avanço das forças de D. João I, lançando-lhes pedras e fogo, mas não conseguiam provocar-lhes danos suficientes para refrear os seus ataques. Acabaram por pedir preitesia ao monarca, que se mostrou reticente em aceitar mas, por conselho de alguns dos seus homens, acabou por fazê-lo. Estabeleceu-se que

“ desem a villa a el Rei, e que saiem em gibões, sem outra cousa, avemdo já cimquoêta e tres dias que el Rei jazia sobre ello, e temdo lamçadas da villa de demtro ao arraial cemto e vimte pedras de trãos, que nenhũu nojo fizeram e do arraial a vila trezemtos e trimta e seis, que danaram gram parte della”³⁹⁸.

Assim terminou o cerco a Melgaço, a 3 de março de 1388, no qual se recorreu a trabucos, escadas e torres de assalto, para além de trons, da parte dos atacantes. Os defensores, por sua vez, apenas recorreram a engenhos pirobalísticos, não havendo referência à utilização de engenhos neurobalísticos.

6.15: Cerco de Campo Maior, 1388

Terminado o cerco de Melgaço, D. João I interrompeu durante alguns meses as suas expedições militares, decidindo durante esse tempo colocar cerco a Olivença. Ao obter conhecimento sobre as pretensões de D. João, o alcaide da vila, Pêro Rodrigues da Fonseca, colocou-se atempadamente do seu lado, tomando voz por Portugal. Todavia, não passava de um estratagema para enganar o monarca português, porque dias depois o

³⁹⁷ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 295-296.

³⁹⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 296.

Infante D. João de Castro, que estava por Castela, entrou na vila e foi bem recebido pelo alcaide³⁹⁹.

De qualquer forma, depois de permanecer algum tempo em Lisboa, D. João I dirigiu-se para a vila de Campo Maior, disposto a tomar a praça através de uma operação de cerco. Ali chegou no dia 1 de setembro de 1388, mandando desde logo “*armar emgenhos, e comcertar seus artifficios pera tomar ha villa por fforça*”⁴⁰⁰. Enquanto ali permaneceu foi obrigado a enviar algumas das suas forças até Albuquerque e Badalhouce, onde se deram algumas escaramuças com apoiantes de D. Juan I⁴⁰¹. No decorrer do cerco

*“el Rei combaeo o luguar, temdo ja a cava (fosso) atopida; e imdo certos homens na escalla mandou poer em hũa torre começada de derribar dos emgenhos e a esla pera pousar, aconteeo que quebrou e foram muitos feridos, e prouve a Deus nam morrer nenhũ. E El Rei ouve gramde nojo por a detemça de mamdar fazer outra em que poseram quimze dias; e acabada, e tornandoa a cmbater, pousou a escalla em hũa torre, e foi entrada a villa per força e posta a bamdeira del Rei em hũa torre”*⁴⁰².

Tomada a vila, os seus defensores recolheram-se para o castelo e o monarca mandou “*fazer hũa cava, e elles atalharã-na*”⁴⁰³. Sem capacidade de continuar a defender, no primeiro dia do mês de Novembro o alcaide, Gil Vasques de Barvudo, pretejou. Em acordo estabeleceu-se tréguas num período de 40 dias, nos quais o monarca de Castela devia socorrer a vila e, caso não o fizesse, esta seria entregue a D. João I. A vila não foi socorrida e procedeu-se a sua entrega a D. João I que, antes de regressar a Lisboa, nomeou Martim Afonso para a função de alcaide de Campo Maior. D. João I tinha agora controlo sobre quase todo o reino.

Neste cerco recorreu-se a engenhos de destruição neurobalísticos, ainda que não exista nenhuma referência concreta ao seu uso. Justifica-se esta interpretação com a eficácia dos engenhos não especificados que conseguiram destruir uma torre da vila. Salienta-se que, nessa época, os engenhos pirobalísticos ainda não tinham uma capacidade destrutiva capaz de igualar os engenhos neurobalísticos, sendo ainda pouco

³⁹⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 297-297; Monteiro, J. 2003: p. 280.

⁴⁰⁰ Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 298.

⁴⁰¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 298-299.

⁴⁰² Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 299.

⁴⁰³ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.299.

eficazes no combate de estruturas defensivas. Paralelamente a estes engenhos, recorreu-se à escavação de uma mina e a duas escadas de assalto, uma das quais caiu por terra.

6.16: Cerco de Tui, 1389

Em fevereiro de 1389, assinou-se, entre Portugal e Castela, uma trégua de seis meses. Assim que o prazo terminou D. João I investiu contra a Galiza, colocando cerco à vila de Tui no dia 23 de agosto do mesmo ano.

D. João I mandou desde logo “*armar emgenhos que lhe tirasem, e mandou poer hũ no riom, em cima de muita pedra que mandou lançar por fundamento*”⁴⁰⁴. Atendendo ao danos provocados na cidade, tratava-se de trabucos ou trabuquetes, sendo que o único ponto que não foi atacado foi a Sé, por ordem de D. João. Mandou ainda fazer “*hũa bastida, e hũa gramde escalla, e mamtas pera combater*”⁴⁰⁵.

Durante o cerco espalhou-se a notícia de que D. Juan I reunia um exército para auxiliar na defesa de Tui. Em resultado, D. João chamou para Tui as forças do Condestável, de alguns fidalgos da Estremadura e a milícia de Lisboa para aumentar a pressão em torno da cidade cercada. Todavia, a notícia mostrou ser falsa, pelo menos no que tocava ao destino das forças de D. Juan.

O monarca português continuou a pressionar a cidade com engenhos de cerco, pelo que “*viramse os de demtro afficados e moveram peitesya, a qual el Rei fazer nam quisera, porem comsemtio em ella e deramlhe a cidade*”⁴⁰⁶. Terminava um cerco de quase dois meses, levantando-se o arraial no dia 18 de outubro de 1389 e atribuindo-se a alcaidaria da cidade a Gonçalo Vasques Coutinho. Havia-se recorrido a trabucos, a escadas e torres de assalto, e mantas de proteção.

Em setembro de 1389 assinou-se uma nova trégua, desta vez por três anos, ratificadas por D. João I a 21 de dezembro do mesmo ano. Em outubro de 1390 D. Juan I faleceu, após uma queda aparatosa de cavalo, deixando o trono para o seu filho D. Henrique III, ainda menor de idade⁴⁰⁷. Em maio de 1393 voltou-se a assinar tréguas com o prazo estipulado de 15 anos. Todavia, devido ao desrespeito de Castela pelas cláusulas estabelecidas na trégua, esta terminou antes de completar o prazo acordado, dando a D. João I pretexto para tomar Badajoz pela força das armas 1396. Também as forças

⁴⁰⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.304.

⁴⁰⁵ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.304.

⁴⁰⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.305.

⁴⁰⁷ Monteiro, J. 2003: p. 290.

castelhanas penetraram no Reino de Portugal, não se revelando um ano fácil para os portugueses. No ano seguinte voltaram-se a registar algumas operações de cerco, protagonizadas pela hoste real de D. João I em terras galegas.

6.17: Cerco de Tui, 1397

Antes de colocar novamente cerco a Tui, D. João “*pasou o Minho e cobrou Salvaterra e chegou a Souto Maior*”, sendo que as duas vilas foram cercadas e tomadas em pouco tempo⁴⁰⁸. O cerco a Salvatierra del Niño decorreu entre os dias 7 e 23 de maio e o de Sotomayor entre o dia 29 de maio e o dia 5 de junho, não havendo dados sobre os mesmos⁴⁰⁹.

A 9 de junho de 1397, deu-se o início do segundo cerco português a Tui, tendo a cidade sido cercada “*de tal guissa que nenhũu ligeiramente poderá hir de fora pera demtro, nem dos cerquados pera fora*”⁴¹⁰. Por outro lado, segundo Fernão Lopes, o lugar tinha capacidade para resistir a um longo cerco por estar

“*bem percebido de gentes darmas, peões e besteiros, e de bons fydalguos que tinham vomtade de o defender (...) com elles atee trezemas lanças, afora peões e bestaria, e tinham pam e vinho e muitos mantimentos*”⁴¹¹.

À semelhança do que acontecera em 1389, a cidade de Tui foi desde logo combatida engenhos estrategicamente colocados “*a redor della, que tiravam de cada parte, e por muito dapno que fazia foy preitejado desta guisa: que os emgenhos nam tirasem de noite, nem os de demtro nam lançasem nenhũas setas com erva*”⁴¹². Estes engenhos seriam trabucos, dada a sua capacidade de destruição e a temeridade mostrada pelos defensores. A interpretação deve-se, mais uma vez, à comparação da eficácia dos engenhos neurobalísticos e dos engenhos pirobalísticos.

Os defensores abandonavam a proteção das muralhas com alguma frequência para escaramuçar com os atacantes, semeando alguns danos no arraial português graças à capacidade da sua bestaria. Da parte dos atacantes

“*tambem os emgenhos faziam gram dapnno na cidade e matavam algũas pessoas. Em esto foy hũu dia ordenado de se poer a escalla e combater a cidade na*

⁴⁰⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.368.

⁴⁰⁹ Monteiro, J. 2003: p. 291.

⁴¹⁰ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.368.

⁴¹¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp.368-369.

⁴¹² Lopes, F. 1983: vol. 2, p.369.

quoall haviam de hir muy notaveis escudeiros escolheitos per el Rey (...) per conhecimento de bõos hoomes darmas, amtre os quaes hum chamado Johã Preto”⁴¹³.

A escada foi deslocada até às muralhas, com João Preto na dianteira dos escudeiros escolhidos pelo rei. Esperava-os, na torre onde a escada foi encostada, Gonçalo de Paredes que, assim que viu assomar no topo da escada João Preto, deu-lhe com um tiro de besta e matou-o. Outros foram feridos e mortos, “*nã se damdo a bem o combate por azo da escalla nã chegar como compria*”⁴¹⁴.

Para responder ao ataque português a Tui, D. Henrique III decidiu enviar o seu exército até Portugal, devendo este atingir duas zonas distintas: o Alentejo e a zona da Beira. Pretendia ainda enviar “*as mais gemtes que podeese e que as mandasse com boom Capitam sobre a cidade de Tui, por acorrer a seu cerço*” e uma frota para “*correr a costa e vir sobre Lisboa*”⁴¹⁵.

A ofensiva contra Portugal revelou-se um fracasso, não conseguindo aliviar a pressão sobre Tui. Os defensores de Tui esperavam ansiosamente que o monarca português saísse para escaramuçar com o contingente castelhano, que se aproximava comandado por Rui Lopes de Alvelos, para “*queimar os emgenhos e escala e o corregimento do arraial*”⁴¹⁶. Porém, D. João percebeu as intenções dos defensores e não saiu para combater o contingente que se aproximava, que por sinal seguiu caminho em direção a Pontevedra. Na véspera do dia de Santiago, a 24 de julho,

“ordenou el Rey de combater há cidade; e movidas alla e escalla, chegaram ao muro e besteiros e peõens homde lhe era divisado e a escalla pousou em hũa torre e os de dentro poseram em ella foguo que se na pode soportar; e emtam trabalharam os de foora rigamẽte por a arredarem dali”⁴¹⁷.

Os defensores, para além de colocar fogo à escada, disparavam “*um pequeno emgenho que tinhão. Hũa pedrada deu na escalla e outra na arqu (cerca) da alla que pareceo que toda era quebrada*”⁴¹⁸. Podia tratar-se de um trabuquete, dado o adjetivo “*pequeno*” que Fernão Lopes utilizou para descrever o engenho. Independentemente do engenho que foi utilizado, os confrontos cessaram naquele dia, pensando os defensores

⁴¹³ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.369.

⁴¹⁴ Lopes, F. 1983: vol. 2, pp.369-370.

⁴¹⁵ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.372-273.

⁴¹⁶ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.380.

⁴¹⁷ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.381.

⁴¹⁸ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.381.

que a hoste portuguesa não voltaria a combater a vila depois do resultado desastroso da tentativa de assalto às muralhas.

Contrariando a esperança dos defensores, D. João mandou reparar a escada de assalto e no dia 25 mandou

*“ daar as trombetas e mover a escalla e fazer todos os prestes pera combater como no dia passado, e os emgenhos que nã quedasem datirar. E pousou a escalla em cima da torre, e os que laa estavam com lamças darmas aos de cima e os da escalla e das allas as pedradas e bestas de torno faziam gram dapnno em elles, de guissa que lhe faziam desempenar o muro e a torre e matarã de hũa seeta o mestre que tirava com o emgenho”*⁴¹⁹.

Salienta-se na passagem de Fernão Lopes, a presença de uma balista de torno. Os defensores começaram a desesperar com o ataque português e pediram tréguas, estabelecendo com D. João I que lhe dariam a cidade em troca de os deixar partir a salvo com os seus bens. No dia seguinte, D. João mandou os seus homens entrarem na cidade e colocou-se a sua bandeira nos muros da cidade. Findava um cerco de quarenta e sete dias, a 26 de julho de 1398.

6.18: Cerco de Valência de Alcântara, 1400

Em maio de 1400, dando seguimento à campanha contra o território de Castela, D. João colocou cerco à vila fronteiriça de Valência de Alcântara, contando com o apoio da hoste do Condestável e de alguns membros das Ordens de Santiago e de Cristo. Ao todo, fazia-se acompanhar por *“quatro mill lamças e grande numero de peões e esteiros; e com esto muita carriagem de emgenhos e escallas e mantimentos”*⁴²⁰.

Para aumentar a eficácia do cerco dividiu a hoste por dois acampamentos distintos, *“hũa arraial alem do Tejo que vai per hũa parte do lugar, e outro daquém pera ser todo cercado”*⁴²¹. Assentados os arraiais, mandou *“el Rey armar seus emgenhos e tirar a villa”*, e que se consertasse uma das suas escadas de assalto⁴²². Findos alguns dias, os mantimentos começaram a escassear na hoste régia, pelo que o Condestável, na companhia de um pequeno grupo de homens, partiu para reunir víveres

⁴¹⁹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.381.

⁴²⁰ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.403.

⁴²¹ Lopes, F. 1983: vol. 2, p.403.

⁴²² Lopes, F. 1983: vol. 2, p.403.

e atacar as localidades envolventes, enviando pelo caminho alguns corregedores com prisioneiros e gado que iam capturando para Valência.

Infelizmente para os atacantes, nunca chegou a Alcântara a ponte de barcas que o monarca solicitara que lhe fosse enviada logo no início do cerco. Desta forma, não conseguiram bloquear a vila por rio e impedir a entrada e saída dos defensores. D. João sabia que, mesmo conseguindo derrubar a muralha e as suas torres, não teria como tomar a cidade, tendo em conta o número elevado de defensores. Assim, optou por levantar arraial e voltar a Portugal. Também contribuiu para esta decisão a notícia da aproximação de 2500 lanças castelhanas, destinadas a auxiliar a vila de Valência de Alcântara.

Em outubro de 1402 estabeleceu-se entre os dois reinos uma trégua de 10 anos que, no ano de 1411, se transformou num tratado de paz, assinado pelos sucessores de Henrique III, mais concretamente pelos regentes D. Catarina de Lencastre e o Infante D. Fernando, tendo em conta a menoridade de D. Juan II, sucessor de Henrique III. Este tratado colocou um ponto final no conflito entre Portugal e Castela, que se desenrolava há mais de quarenta anos.

Terminada a crise da Península Ibérica, D. João I enveredou por uma série de campanhas no território norte-africano, resultando na conquista de Ceuta em agosto de 1415. E assim termina a nossa exposição sobre os cercos portugueses dos séculos XII ao XIV.

Conclusão

A capacidade dos engenhos de cerco era, de forma geral, reduzida e o seu uso não significava, necessariamente, o sucesso de uma operação militar. De capacidades militares limitadas, eles revelavam-se mais eficazes a nível psicológico do que físico.

Observando os cercos descritos, podemos constatar que os engenhos mais eficazes eram as torres de assalto, não tanto pela capacidade militar propriamente dita, mas mais pela pressão psicológica que provocavam junto do inimigo: a aproximação deste tipo de engenhos era suficiente para que uma vila ou cidade se rendesse ou preteiasse. Com efeito, os defensores preferiam, normalmente, renderem-se antes dos atacantes penetrarem na cidade, atravessando a ponte levadiça da torre de assalto, a combatê-los, sabendo que, no caso de a praça ser tomada pela força, o resultado final seria mais drástico. Chegados a este ponto, a resistência raramente alterava o desfecho: a praça era tomada, os danos avultados, os saques inevitáveis e o número de mortes, em ambos os contingentes, elevadíssimo.

Os engenhos de destruição, excluindo o aríete, eram utilizados de ambos os lados do conflito, verificando-se que, quando usados pelos atacantes, os resultados favoráveis eram poucos: as muralhas, cada vez mais fortes e bem preparadas para aguentarem duros ataques, resistiam a impactos e não sofriam danos suficientes para permitirem a penetração dos atacantes na praça. Não obstante, quando utilizados pelos defensores os seus resultados eram praticamente imediatos, ainda que dependessem da sorte e da pontaria dos seus utilizadores: voltados contra as posições ou o arraial dos atacantes, conseguiam afastá-los das muralhas. Mas importava sobretudo atingir os engenhos inimigos e destruí-los, tornando-os inúteis e incapazes de retorquir os ataques. Por outro lado, os aríetes tinham uma capacidade mais efetiva quando utilizados contra as portas das fortalezas cercadas, ainda que se revelassem praticamente inúteis quando utilizados contra as muralhas e torres da praça cercada.

Também as técnicas de destruição, perigosas de colocar em prática, raramente alcançavam resultados satisfatórios. Ainda assim, a possibilidade de sucesso, por mínima que fosse, era suficiente para motivar os atacantes para as levarem a cabo. As técnicas de destruição, principalmente os trabalhos de sapa e uso do aríete, estavam também demasiado dependentes dos engenhos de proteção, muito frágeis por sinal: se o inimigo destruísse estes engenhos de proteção conseguia impedir que os trabalhos de

sapa prosseguissem e que o aríete fosse acionado contra as portas da muralha adiando-se a penetração no recinto interior da praça.

Quando observamos os resultados destes engenhos de destruição é importante termos em conta que os sistemas defensivos dos séculos XII-XIV estavam cada vez mais bem preparados para resistir a ataques inimigos, como vimos anteriormente. Os castelos românicos, no século XII, estavam preparados para resistir a cercos e assaltos, mas não para reagir e combater o inimigo. As alterações arquitetónicas que sofreram no século XIII permitiram-lhes ter um papel ativo na defesa da praça e no combate dos atacantes. A supremacia, cada vez mais evidente, dos meios defensivos implicava uma evolução dos meios ofensivos. Mas os engenhos de cerco, sobretudo os neurobalísticos, não registaram inovações significativas e tornaram-se incapazes de combater de forma eficaz as estruturas defensivas. Como verificamos através da comparação das descrições de Flávio Vegécio Renato e de Fernão Lopes, temporalmente espaçadas por séculos, os engenhos de cerco quase não evoluíram e permaneceram alheios às mudanças registadas a nível defensivo.

Na maioria dos casos, os engenhos construídos revelavam-se pouco eficazes no panorama de cerco, sobretudo devido à sua má construção e à falta de qualidade técnica: há exemplo de torres de cerco que ruíam antes de atingirem os seus objectivos, sem qualquer interferência inimiga, simplesmente porque eram mal construídas; ou de escadas de assalto que foram incapazes de suportar o peso de dois homens.

Por norma, os engenhos deviam ser resistentes, robustos e construídos de acordo com as necessidades dos atacantes e as características das estruturas a atacar. Todavia, mesmo quando bem construídos, a sua fragilidade era um entrave ao seu sucesso: o facto de serem erguidos em madeira levava a que fossem vulneráveis ao fogo e ao impacto de pedras. Para contornar essa fragilidade era necessário que fossem protegidos o máximo possível, através de engenhos de proteção ou através da força humana: a boa defesa de um engenho podia significar a sua resistência até ao fim do conflito e, com alguma sorte, a própria tomada da praça.

Por outro lado, independentemente de serem ou não bem construídos, era necessário que os seus utilizadores fossem experientes no seu manuseamento. Caso contrário os engenhos de cerco, para além de não atingirem os seus intuitos, podiam representar riscos para os próprios sitiados.

Em parte, foi graças a estas limitações dos engenhos neurobalísticos que, nos séculos XIV e XV, os engenhos pirobalísticos ganharam relevância. A sua introdução

na Península Ibérica ficou a dever-se aos muçulmanos, que os utilizaram no cerco de Algeciras, em 1344. Em Portugal, a sua introdução terá ocorrido durante o reinado de D. Fernando. Fernão Lopes regista a ordem de construção de armas de fogo, nomeadamente de uma bombarda, pelo referido monarca português tendo em vista o combate dos exércitos castelhanos:

*“el-rrei partio de Santarem e foy-sse a caminho d’Evora, andando já a era em mil e quatrocentos e viinte; e alli mandou fazer engenhos e carros e bombardas e outros percebimentos de guerra”*⁴²³.

Nos seus primórdios, os novos engenhos pirobalísticos – o trom e a bombarda –, também careciam de eficácia, mas tinham um forte efeito psicológico, devido ao ruído ensurdecedor que provocavam no momento do disparo. Salienta-se novamente a importância da pressão psicológica, que podia levar rendição de uma cidade: o medo dos defensores era explorado ao máximo pelos atacantes.

Inicialmente a sua utilização ocorreu em conjugação com os engenhos neurobalísticos, procurando-se tirar proveito das potencialidades, físicas e psicológicas, dos dois tipos de engenhos. Pelo menos até ao século XV verifica-se que os engenhos predominantes continuaram a ser os neurobalísticos, provavelmente devido aos aspetos negativos que os engenhos pirobalísticos registavam então: eram demasiado caros, demasiado perigosos e a sua capacidade de tiro era reduzida quando comparada com os engenhos de destruição, nomeadamente os engenhos de contrapeso (trabucos e trabuquetes)⁴²⁴. Ainda assim, os engenhos pirobalísticos eram bem mais aperfeiçoados do que os neurobalísticos e a sua evolução gradual, acompanhando a evolução arquitetónica dos aparelhos defensivos, levou a que conseguissem obter resultados relevantes para a conclusão dos conflitos.

Os engenhos pirobalísticos eram igualmente utilizados pelos defensores das estruturas, e com visível sucesso. Neste caso podiam ser instalados nas torres e no adarve das muralhas, direcionados para os sitiadores. O relato de Gomes Eanes de Zurara sobre a conquista de Ceuta, em 1415, demonstra precisamente a importância crescente dos engenhos pirobalísticos durante o século XV. Segundo o cronista, D. João I mandou “*encaixar bombardas e tronos e enderençar todas as outras artilharias, as*

⁴²³ Lopes, F. 2004: p. 473.

⁴²⁴ Monteiro, J. 2003: p. 183

quais eram muitas e grandes” nos navios que partiriam para bloquear a cidade que pretendia conquistar⁴²⁵.

Em suma, o resultado de um cerco não dependia apenas do uso de engenhos de cerco, fossem eles neurobalísticos ou pirobalísticos. Na realidade, sem um contingente numeroso e capaz de fazer face à preponderância dos meios defensivos e ofensivos dos inimigos, o resultado de um cerco jamais seria o desejado para os atacantes. Independentemente da capacidade dos engenhos, o fator mais importante para conquistar um local era, sem dúvida, o fator logístico.

Frequentemente, como observamos, os cercos prolongavam-se por demasiado tempo. A longa espera tornava-se cansativa e os homens ficavam impacientes. Se os atacantes soubessem esperar e aguardar pacientemente, poderiam obter uma vitória, sobretudo sabendo que o inimigo, mais cedo ou mais tarde, esgotaria os seus recursos.

Os provérbios portugueses – “*Quem espera sempre alcança.*” e “*Quem espera, desespera*” – enquadram-se bem nos cercos: os atacantes, se esperassem pacientemente, acabariam por alcançar a vitória; para os defensores, a espera era o desespero. Enquanto os defensores procuravam proteger os seus bens e vidas, os atacantes apenas tinham a perder as suas próprias vidas e arriscavam-nas na esperança de obterem um bom saque, uma boa recompensa ou um momento de glória que lhes permitisse subir na escala social.

Em suma: um bom exército poderia tomar uma praça recorrendo a engenhos de cerco, mas um mau exército, mesmo recorrendo a engenhos de cerco, jamais conseguiria tomar uma praça. A verdadeira força de um cerco estava no exército e na sua capacidade de combate. Os engenhos de cerco eram apenas um complemento, que permitia potenciar a pressão física e psicológica sobre os defensores.

No que toca ao estudo dos engenhos de cerco salientamos novamente que um dos principais problemas é a variedade extensa de termos com que surgem mencionados nas obras estudadas, sobretudo nas fontes documentais coevas ou anteriores à cronologia central desta dissertação, que tendem a complicar a interpretação dos mesmos.

A documentação histórica coeva permite-nos formular uma imagem incompleta de um engenho. Neste aspeto, o contributo da iconografia medieval torna-se indispensável. Todavia, e infelizmente, nem todos os engenhos ou técnicas foram

⁴²⁵ Zurara, G. 1992: p. 118

retratados iconograficamente, quer durante a Idade Média, quer já na Idade Moderna, como podemos verificar pelo anexo iconográfico que se segue. Ao contrário, por exemplo, das torres de cerco ou das escadas, que foram amplamente representadas, as técnicas de destruição e os engenhos de proteção raramente surgem na iconografia medieval ou mesmo moderna, o que dificulta a formulação de uma imagem concreta dos mesmos. Salienta-se que, devido à inexistência de iconografia portuguesa relativa a armas e engenhos de cercos, a iconografia reunida em anexo é, na sua generalidade, oriunda de França ou Inglaterra.

Termina aqui esta dissertação, deixando-se assente a importância dos cercos no panorama militar português, quer durante a Reconquista, quer no período que se segue. Fica igualmente evidente que o sucesso de um cerco não dependia exclusivamente da utilização de engenhos e técnicas de cerco, ainda que estes fossem importantíssimos quando conjugados com um bom exército.

Anexos

Quadro Síntese.....	150
----------------------------	------------

Anexo Iconográfico:

Acampamentos.....	156
Engenhos de aproximação.....	160
Engenhos de destruição.....	190
Técnicas de destruição.....	228
Engenhos de proteção.....	238

Quadro síntese - Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)

Cerco	Início	Fim	Duração	Atacantes	Defensores	Engenhos/Técnicas			Observações	Fontes e Bibliografia
						Engenhos de Destruição	Aproximação / Protecção	Técnicas de Destruição		
Cerco de Lisboa de 1147	28 de junho de 1147	25 de outubro de 1147	4 meses	Cristãos portugueses com auxílio de Cruzados normandos e francos	Muçulmanos	Atacantes: balistas , um aríete , trabucos (de tracção humana), mangonais . Defensores: balista .	Atacantes: Três torres de assalto , um Suíno (Vinea), uma gata (com aríete)	Atacantes: minas (pelo menos 7 minas);	Das três torres de cerco apenas uma consegue atingir a muralha antes de Lisboa capitular. As inúmeras minas realizadas não tiveram sucesso, apenas uma consegue ruir a muralha mas não permite entrada na cidade (logo revela-se um insucesso). Verifica-se recurso a balistas de ambos os lados.	Mattoso, J. 1993: pp.44-45; Nascimento, A. 2001; Barbosa, P. 2004; Martins, M. 2011: pp. 78-145; Mattoso, J. 2012: pp. 173- 179.
Cercos a Badajoz	1º Cerco: novembro ou dezembro de 1168. 2º cerco: setembro de 1170	1º Cerco: Finais de junho ou inícios de julho de 1169. 2º Cerco: novembro ou dezembro de 1170.	1º cerco: aproximadamente 7/8 meses. 2º Cerco: 3/4 meses	Cristãos portugueses, comandados por Geraldo Sem Pavor.	Muçulmanos	—	—	—	Não se conhece a utilização de engenhos neste cerco.	Lopes, D. 1941; Gonçalves, J.P. 1981; ; Mattoso, J. 1993: pp. 77-79; Barroca, M. 2003: pp. 46-47; Martins, M. 2013: pp. 31-49.
Cerco de Santarém 1184	27 de junho de 1184	—	—	Almóadas comandados pelo califa Abu Yacub Yusuf I	Portugueses, sob comando de D. Sancho	—	—	—	Sabe-se apenas que, para a investida contra os portugueses, Abu Yacub Yusuf I mandou construir dez máquinas de guerra em Setembro de 1183.	Coelho, A.B. 1972: vol. 3, p. 279-286; Mattoso, J. 1993: p. 93; Barroca, M. 2003: p.49.
Cerco de Silves de 1189	17/18 de julho de 1189	3 de setembro de 1189	Mês e meio	Cristãos portugueses, sob comando de D. Sancho I	Muçulmanos	Atacantes: trabucos	Atacantes: ouriço e manta	Atacantes: mina; trabalhos de sapa. Defensores: contramina	D. Sancho I desloca-se para Silves levando consigo os engenhos de guerra necessários para cercar a cidade. Manda-os armar nos seus acampamentos, o que significa que seriam engenhos pré-fabricados.	Matos, M.C. 1999; Barroca, M. 2003: pp. 49-50

Quadro síntese - Engenheiros, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)

Cerco	Início	Fim	Duração	Atacantes	Defensores	Engenheiros/Técnicas			Observações	Fontes e Bibliografia
						Engenheiros de Destruição	Aproximação / Protecção	Técnicas de Destruição		
Cerco de Silves de 1190	Junho de 1190	Julho de 1190	Cerca de um mês	Muçulmanos, sob comando do califa Abu Yacub Yusuf II	Cristãos portugueses	–	–	–	Não se conhece a utilização de engenhos neste cerco.	Barroca, M. 2003: p.51
Cerco de Silves de 1191	28 de maio de 1191	20/21 de junho de 1191	23/24 dias	Muçulmanos, sob comando do califa Abu Yacub Yusuf II	Cristãos portugueses	–	–	–	Não se conhece a utilização de engenhos neste cerco.	Barroca, M. 2003: pp. 51-52
Cerco a Montemor-o-Velho e Alenquer	Novembro de 1211	Fevereiro ou março de 1212	4 meses	D. Afonso II e as suas forças	As irmãs D. Teresa e D. Sancha, detentoras das referidas localidades, com os seus aliados.	Atacantes: recurso a engenhos de lançamento de projecteis incendiários, possivelmente trabucos/ trabuquetes ou mangonais	–	–	Os danos, perante as queixas das irmãs de Afonso II à Santa Sé e as sanções aplicadas ao monarca, terão sido avultados.	Brandão, Fr. A. 1972, 4ª parte: p. 76.
Cerco a Alcácer do Sal de 1217	Finais de julho de 1217	18 de outubro de 1217	Dois meses e meio	Cristãos portugueses, auxiliados pelos cruzados e sob comando do Bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas	Muçulmanos	Atacantes: trabucos ou trabuquetes	Atacantes: manta (com aríete incorporado); duas torres de cerco ; gatas	Atacantes: mina . Defensores: contramina	Falta de matéria-prima no local para construção de engenhos - consequente desmantelamento de oito barcos cruzados.	Brandão, Fr. A. 1972, 4ª parte: 133-136, 264-267; Mattoso, J. 1993: pp.116-118; Barroca, M. 2003: p. 58.
Cerco a Badajoz	Primavera-Verão de 1336	–	–	Afonso IV cerca a praça-forte castelhana.	Castelhanos	–	–	–	Não se sabe qual a cronologia correcta para este cerco, mas terá ocorrido durante a primavera-verão de 1336, num momento em que Lerna já se encontraria sob cerco (Junho a Novembro de 1336).	Martins, M. 2005: pp. 18-81.

Quadro síntese - Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)

Cerco	Início	Fim	Duração	Atacantes	Defensores	Engenhos/Técnicas			Observações	Fontes e Bibliografia
						Engenhos de Destruição	Aproximação / Protecção	Técnicas de Destruição		
Cerco de Guimarães	1 de setembro de 1369	—	3 semanas	Henrique II de Castela cerca Guimarães	Portugueses	Atacantes: " <i>muitas pedras d'engenhos</i> ". Defensores " <i>armarom outros engenhos e tirarom aos de fora</i> " - ambos os lados tem engenhos de arremesso de pedras	—	—	Os engenhos de tiro não especificados são interpretados como correspondendo a trabucos ou trabuquetes.	Lopes, F. 2004: pp- 111-112.
Cerco a Castro Marim	Julho de 1337	—	2 dias	Castelhanos sobre comando de Afonso XI de Castela	Portugueses	—	—	Atacantes: mina	É um exemplo de cerco onde não se pretende conquistar a praça, mas sim utilizar o cerco como meio de desgaste do inimigo.	Martins, M. 2005: pp. 18-81.
Cerco a Salvatierra	Novembro de 1337	—	8 dias	Afonso IV cerca a praça-forte castelhana.	Castelhanos	—	—	—	É um exemplo de cerco onde não se pretende conquistar a praça, mas sim utilizar o cerco como meio de desgaste do inimigo.	Martins, M. 2005: pp. 18-81.
Cerco de Lisboa de 1373	23 de fevereiro de 1373	24 de março de 1373	Um mês	Henrique II de Castela cerca Lisboa	Portugueses	Atacantes: trabucos e mangonais	—	—	D. Fernando I não tinha meios para aguentar um cerco, motivo pelo qual acede a negociar com o monarca castelhano.	Monteiro, J. 2003: pp. 255-256; Lopes, F. 2004: pp. 257-288; Martins, M. 2006: p. 74.
Cerco de Lisboa de 1384	26 de março de 1384 (por mar); 29 de março de 1384 (por terra)	3 de setembro de 1384	Aproximadamente sete meses	D. Juan I de Castela cerca Lisboa	Portugueses	Atacantes: mangonais, trons e bombardas . Defensores: trons e bombardas	Atacantes: escadas e mantas	—	Sabe-se que Juan I trás na sua hoste algumas escadas, mandadas fazer em Alenquer, mas não se verifica sua utilização em Lisboa - não há um assalto directo. Também teria mangonnels, ainda que sejam apenas utilizados depois em Almada. Revela a supremacia dos engenhos pirobalísticos face à inexistência de engenhos neurobalísticos, pelo menos no que toca aos lisboetas.	Monteiro, J. 2003: pp. 265-267; Martins, M. 2006: pp. 51, 66-67, 92.

Quadro síntese - Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)

Cerco	Início	Fim	Duração	Atacantes	Defensores	Engenhos/Técnicas			Observações	Fontes e Bibliografia
						Engenhos de Destruição	Aproximação / Protecção	Técnicas de Destruição		
Cerco a Almada	Após dia 11 de junho de 1384	1 de agosto de 1384	Dois meses	D. Juan I de Castela cerca Almada	Portugueses aliados ao Mestre de Avis	Atacantes: mangonal, trons e bombardas	Atacantes: mantas (e derivados)	Atacantes: mina	Almada representava um foco de apoio a Lisboa. É este o motivo que leva D. Juan I a conjugar esforços para tomar esta pequena vila.	Martins, M. 2006: p. 71.
Cerco de Alenquer	Finais de outubro ou inícios de novembro de 1384	10 de dezembro de 1384	6 semanas	Mestre de Avis e respetivas forças	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	Atacantes: recurso a um trom e a engenhos não especificados	—	Atacantes: uma mina	Os engenhos não especificados corresponderão a trabucos ou trabuquetes. Justifica-se a interpretação através da informação de que os mesmos engenhos terão sido utilizados em Torres Vedras.	Lopes, F. 1983: pp.356-361.
Cerco de Torres Vedras	Finais de outubro de 1384	19 de dezembro de 1384	Aproximadamente um mês e meio	Mestre de Avis e respetivas forças	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	Atacantes: recurso a um trom e trabucos ou trabuquetes	—	Atacantes: duas minas	Engenhos deslocados de Alenquer para Torres Novas. A referência a "funda do engenho" permite identificar um dos engenhos não especificados como sendo um trabuco.	Lopes, F. 1983: pp.361-363;370-372.
Cerco ao castelo de Monforte	Após batalha de Atoleiros (6 de abril de 1384)	—	—	Nuno Álvares Pereira, apoiante do Mestre de Avis	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	—	—	—	Para que o seu contingente se desloca-se mais depressa, Nuno Álvares Pereira abdica da carriagem, o que significa que abdica também dos engenhos de cerco imprescindíveis para a tomada do Castelo. Será por este motivo pelo qual não consegue tomar Monforte.	Martins, M. 2004: p. 13.

Quadro síntese - Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)

Cerco	Início	Fim	Duração	Atacantes	Defensores	Engenhos/Técnicas			Observações	Fontes e Bibliografia
						Engenhos de Destruição	Aproximação / Protecção	Técnicas de Destruição		
Cerco de Guimarães	8 de maio de 1385	Meados de maio	Menos de um mês	D. João I e as suas respetivas forças	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	Atacantes: balistas (possivelmente)	Atacantes: escadas de assalto e uma " bastida "	–	A " bastida " referida por Fernão Lopes não corresponde a uma torre de assalto mas a uma construção de madeira feita sob algumas casas da vila para permitir um tiro melhor sobre os adarves inimigos. Foram utilizados vários engenhos, para além dos mencionados, mas sem haver conhecimento de quais em concreto.	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 22-30.
Cerco de Braga	maio de 1385	Antes do dia 19 de maio de 1385	Duas noites e um dia	Nuno Álvares Pereira e respetivas forças aliadas a D. João I	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	Atacantes: trabucos	–	–	Não se sabe quais os engenhos que foram encontrados na cidade e utilizados. Dada a cronologia podiam ser engenhos neurobalísticos ou pirobalísticos, destinados à destruição do castelo.	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 31-32.
Cerco de Torres Vedras	Meados de maio (19 de maio?)	–	–	D. João I e as suas respetivas forças	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	–	–	–	Combate-se a vila com armas e a torre com fogo, não há indicação do uso de engenhos neste cerco.	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 32-41
Cerco a Chaves	Inícios de janeiro de 1386	maio de 1386	4 meses	D. João I e as suas respetivas forças	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	Atacantes: engenhos neurobalísticos (trabucos); Defensores: engenhos neurobalísticos (trabucos) e uma pequena boca de fogo .	Atacantes: duas torre de cerco (uma de seis metros e outra de altura superior a esta); uma escada de assalto	Atacantes: trabalhos de sapa	Um dos exemplos onde se verifica o recurso a engenhos neurobalísticos de cerco na defesa de uma fortificação, conjugados com artilharia pirobalística. Da parte dos sitiadores apenas se recorre a engenhos neurobalísticos.	Martins, M. 2001: pp. 117-139. Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 162-170;174-175.

Quadro síntese - Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)

Cerco	Início	Fim	Duração	Atacantes	Defensores	Engenhos/Técnicas			Observações	Fontes e Bibliografia
						Engenhos de Destruição	Aproximação / Protecção	Técnicas de Destruição		
Cerco de Melgaço	Janeiro de 1388	3 de março de 1388	53 dias	D. João I e as suas respetivas forças	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	Atacantes: trons; Defensores: trons e " pedras demgenho ".	Atacantes: uma torre e duas escadas de assalto	–	Verifica-se a presença de engenhos pirobalísticos por parte de ambos os exércitos. Os sitiadores recorrem ainda a engenhos de assalto para além de engenhos de destruição.	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 292-297.
Ceco a Campo Maior	1 de setembro de 1388	1 de novembro	2 meses	D. João I e as suas respetivas forças	Portugueses que apoiavam Castela, nomeadamente D. Juan I de Castela	Atacantes: possível utilização de engenhos de destruição neurobalísticos (trabucos)	Atacantes: duas escadas de cerco	Atacantes: uma mina	Uma das escadas assalto caiu tendo-se registado alguns feridos	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 297-300.
Cerco de Tui	23 de agosto de 1389	18 de outubro de 1389	57 dias	D. João I e as suas respetivas forças	Castelhanos	Atacantes: trabucos .	Atacantes: uma escada e uma torre de assalto , uma manta	–	Verifica-se a presença de engenhos pirobalísticos por parte de ambos os exércitos. Os sitiadores recorrem ainda a engenhos de assalto para além de engenhos de destruição.	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 303-305,
Cerco a Salvatierra del Miño	7 de maio de 1398	23 de maio de 139	29 dias	D. João I e as suas respetivas forças	Castelhanos	–	–	–	Não se conhece a utilização de engenhos neste cerco.	Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 369.
Cerco a Sottomayor	29 de maio	5 de junho	7 dias	D. João I e as suas respetivas forças	Castelhanos	–	–	–	Não se conhece a utilização de engenhos neste cerco.	Lopes, F. 1983: vol. 2, p. 369.
Cerco a Tui	9 de junho de 1398	26 de julho de 1389	47 dias	D. João I e as suas respetivas forças	Castelhanos	Atacantes: um trabuco . Defensores: um trabuco	Atacantes: uma escada de assalto	–	Engenhos neurobalísticos de ambos os lados do conflito.	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 368-370; 380-383.
Cerco a Valência de Alcântara	Meados de Maio de 1400	–	–	D. João I e as suas respetivas forças	Castelhanos	Atacantes: possivelmente trabucos	Atacantes: uma escada de assalto	–	Permanece em discussão se os engenhos de tiro correspondem a trabucos ou a engenhos pirobalísticos dada a cronologia do cerco.	Lopes, F. 1983: vol. 2, pp. 403-405.

Anexo Iconográfico

Acampamentos

Figura 1



Representação de um acampamento militar no cerco a Nantes de 1380.

Jean Froissart, *Chroniques*, folio 049v

Cronologia da representação: 1412-1412

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 0865

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/sa_vimage/enlumine/irht5/IRHT_085650-p.jpg

Figura 2



Representação de um acampamento militar no cerco a Becherel de 1372.

Jean Froissart, "*Chroniques*", folio 358

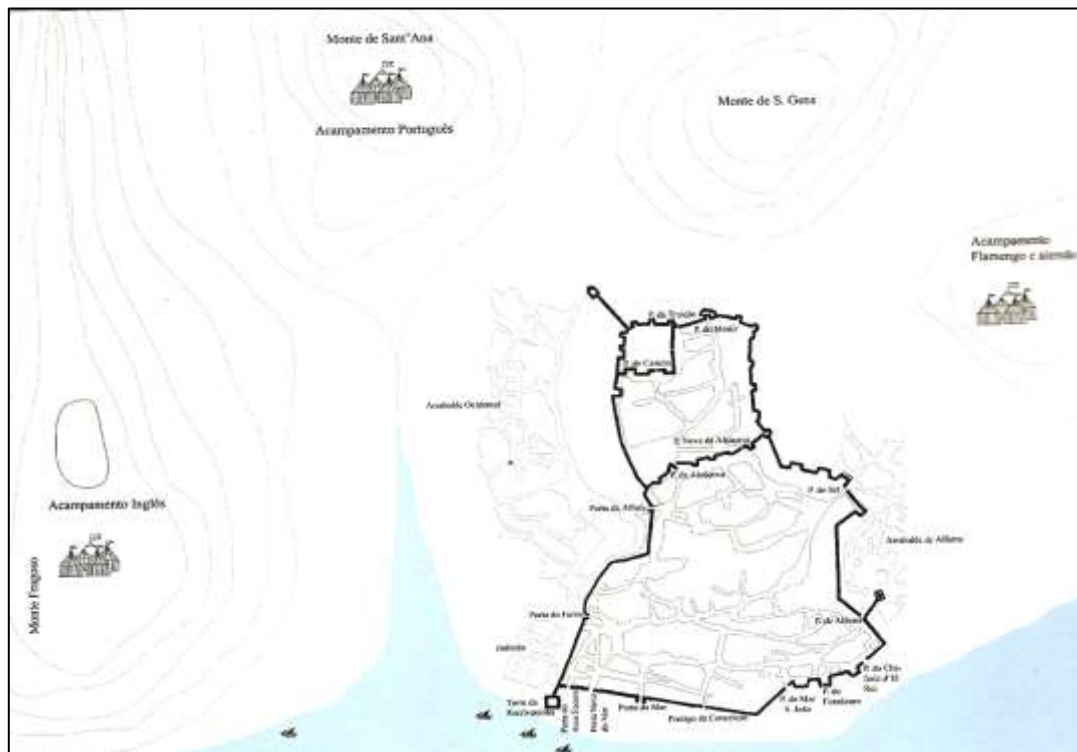
Cronologia da representação: 1372

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 0864

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085641-p.jpg

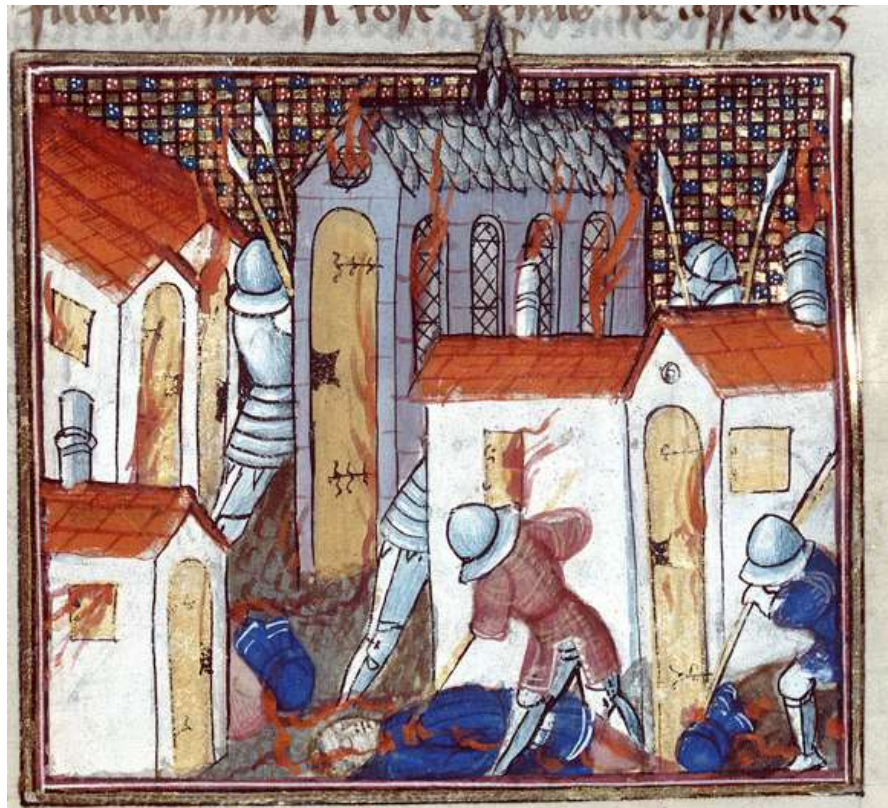
Figura 3



Esquema dos acampamentos erguidos durante o cerco de Lisboa em 1147.

Fonte: *Barbosa, P. 2004: p.46.*

Figura 4



Representação da tomada, saque e destruição de Caen pelo exército inglês.

Jean Froissart, "*Chroniques*", folio 130

Cronologia da representação: 1346

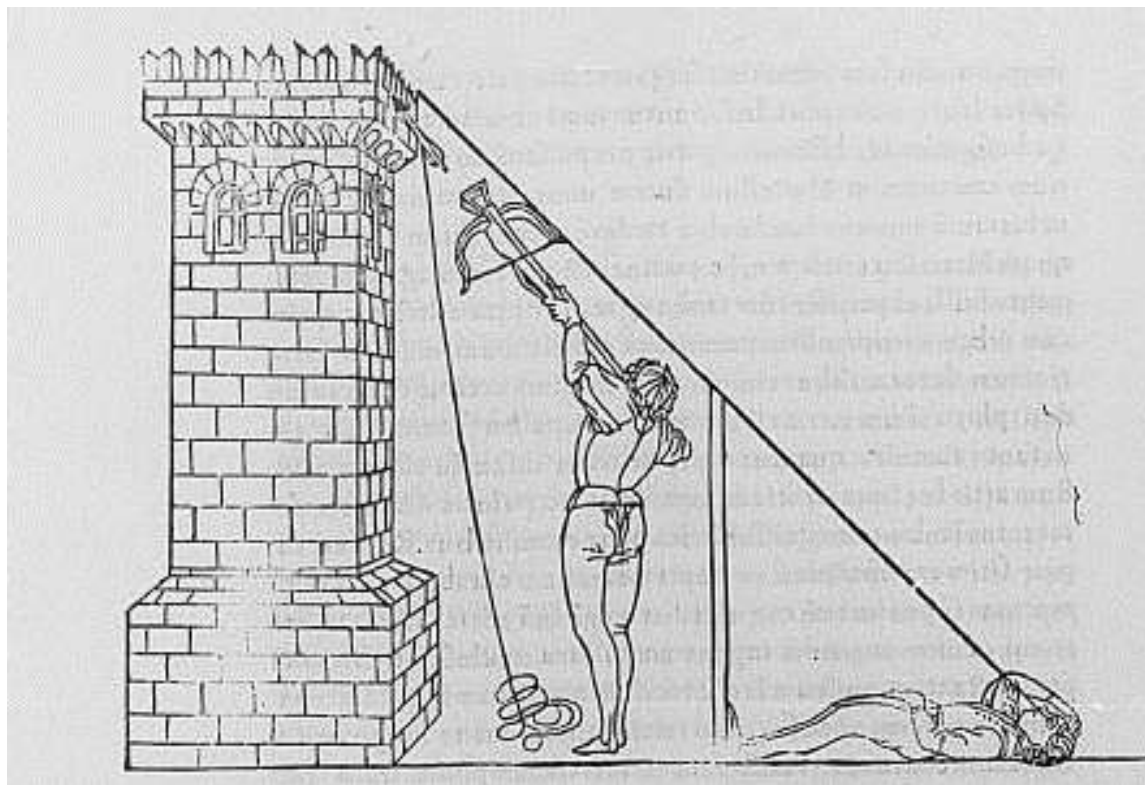
Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 0864

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085624-p.jpg

Engenhos de aproximação

Figura 5



Medição das torres de uma fortificação através de um fio – ilustração do método no Tratado da Ciência Militar (*Epitoma rei militaris*), de Vegécio.

Roberto Valturius, *Illustrations de Epitoma rei militaris*, folio 1

Cronologia da representação: 1472

Bibliothèque Nationale de France

Cota: Res R 606

Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2100156t/f1.item>

Figura 6



Representação da conjugação de escadas e torres de assalto num cerco.

Painel neo-assírio proveniente do Palácio Central de Senaquerib.

Cronologia da representação: 730 a.C. - 727 a.C.

British Museum

Cota: Room 36, no. 7

Fonte: <http://www.bmimages.com/results.asp?image=00608996001>

Figura 7



Representação da utilização de escadas de assalto durante o cerco a uma fortaleza egípcia.

Painel neo-assírio, proveniente do Palácio do Norte (Nineveh - Iraque) de Assurbanipal

Cronologia da representação: 645 a.C.-635 a.C.

British Museum.

Nº de inventário: 124928

Fonte:

<http://www.bmimages.com/results.asp?image=00357260001&imagex=18&searchnum=001>

Figura 8



Representação de uma escada de assalto e trabalhos de sapa.

Autor desconhecido, “*Maciejowski Bible*”, folio 40r

Cronologia do manuscrito: 1250

The Pierpont Morgan Library.

Cota: Ms M. 638

Fonte: <http://www.themorgan.org/collections/swf/exhibOnline.asp?id=278>

Figura 9



Representação de uma escada de assalto.

Autor desconhecido, “*Maciejowski Bible*”, folio 42r

Cronologia do manuscrito: 1250

The Pierpont Morgan Library.

Cota: Ms M. 638

Fonte: <http://www.themorgan.org/collections/swf/exhibOnline.asp?id=282>

Figura 10



Representação de uma escada de assalto.

Possivelmente da autoria de Wauchier de Denain, "*Histoire ancienne jusqu'à César*",
folio 319

Cronologia da representação: 1325-1350

The British Library.

Cota: Royal 20 D I

Fonte: <http://manuscriptminiatures.com/4165/7791/>

Figura 11



Representação de escadas de cerco em madeira.

Iluminura de Richard de Montbaston, obra de William de Tyre, “*Roman de Godefroi de Bouillon*”, folio 47v

Cronologia do manuscrito: cópia de 1337

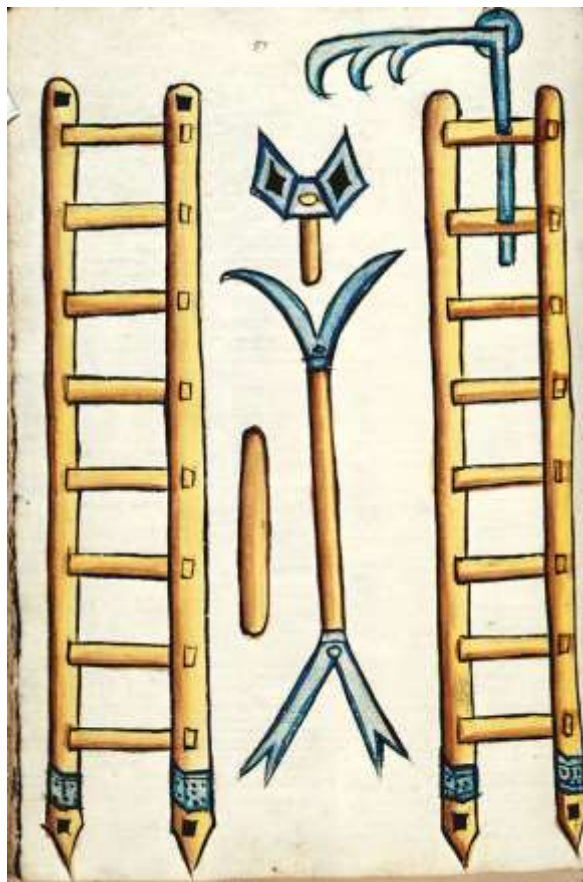
Bibliothèque Nationale de France.

Cota: RC-B-07535

Fonte:

http://images.bnf.fr/jsp/index.jsp?destination=afficherListeCliches.jsp&origine=recherche_rListeCliches.jsp&contexte=resultatRechercheAvancee

Figura 12



Representação de escadas de cerco em madeira (à esquerda e direita).

Konrad Kyeser, "*Bellifortis*", folio 055v

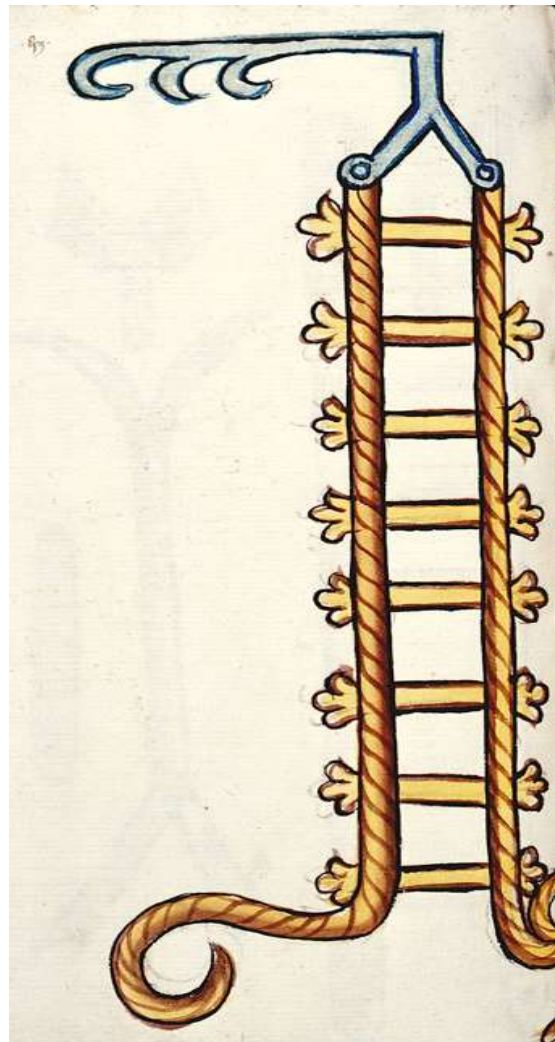
Cronologia do manuscrito: primeiro quartel do século XV

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 1360

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085882-p.jpg

Figura 13



Representação de uma escada de assalto em corda.

Konrad Kyeser, "*Bellifortis*", folio 056v

Cronologia do manuscrito: primeiro quartel do século XV

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 1360

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085883-p.jpg

Figura 14



Representação de uma escada de assalto, de madeira, num cerco ou assalto furtivo.

Konrad Kyeser, "*Bellifortis*", folio 052v

Cronologia do manuscrito: primeiro quartel do século XV

Bibliothèque municipale de Besançon

Cota: Besançon - BM - ms. 1360

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085879-p.jpg

Figura 15



O Cerco de Niceia – representação de duas escadas de assalto e um engenho pirobalístico.

William de Tyre, “*Historia rerum in partibus transmarinis gestarum*”, folio 32v.

Cronologia da representação: 1479-1480.

The British Library.

Cota: Royal 15 E I

Fonte: <http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=44259>

Figura 16



Representação de escadas de assalto e trabalhos de sapa no cerco a Melun (Île-de-France).

Jean Cuvelier, “*La chanson de Bertrand du Guesclin*”, folio 62.

Cronologia da representação: 1380-1392

The British Library.

Cota: Yates Thompson 35

Fonte: <http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&Ill>

ID=25981

Figura 17



Assalto noturno a Montauban – representação de escadas de assalto.

Talbot Master, *“Poems and Romances - Talbot Shrewsbury book”*, folio 188

Cronologia da representação: 1444-1445

The British Library.

Cota: Royal 15 E VI

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=3>

8207

Figura 18



Representação de um assalto noturno com escadas de assalto.

Giovanni Boccaccio, “*De casibus virorum illustrium in French translation*”, folio 119

Cronologia da representação: primeiro quartel do século XV.

The British Library.

Cota: Royal 20 C IV

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=4>

0780

Figura 19



Representação de escadas de assalto.

Autor anónimo, “*Ami et Amile*“, folio 036

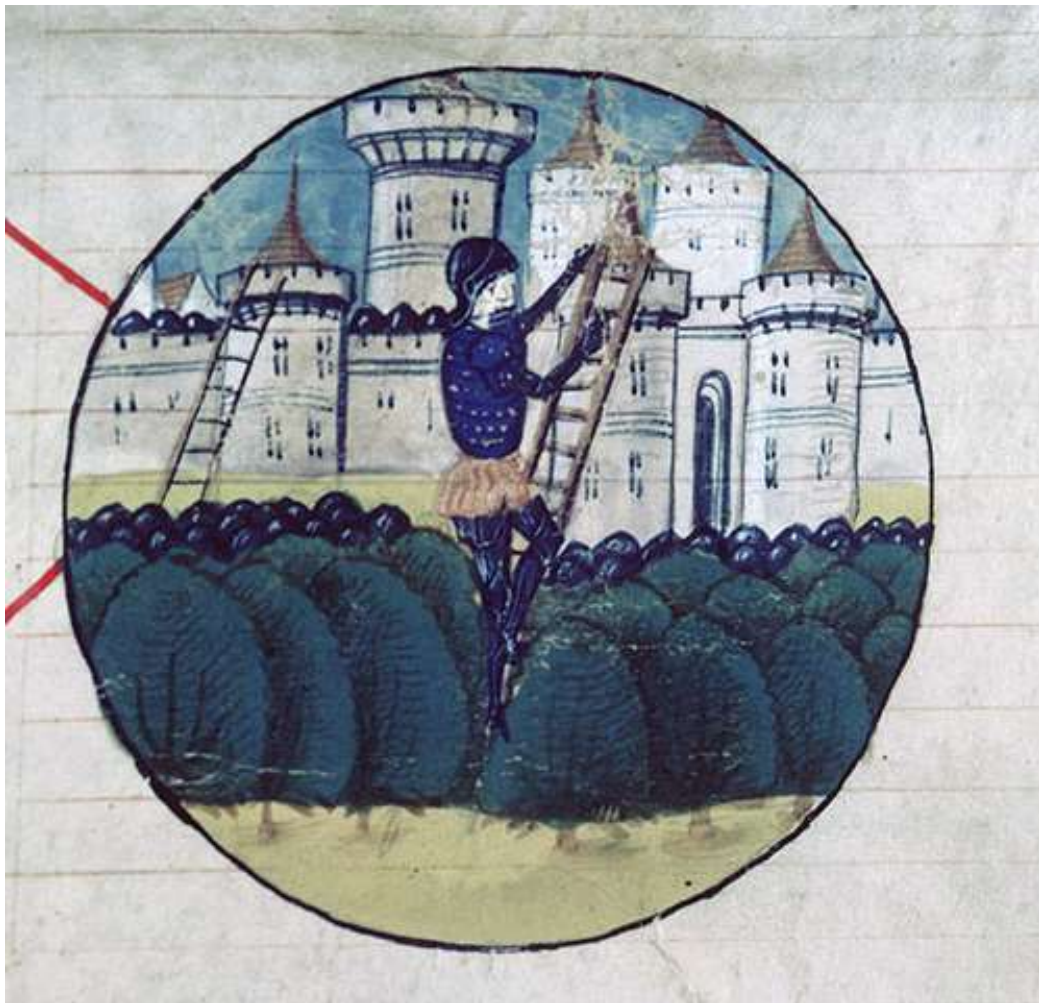
Cronologia da representação: 1465

Bibliothèque Municipale d’ Arras.

Cota: Arras - BM - ms. 0696 (0704)

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht7/IRHT_104073-p.jpg

Figura 20



Representação de escadas de assalto no cerco a Jerusalém pela armada de Godefroi de Bouillon.

Autor anónimo, “*Chronique universelle*”.

Cronologia da representação: entre 1470-1480

Bibliothèques d'Orléans.

Cota: Orléans - BM - ms. 0470

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht2/IRHT_053363-v.jpg

Figura 21



Representação de escadas de assalto no cerco de Jerusalém, por Vespasiano e Tito.

Jean Mansel, "*Fleur des histoires*", folio 290

Cronologia da representação: século XV (terceiro quartel?)

Bibliothèque Mazarine.

Cota: Paris - Bibl. Mazarine - ms. 1559

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht17/IRHT_14045-p.jpg

Figura 22



Representação de escadas de assalto no cerco de Acre.

Hugues de Lembourg, “*Crónicas de St. Dinis*” ou “*Crónicas de França*”, folio 146

Cronologia da representação: 1487

The British Library.

Cota: Royal 20 E III

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IIID=4>

0522

Figura 23



Representação de escadas de assalto no cerco a Jerusalém pela armada de Godefroi de Bouillon.

Autor anónimo, “*Chronique universelle*”.

Cronologia da representação: primeiro quartel do século XVI

Biblioteca de Sainte-Geneviève.

. Cota: Paris - Bibl. Sainte-Geneviève - ms. 0523

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht15/IRHT_026026-p.jpg

Figura 24



Representação de escadas de assalto.

Jacobus de Guisia, “*Chroniques de Hainaut*, folio 004

Cronologia da representação: aproximadamente 1470

Biblioteca de Sainte-Geneviève.

Cota: Paris - Bibl. Sainte-Geneviève - ms. 0810

Fonte:

http://bvmm.irht.cnrs.fr/includes/php/rotation.php?nomFichier=IRHT_026956_2_V.jpg

Figura 25



Representação de uma escada de assalto de corda.

Autor anónimo, “*Figures d'ouvrages de génie civil et militaire*”, folio 009v

Cronologia da representação: século XV

Bibliothèque de l'abbaye Saint-Pierre.

Cota: Solesmes - Bibl. abbaye Saint-Pierre - ms. 0163

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht16/IRHT_043934-p.jpg

Figura 26



Representação de uma escada de assalto na destruição de Tróia

Autor desconhecido, em “*Chronique universelle*”.

Cronologia da representação: finais do século XV

Bibliothèque municipale de Rouen.

Cota: Rouen - BM - ms. 1137

FONTE: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht6/IRHT_101104-p.jpg

Figura 27



Representação neo-assíria de uma torre de assalto com aríete incorporado.

Baixo-relevo proveniente do Palácio Noroeste de Nimrud, erguido por Ashurnasirpal I.

Cronologia da representação: 865-860 a.C

Brithish Museum.

Cota: Room B, nº. 18

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Assyrian_Attack_on_a_Town.jpg

Figura 28



Representação neo-assíria de uma torre de assalto com aríete incorporado e rampa de auxílio para a sua deslocação.

Proveniente do Palácio Sudoeste de Senaquerib.

Cronologia da representação: 700 a.C-692 a.C

Brithish Museum.

Cota: Room 36, no. 7

Fonte: <http://www.bmimages.com/results.asp?image=00608996001>

Figura 29



Torre de assalto no cerco de Jerusalém de 1099.

Autor desconhecido, “*Cycle de la croisade : la Chanson de Jérusalem*”, folio 213

“Cronologia da representação: 1275-1300

Bibliothèque Nationale de France.

Cota: RC-A-50074

Fonte:

<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7850074&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

Figura 30



Representação de uma torre de assalto

Autor desconhecido, “*La gran conquista del ultramar*”, Livro III

Cronologia da representação: 1291-1295.

Biblioteca Nacional de Espanha.

Cota: BNE MSS 1187

Fonte: <http://davidtemprano.blogspot.pt/p/toledo-cruce-de-destinos.html>

Figura 31



Representação de uma torre de assalto e um trabuco de contrapeso no cerco de Jerusalém de 1099.

William de Tyre, “*Histoire d’ Outremer*”, parte “*Livre d’ Eracles*”, folio 62

Cronologia do manuscrito: cópia do século 1350 (?)

Biblioteca Nacional de França.

Cota: RC-B-20539

Fonte:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/33/1099_Siege_of_Jerusalem.jpg

Figura 32



Representação de uma torre de assalto no cerco a Tyre.

Autor desconhecido, “*Roman d’Alexandre*”, folio 22

Cronologia da representação: 1300-1325

Biblioteca Nacional de France.

Cota: Français 789

Fonte: <http://manuscriptminiatures.com/4334/9441/>

Figura 33



Representação de uma torre de assalto no cerco a Cartago..

Autor desconhecido, “*Histoire ancienne jusqu'à César*”, parte 3, folio 306

Cronologia da representação: 1325-1350

The British Library.

Cota: Royal 20 D I

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=4>

2827

Figura 34



Representação de uma torre de assalto no cerco a Gournay-sur-Marne (França).

Mahiet, *Crônicas de St. Denis* ou *Crônicas da França*, folio 280v

Cronologia da representação 1332-1350

The British Library.

Cota: Royal 16 G VI

Fonte:

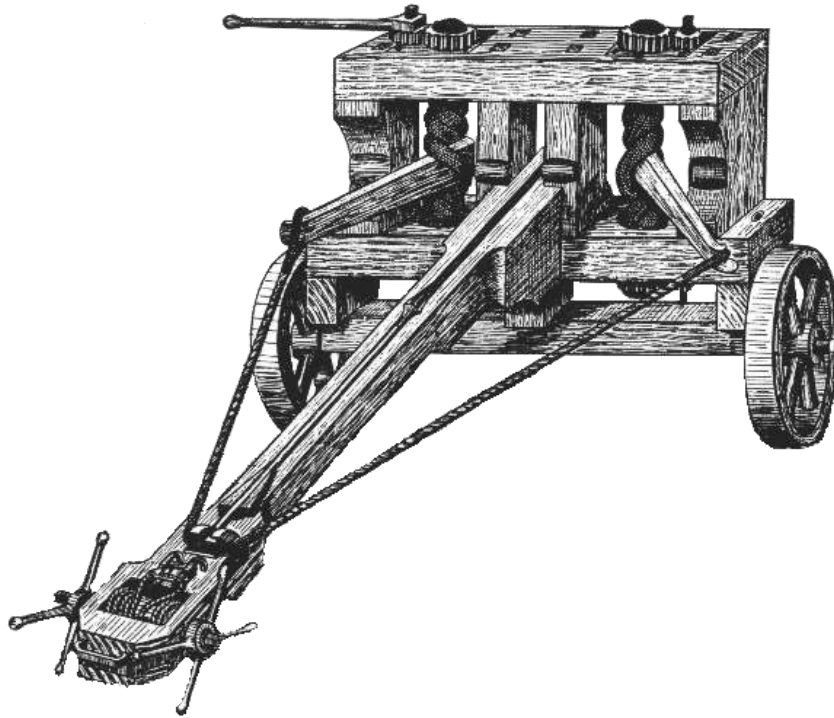
<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=4>

3894

Engenhos de destruição

A balista

Figura 35



Representação actual de uma balista.

Fonte: <http://users.ece.cmu.edu/~koopman/ballista/pics/ballist1.gif>

Figura 36



Representação de uma balista romana na Coluna de Trajano.

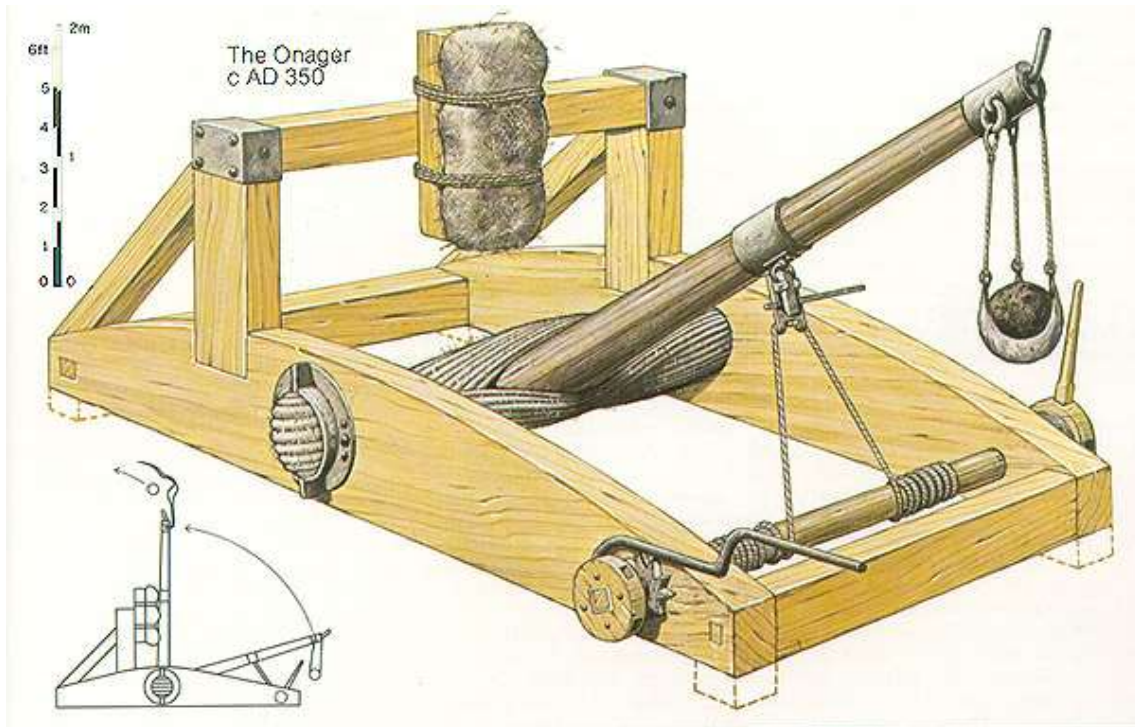
Cronologia: 113 d.C.

Via dei Fori Imperiali, Roma, Itália

Fonte: <http://torsionsfire.de/img/Analysis2-Daten/image003.jpg>

Ónagro e Mangonel

Figura 37



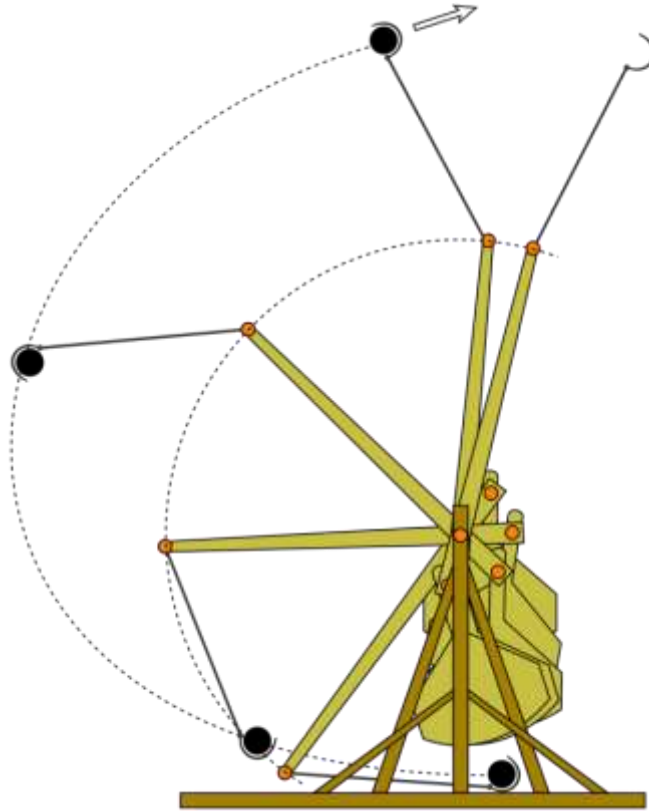
Representação actual e esquema de um ónagro ou mangonel.

Fonte:

http://www.historycznebitwy.info/obrazki/bitwy/duze/las_teutoburski9ne/onager.php

Trabucos e Trabuquetes

Figura 38



Esquema de funcionamento de um trabuco de contrapeso fixo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1f/Trebuchet_Scheme.png

Figura 39



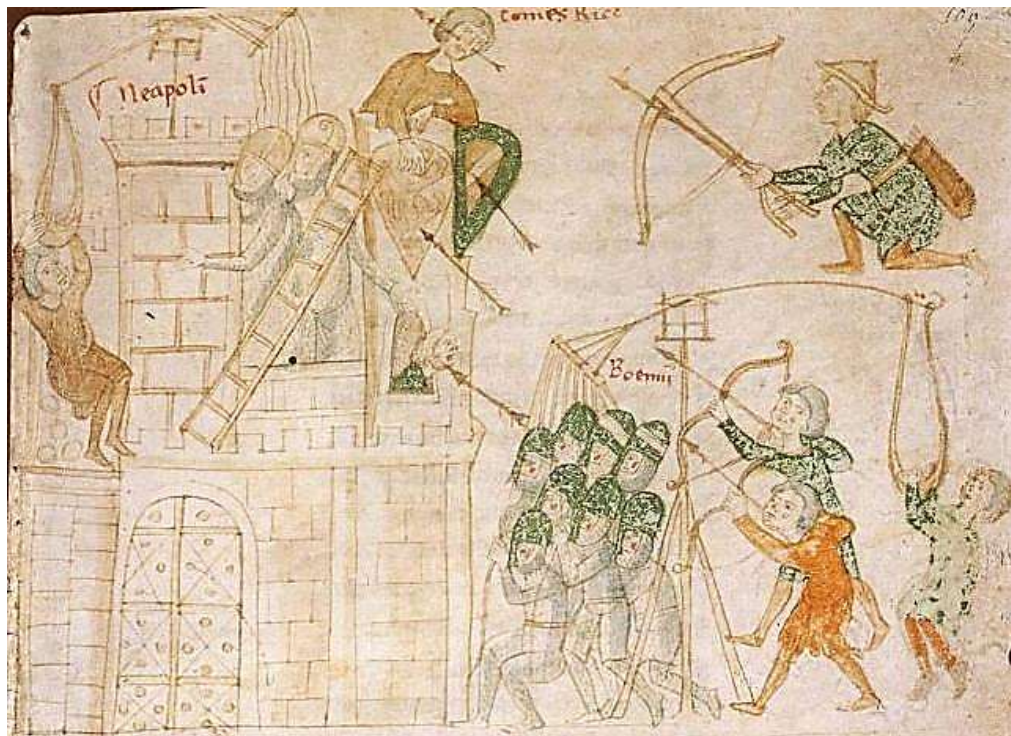
Representação de três trabucos de tração.

Petrus de Ebulo, “*Chronicle of Petrus de Eboli*”

Cronologia da representação: posterior a 1180

Fonte: <http://members.iinet.net.au/~rmine/htt/htt01.html>

Figura 40



Representação de dois trabucos de tração no cerco de Nápoles, em 1180.

Petrus de Ebulo , “*Chronicle of Petrus de Eboli*”

Cronologia da iluminura: posterior a 1180

Fonte: <http://members.iinet.net.au/~rmine/htt/htt01.html>

Figura 41



Representação de um trabuco na Catedral de Carcassonne, relativo ao cerco local em 1209.

Cronologia da representação: século XIII

Fonte: <http://members.iinet.net.au/~rmine/pics/histrac/carcass.jpg>

Figura 42



Representação de um trabuco de contrapeso.

Autor desconhecido, “*Li Brance de Renart ke Jakemars Giellee, de Lisle, traita*”, folio 8v

Cronologia da representação: século XIII

Biblioteca nacional de França.

Cota: Français 1581

Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b60009654/f26.item>

Figura 43



Representação de um trabuco de tração (?) no cerco a Niceia.

William de Tyre, “*Histoire d'Outremer*”, folio 22v

Cronologia da representação: entre 1232 e 1262

Biblioteca Nacional de França.

Cota: RC-A-02707

Fonte:

<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7802707&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

Figura 44



Representação de dois trabucos de tração.

Autor desconhecido, “*Maciejowski Bible*”, folio 35v

Cronologia do manuscrito: 1250

The Pierpont Morgan Library.

Cota: Ms M. 638

Fonte: <http://www.themorgan.org/collections/swf/exhibOnline.asp?id=269>

Figura 45



Representação de um trabuco de tração.

Autor desconhecido, “*Maciejowski Bible*”, folio 23v

Cronologia do manuscrito: 1250

The Pierpont Morgan Library.

Cota: Ms M. 638

Fonte: <http://www.themorgan.org/collections/swf/exhibOnline.asp?id=245>

Figura 46



Representação de dois trabucos de tração e uma escada de assalto no cerco a Jerusalém de 1099.

Autor desconhecido, “*Cycle de la croisade : la Chanson de Jérusalem*”, folio 143v

Cronologia do manuscrito: entre 1260-1270

Biblioteca Nacional de França.

Cota: RC-C-10304

Fonte: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=8010304&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

Figura 47



Representação de um trabuco de contrapeso (?) no cerco a Tyre.

William de Tyre, “*Histoire d’Outremer*”, folio 135v

Cronologia da representação: 1280

Bibliothèque numérique de Lyon.

Cota: Ms 828

Fonte: http://numelyo.bm-lyon.fr/f_view/BML:_02ENL01001Ms8282526

Figura 48



Representação de um trabuco de tração na obra “Cantigas de Santa Maria”.

Cronologia da representação: 1284

El Escorial Royal Library.

Cota:MS T.I.

Fonte: <http://manuscriptminiatures.com/4485/11614/>

Figura 48



Representação de um trabuco de tração no cerco de Acre

William de Tyre, “*Histoire d’Outremer*”, folio 33

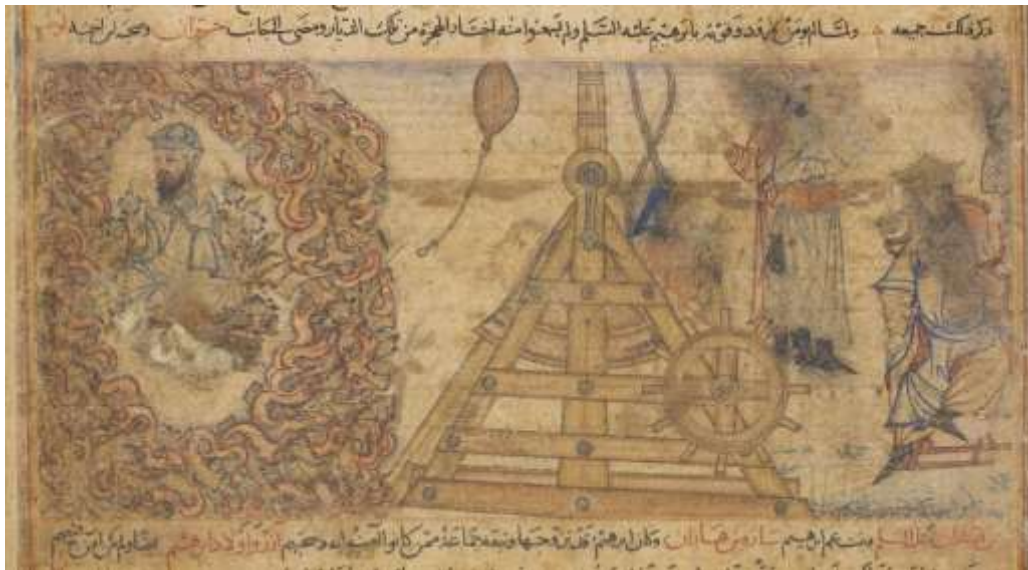
Cronlogia da representação:1280

Bibliothèque numérique de Lyon.

Cota: Ms 828

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Siege_of_Acre.jpg

Figura 49



Representação de um trabuco de contrapeso.

Rashid-al-Din, “*Jami’ al-Tawarikh*”, folio 3v

Cronologia da representação: 1306 ou 1314

Universidade de Edimburgo.

Cota: Or.Ms 20

Fonte: [http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~60438~102826:World-History,-f-3v-detail?qvq=q:Jami%2Bal-](http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~60438~102826:World-History,-f-3v-detail?qvq=q:Jami%2Bal-Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=320&trs=392)

[Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=320&trs=392](http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~60438~102826:World-History,-f-3v-detail?qvq=q:Jami%2Bal-Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=320&trs=392)

Figura 51



Representação de um trabuco de contrapeso por um exército mongol.

Rashid-al-Din, “*Jami’ al-Tawarikh*”, folio 130v

Cronologia da representação: 1306 ou 1314

Universidade de Edimburgo.

Cota: Or.Ms 20

Fonte: [http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~59635~102753:World-History,-f-124v?qvq=q:Jami%2Bal-](http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~59635~102753:World-History,-f-124v?qvq=q:Jami%2Bal-Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=301&trs=392)

[Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=301&trs=392](http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~59635~102753:World-History,-f-124v?qvq=q:Jami%2Bal-Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=301&trs=392)

Figura 52



Representação de um trabuco de contrapeso por um exército mongol.

Rashid-al-Din, “*Jami’ al-Tawarikh*”, folio 130v

Cronologia da representação: 1306 ou 1314

Universidade de Edimburgo.

Cota: Or.Ms 20

Fonte:[http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~59822~102770:World-History,-f-130v?qvq=q:Jami%2Bal-](http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~59822~102770:World-History,-f-130v?qvq=q:Jami%2Bal-Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=305&trs=392)

[Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=305&trs=392](http://images.is.ed.ac.uk/luna/servlet/detail/UoEsha~4~4~59822~102770:World-History,-f-130v?qvq=q:Jami%2Bal-Tawarikh;lc:UoEcar~3~3,UoEcha~4~4,UoEcha~1~1,UoEgal~5~5,UoEwmm~3~3,UoEcar~4~4,UoEgal~2~2,UoEwmm~2~2,UoEsha~3~3,UoEhal~2~2,UoEsha~4~4,UoEgal~6~6,UoEcar~2~2,UoEgal~3~3,UoEsha~1~1,UoEsha~2~2,UoEart~1~1,UoEgal~4~4,UoEwal~1~1,UoEwmm~1~1&mi=305&trs=392)

Figura 53



Representação de dois trabucos de contrapeso no cerco a Rochelle.

Mahiet, “*Crónica de St. Dinis*” ou “*Cronica de França*”, folio 388

Cronologia da representação: entre e 1332-1350

The British Library.

Cota: Royal 16 G VI

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=4>

366

Figura 54



Representação de dois trabucos de contrapeso e duas escadas de assalto no cerco a
Jerusalém de 1099

Obra de William de Tyre (1130-1186?) com Iluminura de Maître de Fauvel, “*Histoire
d'Outremer*”, folio 1

Cronologia da representação: 1330-1340

Biblioteca Nacional de França.

Cota:RC-C-01211

Fonte:

<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=8001211&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

Figura 55



Representação de um trabuco de contrapeso fixo no cerco a Saragoça por Childebert Ier

Bernardus Guidonis, "*Fleurs des chroniques*", folio 045

Cronologia da representação: posterior a 1384

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 0677

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085207-p.jpg

Figura 56



Representação de um trabuco de contrapeso noo cerco de Niceia, em 1097.

Obra de William de Tyre (1130-1186?) com Iluminura de Maître de Fauvel, “*Histoire d'Outremer*”, folio 30

Cronologia da representação: 1337

Biblioteca Nacional de França.

Cota: RC-A-25413

Fonte:

<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7825413&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

Figura 57



Representação de um trabuco de contrapeso e uma escada de assalto no cerco a Jerusalém de 1099.

William de Tyr (1130?-1186), “*Historia (et continuation)*”, folio 45.

Cronologia da representação: cópia do século XIV

Biblioteca Nacional de França.

Cota: RC- A- 32219

Fonte:

<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7832219&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

Figura 58



Representação de um trabuco de contrapeso associado a um engenho pirobalístico.

Autor não identificado, “*Alexander and Dindimus*”, folio 255r

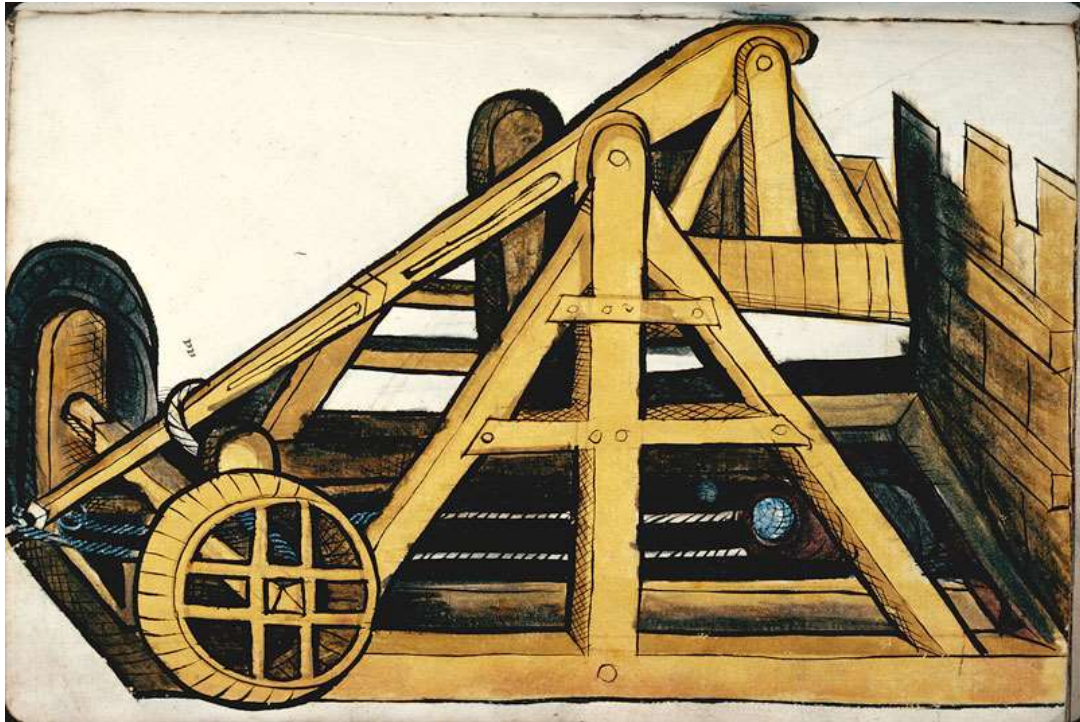
Cronologia da representação: 1400

Bodleian Library.

Cota: MS. Bodl. 264

Fonte: <http://image.ox.ac.uk/images/bodleian/ms.bodl.264/255r.jpg>

Figura 59



Representação de um trabuco de contrapeso fixo.

Konrad Kyeser, "*Bellifortis*", folio 027v

Cronologia: primeiro quartel do século XV.

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 1360

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085853-p.jpg

Figura 60



Representação de um trabuco de tração.

Konrad Kyeser, “*Bellifortis*”, folio 050
Cronologia: primeiro quartel do século XV.

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 1360

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085876-p.jpg

Figura 61



Representação de um trabuco de contrapeso (?).

Konrad Kyeser, “*Bellifortis*”, folio 028v

Cronologia: primeiro quartel do século XV.

Bibliothèque municipale de Besançon.

. Cota: Besançon - BM - ms. 1360

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085854-p.jpg

Figura 62



Representação de um trabuco de contrapeso no cerco mongol a Bagdad, em 1258.

Autor desconhecido, “*Saray Portfolio (Diez Album)*”, folio 70 (nº7)

Cronologia da representação: 1430

Staatsbibliothek zu Berlin.

Fonte:

http://en.wikipedia.org/wiki/File:Persian_painting_of_H%C3%BCleg%C3%BC%E2%80%99s_army_attacking_city_with_siege_engine.jpg

Figura 63



Representação de um trabuco de contrapeso no cerco mongol a Bagdad, em 1258.

Autor desconhecido, “*Saray Portfolio (Diez Album)*”, folio 70 (nº 4)

Cronologia da representação: 1430

Staatsbibliothek zu Berlin.

Fonte:

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/66/DiezAlbumsFallOfBaghdad.jpg>

Figura 64



Representação de um trabuco de contrapeso pelos mongóis.

Rašīd al-Dīn Fazl-ullāh Hamadānī, “*Gamī’ al-tavarīh*”, folio 180v

Cronologia do manuscrito: entre 1430-1434

Biblioteca Nacional de França.

Cota: Supplément Persan 1113

Fonte:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8427170s/f372.image.r=Suppl%C3%A9ment%20persan%201113.langPT>

Figura 65



Representação de um trabuco de contrapeso pelos mongóis.

Rašīd al-Dīn Fazl-ullāh Hamadānī, “*Gamī’ al-tavarih*”, folio 181r

Cronologia do manuscrito: entre 1430-1434

Biblioteca Nacional de França.

Cota: Supplément Persan 1113

Fonte:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8427170s/f373.image.r=Suppl%C3%A9ment%20persan%201113.langPT>

Figura 66



Representação de um mangonal ou trabuco (?) no cerco a Saianfu.

Ilustração de Jeanne de Montbaston, "*Historia de proeliis*", folio 111

Cronologia da representação: após 1333

The British Library.

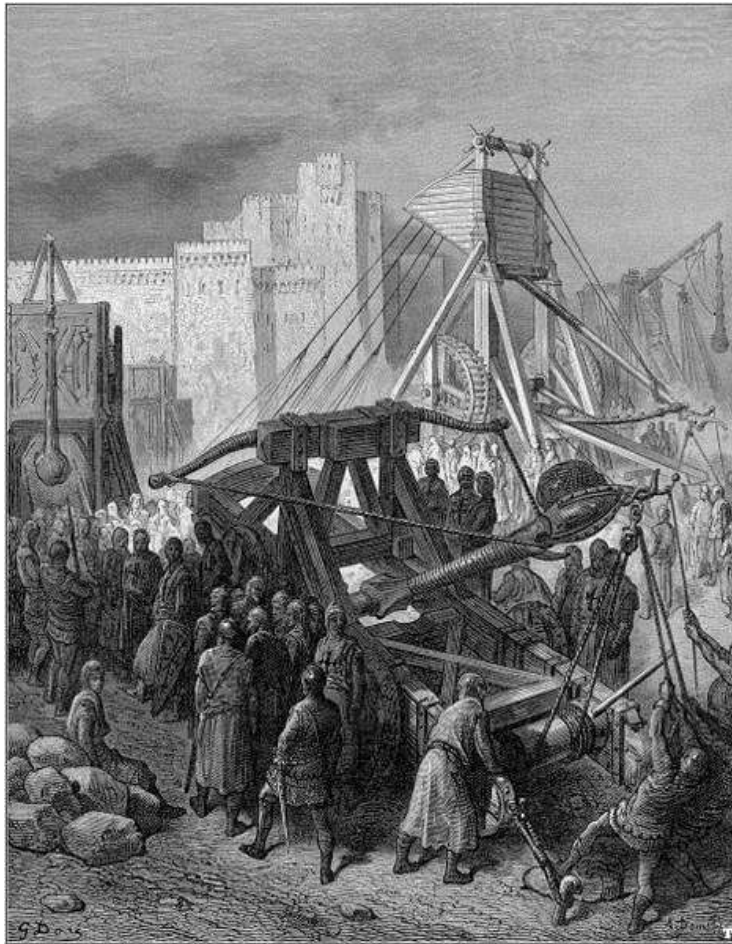
Cota: Royal 19 D I

Fonte:

[http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=4](http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=46761)

6761

Figura 67



Representação contemporânea de um ónagro (mangonal) e de um trabuco de contrapeso fixo no cerco a Lisboa de 1147.

Gustave Doré, “*The Crusaders war machinery*”.

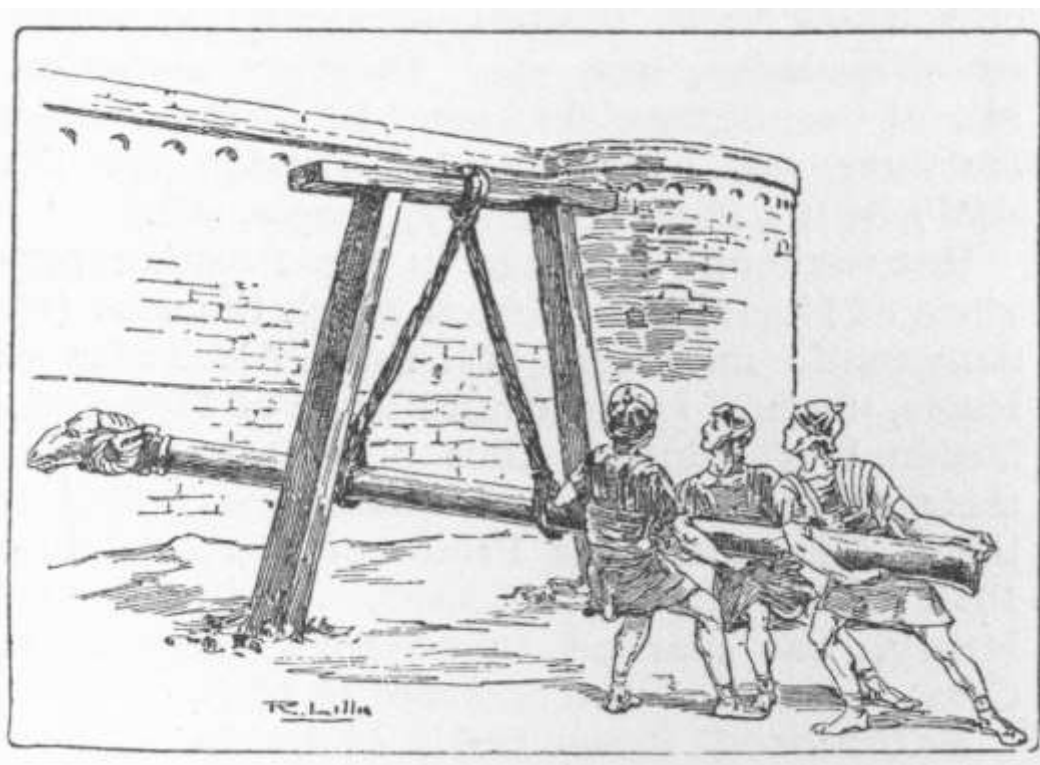
Cronologia da representação: 1832-1883

Fonte:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gustave_dore_crusades_the_crusaders_war_machinery.jpg

Ariete

Figura 68



Representação actual de um ariete com cabeça de carneiro. Exclui-se na representação qualquer engenho de proteção.

Fonte: <http://gwydir.demon.co.uk/PG/Gresham/images/image166.jpg>

Figura 69



Representação de um aríete incorporado numa torre de assalto no cerco a Lacish.

Proveniente do Palácio Sudoeste de Senaquerib (Niniveh - Iraque).

Cronologia da representação: 705-680 a.C.

Fonte: http://www.bible-architecture.info/SennachNinivehseigeJudah_seige_machine_and_tower_ca._705-680.jpg

Figura 70



Representação de um aríete, com cabeça de carneiro, na Coluna de Trajano.

Cronologia: 113 d.C.

Via dei Fori Imperiali, Roma, Itália

Fonte: <http://adevaruldespredaci.ro/wp-content/uploads/2014/03/Columna-2.jpg>

Figura 71



Representação de um aríete, segundo as descrições de Vegécio.

Chrestien Wechel, *“Illustrations de Du faict de guerre et fleur de chevalerie, quatre livres”*, folio XXI

Cronologia da representação: 1536

Biblioteca Nacional de França.

Cota: Res m V 46

Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2100144m/f8.item.r=VEGECE>

Figura 72



Representação de um aríete com cabeça de carneiro, segundo a descrição de Vegécio.

Chrestien Wechel, “*Illustrations de Du faict de guerre et fleur de chevalerie, quatre livres*”, folio XXII

Cronologia da representação: 1536

Biblioteca Nacional de França.

Cota: Res m V 46

Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2100144m/f10.item.r=VEGECE>

Técnicas de destruição

Figura 73



Representação de trabalhos de sapa associados a trabucos de contrapeso no cerco a Acre de 1191.

Fonte: Devries, K., Smith, R. 2007: p. 267.

Figura 74



Representação de trabalhos de sapa no cerco a Jerusalém.

William de Tyre, "*Histoire d'Outremer*", folio 40v

Cronologia da representação: entre 1232-1261

The British Library.

Cota: Yates Thompson 12

Fonte:

[http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=5](http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=56614)

6614

Figura 75



Representação de trabalhos de sapa no assalto a Tyre.

William de Tyre, "*Histoire d'Outremer*", folio 75

Cronologia da representação: entre 1232-1261

The British Library.

Cota: Yates Thompson 12

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=6>

026

Figura 76



Representação de trabalhos de sapa e um trabuço de tração.

Autor desconhecido, “*Maciejowski Bible*”, folio 43v

Cronologia da representação: 1250

The Pierpont Morgan Library.

Cota: Ms M. 638

Fonte: <http://www.themorgan.org/collections/swf/exhibOnline.asp?id=285>

Figura 77



Representação de trabalhos de sapa no cerco ao castelo de château d'Avernon.

Gautier de Coinci , “*Miracles de Notre Dame*”, folio 061
Cronologia da representação: terceiro quartel do século XIII

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 0551

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085005-p.jpg

Figura 78



Representação de trabalhos de sapa e escadas de assalto.

Autor desconhecido, “*Histoire ancienne jusqu’à César*”, folio 347v

Cronologia da representação: 1325-1350

The British Library.

Cota: Royal 20 D I

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMINBig.ASP?size=big&IllID=48991>

Figura 79



Representação de trabalhos de sapa ao abrigo de uma manta.

Mahiet, “*Crónicas de França*” ou “*Crónica de St. Denis*”, folio 74

Cronologia da representação: entre 1332-1350

The British Library.

Cota: Royal 16 G VI

Fonte:

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMIN.ASP?Size=mid&IllID=4>

3638

Figura 80



Representação de trabalhos de sapa no cerco a Niceia.

William de Tyre, “*Histoire d’Outremer*”, folio 15v

Cronologia da representação: Século XV

Biblioteca Nacional de França.

Cota: RC-A-36760

Fonte:

<http://images.bnf.fr/jsp/index.jsp?contexte=rechercheCombinee&origine=menuGauche&destination=rechercheCombinee.jsp>

Figura 81



Representação de trabalhos de sapa no cerco a Cerco de Puirenon (França).

Jean Froissart, “*Chroniques*”, folio 312

Cronologia da representação: entre 1412-1414

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 0864

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085638-p.jpg

Figura 82



Representação de trabalhos de sapa no cerco ao castelo de Pyramide.

Richard de Fournival, Guillaume de Lorris, Jean de Meun, Johannes de Sancto Maxentio,
em “*Recueil littéraire*”, folio 006

Cronologia do manuscrito: século XIV

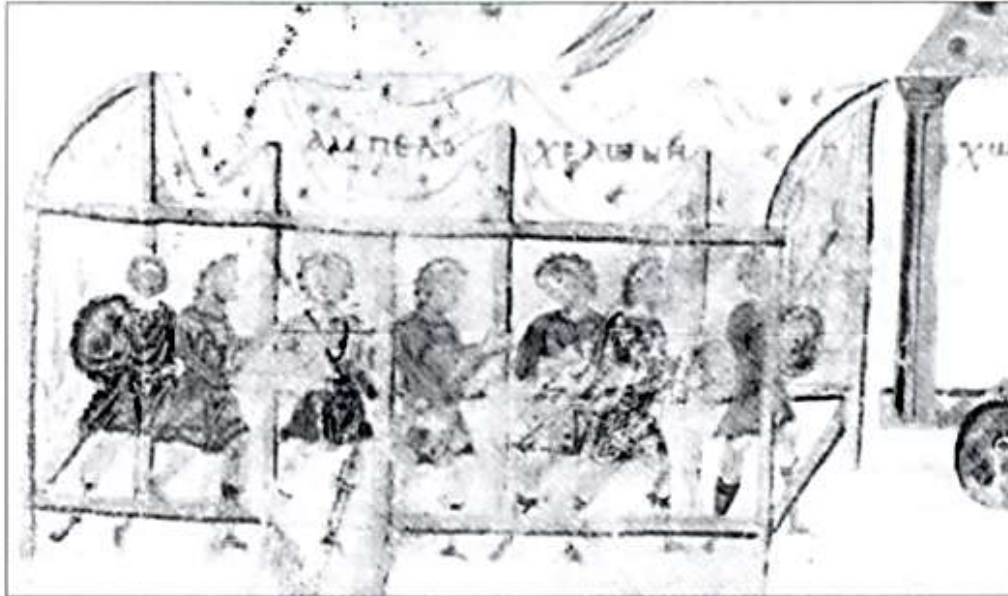
Bibliothèque municipale de Dijon.

Cota: Dijon - BM - ms. 0526

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht6/IRHT_094522-p.jpg.

Engenhos de protecção

Figura 83

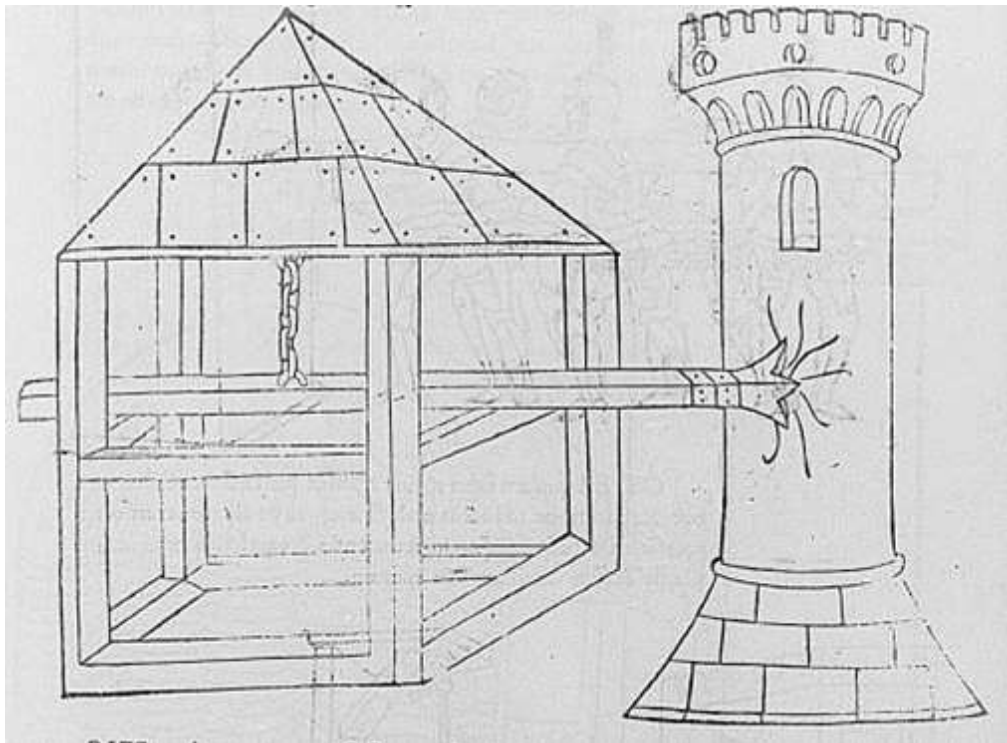


Representação de uma vinha romana.

Cronologia da representação: século XI

Fonte: Campbell, D. 2003, p. 37.

Figura 84



Vinha com aríete incorporado – ilustração do engenho descrito no Tratado da Ciência Militar (*Epitoma rei militaris*), de Vegécio.

Roberto Valturius, "*Illustrations de Epitoma rei militaris*"

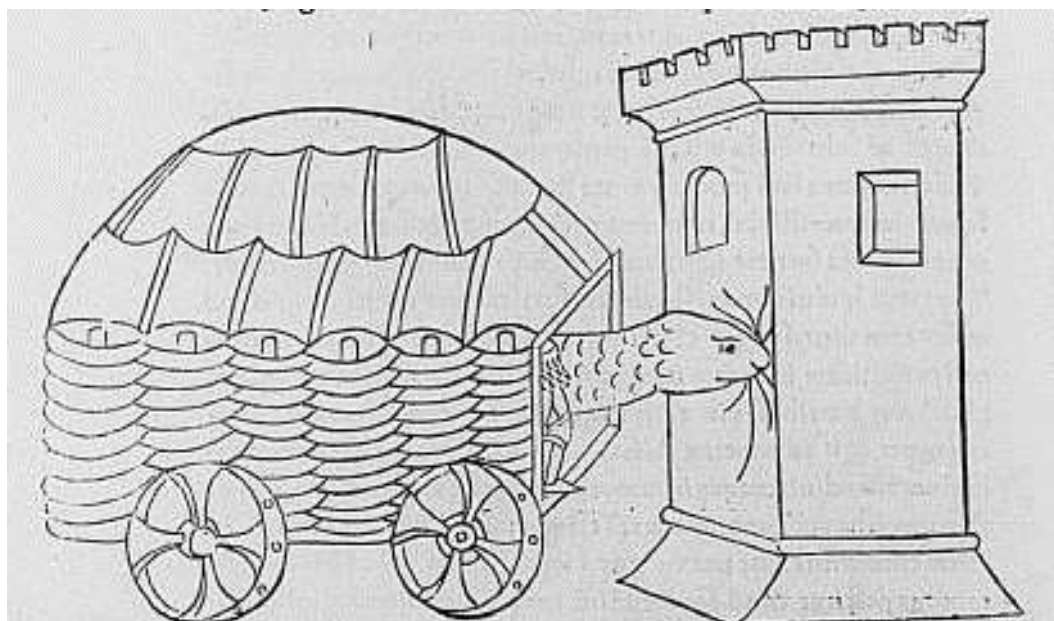
Cronologia da representação: 1472

Bibliothèque Nationale de France.

Cota: Res R 606

Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2100156t/f65.item>

Figura 85



Vinha com aríete incorporado – ilustração dos engenhos descritos no Tratado da Ciência Militar (*Epitoma rei militaris*), de Vegécio.

Roberto Valturius, "*Illustrations de Epitoma rei militaris*"

Cronologia da representação: 1472

Bibliothèque Nationale de France.

Cota: Res R 606

Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2100156t.item.f64>

Figura 86

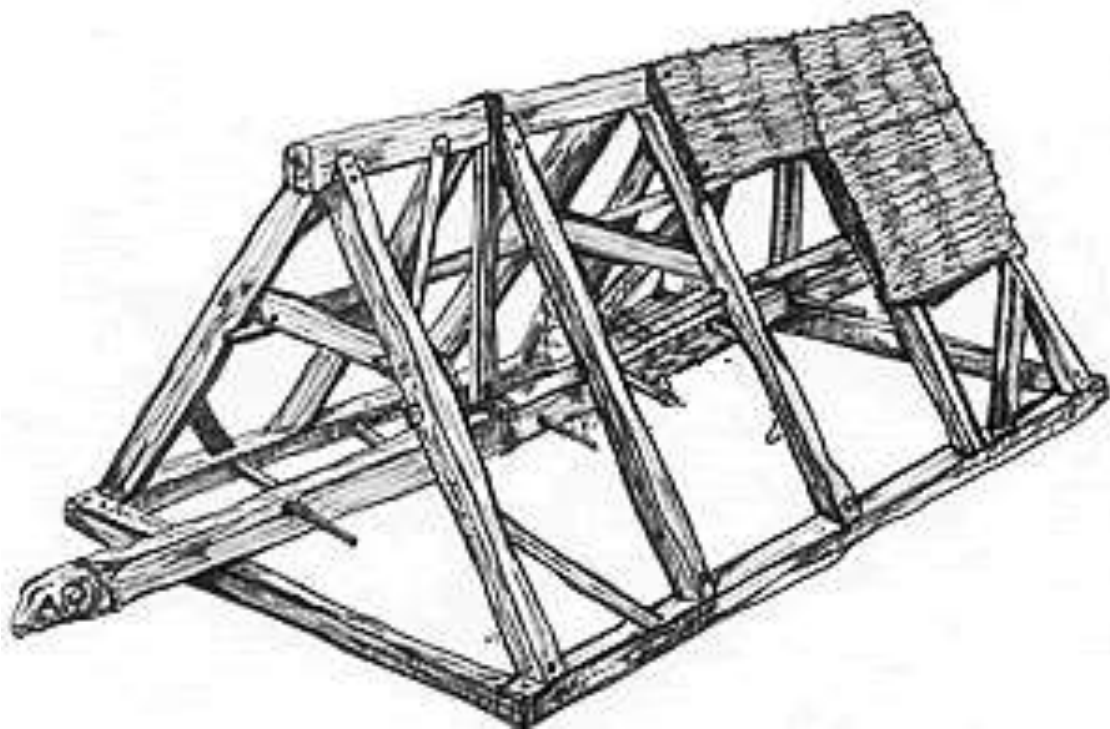


Ilustração de uma gata com aríete incorporado.

Fonte: <http://www.medievalwarfare.info/pics/ram02.gif>

Figura 87



Representação de tartarugas.

Konrad Kyeser, "*Bellifortis*", folio 062v

Cronologia do manuscrito: primeiro quartel do século XV

Bibliothèque municipale de Besançon.

Cota: Besançon - BM - ms. 1360

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/Wave/savimage/enlumine/irht5/IRHT_085891-p.jpg

Figura 88



Representação de uma manta e de trabalhos de sapa na obra “ Cantigas de Santa Maria”.

Autor não identificado, “Las cantigas de Santa Maria”, folio 28

Cronologia da representação: 1284

Real Biblioteca del Monasterio de El Escorial.

Cota: MS T. L. 1

Fonte: <http://manuscriptminiatures.com/4485/11614/>

Bibliografia

Fontes documentais e narrativas

A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo, reed. fac-similada da edição por João B. da Silva Lopes (1844) com Introdução de Manuel de Cadafaz de Matos, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1999

A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado, Edição Crítica de Aires Augusto do Nascimento com Introdução de Maria João Branco, colecção «Obras Clássicas de Literatura Portuguesa – Literatura Medieval», Lisboa, Editora Vega, 2001

Brandão, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, parte III, Lisboa, 1632, [reed. fac-similada, Lisboa, INCM, 1976]

Brandão, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, parte IV, Lisboa, 1632, [reed. fac-similada, Lisboa, INCM, 1976]

Crónica de Portugal de 1419, Edição Crítica com Introdução e Notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1991

Crónica Geral de Espanha de 1344, Edição Crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, volume IV, colecção «Fontes narrativas da história portuguesa», Coimbra, Academia Portuguesa de História - Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990

Gosuíno, Soeiro [?] – “Carmen: Que he hũa copia da tomada de Alcaçar do Sal”, in Brandão, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, parte IV, Lisboa, 1632, pp. 133-136, [reed. fac-similada, Lisboa, INCM, 1976, com tradução de Santos Alves, pp. 264-268]

Historia Silence, Edição Crítica e Introdução de Dom Justo Peres de Urbei, O.S.B e Atilano Gonzalez Ruiz-Zorrilla, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, 1959

Lopes, Fernão – *Crónica de D. João I*, com introdução por Humberto Baquero Moreno e prefácio por António Sérgio, 1 volume, colecção «Biblioteca Histórica – Série Régia», Lisboa, Editora Livraria Civilização, 1983

Lopes, Fernão – *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, 2 volume, colecção «Biblioteca Histórica – Série Régia», Lisboa, Editora Livraria Civilização, 1983

Lopes, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, Edição Crítica, Introdução e índices de Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004

“*Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium A.S. 1189*”, Edição de Charles Wendel David, in Proceedings of the American Philosophical Society, vol. 81, 1939, pp. 591-676

Ordenações Afonsinas, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian [reed. fac-similada, Coimbra, Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792], 1998

Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores, volume 1, 3 fasc., Lisboa, 1856

Vegécio [Flávio Vegécio Renato] - *Tratado de Ciência Militar*, tradução de Adrian de Mann, colecção «Clássicos do Pensamento Estratégico», Lisboa, Edições Sílabo, 2006

Zurara, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*, com introdução e notas de Reis Brasil; colecção «A aventura portuguesa», Lisboa, Publicações Europa-América, 1992

Estudos

Antonescu, Dinu (2009) - *Columna lui Traian: architectura de pe friza sculptata - Trajan's Column: the architecture on the sculpted frieze*, Bucureste, Editora A.R.A – Architectura, Restaurare, Archeologie

Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (2012) - *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Editora Figueirinhas

Barbosa, Pedro Gomes (2004) - *Conquista de Lisboa 1147: A cidade reconquistada aos mouros*, colecção «Batalhas de Portugal», Lisboa, Editora Tribuna da História

Barroca, Mário (1992) – “Medidas-padrão medievais portuguesas”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. 9, 2ª Série, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 53–85

Barroca, Mário; Monteiro, João Gouveia (2000) - *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela

Barroca, Mário (2003) – “Da reconquista a D. Dinis”, in Mattoso, José (Coord.), *Nova História Militar de Portugal*, v. 1, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 22-161

Bennet, Matthew; Hooper, Nicholas (1996) - *The Cambridge Illustrated Atlas of warfare – The Middle Ages 768-1487*, Cambridge, Cambridge University Press

Bachrach, Bernard S. (1994) – “Medieval Siege Warfare: A Reconnaissance”, in *The Journal of Military History*, Vol. 58, nº 1, ed. Society for Military History, pp. 119-133

- Beffeyte, Renaud (2008) - *Les machines de guerre au Moyen Age*, Editions Ouest-France
- Borges, Marco Oliveira (2013) – “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques ” in *Revista da Faculdade de Letras – Série de História*, IV Série, vol. 3, Porto, pp. 123-144
- Campbell, Duncan B. (2003) - *Greek and Roman Siege Machinery 399 Bc-Ad 363*, Osprey Publishing
- Chevedden, Paul E. ; Eigenbrod, Les; Foley, Vernard; Soedel, Werner (1995) - *The Trebuchet*, Scientific American INC. -
<http://www.sewanee.edu/physics/PHYSICS103/trebuchet.pdf>
- Chevedden, Paul E. (2000) – “The Invention of the Counterweight Trebuchet: A Study in Cultural Diffusion”, in *Dumbarton Oaks Papers*, Vol. 54, pp. 71-116
- Coelho, António Borges (1972-1975) - *Portugal na Espanha Árabe*, 4 volumes, colecção «Paralelos», Lisboa, Seara Nova
- DeVries, Kelly; Smith, Robert D. (2007) - *Medieval weapons: an illustrated history of their impact*, Santa Barbara, ABC-CLIO, Inc.
- Domingues, José (2008) - *As Ordenações Afonsinas: três séculos de direito medieval*, Sintra, Editora Zéfiro
- Forey, Alan (2004) – “The Siege of Lisbon and the Second Crusade”, in *Portuguese Studies*, vol. 20, pp. 1-13
- Garcia Fitz, Francisco (2005) - “ *Machinis validas?* Tipologia y funcionalidad de las máquinas de asedio en el medievo hispano. Castilla- León, siglo XI al XIII”, in *Actas del III Congreso de Castellologia Ibérica*, Guadalajara, pp. 219-254
- Gillmor, Carroll M. (1981) – “The introduction of the traction trebuchet in the latin west”, in *Viator*, Vol 12, pp. 1-8
- Gimpel, Jean (1976) - *A revolução industrial da Idade Média*, colecção «Saber», Lisboa, Publicações Europa-América
- Gonçalves, José Pires (1981) - *O papel de Giraldo Sem Pavor na reconquista cristã da península no século XII*, Évora, Livraria Nazareth
- Guerrero Lovillo, José (1949) - *Las Cantigas: Estudio arqueológico de sus miniaturas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Diego Velazquez
- Hill, Donald R. (1973) – “Trebuchet”, in *Viator*, vol. 4, pp. 99-116
- Hoffmeyer, Ada Bruhn de (1988) - “Las Armas en la Historia de la Reconquista”, in *Las Armas en la Historia (siglos X-XIV)*, vol. especial de *Gladius*, Cáceres, pp. 31-101
- Humble, Richard (1989) - *Warfare in the Middle Ages*, Nova Iorque, Brompton Books Corporation

- King, D. J. Cathcart (1982) - "The trebuchet and other siege-engines", in *Chateau Gaillard - Etudes de Castellogie médiévale*, vol. IX-X (*Actes des colloques internationaux tenus a Basel (1978) et a Durham (1980)*), Université de Caen, Centre de Recherches Archéologiques Médiévales, pp. 457-469
- Kortazar, Aitor Iriarte (2011) - "Introducción a la artillería de torsión - an introduction to torsion artillery", in *Gladius*, vol. 31, Cáceres, pp. 57-76
- Lepage, Jean-Denis (2005) - *Medieval Armies and Weapons in Western Europe*, Jefferson, McFarland & Company, Inc., Publishers
- Lopes, David (1941) - "O Cid português: Geraldo Sem Pavor (novas fontes árabes sobre os seus feitos e morte)", in *Revista Portuguesa de História*, tomo 1, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, pp. 93-104
- Meyer, Joseph (2012) - "Roman Siege Machinery and the Siege of Masada" *AHS Capstone Projects*
(http://digitalcommons.olin.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=ahs_capstone_2012)
- Martins, Miguel Gomes (2001) - "As milícias de Lisboa na Campanha de 1386", in *Actas das Sessões do IV Colóquio Temático. As escalas de Lisboa – Morfologias, População, Identidades*, Lisboa, ed. Direcção Municipal de Cultura - Divisão de Gestão de Arquivos, pp. 117-139
- Martins, Miguel Gomes (2004) - "Nuno Álvares e a Arte da Guerra", in *Colóquio D. Nuno Álvares Pereira – O Homem e a Memória*, Lisboa, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa
- Martins, Miguel Gomes (2005) – "A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338", in *Promontoria – Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, ano 3, nº 3, Faro, pp. 18-80
- Martins, Miguel Gomes (2006) - *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*, Coleção «História militar - Guerras e combates», Lisboa, Ed. Prefácio
- Martins, Miguel Gomes (2011) - *De Ourique a Aljubarrota – A Guerra na Idade Média*, Lisboa, Ed. Esfera dos Livros
- Martins, Miguel Gomes (2013) - *Guerreiros Medievais Portugueses*, Lisboa, Ed. Esfera dos Livros
- Mattoso, José (2012) - *Afonso Henriques*, Coleção «Reis de Portugal», Lisboa, Círculo de Leitores
- Mattoso, José (1993) - *História de Portugal*, 6 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores
- Monteiro, João Gouveia (1997) - *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, 2 volumes, edição policopiada, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

- Monteiro, João Gouveia (2003) – “De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449): Os desafios da maturidade”, in Mattoso, José (Coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 164-287
- Monteiro, João Gouveia (2011a) - “A arte militar na Europa dos séculos XI-XIII - um *vade mecum*”, in *Revista de História das Ideias*, nº 32, pp. 7-50
- Monteiro, João Gouveia (2011b) - “Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?”, in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 45, vol. extra-série, pp. 321-335
- Moreno, Humberto Baquero (1985) - “A campanha de D. João I contra as fortalezas da região de Entre-Douro-e-Minho”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 45-58
- Moreno, Humberto Baquero (1991) - “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. 8, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 29-41
- Moreno, Humberto Baquero (1995) - *História de Portugal medievo – político e institucional*, 2 volumes, Lisboa, Universidade Aberta
- Nogueira, Carlos (2001) - *A Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia*, São Paulo, Faculdade Estatal de São Paulo
- Nicolle, David (2002) - *Medieval Siege Weapons (1): Western Europe AD 585-1385*, Osprey Publishing
- Nicolle, David (2003) - *Medieval Siege Weapons (2): Byzantium, the Islamic World & India AD 475-1526*, Osprey Publishing
- Pereira, Armando de Sousa (1998) - “Realidades e ideologia na conquista de Silves em 1189”, in *Poder e Sociedade: Actas das Jornadas Interdisciplinares*, vol. 1, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 229-243
- Pimenta, Maria Cristina (2008) - *Guerras no tempo da Reconquista - 1128-1249*, colecção «Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal», Matosinhos, Editora QuidNovi
- Purton, Peter (2006) - “The myth of the mangonel: torsion artillery in the Middle Ages”, in *Arms & Armour*, Vol. 3, No. 1, Leeds, pp. 79–90
- Rodrigues, Ana (1992) – “O cerco de Torres Vedras em 1384-1385: uma releitura de Fernão Lopes”, in *Separata das Actas do III Colóquio Portugal e a Europa - séc. XVII a XX*
- Torremocha Silva, Antonio (1987-1988) – “La técnica militar aplicada al cerco y defensa de ciudades a mediados del siglo XIV – Un estudio de los capítulos CCLXVII al CCCXXXVII de la Crónica de Alfonso XI que tratan sobre el cerco y conquista de Algeciras”, in *Estudios de Historia y de Arqueología Medievales*, volume 7/8, Cádiz, pp. 239-255

Tarver, W. T. S (1995) – “The Traction Trebuchet: A Reconstruction of an Early Medieval Siege Engine”, in *Technology and Culture*, Vol. 36, No. 1. (Jan. 1995), pp. 136-167

Bases iconográficas

Biblioteca digital Hispânica:

<http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

Bibliothèque nationale de France - Banque d'images picture collection:

<http://images.bnf.fr/jsp/index.jsp?contexte=accueil&destination=accueil.jsp>

Bibliothèque nationale de France – Gallica:

<http://gallica.bnf.fr/?lang=PT>

Bibliothèque virtuelle des manuscrits médiévaux:

<http://bvmm.irht.cnrs.fr/>

Enluminures:

<http://www.enluminures.culture.fr/documentation/enlumine/fr/index3.html>

Early Manuscripts at Oxford University:

<http://image.ox.ac.uk/>

Manuscript Miniatures:

<http://manuscriptminiatures.com/search>

The British Museum:

<http://www.britishmuseum.org/explore.aspx>

The Morgan Library & Museum:

<http://www.themorgan.org/>